

# DIVERSIDADE SOCIOLÓGICA

FACETAS DA  
PESQUISA EM SOCIOLOGIA  
VOLUME III

Carla M. Rech  
Brenda Espindula  
Rodrigo Hinz  
Camila Schuck  
Fábio Ribeiro  
Graciela Martil  
Léo Peixoto Rodrigues  
Jalcione Almeida  
ORGANIZADORES

**DIVERSIDADE SOCIOLÓGICA**  
**Facetas da Pesquisa em Sociologia**  
**Volume III**

Carla M. Rech  
Brenda Espindula  
Rodrigo Hinz  
Camila Schuck  
Fábio Ribeiro  
Graciela Martil  
Léo Peixoto Rodrigues  
Jalcione Almeida

*Organizadores*

UFRGS e UFPEL

2017

# DIVERSIDADE SOCIOLÓGICA

## Facetas da Pesquisa em Sociologia

### Volume III

#### Realização



#### Apoio



*Os textos contidos nesta coletânea são de responsabilidade exclusiva dos respectivos autores e autoras.*

*A foto da capa está depositada no Flickr, de autoria desconhecida, sob licença Creative Commons.*

D618      Diversidade sociológica: facetas da pesquisa em sociologia [recurso eletrônico] / Carla Michele Rech ... [et al.] (Organizadores). – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UFRGS, 2017.  
v. 3.

Requisitos do sistema: Adobe Reader.  
Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-85-66094-34-3

1. Sociologia. 2. Pesquisa. 3. Diversidade sociológica. I. Rech, Carla Michele.

CDD 300

---

Catálogo na publicação: Juliani Menezes dos Reis – CRB 10/2268

## APRESENTAÇÃO

Este terceiro volume da coletânea *Diversidade Sociológica: facetas da pesquisa em Sociologia*, o qual temos o prazer de apresentar, encerra um frutífero e bem sucedido projeto de pesquisa entre os Programas de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), financiado pelo Procad/CNPq. Esta cooperação entre duas importantes instituições públicas federais do Estado do Rio Grande do Sul teve duração de quatro anos (2012-2015), gerando "produtos" extremamente importantes – e de elevada qualidade – para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, como mais este trabalho que está sendo disponibilizado ao público acadêmico.

Assim como os volumes anteriores, este terceiro volume é resultado de um importante e dedicado trabalho que revelou a integração e parceria intelectual entre estudantes e docentes pesquisadores de ambas as instituições. A partir do segundo ano do Procad/CNPq-UFPel/UFRGS, estes estabeleceram, dentre outras atividades, encontros anuais para divulgar suas pesquisas, sejam elas finalizadas ou em andamento, por intermédio de encontros que foram simpaticamente chamados de “Seminários de Integração Sociológica - SIS”. O presente volume é o resultado do III Seminário de Integração Sociológica UFRGS/UFPel - III SIS, evento realizado na cidade de Pelotas-RS, nos dias 27 e 28 de agosto de 2015.

Com mais este volume, considerando também as duas publicações anteriores, estudantes e docentes dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UFPel e UFRGS disponibilizam à comunidade científica brasileira um total de 36 (trinta e seis) artigos, como esforço de um trabalho conjunto, de fato integrado e de excelente qualidade. Pelo PPGS/UFRGS participaram da comissão organizadora do III SIS os acadêmicos Carla M. Rech e Rodrigo Hinz; pelo PPGS/UFPel participaram os acadêmicos Camila Schuck, Fábio Ribeiro e Graciela Martil. A coordenação geral do evento ficou sob responsabilidade dos docentes Jalcione Almeida e Léo Peixoto Rodrigues, os quais coordenaram também o projeto Procad, e integram os dois Programas. A editoração e a diagramação da presente coletânea foi realizada pela acadêmica do PPGS/UFRGS, Brenda de Fraga Espindula. É importante que se saliente aqui – ao mesmo tempo em que agradecemos em nome dos estudantes e dos docentes dos dois programas – que tanto o III SIS como esta publicação foram viabilizados pelo

incentivo do governo federal para o desenvolvimento da pesquisa no Brasil, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Os programas de pós-graduação em Sociologia tanto da UFPEL como da UFRGS, em 2011, participaram de uma chamada pública MCTI/CNPQ/MEC/CAPES - ação transversal nº 06/2011 – CASADINHO/Procad, com o objetivo de apoiar financeiramente projetos conjuntos de pesquisa em instituições distintas, visando estimular “*A formação pós-graduada e a mobilidade docente e discente e promover o fortalecimento e a consolidação de programas de pós-graduação stricto sensu de instituições nacionais*”, conforme salienta o edital da referida chamada pública.

É com este espírito que colocamos à disposição do público leitor este terceiro e último volume, como resultado do fomento à pesquisa Procad/CNPq. Propomos a todos uma boa leitura.

Porto Alegre, Novembro de 2017.

*Léo Peixoto Rodrigues - UFPel*

*Jalcione Almeida – UFRGS*

## INTRODUÇÃO

O III Seminário de Integração Sociológica (III SIS) é um evento organizado por discentes e professores dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), a partir de recursos oriundos do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica - PROCAD. Realizado em 2015, na cidade de Pelotas, o III SIS mobilizou estudantes e professores dos dois programas de pós-graduação em torno das pesquisas desenvolvidas, os resultados obtidos e um franco debate acadêmico, promovendo trocas de experiências entre jovens pesquisadores.

*Diversidade Sociológica: facetas da pesquisa em sociologia volume 3* expõe a seleção dos trabalhos que se destacaram em cada um dos grupos de trabalho (GT), trazendo ao leitor a diversidade temática dos trabalhos apresentados no III SIS, os aspectos teóricos e metodológicos das pesquisas sociológicas produzida nos Programas de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS e da UFPel, buscando promover a integração sociológica e o estímulo a novas pesquisas que possam aprofundar cada vez mais temas relevantes à sociologia e à comunidade em geral.

Os dois primeiros artigos desta coletânea foram selecionados pelos coordenadores do GT1 Sociedade, Estado e Políticas Públicas, Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos (UFRGS); Profa. Dra. Maria Thereza Ribeiro (UFPEL) e mestranda Natalia Carvalho da Rosa (UFPEL). No primeiro, “O uso da bicicleta na agenda política de mobilidade urbana: a atuação do cicloativismo no caso de São Paulo e Porto Alegre” a mestranda do PPGS/UFRGS, Danielle Soares Pires de Oliveira procura apresentar uma proposta de análise que ajude a compreender melhor o processo de formação e estabelecimento de uma agenda e a atuação do cicloativismo em relação às políticas públicas voltadas ao uso da bicicleta nos últimos anos em duas capitais do Brasil: Porto Alegre e São Paulo, tendo como foco de análise o movimento cicloativista *Critical Mass* (Massa Crítica), especificamente o atropelamento coletivo sofrido por participantes em um evento do Massa Crítica de Porto Alegre em 2011 bem como o destaque na mídia de

atropelamentos de ciclistas em capitais iniciou um debate público dando maior visibilidade ao tema. Utilizando como principal referencial teórico o modelo de fluxos múltiplos de Kingdon (2014) a autora buscou analisar a recepção do poder público e governantes ao cicloativismo e conclui que uma janela de oportunidades (*policy window*) pode ter sido aberta bem como um humor nacional (*national mood*) favorável após o destaque na mídia e a sensibilização da sociedade tomada no caso dos atropelamentos de ciclistas, contribuindo para em São Paulo haver a implantação do Plano Cicloviário e de políticas públicas de mobilidade urbana e em Porto Alegre, aos poucos, a implementação de ciclovias previstas no Plano Diretor Cicloviário e para entrada do tema no debate e numa agenda pública. Nos dois casos, outro avanço percebido é a representação de ciclistas nas participações institucionais do poder público previstas em lei, possibilitando serem ouvidos e colaborarem para suas demandas com o Estado visando melhorias na implementação de políticas públicas.

O segundo artigo selecionado pelo GT1, elaborado pela mestranda do PPGS/UFPel Dianine Censon em coautoria com sua orientadora, Profa. Dra. Elaine da Silveira Leite, intitulado “Fronteiras: a influência do discurso econômico na administração dos espaços” tem como foco a investigação dos elementos emergentes das fronteiras que envolvem a economia, sociedade e espaço no que se refere à abertura de lojas francas no espaço brasileiro que faz divisa com fronteiras internacionais. Neste sentido, o referido texto aborda questões mister no que diz respeito às transformações do espaço fronteiro após os investimentos econômicos que acabam gerando uma dinamização de vinte e cinco cidades brasileiras que fazem fronteira com países como Uruguai, Argentina, Paraguai, dentre outros. Como forma de enfoque e delimitação o estudo apresenta o caso da cidade de Jaguarão, situada no estado do Rio Grande do Sul e que faz fronteira com a cidade de Rio Branco no Uruguai.

O artigo seguinte foi selecionado pelos coordenadores do GT2 – Sociedade, Ruralidades e Ambiente, Prof. Dr. Jalcione Almeida (UFRGS); Prof. Dr. William Héctor Gómez Soto (UFPEL); doutorando Paulo Libardoni (UFRGS) e mestranda Raquel Hadrich Silva (UFPEL). Em “Representações sociais e conflito socioambiental: o caso envolvendo pescadores artesanais e o polo naval em Rio Grande/RS”, a mestranda do PPGS/UFPel, Rafaella Egues da Rosa em coautoria com seu orientador Prof. Dr. William Héctor Gómez Soto (UFPEL) trata sobre as problemáticas advindas da mudança no setor de pesca da cidade de Rio Grande/RS a partir do estabelecimento do Polo Naval na

cidade, o qual protagonizou um cenário conflituoso no âmbito socioambiental entre os pescadores da cidade e a empresa de construção Quip S/A. Nesta perspectiva, o texto problematiza questões pertinentes a esta mudança, apoiando-se nas teorias de Henri Lefebvre e de Serge Moscovici.

Já os coordenadores do GT3 – Teorias, Sociedade e Conhecimento: Profa. Dra. Máira Baumgarten (UFRGS); Prof. Dr. Léo Peixoto Rodrigues (UFPEL); doutorando Leonardo Santos de Lima (UFRGS) e mestranda Camila Schuck (UFPEL) selecionaram os dois próximos artigos. Em “Divulgação Científica em Museus e Centros de Ciência: a construção social de uma ciência-espetáculo”, o doutorando Daniel Maurício Viana de Souza do PPGS/UFRGS se propõe a debater aspectos sobre a construção social da ciência resultante das ações de divulgação ampla e irrestrita desempenhadas em exposições de museus e centros de ciência interativos. Para tanto, lança mão da noção de ‘sociedade do espetáculo’ do francês Guy Debord, tanto como teoria sobre a sociedade, quanto condição social, que se projeta de forma verticalizada sobre a divulgação científica operada em tais instituições culturais, implicando diretamente na produção das representações acerca da ciência e seus significados sociais. Ao analisar empiricamente duas exposições científicas com características interativas, o autor traz a reflexão a construção social da ciência na atual sociedade espetacular a partir das ações de divulgação científica peculiares a tais instituições onde a comunicação com o público, à qual se destina, promove representações, muitas vezes equivocadas e superficiais sobre ciência e sociedade. Em “Uma análise da experiência escolar de jovens do Ensino Médio Politécnico” o mestrando em Sociologia da UFRGS, Laurence Sanzi Aquino busca compreender a experiência escolar de um modelo de ensino recente no Rio Grande do Sul, levando em consideração, por um lado, os fundamentos epistemológicos desse modelo e, por outro, as próprias experiências dos jovens estudantes de uma escola pública, que se constitui como o objeto empírico de investigação. O autor propõe relacionar a experiência escolar desses jovens com suas vivências no mercado de trabalho e com suas expectativas de futuro em relação ao mundo do trabalho.

Os coordenadores do GT4 – Trabalho e Sociedade, Prof. Dr. Fernando Cotanda (UFRGS); Prof. Dr. Pedro Robertt (UFPEL) e o mestrando Valdir Robe Junior (UFPEL) selecionaram os dois artigos próximos artigos que compõem essa coletânea. No primeiro, “A felicidade dá trabalho: anotações de um campo de pesquisa sobre a prática do *coaching*” o mestrando do PPGS/UFRGS, Bruno Casalotti dedica sua pesquisa à

prática empresarial do *coaching* – uma ferramenta de capacitação profissional e educação executiva que se faz cada vez mais presente no mundo do trabalho, e que envolve o estabelecimento de metas por meio de um diálogo entre as figuras do *coach* e do *coachee* (treinador e treinando). Trata-se de um modelo de treinamento empresarial direcionado para executivos e dirigentes empresariais de variados ramos de mercado e níveis hierárquicos. No referido artigo, o autor busca demonstrar, por meio de exemplos de uma pesquisa empírica realizada no transcurso de sua pesquisa de mestrado, de que maneira a prática do *coaching* impacta nos processos de trabalho, tendo como elemento norteador de análise a temática da felicidade, que se caracteriza como um princípio legitimador necessário para a eficácia da prática no mundo do trabalho. Já no segundo artigo selecionado, “A observação em audiências trabalhistas na cidade de Pelotas/RS: um olhar sobre os sentidos de justiça e direito nos conflitos do trabalho”, a doutoranda em Sociologia da UFRGS, Marciele Agosta de Vasconcellos utiliza um dos momentos do processo judicial (a audiência) como objeto de investigação para explicitar de que maneira os atores sociais agem e expõem críticas relacionadas ao objeto em disputa no litígio judicial. Para isso, a autora propõe pensar o ambiente investigado como um espaço que possibilita a ação dos atores, mas que é permeado por constrangimentos objetivos e subjetivos que não podem ser desconsiderados na análise. Com isso, ao observar os modos da coordenação dos atores sociais, a autora demonstra a coexistência de distintas formas de resolução dos casos, que se relacionam aos próprios interesses das partes envolvidas em buscarem um acordo judicial ou levarem a cabo suas demandas por justiça.

No GT5 – Minorias e Desigualdades Sociais, os coordenadores Prof. Dr. Karl Monsma (UFRGS); Prof. Dr. Marcus Spolle (UFPEL); doutoranda Aline Passuelo de Oliveira (UFRGS) e mestrandas Flavia Acosta (UFPEL) selecionaram o artigo do mestrando do PPGS/UFRGS, Vinícius Mauat em coautoria com Prof. Dr. José Vicente Tavares dos Santos, “Gênero, número e grau: quem são os adolescentes privados de liberdade de 2002 a 2012 em Porto Alegre” no qual o autor apresenta uma análise dos dados de encarceramento de adolescentes nos últimos 11 anos nas unidades da Fundação de Atendimento Sócio Educativo de Porto Alegre-RS (FASE-RS) buscando decifrar o reflexo das políticas criminais juvenis e seu alcance. Desta forma, o autor após categorizar por cor, gênero e motivo de internação a amostra, aponta para a prática de políticas públicas com um cunho notadamente seletivo e estigmatizador centradas

estritamente em ações punitivas que colaboram para a reprodução cíclica de desigualdades e estigma.

E por fim, apresentamos os dois artigos selecionados pelos coordenadores do GT GT6 – Violência e Conflitualidade, Prof. Dr. Alex Niche Teixeira (UFRGS); Prof. Dr. Guilherme Massaú (UFPEL) e doutorando Gerson Luiz Cardoso (UFRGS). No artigo “Percurso metodológico: a construção da base de dados para análise das interpretações produzidas pelas mídias de Porto Alegre, sobre os confrontos deflagrados no curso das manifestações pelo transporte público em 2013” o doutorando do PPGS/UFRGS, Eduardo Georjão Fernandes demonstra o percurso metodológico utilizado para a construção da base de dados acerca das interpretações produzidas pelos veículos midiáticos Diário Gaúcho, Sul21 e Zero Hora, quando da ocorrência das manifestações pelo transporte público, em 2013, na cidade de Porto Alegre/RS, trabalho que se constituiu no *corpus* de dados utilizado pelo autor em sua dissertação de mestrado. Tal opção deve-se ao fato de que Porto Alegre foi uma das cidades protagonistas das manifestações de 2013, no país. Para operacionalização metodológica o autor realiza sua reflexão com base no conceito de enquadramento interpretativo da ação coletiva, cuja raiz teórica está nos estudos de Bateson (1972) e de Goffman (1986). Como resultado o autor identificou, a partir da sistematização do banco de dados, a existência de diferenças na cobertura realizada pelos três jornais. Tais constatações, em conjunto, propiciam indícios preliminares para a identificação de formatos específicos de enquadramentos sobre as relações entre manifestantes e aparato policial. E em “As UPPs e o processo de rotulação: relação entre crime e construção espacial da cidade do Rio De Janeiro”, o doutorando do PPGS/UFRGS Lívio Silva de Oliveira aborda a implantação das UPP (Unidades de Polícia Pacificadora) na cidade do Rio de Janeiro, passando uma análise histórica e sociológica, dos processos de urbanização carioca e de criminalização de populações marginalizadas da referida cidade. A partir do conceito de rotulação, referente à teoria do desvio, defendida por Taylor, Walton e Young, da Escola de Criminologia Crítica.

Convidamos todos a uma boa leitura e que as pesquisas ora apresentadas possam servir de inspiração para novos contornos e integração sociológica.

**Organizadores**

## SUMÁRIO

**O uso da bicicleta na agenda política de mobilidade urbana: a atuação do cicloativismo no caso de São Paulo e Porto Alegre.....13**

Danielle Soares Pires de Oliveira

**Fronteiras: a influência do discurso econômico na administração dos espaços. .36**

Dianine Censon

Elaine da Silveira Leite

**Representações sociais e conflito socioambiental: o caso envolvendo pescadores artesanais e o polo naval em Rio Grande/RS.....47**

Rafaella Egues da Rosa

William Héctor Gómez Soto

**Divulgação Científica em Museus e Centros de Ciência: a construção social de uma ciência-espetáculo.....67**

Daniel Maurício Viana de Souza

**Uma análise da experiência escolar de jovens do Ensino Médio Politécnico.....90**

Laurence Sanzi Aquino

**A felicidade dá trabalho: Anotações de um campo de pesquisa sobre a prática do *coaching* .....108**

Bruno Casalotti

**A observação em audiências trabalhistas na cidade de Pelotas/RS: um olhar sobre os sentidos de justiça e direito nos conflitos do trabalho.....134**

Mariele Agosta de Vasconcellos

**Gênero, número e grau: quem são os adolescentes privados de liberdade de 2002 a 2012 em Porto Alegre.....157**

Vinícius Mauat

José Vicente Tavares

**Percursos metodológicos: a construção da base de dados para análise das interpretações produzidas pelas mídias de Porto Alegre em 2013.....179**

Eduardo Georjão Fernandes

**As UPPs e o processo de rotulação: relação entre crime e construção espacial da cidade do Rio De Janeiro.....201**

Lívio Silva de Oliveira

# O uso da bicicleta na agenda política de mobilidade urbana: a atuação do cicloativismo no caso de São Paulo e Porto Alegre

Danielle Soares Pires de Oliveira<sup>1</sup>

## 1. Introdução

Um dos movimentos cicloativistas mais conhecidos mundialmente é o Critical Mass (Massa Crítica) e ocorre toda última sexta-feira de cada mês em várias cidades no mundo. A ocorrência do atropelamento coletivo sofrido por participantes em um evento do Massa Crítica de Porto Alegre em 2011 bem como o destaque na mídia de atropelamentos de ciclistas em capitais iniciou um debate público dando maior visibilidade ao tema. O presente artigo busca apresentar uma proposta de análise que ajude a compreender melhor o processo de formação de agenda e a atuação do cicloativismo em relação às políticas públicas voltadas ao uso da bicicleta nos últimos anos em duas capitais do Brasil: Porto Alegre e São Paulo. Problematisa-se a possibilidade de, utilizando conceitos de Kingdon (2014), uma janela de oportunidades (*policy window*) ter sido aberta e um humor nacional (*national mood*) favorável após o destaque na mídia e a sensibilização da sociedade tomada no caso dos atropelamentos de ciclistas.

As cidades brasileiras vivem um momento de crise da mobilidade urbana, que exige uma mudança de paradigma, talvez de forma mais radical do que outras políticas setoriais (BRASIL, 2007a). Esse padrão de mobilidade baseado no uso intensivo de transporte motorizado individual acarreta uma série de externalidades negativas para as cidades, com destaque para os problemas ambientais, as perdas de tempo com os congestionamentos urbanos e o aumento dos acidentes de trânsito (IPEA, 2011). Apesar de a preocupação em viabilizar o uso da bicicleta no país começar a ser demonstrada nas leis, a implantação de políticas públicas como planos cicloviários que priorizem e estimulem o uso da bicicleta no caso brasileiro começou a se destacar em um contexto

<sup>1</sup>Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: [daniellesp.oliveira@gmail.com](mailto:daniellesp.oliveira@gmail.com).

mais recente ainda, especialmente nos últimos cinco anos. Inúmeras cidades brasileiras, seguindo uma tendência mundial, também começaram a implantar sistemas de bicicletas compartilhadas recentemente, como ocorre nos casos de Porto Alegre e São Paulo.

O surgimento e o maior destaque do cicloativismo no país surge, não por acaso, após o destaque dado na mídia a respeito do aumento no número de atropelamentos de ciclistas e o atropelamento coletivo ocorrido aos participantes do Massa Crítica de Porto Alegre em 2011. Em meio a esse contexto, protestos e mobilizações sociais se disseminavam no país a partir de junho de 2013, dentre elas destacaram-se o movimento Bloco de Luta pelo Transporte Público, visando um transporte público com melhor qualidade além de uma tarifa mais justa e o Movimento Passe Livre, que defendia um transporte público gratuito e fora da iniciativa privada.

O cicloativismo é uma rede que possui particularidades, pelo fato de ser uma rede composta por vários movimentos, grupos, organizações, associações e atores que operam em diferentes níveis visando melhorias para o uso da bicicleta e no âmbito das políticas públicas de mobilidade urbana. Cicloativismo é o termo usado para a atividade de militância política que se manifesta através de diversos movimentos sociais em defesa de melhores condições para o uso da bicicleta na cidade, assumindo caráter reivindicatório ou contestatório junto à sociedade e ao Estado (XAVIER, 2011).

Recentemente, no campo brasileiro, vêm crescendo o número de pesquisas<sup>2</sup> em relação à participação de atores da sociedade civil e de movimentos sociais nas arenas político-institucionais do Estado, abordando a intersecção e a relação entre os movimentos sociais e o Estado *bem como à influência que tais movimentos podem exercer nesse âmbito*. Conforme Abers e Von Bülow (2011, p. 65) destacam: “os movimentos sociais têm lutado tanto para transformar comportamentos sociais como para influenciar políticas públicas”. Na área da sociologia, identifica-se uma escassez de estudos com o enfoque de análise do papel do cicloativismo<sup>3</sup> em relação à influência

<sup>2</sup>Abers e Von Bülow (2011); Tatagiba, Blikstad e Serafim (2011, 2014); Silva (2011, 2014).

<sup>3</sup>Xavier (2011) realizou uma pesquisa interdisciplinar em sua tese de doutorado “O desenvolvimento e a inserção da bicicleta na política de mobilidade urbana brasileira”, apresentando um panorama do contexto da inserção da bicicleta em especial da política de mobilidade por bicicleta em nível nacional, iniciativas de pessoas, empresas, ONGs (Organizações Não Governamentais), movimentos e instituições referenciais na promoção do uso da bicicleta e no cicloativismo no país.

exercida no processo de formulação de políticas públicas de mobilidade urbana e à entrada do tema do uso da bicicleta na agenda pública. Visando contribuir, de forma preliminar, para a supressão dessa lacuna, o presente artigo tem como objetivo apresentar uma proposta de análise que ajude a compreender melhor o processo de formação de agenda e a atuação do cicloativismo em relação às políticas públicas voltadas ao uso da bicicleta nos últimos anos em duas capitais do Brasil: Porto Alegre e São Paulo.

Do ponto de vista metodológico, o presente trabalho, resultado de uma pesquisa exploratória inicial<sup>4</sup>, embasa-se sob uma pesquisa teórica e uma análise documental, por meio de exame de informações e documentos publicados em sites de órgãos oficiais do Governo Federal, da Prefeitura de São Paulo e de Porto Alegre, jornais e websites de associações representativas de ciclistas.

Como referencial teórico, o artigo busca aproximar as literaturas de movimentos sociais e de ativismo, visando compreender a atuação do cicloativismo, com o Modelo dos Fluxos Múltiplos, ou *Multiple Stream Model (MSM)*, do campo das políticas públicas, proposto por John Kingdon (2014), cujo modelo visa compreender as mudanças na agenda das políticas públicas. Segundo Capella (2004, p. 35), abordagens como o modelo de fluxos múltiplos destacam a centralidade das ideias, das interpretações e da argumentação no processo de formulação de políticas.

## **2. O cicloativismo e as políticas públicas voltadas ao uso da bicicleta**

É importante analisar brevemente a inserção de um maior interesse em viabilizar o uso da bicicleta na política brasileira. Como podemos observar com Xavier (2007, p. 3), “o anteprojeto de lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana representa um importante marco para o movimento do cicloativismo que, junto com o movimento em favor dos pedestres e do transporte público, pretende fazer o lobby necessário para a

<sup>4</sup>Este trabalho é fruto de pesquisa de mestrado, iniciada em 2015 e ainda em andamento, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em 2013, a autora realizou uma pesquisa sobre o uso da bicicleta e o movimento cicloativista em Porto Alegre como trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais intitulado: “De bike eu vou”: um estudo antropológico sobre o uso da bicicleta em Porto Alegre”, em que foram utilizados como métodos a pesquisa documental, observação participante e o uso de entrevistas semiestruturadas com cicloativistas referenciais.

aprovação da lei e sua efetiva execução”. Como a maioria das grandes cidades no mundo e no Brasil não foram planejadas para os pedestres e ciclistas, mas desenhadas privilegiando o uso dos veículos motorizados, percebe-se uma disputa pelo uso do espaço público. Segundo Xavier (2011):

A política de mobilidade vigente nas cidades brasileiras foi orientada pelo e para o transporte individual motorizado (o carro). Mas o poder público federal, pelo menos em termos de discurso, tem a consciência de que se deva promover a mobilidade urbana baseada no transporte coletivo, no andar a pé e no andar de bicicleta, e não no carro. (XAVIER, 2011, p. 107)

Tal fator pode ser destacado em publicação do Caderno de Referência para elaboração de Plano de Mobilidade por Bicicleta nas Cidades (BRASIL, 2007b) que considera ser possível haver uma mudança em relação às prioridades na cultura do planejador urbano, reestabelecendo o equilíbrio no uso dos espaços públicos:

Infelizmente, as ações políticas realizadas ao longo de 30 anos pouco contribuíram para aumentar a eficiência dos transportes coletivos e diminuir as distâncias entre os equipamentos urbanos. Os investimentos em sistema viário, na maioria das vezes, priorizaram a infraestrutura para o automóvel. No Brasil, de maneira geral, a cultura do planejador urbano ainda procura garantir a prioridade para o automóvel e assim a ideia do direito de ir e vir, muitas vezes, é utilizada para justificar o direito dos automobilistas, esquecendo-se de que o direito de ir e vir é da pessoa e não do veículo. Caso se queira realmente produzir mudanças, as autoridades públicas terão de começar a devolver aos pedestres e aos ciclistas espaços urbanos apropriados pelos automóveis [...] No exterior e no Brasil, existem bons exemplos que contribuem para a mobilidade de pedestres e ciclistas. É possível promover mudanças, desde que haja vontade política, planejamento, distribuição equitativa dos espaços de circulação e educação para o trânsito. É necessário restabelecer o equilíbrio no uso dos espaços públicos, redemocratizando as oportunidades. (BRASIL, 2007b, p. 71)

Considerando que a ocupação de espaço pela bicicleta dependa de um ambiente favorável ao seu uso, Xavier (2011, p. 107) destaca que “surge a necessidade de

compreensão dos fatores que interferem no processo de criação, regulamentação e implementação da política de mobilidade urbana”. Após a aprovação da Política Nacional de Mobilidade Urbana pela Lei Federal 12.587, publicada em 2012, que estabeleceu o padrão de mobilidade urbana no Brasil, todas as cidades brasileiras com população acima de vinte mil habitantes passaram a ter de elaborar seus Planos de Mobilidade, em consonância com seus Planos Diretores.

Assim como os demais movimentos sociais que apoiam ou formulam reivindicações de interesse da população ou de parte dela, o cicloativismo é uma ação coletiva de grupos que defendem demandas específicas. Ação coletiva é a “coordenação de esforços em favor de interesses ou programas compartilhados” (TILLY; TARROW, 2007, p. 5). Sobre a atuação do movimento cicloativista, Xavier (2007) também destaca:

A preocupação com a sustentabilidade do planeta está fazendo com que o cicloativismo cresça. Desde a chegada da Internet, não só em nível local o movimento se desenvolveu e deu agilidade à organização de pedaladas e manifestações, mas trouxe uma sensação de triunfo pessoal a cada cicloativista, que sabe estar fazendo parte de um movimento global de luta pela sustentabilidade, pela redução de poluentes, por cidades mais humanas, menos ruidosas, com maior equidade no uso do espaço da via pública, com mais praças etc. (XAVIER, 2007, p. 123)

McAdam, Tarrow e Tilly<sup>5</sup> (2009), ao considerarem que não há nenhuma descontinuidade fundamental entre os movimentos sociais e a política institucional, rejeitam o argumento de que a atividade do movimento social é irracional e afirmam que tal atividade é uma escolha estratégica entre outras feitas pelos atores quando é a resposta mais apropriada aos seus recursos, oportunidades e restrições. Em relação às atividades dos movimentos sociais e a ocupação no espaço político, os autores afirmam:

Os movimentos sociais se desenvolvem dentro de limites colocados por estruturas preexistentes de oportunidade política: as organizações formais de governo e de políticas públicas; a

<sup>5</sup>Charles Tilly, Doug McAdam e Sidney Tarrow pertencem à chamada abordagem ou Teoria do Processo Político, uma perspectiva relacional que enfatiza o conflito. Segundo Alonso (2009, p. 21) explica o surgimento e o desenrolar de mobilizações coletivas mediante a reconstrução do contexto político, ou da estrutura de oportunidades e ameaças políticas.

facilitação e a repressão das reivindicações dos grupos desafiantes por parte das autoridades e a presença de aliados potenciais, rivais ou inimigos afetam, de forma significativa, qualquer padrão de confronto do sistema político. (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009, p. 26).

Como um grupo que exerce pressão e visa influenciar as autoridades, os atores cicloativistas atuam em protestos e mobilizações tais como as Bicletadas, inspiradas pelo movimento cicloativista mundial Massa Crítica (*Critical Mass*)<sup>6</sup>, consideradas nesse artigo como repertórios<sup>7</sup> de ação definido por Tilly (1995, p. 26) como “a palavra repertório identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e encenadas através de um processo relativamente deliberado de escolha”. O autor considera que as variações de formas desses repertórios já existiam antes mesmo de passarem a ser utilizados e considerados como padrões mais ou menos definidos pelos movimentos sociais: “no que diz respeito aos repertórios, versões de associações de finalidade específica, reuniões públicas, marchas e outras formas de ação política existiram isoladamente muito antes de sua combinação no interior de movimentos sociais” (TILLY, 2010, p. 138).

### 3. O Modelo de Fluxos Múltiplos

Ao demonstrar como ocorreram mudanças significativas nas políticas de transporte e saúde do governo federal norte americano, a obra de Kingdon (2014) “*Alternatives and Public Policies*” busca compreender o motivo de alguns problemas tornarem-se centrais na agenda política, em detrimento de outros, como a agenda se compõe em determinado período e como e por que ela muda de uma hora para outra. Kingdon (2014, p. 3) define agenda governamental (*agenda-setting*) como a lista de

<sup>6</sup>Um dos movimentos cicloativistas mais conhecidos mundialmente, surgido em 1992 em São Francisco, e que ocorre atualmente toda última sexta-feira do mês em mais de 300 cidades do mundo como uma pedalada conjunta de ciclistas pela cidade.

<sup>7</sup>Alonso (2012) faz uma análise da evolução desse conceito no artigo Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito.

assuntos sobre as quais o governo, e pessoas ligadas a ele, concentram sua atenção num determinado momento<sup>8</sup>.

Segundo Kingdon (2014), há fluxos (*streams*) independentes entre problemas (*problems*), soluções ou alternativas (*policies*) e a política (*politics*). A mudança na agenda decisória do Estado, onde determinado problema viria a ser considerado uma demanda importante e assim tornar-se uma política pública a ser implementada, seria então, segundo o autor, resultado da convergência (*coupling*) desses fluxos. Os principais processos pré-decisórios apontados são o estabelecimento da agenda e a especificação de alternativas ou soluções.

Em primeiro lugar, as questões começam a ser percebidas enquanto um problema pelas autoridades do governo. Conforme Kingdon (2014), para o reconhecimento do problema, deve acontecer algo que chame a atenção dos participantes de um processo decisório, o que normalmente ocorre por meio de três mecanismos básicos: indicadores; eventos focalizadores (*focusing events*), crises e símbolos; e feedback das ações governamentais. Muitas vezes, um problema não chama a atenção apenas por meio de indicadores, mas por causa de eventos (*focusing events*) de grande magnitude, que seriam as imagens relacionadas a uma política, como crises, desastres ou símbolos que concentram a atenção num determinado assunto. Esses eventos, no entanto, raramente são capazes de elevar um assunto à agenda, e geralmente atuam no sentido de reforçar a percepção preexistente de um problema.

Em segundo lugar, existe uma comunidade política (*policy communities*) composta por especialistas da temática que se concentra nas propostas de soluções e alternativas, fornecendo o apoio. Conforme o autor (2014), no fluxo das soluções, é debatido propostas de alternativas e soluções sobre problemas, sendo revistas e discutidas novamente. As alternativas são geradas e filtradas na dinâmica própria das políticas públicas, havendo o envolvimento dos participantes relativamente invisíveis, que são especialistas na área específica dessas políticas. Estas propostas estão constantemente no fluxo da política, mas de repente entram na agenda, porque podem

<sup>8</sup>No original: "The agenda, as I conceive of it, is the list of subjects or problems to which governmental officials, and people outside of government closely associated with those officials, are paying some serious attention at any given time". (Kingdon, 2014, p. 3)

ser vistas como soluções para um problema ou porque os políticos encontram apoio e recursos para implementá-las. Nesse fluxo, ocorre uma abertura, porém não garante ainda uma mudança de fato na política.

Em terceiro lugar, encontra-se o fluxo da política (*policy stream*), que é composto de fatores como mudança de humor ou clima nacional (*national mood*), opinião pública, mudanças partidárias ou ideológicas no Congresso com a eleição de novos políticos, mudanças de administração ou pressão de grupos de interesse ou um lobby poderoso. O humor nacional (*national mood*) seria um estado de espírito nacional sentido por participantes do governo, que provavelmente percebem quando há mudanças de humor. O humor nacional pode se referir também ao clima no país, às alterações na opinião pública, ou movimentos sociais amplos, sendo um pensamento comum de grande parte das pessoas em relação a uma questão, mas pode haver uma mudança do humor nacional ou clima de uma hora para outra e tais mudanças têm impactos importantes nas agendas políticas e resultados das políticas.

Outro fator que pertence ao fluxo da política e que interfere na agenda decisória seriam os grupos de pressão, que Kingdon (2014) considera serem grupos que atuam buscando promover suas ideias para tornarem-se itens da agenda através de *lobbying* ou exercendo influência política nas autoridades, gerando às vezes impacto positivo, pois são grupos que atuam para influenciar uma ideia ou alternativa já existente. Para o autor, grande parte do esforço de grupo de interesse é dedicado a bloquear atividades e mudanças nas políticas públicas, mas argumenta que não se pode atribuir a responsabilidade pelo surgimento de itens na agenda apenas devido aos grupos de interesse assim como nem sempre o reconhecimento do problema por si só é suficiente para se tornar uma política pública e ganhar um lugar de destaque na agenda (*agenda-setting*), sendo resultado de um complexo de fatores.

Um conceito importante que será tomado como base nesse artigo é o que Kingdon (2014, p. 165) denomina de janela de oportunidades (*policy window*) como “uma oportunidade para que os defensores de propostas insiram suas soluções rápidas, ou para obter a atenção para os seus problemas especiais<sup>9</sup>”. O autor considera que as

<sup>9</sup>No original: “The policy window is an opportunity for advocates of proposals to push their pet solutions, or to push attention to their special problems”. (Kingdon, 2014, p. 165)

janelas são abertas por eventos, como uma fase em que ocorre quando um problema é reconhecido, há uma solução disponível e condições favoráveis na política, portanto as janelas apresentam oportunidades para que haja uma convergência (*coupling*) entre os problemas identificados, as propostas de políticas públicas e a política (receptividade na esfera política ou mudanças no humor nacional). Porém essas janelas ficariam abertas por um curto período de tempo e depois se fechariam, então a mudança na agenda dependeria da capacidade dos empreendedores de política (*policy entrepreneurs*) em aproveitar essas oportunidades. Portanto, pode haver momentos mais favoráveis para as demandas de uma política pública serem consideradas, ou seja, em tais momentos poderia ser mais provável a questão das políticas públicas para o uso da bicicleta entrarem na agenda pública.

Em suma, para Kingdon (2014), a formulação de políticas públicas é um conjunto de processos, incluindo pelo menos o estabelecimento de uma agenda; a especificação das alternativas a partir das quais as escolhas são feitas; uma escolha final entre essas alternativas específicas, por meio de votação no Legislativo ou decisão presidencial e a implementação desta decisão.

#### **4. O uso da bicicleta na agenda pública de São Paulo**

Atualmente, o sistema de mobilidade urbana dos grandes centros urbanos brasileiros se caracteriza pelo intenso uso do transporte individual motorizado com todos os efeitos que isso representa na vida da população (IPEA, 2011). No momento da eleição de Fernando Haddad (PT) em 2012, São Paulo, assim como as grandes capitais do país, vinha enfrentando dilemas cada vez maiores em relação ao aumento no número de carros nas ruas, aos grandes congestionamentos e à qualidade no transporte público.

Segundo Kingdon (2014), a mudança na agenda é vista como uma função de participantes importantes que influenciam no fluxo político (por exemplo, uma mudança de administração ou a entrada de novos políticos) ou como uma resposta a mudanças nas configurações de humor nacional (*national mood*) ou de grupos de interesse. Tomando como exemplo o caso ocorrido em São Paulo, após a entrada de um

novo prefeito, além da mudança de administração, demonstra-se a possibilidade de uma mudança na visão e nas decisões políticas em relação às políticas públicas de mobilidade urbana tais como a implantação de um Plano Cicloviário e a ampliação de faixas exclusivas para ônibus.

Após ser eleito, sua administração evidencia a preocupação da com a mobilidade urbana, em especial com os pedestres e ciclistas, definindo a adoção de um Programa de Metas 2013-2016<sup>10</sup>. Nesse programa, um dos objetivos previstos é de melhorar a mobilidade urbana universal, dando prioridade aos meios públicos de transporte e possui dentre as 123 metas a meta de implantar 150 km de faixas exclusivas de ônibus e de implantar uma rede de 400 km de vias cicláveis. Em acordo com a Política Nacional de Mobilidade Urbana, o Plano Diretor Estratégico da cidade define em seus princípios o uso da bicicleta como meio transporte. O sistema cicloviário é parte integrante da Política de Mobilidade do Município, e busca a efetivação dos princípios da Política Nacional de Mobilidade Urbana, da Política Municipal de Mudança do Clima de São Paulo e do Plano Diretor Estratégico (Lei Municipal 16.050, de 2014) do Município de São Paulo<sup>11</sup>.

No momento em que a implantação efetiva de políticas públicas de mobilidade urbana e a criação de um sistema cicloviário começam a ser discutidas em São Paulo, havia o agravamento da crise de mobilidade urbana com esgotamento do trânsito e das formas de solucionar o problema da mobilidade na cidade bem como uma crise com o aumento e o destaque na mídia de atropelamentos de ciclistas. Tal fator pode ser relacionado ao conceito de eventos focalizadores (*focusing events*) de Kingdon (2014) como um evento de crise ou desastre que chama a atenção para o problema, um dos fatores pertencentes ao fluxo dos problemas no sentido de atuar como um reconhecimento do problema.

Em 2002, começaram a ocorrer as primeiras Bicletadas na Avenida Paulista, em São Paulo buscando mais investimentos para as bicicletas e outras alternativas de

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://planejasampa.prefeitura.sp.gov.br/metas/o-programa/>> Acesso em: 10. out. 2015.

<sup>11</sup>Dados disponíveis no Plano de Mobilidade de São Paulo - Modo Bicicleta, em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/planmobsp-rev002\\_1428005731.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/planmobsp-rev002_1428005731.pdf)> Acesso em 10. out. 2015.

transporte além do automóvel. Desde então, passou a ocorrer toda última sexta-feira de cada mês na cidade. Mas um aumento no número de participantes e maior destaque de tais Bicletadas e do cicloativismo em São Paulo na mídia e na sociedade vêm após as mortes e acidentes com ciclistas causadas por atropelamentos que resultaram em *Ghost Bikes*<sup>12</sup> e geraram manifestações de solidariedade em diversas cidades do mundo e fomentou a discussão sobre a violência no trânsito no país. Nesse caso, levanta-se a possibilidade de ter havido alguma alteração no humor nacional (*national mood*), um dos fatores que segundo Kingdon (2014) afeta a formação da agenda no fluxo da política, relacionado à comoção gerada no país após as mortes e acidentes causadas por atropelamento de ciclistas e o evento de atropelamento coletivo ao movimento Massa Crítica em Porto Alegre.

Além das ações extrainstitucionais promovidas pelas Bicletadas, associações sem fins lucrativos representativas de ciclistas começaram a ser criadas localmente em São Paulo e em âmbito nacional nos últimos anos. Dentre elas, a Ciclocidade<sup>13</sup>, fundada em novembro de 2009, a partir da reunião de dezenas de cidadãos atuantes na defesa da mobilidade por bicicletas, que perceberam a necessidade de uma entidade representativa para ampliar o alcance de suas ações individuais e a ONG (Organização não governamental) CicloBr<sup>14</sup>. Criada em agosto de 2009 com o objetivo de fomentar o uso da bicicleta como transporte, lazer, turismo e esporte, a ONG CicloBr participa de reuniões com órgãos municipais e estaduais como a participação na criação do Conselho Municipal de Trânsito e Transporte de São Paulo e a participação no Conselho da Câmara Temática de Bicicleta do próprio Conselho, ou seja, visa atuar na definição de políticas públicas e iniciativas que atendam a mobilidade por bicicletas. Em relação aos acessos institucionais, Silva (2011, p. 39) aponta: “um segundo mecanismo de acesso institucional para a sociedade civil encontra-se na crescente presença de políticas públicas que demandam o envolvimento das organizações sociais na sua implementação”.

<sup>12</sup>Colocação de bicicletas brancas no local do atropelamento nos casos em que o ciclista foi morto.

<sup>13</sup>Disponível em: <<http://www.ciclocidade.org.br/quem-somos>> Acesso em: 10 out. 2015.

<sup>14</sup>Disponível em: <<http://www.ciclobr.org.br/institucional>> Acesso em: 10 out. 2015.

Outra entidade criada, mas em âmbito nacional, é a União de Ciclistas do Brasil – UCB<sup>15</sup>, uma associação de direito privado sem fins econômicos, que reúne várias entidades envolvidas na divulgação e promoção do uso da bicicleta, estimulando e assessorando a constituição legal de novas entidades locais que tenham como objetivo a defesa da mobilidade ciclística e os direitos dos ciclistas, intervindo junto ao poder público em âmbito federal, distrital, estadual e municipal.

Levanta-se aqui a possibilidade de uma janela de oportunidades (*policy window*) ter sido aberta possibilitando a convergência (*coupling*) dos três fluxos, com o reconhecimento do problema, no caso um evento focalizador (*focusing events*) de uma crise demonstrada, um humor nacional (*national mood*) ou clima local mais favorável às causas e demandas do cicloativismo além da mudança de governantes na cidade de São Paulo. Em março de 2015, houve a criação da Câmara Temática de Bicicleta, ligada ao Conselho Municipal de Transporte e Trânsito (CMTT) de São Paulo, que possui como principal objetivo construir uma política cicloviária para a cidade de São Paulo a partir do diálogo entre representações de ciclistas e o poder público municipal. Para Tatagiba e Blikstad (2011, p. 184), no caso brasileiro, os movimentos sociais foram fundamentais na criação e consolidação da arquitetura participativa em várias áreas de políticas públicas. Silva (2011, p. 42) aponta: “contrariamente a uma longa tradição que identifica institucionalização com cooptação e desmobilização, o processo político brasileiro tem mostrado um quadro bem mais complexo”.

Em seu Regimento Interno<sup>16</sup>, a Câmara prevê que será composta por vinte e dois membros e respectivos suplentes, com mandato de dois anos, dentre eles dez indicações do CicloBr e Ciclocidade de comum acordo pelas duas entidades, sendo que os indicados devem possuir histórico de atuação nas políticas públicas dirigidas à mobilidade por bicicletas, notório saber a respeito da temática e ter representatividade. Em relação a uma participação institucionalizada, vemos com Abers; Serafim e Tatagiba (2014) que:

<sup>15</sup>Disponível em: <<http://www.uniaodeciclistas.org.br/>> Acesso em: 10 out. 2015.

<sup>16</sup> Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/regimento\\_interno\\_ciclistas\\_4\\_14\\_35946756.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/regimento_interno_ciclistas_4_14_35946756.pdf)> Acesso em: 10 out. 2015.

Esta forma de interação é caracterizada pelo uso de canais de diálogo oficialmente sancionados que são guiados por regras previamente definidas, aceitas pelos envolvidos (e em alguns casos estabelecidas pela lei). Arenas participativas formais são caracterizadas por reuniões públicas e documentadas, que têm o propósito explícito de influenciar decisões específicas sobre determinadas políticas. A participação é geralmente indireta, envolvendo diferentes formas de representação (por exemplo, representantes da sociedade civil são escolhidos em assembleias compostas por grupos da sociedade civil ativos no setor de política). Se na primeira rotina de interação atores de movimentos sociais definem a forma, o ritmo e a agenda tanto de protesto como de negociação, essa segunda rotina é caracterizada pela governança compartilhada, e por um papel central por parte dos atores estatais em criar e conduzir o processo. (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 8)

Em São Paulo, desde junho de 2014, foram concluídos 238,3 km de ciclovias. A cidade passa a ter 334,9 quilômetros de malha cicloviária, incluindo 31,9 quilômetros de ciclorrotas. Aos domingos e feriados, a cidade conta ainda com 140 quilômetros de ciclofaixas de lazer<sup>17</sup>. Treze anos depois da primeira Bicicletada de São Paulo, no dia 28 de junho de 2015, foi inaugurada a ciclovia da Avenida Paulista, local onde havia ocorrido nos últimos anos atropelamentos com a morte de três ciclistas e de outro que perdeu o braço. Segundo Kingdon (2014), as pessoas costumam defender propostas porque querem promover os seus valores ou influenciar a formulação de políticas públicas. O autor considera que ativistas investem tempo e energia consideráveis em seus esforços para chamar a atenção da sociedade e dos governantes de problemas. Assim, afirma que para manter um item em destaque na agenda leva tempo, esforço, mobilização de diversos atores e despesas de recursos políticos. Porém considera que se o assunto não resultar em legislação, política pública ou outra forma de decisão do governo, os participantes rapidamente deixarão de investir nele.

No caso dos atores da rede cicloativista, estes dedicam seu tempo e até mesmo, muitas vezes, recursos financeiros próprios para defenderem suas propostas, demandas e valores a respeito do uso da bicicleta como política de mobilidade urbana visando afetar a agenda e buscando melhorias. Portanto, o sistema cicloviário e as políticas

<sup>17</sup>Dados disponíveis em: <[planejasampa.prefeitura.sp.gov.br/metas/meta/97](http://planejasampa.prefeitura.sp.gov.br/metas/meta/97)> Acesso em: 10 out. 2015.

públicas de mobilidade urbana que vêm sendo implantadas em São Paulo, de forma mais rápida e efetiva que na maioria das capitais brasileiras, poderia ser levantada a possibilidade de, além de uma tomada de decisão política, ser um dos resultados de inúmeras mobilizações dos atores cicloativistas e do destaque dos atropelamentos ocorridos na cidade nos últimos anos assim como um fator de motivação para o cicloativismo continuar lutando por suas demandas.

## **5. O uso da bicicleta na agenda pública de Porto Alegre**

O caso seguinte que será apresentado neste artigo de destaque do cicloativismo e a emergência do tema do uso da bicicleta na agenda política de mobilidade urbana em Porto Alegre trata do evento de atropelamento coletivo em um evento do Massa Crítica em fevereiro de 2011 e seus posteriores desencadeamentos. Este atropelamento causado por um motorista que queria passar enquanto os participantes do evento pedalavam em sua frente foi um fator acidental não planejado e imprevisto que iniciou um debate público dando maior visibilidade ao tema na Capital, devido ao destaque dado na mídia nacional e internacionalmente, sensibilizando a sociedade.

O Massa Crítica vinha ocorrendo na cidade desde 2010 todas as últimas sextas-feiras de cada mês. Um ano após o evento de atropelamento, em 2012, foi realizado em Porto Alegre o 1º Fórum Mundial da Bike, demarcando a atuação no cicloativismo na cidade, como um espaço para discutir o futuro das cidades e o papel da bicicleta em vários âmbitos. Nesse mesmo ano, houve a implantação do serviço de aluguel de bicicletas BikePOA e ciclovias começavam a serem implementadas na cidade. Com o destaque desse tema na sociedade, também houve a eleição em 2012 de um vereador na Câmara Municipal de Porto Alegre, Marcelo Sgarbossa (PT), que representa os interesses dos cicloativistas, contando com parte do apoio dessa rede para ser eleito, pois era participante do movimento Massa Crítica e atuava como cicloativista.

Em 2009, foi aprovado pela Lei Complementar 626/2009 o Plano Diretor Cicloviário Integrado (PDCI) de Porto Alegre prevendo que a cidade tem capacidade para 495 quilômetros de ciclovias. Dentre seus princípios dispostos, prevê garantir a

promoção da qualidade de vida e do ambiente por meio do desenvolvimento da mobilidade urbana sustentável e da acessibilidade universal, buscando oferecer a bicicleta como uma opção de transporte à população e garantir a prioridade aos meios de transportes coletivos e aos meios não motorizados.

Uma emenda do Artigo 32 à Lei Complementar 626/2009 havia determinado que anualmente, no mínimo 20% do montante arrecadado com multas de trânsito seriam aplicados na construção de ciclovias e em Programas Educativos dirigidos a orientar e a conscientizar motoristas, pedestres e ciclistas quanto ao uso adequado da bicicleta, do sistema cicloviário e das regras de circulação e de segurança a serem compartilhados entre eles. Porém essa emenda vinha sendo descumprida, pois esses recursos não estavam sendo aplicados no percentual previsto.

Em janeiro de 2012, o Laboratório de Políticas Públicas e Sociais (LAPPUS)<sup>18</sup> ingressou com uma representação no Ministério Público para cobrar o cumprimento da lei. O Ministério Público pediu no mês de abril de 2013, em caráter liminar, que a Justiça obrigasse a prefeitura a aplicar 20% do valor arrecadado em multas na construção de ciclovias, mas obteve derrota em primeira instância, recorrendo, após, ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS). Em agosto de 2013, o Tribunal de Justiça julgou que a lei era constitucional, obrigando a inclusão dos próximos orçamentos preverem o percentual correto e que os valores não aplicados desde a vigência da lei deveriam ser investidos em até dois anos.

Em meio a tais discussões na Justiça, foi proposto pelo prefeito José Fortunati (PDT) o Projeto de Lei Complementar do Executivo (PLCE) 010/13<sup>19</sup> visando à retirada do percentual para a implantação do Plano Diretor Cicloviário e instituir um Fundo

<sup>18</sup>É uma organização da sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos, que tem por objetivo estudar e difundir o estudo das políticas públicas. A partir de 2009, passou a atuar em mobilidade urbana por bicicleta e no monitoramento de políticas públicas e sociais. Em Porto Alegre, têm contribuído no monitoramento e acompanhado a implementação do Plano Diretor Cicloviário Integrado, participado da organização do 1º Fórum Mundial da Bicicleta, além de manter e/ou apoiar várias iniciativas: Escola da Bicicleta; campanha adote um ciclista; campanha de conscientização no trânsito, Cidade da Bicicleta, Bici Anjo, As Cíclicas, Passeios Noturnos, Campanha Respeite o Ciclista, Brique da Bike, Selo Cidade Amiga da Bicicleta, Selo Empresa Amiga da Bicicleta, a Oficina Comunitária da Bicicleta, dentre outras. Disponível em: <[http://www.lappus.org/site/?page\\_id=2](http://www.lappus.org/site/?page_id=2)> Acesso em: 20 set. 2015.

<sup>19</sup>Projeto que altera o art. 24 e revoga o § 2º do art. 32 da Lei Complementar nº 626, de 15 de julho de 2009 – que institui o Plano Diretor Cicloviário Integrado e dá outras providências –, e inclui Anexo 6 na Lei Complementar nº 626, de 2009, criando o Fundo Municipal de Apoio à Implantação do Sistema Cicloviário (FMASC) e instituindo seu Conselho Gestor.

Municipal de Apoio à Implantação do Sistema Ciclovitário (FMASC) e seu Conselho Gestor. O prefeito alegou a impossibilidade de aplicação imediata e automática de recursos em investimentos que demandam projetos complexos e tempo para a elaboração destes. Segundo o texto do projeto, os valores correspondentes às multas não ingressam de imediato no orçamento do órgão executivo de trânsito municipal, sendo, em grande parte, arrecadados pelo Departamento de Trânsito do Rio Grande do Sul (DETRAN-RS), que repassa as quantias ao Município de Porto Alegre, o qual, então, por fim, as repassa à EPTC.

O projeto prevê que o montante financeiro não investido na construção de ciclovias e programas educativos, na forma da redação anterior do art. 32 do PDCI, deve ser depositado no fundo, à razão de 10% ao ano, até a integralização. A nova lei mantém o valor de 20% das multas recolhidas em Porto Alegre apenas como um indexador, pois a Prefeitura investirá o equivalente a 20% das multas, mas não especifica a origem desses recursos, podendo abater desses 20% obras feitas como contrapartidas de empreendimentos imobiliários. Ou seja, ao invés da Prefeitura utilizar o valor arrecadado com multas na construção de novas ciclovias, ela empregará esta mesma quantia a partir de outras origens, como contrapartidas de grandes empreendimentos e investimentos públicos diversos. Antes na lei, os 20% eram assegurados para as ciclovias, mas o restante do investimento não entraria nesta conta, garantindo mais recursos.

Tal projeto gerou uma série de coalizões, disputas e conflitos em torno da defesa pela melhoria da mobilidade urbana através do uso da bicicleta mobilizando e revoltando mais ainda atores do cicloativismo por considerarem o projeto contrário aos seus interesses. Os atores cicloativistas mobilizaram uma série de repertórios de ação, protestando dentro da Câmara Municipal de Vereadores e fora dela, utilizando cartazes, faixas, envio de e-mails, petições on-line<sup>20</sup> e abaixo-assinados aos vereadores e governantes visando à retirada ou a não aprovação deste projeto de lei. Em relação ao aumento nas mobilizações, Tarrow (2009) considera haver “ciclos de protestos” como:

20

Disponível

em:

<[https://secure.avaaz.org/pt/petition/Nao\\_mutilem\\_o\\_Plano\\_Ciclovitario\\_de\\_Porto\\_Alegre/?fbdm](https://secure.avaaz.org/pt/petition/Nao_mutilem_o_Plano_Ciclovitario_de_Porto_Alegre/?fbdm)>

Acesso em: 15. out. 2013.

Uma fase de conflito acentuado que atravessa um sistema social: com uma rápida difusão da ação coletiva de setores mais mobilizados para outros menos mobilizados; com um ritmo rápido de inovação nas formas de confronto; com a criação de quadros interpretativos de ação coletiva, novos ou transformados; com uma combinação de participação organizada e não-organizada; e com sequências de fluxos intensificados de informação e de interação entre os desafiantes e as autoridades. (TARROW, 2009, p. 182).

Tais repertórios utilizados pela rede cicloativista são semelhantes aos utilizados pela maioria dos movimentos já existentes, como podemos destacar com Tilly (2010, p. 137): “o repertório do movimento social se justapõe aos repertórios de outros fenômenos políticos, tais como a atividade sindical e as campanhas eleitorais”. Essas mobilizações provocaram inúmeros adiamentos de votação, mas após muitas disputas o projeto acabou sendo aprovado em uma sessão de maio de 2014 e sancionado pela Lei Complementar nº 744 em outubro de 2014, resultando em uma perda de fonte de recursos para a implantação de ciclovias. Porém um fator que pode ser considerado importante é a inclusão da rede cicloativista na representatividade do Fundo Municipal de Apoio à Implantação do Sistema Cicloviário, que prevê a participação de três integrantes de entidades da sociedade civil com atuação reconhecida na promoção do uso de bicicleta.

Nos últimos quatro anos, assim como em São Paulo, os atores cicloativistas criaram na cidade algumas associações com o objetivo de representar os ciclistas e cicloativistas na defesa pelo uso da bicicleta e participação na formulação de políticas de mobilidade urbana em Porto Alegre como a Associação dos Ciclistas de Porto Alegre –

ACPA<sup>21</sup>, a Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta – Mobicidade<sup>22</sup> e o Laboratório de Políticas Públicas e Sociais (LAPPUS).

Essas associações possuem representantes que participam de reuniões mensais do Fundo Municipal de Apoio à Implantação do Sistema Cicloviário após a criação deste. Alguns atores referenciais na rede do cicloativismo de Porto Alegre podem participar de movimentos como o Massa Crítica que possuem repertórios mais contestatórios ao mesmo tempo em que atuam nas associações e participações institucionais. Como apontam Abers e Von Bülow (2011, p. 64): “se pensarmos o Estado como um bloco homogêneo que opera em um espaço organizativo distinto, dificilmente conseguiremos reconhecer redes que cruzam as fronteiras entre Estado e sociedade civil como parte importante dos movimentos sociais”.

Para Meyer (2003), as ações do governo criam aberturas ou entraves que afetam a atratividade de protesto e mobilização social como estratégia. No caso da rede cicloativista, a participação institucional e as formas de negociação podem também ser complementares às formas de protestos e mobilizações extrainstitucionais. Também destaca-se o que Silva (2011, p. 42) aponta: “diversas organizações e movimentos sociais, por sua vez, têm combinado de maneira variável o aproveitamento das oportunidades de acesso institucional e a manutenção de ações de contestação por fora dos canais institucionais”. Goldstone (2003) argumenta que o fato dos movimentos participarem na ação política convencional não implica no abandono das ações de protesto no momento em que essa participação é possível:

Não há nenhuma razão para esperar que protesto e ação política convencional devam ser substituídas, com grupos abandonando o

<sup>21</sup>Fundada em Dezembro de 2011, a ACPA é uma entidade sem fins lucrativos, que tem como principal objetivo a busca por melhores condições para os usuários da bicicleta em suas mais diversas modalidades. Sua missão é contribuir para a construção de uma sociedade sustentável, difundindo a educação, a mobilidade, e todos os demais aspectos positivos ligados ao uso da bicicleta. Disponível em: <<http://www.acpa.org.br/>> Acesso em: 15 out. 2014.

<sup>22</sup>Uma associação de pessoas que lutam e defendem o desenvolvimento de uma cidade mais humana, focada em políticas públicas que beneficiem não apenas o trânsito de bicicletas, mas todos os modais não motorizados. A Mobicidade foi criada no ano de 2012 em Porto Alegre para facilitar a interação dos interesses coletivos de ativistas com outras instituições – principalmente governo e instituições públicas, visando a ação direta ao diálogo com o poder público, da remodelação dos espaços públicos à conscientização e educação para o convívio harmônico. Disponível em: <[http://www.mobicidade.org/?page\\_id=2](http://www.mobicidade.org/?page_id=2)> Acesso em: 10 out. 2014.

primeiro na medida em que eles se tornam capazes de usar a última. Enquanto alguns grupos podem, em diferentes momentos, ser mais “in”, no sentido de serem mais alinhados e integrados com as autoridades institucionais, enquanto outros grupos são mais “out”, não há nem uma simples divisão qualitativa nem um cruzamento “de uma vez por todas” de alguma linha separando claramente contestadores e membros. É mais correto pensar em um continuum de alinhamento e influência, com alguns grupos tendo muito pouco acesso e influência através da política convencional, outros tendo um pouco mais e outros ainda tendo muito; mas grupos podem mover-se para cima e para baixo neste continuum muito rapidamente, dependendo das mudanças no Estado e nos alinhamentos partidários. (GOLDSTONE, 2003, p. 9)

Conforme abordado anteriormente, o evento do atropelamento coletivo pode ser analisado como um evento externo, relacionado ao que Kingdon (2014) denomina de eventos focalizadores (*focusing events*). Assim, após a ocorrência do evento de atropelamento, as ações dos atores cicloativistas, o tema do uso da bicicleta e as políticas públicas de mobilidade urbana tais como a implantação do Plano Diretor Cicloviário de Porto Alegre começaram a ter um destaque na cidade através da mídia e das redes sociais. Muitas pessoas que simpatizavam com a causa e não conheciam ou não sabiam o significado do cicloativismo, passaram a conhecer, principalmente através do Massa Crítica, cujo movimento apresentou aumento considerável no número de participantes na cidade após o evento de atropelamento.

Com a possibilidade de um humor nacional (*national mood*) alterado em relação ao cicloativismo e a de uma janela de oportunidades (*policy window*) ter sido aberta, os atores cicloativistas da cidade tentaram aproveitar esse momento para não permitir que suas demandas fossem desconsideradas, pois as mobilizações e a proposição do projeto de lei tomaram destaque na mídia e no debate político, formando assim uma agenda pública na cidade em torno do tema. Se comparado com São Paulo, poucas ciclovias foram implantadas em Porto Alegre, o que demonstra que talvez fosse necessário ter havido fatores que Kingdon (2014) levanta como mudanças no governo para essa vontade política ter se efetivado. Contudo, apesar da aprovação do PLCE 010/13, espaços institucionais do Poder Público vêm sendo abertos para que os atores da rede cicloativista possam contribuir com suas demandas. Dentre esses espaços, destaca-se o

Grupo de Trabalho no Detran-RS<sup>23</sup> e a representação de membros de associações no Fundo Municipal de Apoio à Implantação do Sistema Cicloviário.

## 6. Considerações Finais

Conforme argumentado durante este artigo e demonstrado por Kingdon (2014) em seu estudo, o reconhecimento de problemas é um passo crítico para o estabelecimento das agendas, cujo reconhecimento e a definição dos problemas afetam significativamente os resultados. O problema da mobilidade urbana vêm sendo tratado como um problema atual com formas de esgotamento de soluções de trânsito assim como surge o papel do uso da bicicleta como transporte, a atuação do cicloativismo e o destaque de atropelamentos de ciclistas em projetos de cidades que não foram planejadas para o uso da bicicleta. Apesar de não ser um problema recente, o tema vêm se destacando ao longo dos últimos cinco anos e tendo implantações de políticas públicas mais efetivas que anteriormente, onde constavam apenas previstas em leis, mas pouco se efetivam como medidas prioritárias por tomadores de decisão na política.

Partindo do pressuposto da possibilidade de haverem janelas de oportunidades (*policy window*) abertas e um humor nacional (*national mood*) favorável ao cicloativismo, buscou-se analisar a recepção do Poder Público e governantes nesse sentido. O Plano Cicloviário e as políticas públicas de mobilidade urbana que vêm sendo implantadas em São Paulo, de forma mais rápida que na maioria das capitais brasileiras, poderia ser considerado como, além de uma tomada de decisão política, um possível resultado de inúmeras mobilizações dos atores cicloativistas e do destaque dos atropelamentos ocorridos na cidade nos últimos anos assim como um fator de motivação para o cicloativismo continuar lutando por suas demandas.

<sup>23</sup>Grupo de trabalho instituído pela Portaria Detran/RS nº 254-2015 para pensar políticas direcionadas aos ciclistas, composto por técnicos de diversas áreas do Detran/RS e entidades ligadas à causa, tem como principal preocupação a segurança, mas visa também estimular o uso dessa solução alternativa de meio de transporte. Entre as entidades representadas, estão a Mobicidade, LAPPUS, Gramado de Bicicleta e a ACPA. A cada encontro, são avaliados os dados estatísticos envolvendo bicicletas e produzidos relatórios contendo as conclusões do grupo e propostas para subsidiar ações educativas, pedagógicas e operacionais. Disponível em: <<http://www.detran.rs.gov.br/conteudo/35347/grupo-de-trabalho-vai-discutir-politicas-para-ciclistas-no-estado>> Acesso em: 10 out. 2015.

No caso de Porto Alegre, apesar de ter havido a aprovação de um projeto de lei ao qual os atores cicloativistas eram contrários, aos poucos as ciclovias previstas no Plano Diretor Cicloviário vêm sendo implementadas na cidade, talvez não com a celeridade desejada, mas há avanços no sentido de que a sociedade vêm se conscientizando e debatendo mais o tema, cujo tema entrou para o debate e uma agenda pública. Outro avanço percebido é no sentido de uma representação de ciclistas nas participações institucionais do Poder Público previstas em lei, possibilitando serem ouvidos e colaborarem para suas demandas com o Estado visando melhorias na implementação de políticas públicas. Porém ainda serão realizados estudos empíricos que possibilite o aprofundamento de tais fatores debatidos nesse artigo.

## REFERÊNCIAS

ABERS, R.; BULOW, M. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade?. **Sociologias**, Porto Alegre , v. 13, n. 28, Dec. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222011000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222011000300004&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20 ago. 2015.

ABERS, Rebecca; von BÜLLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n° 28, p. 52-84, set./dez. 2011.

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, Ano 2, Volume 3, p.21-41, 2012.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Caderno de Referência para Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana**. Brasília: Secretaria Nacional de Transportes e da Mobilidade Urbana, 2007a. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSEMOB/Biblioteca/LivroPlanoMobilidade.pdf>> Acesso em: 25 mar. 2015.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Caderno de Referência para Elaboração de Plano de Mobilidade por Bicicleta nas Cidades**. Brasília: Secretaria Nacional de Transportes e da Mobilidade Urbana, 2007b. Disponível em:

<<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSEMOB/Biblioteca/LivroBicicletaBrasil.pdf>> Acesso: 25 mar. 2015.

BRASIL. Lei Federal 12.587, de 3 de janeiro de 2012. **Política Nacional de Mobilidade Urbana**. Brasília DF, 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12587.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12587.htm)> Acesso em: 2 out. 2015.

CAPELLA, Ana C. N.. **O processo de agenda-setting na reforma da administração pública (1995-2002)**. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2004.

GOLDSTONE, Jack A. **States, parties, and social movements**. Cambridge studies in contentious politics. 2003.

KINGDON, John. **Agendas, Alternatives and Public Policies**. 2ª ed. Boston: Pearson Education. 2014.

IPEA. Infraestrutura Social e Urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas. **Série Eixos do Desenvolvimento Brasileiro. Comunicados do Ipea**. nº 94, 2011.

MEYER, David S. (2003). **Social Movements and Public Policy: Eggs, Chicken, and Theory**. University of California, Irvine. Center for the Study of Democracy. 2003.

OLIVEIRA, Danielle S. P. “**De bike eu vou**”: um estudo antropológico sobre o uso da bicicleta em Porto Alegre. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Sociais, UFRGS, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/85213>> Acesso em 10. set. 2015.

PORTO ALEGRE. **Lei Complementar nº 626/2009**. Institui o Plano Diretor Ciclovitário Integrado e dá outras providências. Disponível em: <[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/eptc/usu\\_doc/lei\\_complementar\\_626\\_alterada\\_pela\\_lc\\_710\\_pdc.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/eptc/usu_doc/lei_complementar_626_alterada_pela_lc_710_pdc.pdf)> Último acesso em: 20 set. 2013.

SILVA, Marcelo Kunrath. Sociedade Civil no Brasil: Institucionalização e/ou Contestação. **Em Debate**. Belo Horizonte, v.3, n.4, p.37-43, dez. 2011.

\_\_\_\_\_. Atores, Espaços e Repertórios: a atuação dos movimentos sociais através das fronteiras da sociedade civil e do Estado. In: Ilse Scherer-Warren; Lígia Helena Hahn Lüchmann. (Org.). **Movimentos Sociais e Engajamento Político: trajetórias e tendências analíticas**. 1ª ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2015, v. 1, p. 133-160.

TATAGIBA, Luciana; BLIKSTAD, Karin. “Como se fosse uma eleição para vereador”: Dinâmicas participativas e disputas partidárias na cidade de São Paulo. **Lua Nova**, São Paulo, 2011, p. 353-364.

TARROW, Sidney. **Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In: TRAUGOTT, Mark (ed.). **Repertoires and cycles of collective action**. Durham: Duke University Press, 1995.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais como política. Do original “Social movements as politics”, publicado como o primeiro capítulo do livro *Social movements, 1768-2004*. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 133-160. Copyright Boulder/London: Paradigm Publishers, 2009. Traduzido por André Villalobos.

\_\_\_\_\_; TARROW Sidney G. **Contentious Politics**. Paradigm Publishers: Universidade de Michigan, 2007.

XAVIER, Giselle Noceti Ammon. **O desenvolvimento e a inserção da bicicleta na política de mobilidade urbana brasileira** / Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Santa Catarina, 2011.

\_\_\_\_\_. O Cicloativismo no Brasil e a Produção da lei de Política Nacional de Mobilidade Urbana. **Revista Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC**. vol. 3 n. 2 (2), janeiro-julho/2007, p. 122-145

# Fronteiras: a influência do discurso econômico na administração dos espaços

Dianine Censon<sup>24</sup>

Elaine da Silveira Leite<sup>25</sup>

## 1. Introdução

Uma vez que os fenômenos econômicos são sociais por sua natureza, compõem parte importante da estrutura social. Para compreender o setor econômico na sociedade, a maneira como esses fenômenos alteram o funcionamento do resto da sociedade e o modo como a sociedade os altera, a aplicação do conjunto sociológico para os efeitos da economia pode ser capaz de conceder a estes uma nova luz contemplativa, podendo demonstrar aspectos antes pouco considerados, mas que colaboram para as formas de desenvolvimento que a sociedade vem tomando como orientação.

Harvey (1989) discute em seus trabalhos a transformação da administração urbana, onde o espaço passa de gerenciado para empresarizado<sup>26</sup>, consequência das pressões e novas formas de compreensões a partir do capitalismo, onde o interesse se pauta pela atração de grandes corporações ou grandes oportunidades econômicas aos centros urbanos, e não na boa prestação dos serviços públicos. Vainer (2000), ao tratar de uma estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano, descreve a cidade como

<sup>24</sup>Mestranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGS/UFPEL). Dedicada aos campos de estudo do Turismo, Espaço, Empresa e Empresarização do Mundo, vinculada à linha de pesquisa em Sociologia Econômica do PPGS sob orientação dos professores Elaine da Silveira Leite e Marcio Silva Rodrigues. E-mail de contato: dianinecenson@gmail.com

<sup>25</sup>Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos, com Doutorado Sanduíche na New York University, no Departamento de Artes e Políticas Públicas. Professora adjunta de Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFPEL).

<sup>26</sup>Harvey (1989) refere-se às novas preocupações da administração urbana em se tornar cada vez mais inovadora e empreendedora, realidade observada a partir dos anos setenta em grandes centros do capitalismo. Para o autor, essa atitude é reflexo da importância que passa a ser dada ao desenvolvimento econômico dos centros urbanos como alternativa para o desenvolvimento como um todo, o crescimento urbano, etc. Enquanto no gerenciamento urbano a preocupação concentrava-se em organizar os agentes locais e os seus papéis, no empresariamento a administração urbana tem papel mais incisivo, realmente atuando como promotora e incentivadora de investimentos e produções que tornem as cidades mais bem situadas no espaço econômico e, nessa lógica, melhor desenvolvidas (HARVEY, 1989).

passível de desempenhar três posturas: a cidade-produto, onde as suas orientações visam sua comercialização pela lógica do mercado; a cidade-empresa, onde ao invés de cidade administrada ela passa a ser empresariada, e as relações e interações sociais são pautadas por aspectos empresariais e econômicos e; a cidade-pátria, que vem sendo pormenorizada frente às outras duas formas da cidade porque os seus habitantes não têm mais reconhecimento daquele espaço como pertencente a eles, atendido por eles e cuidado por eles.

Castells e Borja (1996) apontam as cidades como atores políticos, capazes de articular a sociedade civil, a iniciativa privada e as instâncias do Estado<sup>27</sup>. Para mais do que isso, elas podem ser consideradas hoje, ferramentas para se fazer valer as vontades econômicas. Para Sennet (2003) a organização urbana, as políticas urbanas, as decisões, são focadas não mais em coletivos e interações sociais, mas sim em motivações individuais. Assim o consumo, o mercado, os deslocamentos, são tidos como ações individuais que são incentivadas a não dependerem de outras ações de outros indivíduos.

Destaca-se que as cidades de fronteira, além disso, possuem suas peculiaridades, uma vez que esses locais estão repletos de tensões e disputas onde as limitações geográficas dos espaços fronteiriços trazem a tona elementos e oportunidades valiosas para se fazer valer discursos pró-desenvolvimento econômico. Aliado a isso, o conceito de fronteira pode ser entendido de duas maneiras distintas: a fronteira como espaço interativo, onde diferentes espécies e condições incentivam à interação; ou a fronteira como limite, divisa (SENNETT, 2011; 2013). Essa diferenciação trabalhada por Sennett pode ser observada nesses espaços onde a competição, as diferenças culturais e administrativas vivem em um constante processo conflituoso na luta pelo desenvolvimento.

Dentro das orientações desenvolvimentistas do Estado, vem-se dando atenção a regiões e espaços pouco antes lembrados. A questão fronteira e, principalmente, a nova lei que permite a abertura de lojas francas (free-shops) no lado brasileiro das 25 cidades que fazem fronteira com Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia,

<sup>27</sup>Neste trabalho, por Estado, adotou-se o conceito mais amplo de administração pública, utilizando o termo “Estado” como esfera oficial das diretrizes para as ações e atuações públicas dentro do país.

Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa vem tendo destaque nas ações públicas e na mídia brasileira. No Rio Grande do Sul, dez cidades se beneficiam com a implementação dessa lei e, Jaguarão, que faz divisa com Rio Branco no Uruguai, parece estar liderando as movimentações como forma de, ao mesmo tempo, fazer pressão ao governo brasileiro e preparar as cidades para o recebimento dessa nova oportunidade econômica.

## **2. Sobre os free-shops**

Como foi supracitado, vem-se discutindo, desde 2009, a abertura de lojas francas (free-shops) no lado brasileiro das fronteiras internacionais. Essa ideia, proposta inicialmente pelo deputado Ibsen Pinheiro, foi apresentada como Projeto de Lei no Congresso Nacional, em 2009. No documento, as justificativas trabalhadas pelo deputado versam sobre a necessidade de diversificação da economia nas cidades fronteiriças, também chamadas “cidades gêmeas”, que acabam pormenorizadas frente às irmãs do lado oposto uma vez que com o comércio diferencialmente tratado na questão tributária, trabalhado nestas cidades, compete com as irmãs brasileiras deixando-as em desvantagem. De acordo com o documento, vê-se esse cenário:

O comércio tipo free-shop é responsável pelo extraordinário desenvolvimento urbano das cidades uruguaias, paraguaias e argentinas de fronteira em função da geração de novos empregos que promoveu ao longo do tempo. Maior evidência deste fato se vê nas cidades uruguaias onde lojas com visual de primeiro mundo que comercializam (e contrabandeam) eletrodomésticos, bebidas, alimentos, roupas, medicamentos, produtos de informática, dentre outros, atraem brasileiros de todas as partes do sul do Brasil (...). Expressiva parcela da população destes municípios [brasileiros, na fronteira internacional] está desempregada, que pode ser claramente percebido pela quantidade de comerciantes informais nas ruas (BRASIL, 2009, s.p.).

Pode-se notar a questão econômica nos argumentos do documento, o que talvez sinalize qual é a grande preocupação dessas cidades fronteiriças. Em 2012 foi sancionada

a lei nº 12.723, que além de autorizar a instalação do comércio de free-shops nas cidades brasileiras de fronteira, estabelecia algumas diretrizes para essa atividade (BRASIL, 2012). No entanto, desde então, não houve nenhuma abertura dessas lojas nas cidades contempladas, e, mais especificamente no Rio Grande do Sul, as dez cidades (Santana do Livramento, Chuí, Jaguarão, Porto Xavier, Aceguá, Barra do Quaraí, Itaqui, Quaraí, São Borja e Uruguaiana) que se beneficiariam com essa atividade, estão em constante movimentação para que ela de fato aconteça. Uma série de assembleias, reuniões de discussão, notícias nas mídias locais, etc. vêm acontecendo para tratar do assunto.

Os esforços políticos para a abertura desses free-shops no lado brasileiro das fronteiras internacionais constituem o objeto desse estudo. Uma vez que a abertura desses empreendimentos visa à dinamização das atividades econômicas das cidades em questão, uma série de argumentos que afetam e alteram o funcionamento de toda a lógica desses espaços estão sendo postos em discussão. As reuniões acerca do assunto vêm acontecendo de forma organizada entre as dez cidades mencionadas, mas a administração pública do município de Jaguarão, que faz fronteira com a cidade uruguaia de Rio Branco, destaca-se por parecer ter tomado a abertura dos free-shops como sua maior empreitada. Ali, a gestão local e os representantes do poder público engajam-se em incorporar e propagar esses discursos.

Cabe também atentar ao tipo de economia usualmente presente na região de Jaguarão, de forma a compreender como a abertura dos free-shops auxiliaria na diversificação do setor na cidade. Assim como grande parte dos outros municípios gaúchos que fazem fronteira com o Uruguai, Jaguarão possui a base da sua economia na pecuária e nos serviços (FILHO, SEVILLA, AVILA, 2012). Além disso, há cerca de sete anos, conta com a presença da Universidade Federal do Pampa, o que acarretou uma nova dinâmica para cidade, bem como novas oportunidades e formas de se pensar e construir o espaço e a relação socioeconômica com ele. Ambos aspectos podem ter contribuído para essa emergência na busca por novas opções de setores econômicos.

### 3. Espaço, Estado e a administração pública local

Postas estas informações, parece ser importante traçar a relação entre o espaço e os papéis do Estado e da administração pública na manutenção deste para, dessa forma, refletir sobre as ações que vêm ocorrendo na cidade de Jaguarão e quais as motivações e orientações perpassadas por detrás delas.

Para Simmel, as cidades têm a capacidade de produzir formas sociais, de forma completa, como também de relacionar uma gama quase infinita de meios em tensão (LEDRUT, 1973 *apud* REMY, 2012). Essa mediação entre indivíduos e sociabilizações, proveniente das diversas formas que a cidade pode assumir frente às necessidades dos homens, dá espaço à ideia de Vainer anteriormente apresentada. Como espaço de interações e relações, ela também é espaço de poderes.

Quando Sennett afirma que “a cidade tem sido um *locus* de poder, cujos espaços tornaram-se coerentes e completos à imagem do próprio homem” (SENNETT, 2003, p. 24), ele faz pensar também que, em reflexo a isso, os indivíduos dependem dessa cidade. Os novos significados da cidade, e assim dos conceitos que envolvem sua dinâmica, demonstram sua transformação em sujeito e ator econômico, onde não mais os indivíduos têm voz frente ao poder público, e sim outros grupos, aliando-se a ideia de Vainer (2000) e ao que parece estar em andamento em Jaguarão, grupos empresariais ou com formas empresariais, que passam a servir de modelo e orientação às ações coletivas.

Esses modelos orientacionais, no entanto, não são exclusivos de uma ou outra cidade. Tem-se observado que a administração pública voltada a fins economicamente orientados, em busca de um novo setor econômico específico e, por que não, salvador dos problemas, vem sendo cada vez mais recorrente. Se dedicarmos um momento para refletir sobre as alterações no espaço em vias de melhoria de uma atividade econômica específica, concluiríamos que essa é uma realidade mais comum do que se imagina. As dinâmicas alteradas pela administração pública para o recebimento de novos polos industriais, polos navais, centros esportivos e de eventos visando ao turismo, etc., são inúmeras e ligam-se ao observado nas cidades de fronteira para a abertura dos free-shops.

De forma a compreender as novas dinâmicas em curso nas cidades de fronteira, cabe compreender inicialmente os agentes responsáveis pelas orientações dessas dinâmicas. O Estado, compreendido aqui como o agente de “ficção coletiva”, unificador das lutas de interesse e dos campos de poder que permeiam a sociedade como um todo (BOURDIEU, 2014), tem grande papel nesse processo. Vitte (2006) discorre sobre as responsabilidades de cada instância de administração pública, discutindo que cada vez mais as instâncias locais, ou, os municípios, têm mais responsabilidades e maior papel no planejamento da gestão pública, uma vez que a instância maior, ou o Estado, orienta uma diretriz única e generalizante de forma a conceder autonomia ativa a cada instância local dentro daqueles padrões esperados.

No entanto, apesar das aparentes semelhanças, para Dittrich (2012) as fronteiras constituem realidades bastante complexas, uma vez que as suas materialidades são diferentes daquelas concepções e representações praticadas em espaços não fronteiriços. Nesses locais é fácil enganar-se considerando apenas o aspecto geográfico como limitador, uma vez que a fronteira da civilização, a fronteira espacial, a fronteira de cultura, de visões de mundo de etnias, de história e a fronteira do humano (DITTRICH, 2012) são aspectos igualmente importantes na configuração das dinâmicas do espaço, da relação dos indivíduos para com ele e das ações desenvolvidas ali. Para Prado (2014) toda a gama de conceitualização de “fronteira”, ainda encontra-se de certa forma incompleta, “e não atende aos objetivos dos estudos envolvendo as dinâmicas econômicas, migratórias, políticas, sociais e culturais” (PRADO, 2014, p. 4).

É importante destacar, ainda, que o Governo Federal vem dando especial atenção às regiões de fronteira, reconhecendo que, historicamente, esses locais não receberam os mesmos incentivos e não tiveram as mesmas oportunidades de regiões mais centrais (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2009). Dessa forma, parece que há certa preocupação em integrar a região fronteira ao mesmo modelo de administração que se vem pautando as demais regiões do território brasileiro.

A fronteira Brasil-Uruguai, além disso, têm dimensões próprias bastante específicas. Golin (2002, p. 52) fala em um “espaço social construído historicamente”, uma vez que pelas características socioeconômicas, culturais e geográficas compartilhadas entre os

municípios fronteiriços dos dois países, seria errado classificar esses espaços apenas juridicamente, não levando em conta os aspectos subjetivos encontrados ali.

Assim, apesar de o discurso de diferenciação que os espaços fronteiriços vêm tendo frente aos demais espaços, não há a preocupação direta em considerar essas diferenças no planejamento administrativo, e sim uma motivação de igualá-los aos espaços não fronteiriços em aspectos econômicos, desenvolvimentistas, sociais e espaciais. Vitte (2006) ainda discute sobre a dimensão política e quanto às instituições têm papéis decisivos nos debates sobre desenvolvimento local, o que leva a refletir sobre tudo que está intrínseco nessas relações, nas lutas e formas de poder que desenham essas linhas, como e por quem elas são orientadas.

Quando se pensa em desenvolvimento, apesar da linha tênue, é preciso especificar a qual desenvolvimento está se referindo. Ferreira (2010, p. 25), ao dialogar com o desenvolvimento urbano, classifica-o como “a criação de entornos institucionais políticos, econômicos, sociais e culturais capazes de impulsionar o desenvolvimento do potencial local, conjugando crescimento econômico, político e social”. O que se comumente vê, no entanto, é uma extrema preocupação com o desenvolvimento econômico mesmo quando este se liga às outras formas de desenvolvimento. Ante o que vem sendo discutido até o momento, retornando à ideia de integração dos espaços fronteiriços às lógicas trabalhadas nas demais regiões do território brasileiro, o econômico claramente se sobressai.

Esses discursos pró-desenvolvimento, assim, têm sua base na escala de poder estabelecida entre os atores que o propagam. Como já foi dito o Estado, aqui, versa como a maior instância orientadora das ações locais, uma vez que dá condições e incentiva às ações no microcosmo municipal, tornando palpáveis as esperanças de desenvolvimento e, de certa forma, busca por igual relevância no cenário brasileiro como todo. Esse papel incorporado pelo Estado e aceito pelas instâncias locais faz parte de um conjunto de normas e regras naturalizadas pela sociedade como um todo: uma vez que é usual concordar e aceitar uma orientação advinda da instância mais alta, essa prática se torna um costume naturalizado e legitimado por todas as partes envolvidas (BOURDIEU,

1989). Com isso, volta-se ao debate de quão válidas são as ações pró-desenvolvimento quando elas não são pensadas em uma escala local, e sim generalizadas.

Dentro da administração pública local especificamente, é importante destacar que esse poder simbólico responsável pelo convencimento da positividade das ações desenvolvidas no município obedece a certos sistemas de símbolos e tomadas de posição advindas de um representante oficial, com legitimidade e confiabilidade suficientes para representar essa orientação desenvolvimentista e torná-la, mais uma vez, legítima (BOURDIEU, 2007; 2008).

#### **4. Considerações finais**

Posto que o desenvolvimento econômico do Brasil, e assim também do Rio Grande do Sul está em constantes modificações, o estudo de como os pontos do Estado se relacionam com as suas oportunidades econômicas e agem sobre elas, pode contribuir para se compreender como são pautadas as ações públicas locais. Espera-se, com isso, compreender como acontecem as adaptações locais na questão da gestão e planejamento do espaço frente às orientações advindas de uma instância maior, o Estado, e como os indivíduos representantes do poder público local incorporam e propagam esses discursos.

O cunho complexo de tais ligações demonstra que falar de administração pública e, mais, de administração pública em espaços onde se salientam tantas lutas (de poder, de tentativa de crescimento, de reconhecimento), é uma tarefa complicada. Pode-se cair no senso-comum e considerar que as ações desenvolvimentistas são apenas positivas e visam um bem comum, mas é preciso refletir para além disso.

Uma vez que as novas dinâmicas buscadas nos espaços de fronteira demonstram toda uma alteração da lógica desses locais diversos argumentos (políticos, privados, da sociedade civil, da mídia, da academia, etc.) são colocados em jogo, demonstrando que a amplitude das ações sinaliza que não tem se dado a devida importância ao assunto.

A partir daqui, traçar uma intersecção entre as particularidades do espaço fronteiro, a gestão administrativa municipal, o papel do Estado na construção desse

discurso faz-se essencial para compreender quais são as motivações e implicações desse processo e como ele vem se dando na micro escala local.

Organizar as falas desses atores, os debates acadêmicos, as instâncias oficiais e o que vem realmente sendo posto em prática são alguns dos desafios imediatos, tendo em mente que “os pontos de vista mais familiares são suscetíveis, por esta mesma razão, de nos escaparem” (HUME, *apud* DUMONT, 2000, p. 32). Com isso, pode-se pensar que não só se naturaliza uma série de situações e acontecimentos, mas também se os toma como definitivos (RODRIGUES, 2013). Isso leva a pensar-se o quanto a lógica desenvolvimentista, voltada principalmente ao desenvolvimento econômico, não está intrínseca no pensamento das administrações públicas, privadas, educacionais e de outras instituições que, a princípio, não aparentam primar por essa característica.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrandbrasil, 1989.

\_\_\_\_\_. *Sobre o Estado*. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional: Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. 2009. Faixa de Fronteira. *Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDF*. Secretaria de Programas Regionais. Disponível em: [http://www.mi.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=e5ba704f-5000-43df-bc8e-01df0055e632&groupId=10157](http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=e5ba704f-5000-43df-bc8e-01df0055e632&groupId=10157). Acesso em: 15 de outubro de 2015.

\_\_\_\_\_. Projeto de Lei nº 6.316, de 2009. *Dispõe sobre a instalação de Free Shopping nas faixas de fronteira*. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/822304.pdf>>. Acesso em: 10 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.723, de 9 de outubro de 2012. *Dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas e dá outras providências, para autorizar a instalação de lojas francas em Municípios da faixa de fronteira cujas sedes se caracterizam como cidades gêmeas de cidades estrangeiras e para aplicar penalidade aos responsáveis dos órgãos da administração direta ou indireta que dolosamente realizarem*

*importação ao desamparo de guia de importação*. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12723.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12723.htm)>. Acesso em: 13 de julho de 2015.

CASTELLS, Manuel. BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. In: *Novos Estudos CEBRAP*. Tradução de Omar Ribeiro Thomaz. N.º 45, julho 1996, São Paulo, p. 152-166.

DITTRICH, Ivo José. Apresentação, representação e metaforização das fronteiras: reflexões interdisciplinares. In: *Textos&Debates*, Boa Vista, n.22 p. 31-45, jul./dez. 2012.

DUMONT, L. *Homo Aequalis* – gênese e plenitude da ideologia econômica. Bauru: EDUSC, 2000.

FERREIRA, Aurilene dos Santos. Instituições políticas locais versus instrumentos de planejamento e gestão urbana no município de Itaituba-PA. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, G&DR. v. 6, n. 3, p. 22-49, set-dez/2010, Taubaté, SP.

FILHO, Camilo Pereira Carneiro; SEVILLA, Gabriela Garcia; AVILA, RóberIturriet. Faixa de fronteira do Rio Grande do Sul: economia, infraestrutura e gestão do território. In: *Textos para Discussão FEE*, nº 107, out. 2012. Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2012.

GOLIN, Tau. *A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. 2ª ed. (Coleção Documentos Brasileiros). Porto Alegre: L&PM, 2002.

GRÜN, R. *Modelos de empresa, modelos de mundo: sobre algumas características culturais da nova ordem econômica e da resistência a ela*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 14 nº 41, Outubro, 1999: 121-140.

HARVEY, D. *From Managerialism to Entrepreneurialism: The Transformation in Urban Governance in Late Capitalism*. *HumanGeography*, vol. 71, n.1, 1989.

PRADO, Henrique Sartori de Almeida. Lojas francas, a fronteira e as perspectivas para as cidades-gêmeas brasileiras. In TELES, Reinaldo Miranda de Sá e PIERI, Vitor Stuart Gabriel. *Turismo e Paradiplomacia das Cidades*. Rio de Janeiro: Cenegri, 2014.

REMY, Jean. Granciedad y pequeñaciudad: tensiones entre sociabilidad y estética enSimmel. In: *Ciudades de Georg Simmel: lecturascontemporâneas*. Santiago del Chile: EdicionesUniversidad Alberto Hurtado, 2012. p. 21- 54.

RODRIGUES, Marcio Silva. *O novo ministério da verdade: O discurso da VEJA sobre o campo do Ensino Superior e a consolidação da empresa no Brasil*. Tese (Doutorado em

Administração), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico. Programa de Pós-graduação em Administração, 2013.

SENNETT, Richard. Boundaries and Borders. In: *Living in the Endless City*. Ricky Burdett, Deyan Sudjic (orgs). London: Phaidon Press, 2011. p. 324-331.

\_\_\_\_\_, Richard. *Carne e pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental*. Tradução de Marcos Aarão Reis. 3ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2003.

\_\_\_\_\_, Richard. *The Open City*. Lecture transcription of the Understanding Society: Centre for Research in the Arts, Social Sciences & Humanities, University of Cambridge, 2013. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ouyHey4QuUE&feature=youtu.be>>. Acesso em: 28 de novembro de 2014.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria – Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In Arantes, O. Vainer, C. Maricato, E. *Acidade do pensamento único / desmanchando consensos*. Petrópoles, Editora Vozes, 2000.

VITTE, Claudete de Castro Silva. Gestão do desenvolvimento econômico local: algumas considerações. In: *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Vol. 8, N. 13, p. 77-87, Set. 2006.

# Representações sociais e conflito socioambiental: o caso envolvendo pescadores artesanais e o polo naval em Rio Grande/RS<sup>28</sup>

Rafaella Egues da Rosa<sup>29</sup>  
William Héctor Gómez Soto<sup>30</sup>

## 1. Introdução

O Rio Grande é um município fundado em 1737, situado no Rio Grande do Sul, entre a Lagoa Mirim e a Lagoa dos Patos. Caracterizado por ser um território peninsular, essa particularidade geográfica e ambiental direcionou diretamente a forma de consolidação da economia da cidade, voltada para o âmbito marítimo. Assim, o município tornou-se essencialmente portuário e também marcado pela atividade pesqueira.

Entre as localidades dispostas ao redor da Lagoa dos Patos, o município do Rio Grande ocupa o segundo lugar com maior número de pescadores (sendo inferior somente a São José do Norte). No entanto, a atividade pesqueira artesanal vem sendo impactada de inúmeras formas em toda a Lagoa, mas em Rio Grande, essa problemática é marcada peculiarmente pela relação conflituosa existente entre o setor portuário e a pesca. Com o último grande investimento realizado na área portuária, ou seja, o Polo Naval, esse cenário voltou a ser agravado.

A construção do Polo Naval no município, presente no projeto de revitalização da indústria naval, decorre da intenção do governo Lula em reaquecer o setor no Brasil, auxiliando a indústria de petróleo e gás assim como a ampliação da autonomia do transporte marítimo (IPEA, 2013). No momento em que essa política foi inserida nos objetivos do PAC é que o Rio Grande foi abarcado ao projeto nacional. Com a integração

<sup>28</sup>Este trabalho, apresentado no III Seminário de Integração Sociológica compreende, de forma resumida, algumas reflexões e conclusões alcançadas na minha dissertação de mestrado.

<sup>29</sup>Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e graduada em Tecnologia em Gestão Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

<sup>30</sup>Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professor da Universidade Federal de Pelotas. Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e graduado em Economia Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua.

ao PAC, o investimento na indústria naval foi indicado como um dos principais setores responsáveis pela geração de emprego e renda.

A implantação do Polo Naval no Porto da cidade teve início em 2007. No referido ano, a cidade recebeu a primeira plataforma (denominada P-53), com o objetivo de finalizar sua construção. Além das plataformas, o Polo Naval é voltado para a construção de Cascos, Navios sonda e dos Estaleiros e também acarreta o crescimento de outras áreas que abarcam o setor das navipeças, isto é, o setor caracterizado pela produção de peças e equipamentos fornecidos à indústria naval.

Salienta-se que os bairros consolidados ao entorno da área portuária são decorrentes dos projetos de crescimento econômico que acarretaram a construção do Porto Novo e do Superporto<sup>31</sup>. Tendo em vista a priorização dos interesses do governo nacional, esses bairros sempre ficaram condicionados aos seus interesses e empreendimentos. Eles surgiram com e para a expansão da área portuária, seus moradores foram historicamente prejudicados com os processos de estagnação da economia no município e atualmente são impactados e realocados para ceder lugar às atividades do PAC. Desse modo, tem-se a emergência de diversos conflitos sociais e, entre eles, conflitos socioambientais, pois a cidade do Rio Grande se transforma de acordo com as lógicas das políticas nacionais.

O Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil realiza, desde 2011, um trabalho de mapeamento dos conflitos ambientais e urbanos do município do Rio Grande, com o intuito de – a partir deles – problematizar os discursos sobre o “desenvolvimento” do Polo Naval. (SANTOS, 2013; SANTOS; MACHADO, 2013). Percebe-se, a partir disso, uma intensa recorrência de conflitos convergindo com o período mais glorioso das atividades do megaempreendimento naval, reconhecido como símbolo de desenvolvimento. Logo, a intensificação de conflitos socioambientais e os impactos principalmente sofridos nas comunidades presentes no entorno do Porto do Rio Grande demonstram que há uma ligação direta entre essas ações presentes nesse projeto desenvolvimentista e casos de injustiça ambiental. Nesse sentido, podem-se ressaltar os casos envolvendo os bairros localizados ao redor da área portuária.

<sup>31</sup>O Porto de Rio Grande é dividido em três áreas: Porto Velho, Porto Novo e Superporto.

Ocorreu, por exemplo, em 2012 uma ampliação dos empreendimentos portuários<sup>32</sup>, que resultou na remoção dos moradores da Vila das Barraquinhas, comunidade composta por vinte e duas famílias que dependiam da pesca artesanal na Lagoa dos Patos (SANTOS, 2013). Outros bairros, como a Barra, Barra Nova, Santa Tereza e Getúlio Vargas também sofrem com a possibilidade de remoção dos moradores para dar lugar à ampliação das atividades portuárias. Em todas essas localidades encontram-se pescadores artesanais, o que torna ainda mais complexa essa questão, tendo em vista a proximidade dessas comunidades com a Lagoa dos Patos. Na Barra Nova, por exemplo, “38% das pessoas desenvolvem atividades relacionadas com a pesca” (ALMEIDA et al., 2012, p. 201).

É neste cenário que insere-se o conflito problematizado na presente pesquisa envolvendo o bairro Santa Tereza. Este é um bairro quase centenário do Rio Grande, consolidado no município a partir da instalação de diferentes empresas na área portuária que necessitaram alocar seus operários nas localidades do entorno. No bairro residem 712 pessoas distribuídas entre 246 residenciais (ALMEIDA, et al., 2012, p.201). Desde a sua constituição, o bairro apresenta problemas ambientais, pois se consolida a partir de uma área aterrada.

Assim, a seguir, é apresentado no texto o principal aporte teórico utilizado, isto é, as Teorias do Espaço (2006) e das Representações (1983) de Henri Lefebvre e a teoria das Representações Sociais (2012) de Serge Moscovici e em seguida é apresentada, de forma sintetizada, a análise feita dos dados coletados.

Cabe ressaltar que para realizar a pesquisa foram feitas 9 (nove) entrevistas semiestruturadas (além das entrevistas exploratórias) com cinco pescadores envolvidos oficialmente no conflito com a Quip S/A, o secretário municipal da pesca, o advogado mediador do conflito, o secretário municipal de meio ambiente e um ex-técnico ambiental do Programa de Educação Ambiental do Porto do Rio Grande. Estas entrevistas foram realizadas entre outubro de 2014 à janeiro de 2015 e analisadas a partir da técnica de análise categorial presente na Análise de Conteúdo segundo Bardin (2004). Os conceitos-chave que guiaram a pesquisa e foram operacionalizados a partir

<sup>32</sup>Construção do Dique Seco e ampliação da empresa Bunge Fertilizantes.

da delimitação dos indicadores e categorias são: contradições do espaço, espaço vivido e representações da pesca.

## **2. Uma reflexão sobre conflitos socioambientais**

É de interesse neste trabalho direcionar a teoria do espaço de Henri Lefebvre para as questões ambientais, o que permitiu posteriormente pensar sobre o conflito em análise na presente pesquisa. Diante disso, destaca-se que a questão ambiental insere-se no âmbito do espaço e de sua produção, visto que essa produção envolve a transformação na Natureza primeira pelo homem e os modos pelos quais a sociedade produz o espaço se mostram passíveis de acarretar problemas ambientais. Com efeito, compreender que o espaço é uma produção social remete “à compreensão de que a questão ambiental decorre das relações entre os homens e não apenas das relações entre os homens e natureza” (PEREIRA, 2001, p. 35).

Nesse sentido, o capitalismo, que possui uma lógica específica com relação à produção, aparece como potencializador das contradições do espaço. Nessa linha, Pereira ressalta (2001, p. 35):

Ao produzir o espaço urbano, a sociedade se apropria da natureza e a transforma, criando mercadorias desejáveis e indesejáveis. As mercadorias desejáveis fazem parte do ideário do desenvolvimento: objetos, serviços, equipamentos, que vão desde automóveis e casas até serviços telefônicos e de infra-estrutura. As mercadorias indesejáveis são aquelas que não foram planejadas como mercadorias, são consideradas desvios do modelo de desenvolvimento: alimentos deteriorados, automóveis poluidores e também sub-habitações, “lixões”. Os produtos pensados para o desenvolvimento, ao se transformarem em problemas, demonstram as contradições do processo de produção. A compreensão da questão ambiental passa, portanto, pela compreensão da complexidade do processo de apropriação, produção e consumo do espaço (PEREIRA, 2001, p. 35).

Destaca-se, inicialmente, que o conflito, objeto de estudo em questão, apesar de emergir através de novas contradições do espaço, vincula-se a contradições já existentes.

Nesse sentido, como enfatiza Lefebvre, não se pode desconsiderar a história que constitui esse espaço, pois as “*contradições do espaço* procedem, em parte, de antigas contradições, oriundas do tempo histórico, modificando-as: ora agravando-as, ora atenuando-as”. (LEFEBVRE, 2006, p. 50) [grifos do autor]. Entende-se, portanto, que os conflitos da realidade não são apenas contradições entre interesses divergentes dos grupos sociais, mas são também contradições históricas.

A produção, na teoria lefebvriana, toma dois sentidos. Está relacionada à produção de coisas, ou seja, de produtos quantificáveis e à produção do que o autor denomina como obra. Produzir obras refere-se a produzir toda a vida social que extrapola o âmbito da economia e do mercado, mas que também está relacionado a ele, vincula-se, por exemplo, à produção de relações sociais, da história, do espaço e do tempo.

Nesse sentido, a produção do espaço encontra-se para além da produção de coisas, insere-se na ordem da obra. Para tratar da produção do espaço na concepção lefebvriana torna-se importante destacar dois relevantes conceitos, que são “primeira Natureza” e “segunda Natureza”. A primeira Natureza fala sobre “a matéria, as energias” (LEFEBVRE, 2006, p. 4), enquanto a segunda Natureza engloba o “efeito da ação das sociedades” (LEFEBVRE, 2006, p.4) sobre a primeira Natureza. Assim, a produção do espaço vincula-se aos fatores da segunda Natureza.

Enquanto criação do homem a partir da transformação da “primeira Natureza”, o espaço é considerado produto por Lefebvre. Como tal depende dos atos de produção que o concebem, ele não existe de forma autônoma e por “si mesmo” (SCHIMID, 2012, n.p.). Embora o espaço seja produzido e, por conseguinte, produto, isso não traz um caráter de passividade ao espaço. Nas palavras de Lefebvre (2006, p. 5):

O espaço não pode mais ser concebido como passivo, vazio, ou, então, como os “produtos”, não tendo outro sentido senão o de ser trocado, o de ser consumido, o de desaparecer. Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças

produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais [grifo do autor].

Nessa linha, o espaço aparece como produto-produtor, agente ativo na produção de relações sociais, de símbolos e representações, agente ativo na produção de si mesmo. Logo, o espaço pode ser caracterizado como mediação da práxis.

Além disso, o espaço contém em si as diferentes dimensões que compõem a realidade social, pois articula o social ao histórico e o mental ao cultural (LEFEBVRE, 2006). Desse modo, é no espaço que se dá a articulação entre indivíduo e sociedade e é nele que se tem a produção não só de relações econômicas, mas de relações sociais. Refletindo através da abordagem do espaço de Henri Lefebvre, pode-se dizer que ele não se refere ao espaço físico tão somente e tampouco se restringe a um espaço puramente social, mas engloba os dois sem segmentá-los – ambos se misturam, um depende do outro para existir. Assim, a produção e reprodução do espaço pressupõem produção e reprodução de relações entre objetos e relações humanas.

Vale evidenciar também o caráter triádico da dialética lefebvriana. Nesse movimento dialético, a produção do espaço vai estar relacionada a três dimensões do espaço que se vinculam - dialeticamente. São elas: o espaço percebido, o espaço concebido e o espaço vivido.

A primeira esfera contempla as práticas espaciais, de produção e reprodução e, nesse sentido, garante certa continuidade. O espaço percebido articula a “[...] realidade cotidiana (o emprego do tempo) e a realidade urbana (os percursos e redes ligando os lugares do trabalho, da vida ‘privada’, dos lazeres)” (LEFEBVRE, 2006, p. 40). Esse espaço é marcado pela percepção que engloba tudo aquilo que se apresenta aos sentidos sendo que esse aspecto “perceptivo do espaço relaciona-se diretamente com a materialidade dos “elementos” que constituem o ‘espaço’” (SCHMID, 2012, n.p.).

O espaço concebido, por sua vez, é caracterizado pelas representações do espaço, pois “[...]o espaço não pode ser percebido enquanto tal sem ter sido concebido previamente em pensamento” (SCHMID, 2012, n.p.). Pensamento este que se vincula à produção de conhecimento. É o espaço dominante, composto pelas relações de produção, onde são concebidos, intelectualmente, signos verbais que configuram as

concepções do espaço (LEFEBVRE, 2006). Logo, apresenta-se como espaço hierarquizado onde prevalece o conhecimento técnico.

Por último, o espaço vivido refere-se aos espaços de representação. Caracteriza-se por ser o espaço dominado, espaço dos habitantes e dos usuários, onde também são produzidos símbolos e signos não verbais (LEFEBVRE, 2006), é nele que se expressa a experiência vivida (SCHMID, 2012, n.p.). E, como pontua Coelho-de-Souza (2013, p. 7), o espaço vivido “[...] tem por origem a história de um povo e cada indivíduo seu, contém os lugares das situações vividas, portanto, implica o tempo, ele é essencialmente qualitativo, fluido, dinamizado”.

A triplicidade do espaço proposta por Lefebvre é essencial para a compreensão da produção do espaço que inclui essas três dimensões. Deve-se ter em mente que sua perspectiva converge, no espaço, a materialidade das práticas com aquilo que é pensado e sentido.

É a partir dessa fundamentação que se visualiza o conflito em questão, entendendo que ele expressa a contradição entre a reprodução do modo de vida da população e a reprodução da ordem hegemônica. Assim, reflexão proposta é pautada nas concepções de espaço social, produção do espaço e contradições do espaço, buscando entender o conflito entre a Quip S/A e os pescadores do bairro Santa Tereza, atentando-se prioritariamente para as contradições do espaço que se manifestam nestes últimos, ou seja, no espaço vivido.

Além disso, pretende-se entender as representações como fenômeno vinculado ao espaço tendo em vista que são nas relações sociais que ocorrem no espaço que se formam “imagens por meio de filtros de percepção derivados da cultura herdada e transformado pela experiência pessoal (ALMEIDA, 2011, p.11). A compreensão do espaço, da sua materialidade e simbolismo, possibilita o entendimento da relação entre prática e representação. Tais representações, para Lefebvre (1983), surgem na articulação dialética dos mesmos fatores que compõem o espaço: as dimensões social, psíquica e política da realidade.

No âmbito do conflito e das representações, como referido anteriormente, volta-se o olhar principalmente para as representações da pesca dos próprios pescadores, ou

seja, para o espaço vivido, espaço de representação, dos dominados, dos habitantes, que engloba as imagens e símbolos (LEFEBVRE, 2006). Esse espaço é o “[...] lugar das ambigüidades das relações sociais, entendido e sentido por meio das representações, cujos mundos se articulam com o saber, os sonhos, as lembranças e as ficções.” (ALMEIDA, 2011 p. 11). Para Lefebvre, as representações se formam através dessas relações sociais concretas, produzidas no espaço e no cotidiano.

Contudo, para abordar o fenômeno das representações recorre-se também a Serge Moscovici, por entender que a sua perspectiva pode contribuir e complementar a de Henri Lefebvre, o que favorece a presente pesquisa, tendo em vista que ela possibilita uma visão mais minuciosa acerca da formação das representações.

Assim, sua concepção tem o intuito de dar conta da dinamicidade da realidade social. Para o autor, as representações sociais que emergem no senso comum transitam em toda parte, são incorporadas, modificadas ou exterminadas pelas interações sociais, através da comunicação. Apesar de ser uma concepção flexível e que transita entre a ação e a estrutura, reconhecendo a importância de ambos para a construção dos fenômenos sociais, é importante o papel da dimensão estrutural, tendo em vista que grande parte das relações é firmada no interior do próprio grupo e conseqüentemente as representações são – em maior ou menor grau - compartilhadas entre a maioria de seus membros.

O que interessa para Moscovici é o processo de construção das representações sociais que está totalmente vinculado à dimensão da diferença presente na vida social. As novas representações surgem a partir dos momentos de confronto com o desconhecido. Elas são, “[...] no que se refere à realidade, [...] tudo o que nós temos [...]” (MOSCOVICI, 2012, p. 32), ou seja, todo o conhecimento que se tem desvinculado do âmbito científico sobre a realidade social e toda a capacidade que, de observá-lo e analisá-lo, é extremamente carregada de representações sociais.

Logo, o homem não tem acesso “direto” ao mundo social, pois sua visão, a forma com que interage e conduz suas ações são orientadas por todas as imagens e representações que constitui durante a vida. Portanto, o acesso ao mundo e seus processos comunicativos são inteiramente permeados pelas representações sociais, pois

“[...] todas as interações humanas, surjam elas entre duas pessoas ou entre dois grupos, pressupõem representações” (MOSCOVICI, 2012, p. 40). Ao focar precisamente este processo necessário para que as representações emergjam, Moscovici vai tratar de quatro conceitos centrais: familiaridade, não familiaridade, ancoragem e objetivação.

Durante o conflito socioambiental, os sujeitos se deparam com o desconhecido, com o diferente, e esse choque com o novo possibilita a emergência de novas - ou de transformações nas - representações. As representações já formuladas e incorporadas nos sujeitos criam um ambiente de familiaridade, e é justamente esse caráter que falta no que é incomum, o que intriga e desconforta a interação e a convivência com o mesmo.

Desse modo, a insurgência do que é distinto dispara nos sujeitos uma necessidade de significar o que até o momento encontra-se sem significado, o que se pode chamar de não familiar. Moscovici ressalta que “[...] a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não familiar, ou a própria não familiaridade” (2012, p. 54) [grifos do autor].

Logo, inseridos em um “universo consensual”, “a dinâmica das relações é uma dinâmica de familiarização” (MOSCOVICI, 2012, p. 55), onde se compreende o mundo social através da construção que previamente se tem dele. O conjunto de representações incorporadas é o que media a interação com o presente. Quando se está diante do incomum, é através do reconhecido, do comum, do familiarizado que se busca significar o desconhecido, ou seja, incluí-lo em uma “categoria conhecida”. Ao dar sentido ao não familiar, traz-se o que antes era distante para o interior do sujeito.

Também se destaca, a partir de Moscovici, a natureza convencional e prescritiva das representações. Nesse sentido, as representações aparecem como responsáveis por convencionalizar os diferentes fenômenos, situações, objetos e pessoas. Elas criam padrões aonde irão se inserir os novos elementos nos quais os sujeitos se deparam na realidade (MOSCOVICI, 2012, p. 34). Essa característica das representações prepondera dentro do processo de familiarização. Quanto ao seu caráter prescritivo, Moscovici defende que as representações se impõem, possuem uma dimensão estruturante. No entanto, ao penetrar e influenciar as mentes dos sujeitos também acabam por ser repensadas e rerepresentadas (MOSCOVICI, 2012, p. 37).

Contudo, é através dos aspectos que envolvem o fenômeno das representações sociais que se pretende trabalhar com as representações sociais da pesca dos atores sociais envolvidos no conflito socioambiental em questão, em especial, dos pescadores do bairro Santa Tereza. Assim, crê-se que a articulação entre os dois teóricos enriquece a pesquisa. O interesse de trazer a teoria de Moscovici para a análise do conflito que se busca entender enquanto expressão de novas contradições do espaço é fazer uso dos seus conceitos, que demonstram como as representações sociais são criadas em vinculação com outros elementos e representações presentes nas realidades dos grupos sociais e como elas são expressas e manifestadas.

### **3. Os impactos da expansão portuária em Rio Grande**

Destaca-se que, apesar dos conflitos e alterações sofridas desde as últimas décadas, a pesca artesanal é ainda hoje mundialmente responsável pelo sustento de milhares de pessoas. No entanto, são precárias as informações sobre “[...] condições técnicas, socioeconômicas e ambientais, incluindo o número de pescadores, modos de vida [...]” (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2013, p. 1). Nessa atividade, realizada em ambientes costeiros rasos e estuarinos, os pescadores costumam ser proprietários das embarcações, além de ser caracterizada pela utilização de tecnologias simples e do trabalho familiar.

Logo, se caracteriza por possuir forma própria estabelecida ao longo do tempo, mas suas técnicas sofrem mudanças a partir da exigência do mercado e da utilização de novas tecnologias (DIEGUES, 1999). No Rio Grande do Sul, a pesca artesanal “costuma ter início na infância, em continuidade à principal atividade e/ou profissão dos pais, sendo o conhecimento transmitido de pai para filho ainda na infância” (GARCEZ; SANCHEZ-BOTERO, 2005, p. 22). Esse estado aparece como “o quarto estado brasileiro mais importante na produção artesanal de pescado” e “o maior produtor brasileiro de camarão rosa” (GARCEZ; SANCHEZ-BOTERO, 2005, p. 18).

A Lagoa dos Patos, que alcança o objeto deste estudo, fica localizada na zona costeira do Rio Grande do Sul. Esse tipo de ambiente – lagoas costeiras – se apresenta

como berçário e área de alimentação e reprodução de diversas espécies que são fortemente afetados por ações antrópicas. Com a Lagoa não é diferente. Verifica-se a importância da Lagoa dos Patos no Rio Grande do Sul para a realização da atividade pesqueira, pois ela concentra a maior parte dos pescadores da região (GARCEZ; SANCHEZ-BOTERO, 2005). O seu estuário, que fica no extremo sul do estado, possui uma fauna e flora diversificada e é berçário de diferentes peixes e crustáceos, alguns de relevância comercial.

Abordar a temática da pesca significa tratar de algo extremamente relevante e foco de inúmeros debates e pesquisas atualmente, devido aos problemas que vem enfrentando (CAPELLESSO, CAZELLA, 2011; DIEGUES, 1999). É diante deste cenário, de impactos ambientais e diminuição de “recursos pesqueiros” (KALOKOSKI et al., 2006) que se insere o objeto da presente pesquisa. No entanto, o enfoque aqui adotado é essencialmente sociológico.

São ausentes as pesquisas que incorporam o âmbito social nessa problemática, em relação à realização de pesquisas voltadas para o âmbito biológico do ambiente. Poucas demonstram os impactos das transformações desse ecossistema na vida dos sujeitos que dele dependem. Nesse sentido, um dos entrevistados diz: “Então a gente sabe, eu brinco, a gente sabe o tamanho da escama do lado esquerdo da tainha, mas a gente não conhece o pescador que pesca a tainha” (Secretário Municipal da Pesca). Assim, além de possuir o intuito de focar um conflito envolvendo a pesca (que por ser um conflito ambiental é também social) e os impactos sofridos por um grupo de pescadores, volta-se o olhar para as representações acerca da pesca. Busca-se, então, evidenciar a dimensão social que perpassa essa questão e os sentidos, opiniões e ideias emitidos pelos sujeitos envolvidos.

Partindo da ideia de que a reprodução do modo de vida dos pescadores entra em choque com a ordem hegemônica representada pela reprodução das atividades portuárias no espaço, busca-se, entender como isso se reflete nas representações sociais da pesca dos sujeitos. Desse modo, nessa etapa do trabalho, visa-se a demonstrar a articulação que se estabelece entre o conflito (envolvendo os pescadores do bairro Santa

Tereza e a empresa de construção de plataformas offshore Quip S/A) e as representações sociais da pesca.

Num primeiro momento da análise buscou-se, a partir do material coletado nas entrevistas, identificar a(s) representação(ões) social(ais) da pesca presentes na fala dos sujeitos. Essa etapa apoia-se na identificação de elementos centrais formadores das representações (a questão de tradicionalidade da atividade; o envolvimento com outros interesses e usos do espaço; e a percepção de precariedade dessa atividade) que nascem a partir da vivência dos atores sociais, de seus contatos com a realidade e do arcabouço de representações que já possuem (MOSCOVICI, 2012). Posteriormente, se demonstra que a emergência do conflito entre os pescadores do bairro Santa Tereza e a empresa Quip S/A se dá em total articulação com um cenário de diversas contradições presentes no espaço expresso nas representações sociais.

No que tange à questão do caráter tradicional presente no exercício da pesca, nota-se o quanto essa profissão é diferenciada. Ela carrega, na maioria das vezes e no caso em análise, toda uma significação familiar e onde o “conhecimento é adquirido empiricamente e transmitido oralmente para as gerações futuras” (CHAMY, 2004, p. 8). É uma atividade aprendida na família, depende de um conhecimento que não é adquirido em livros, mas passado de pai para filho. Diante disso, apresenta-se, de modo praticamente indissociável, a vida familiar e social dos pescadores do seu “ambiente profissional”.

O conhecimento ajuda nós muito e a tradição antiga. A tradição antiga, né, um passando pro outro, então a gente vai aprendendo [...] na pesca com os pais. [...] Eu estudei muito pouco, tive que pará pra trabalhá, pra ajudá meus pais. Era muita criança em casa, então eu tinha que ajudá eles pra levá o que come pra eles. Meu pai não podia botá outro empregado (nós chamamo de proeiro), então eu era o proeiro dele, né. Eu ia, do tamanho do meu filho assim, eu ia lá puxá a rede. (Pescador 5)(sic).

No entanto, as entrevistas demonstram que essa referência à dimensão familiar se faz com um enfoque mais voltado para o passado. Os pescadores que restaram na Vila da Naba iniciaram na pesca por total influência familiar, mas atualmente encontram-se em

outro contexto, onde poucos membros (ou nenhum da família) exerce essa atividade e também vislumbram um futuro diferente para as próximas gerações.

Diante disso, é possível afirmar que a pesca está contida no espaço vivido, espaço de expressão do cotidiano dos sujeitos que o produzem e por ele são produzidos. Ela remete à prática dos habitantes e usuários desse espaço (LEFEBVRE, 2006). Suas representações, distintas quando se vinculam ou ao presente ou ao passado, apontam para as modificações historicamente ocasionadas no espaço. Modificações estas que se expressam no espaço físico, mas também no espaço mental.

O segundo elemento formador das representações da pesca emerge da relação estabelecida desta com outras práticas e elementos que compõem e produzem o espaço social. A partir da fala dos entrevistados é possível pontuar esses fatores, que acabam se tornando um obstáculo para a pesca artesanal. São eles: mudanças no clima (que resultam em chuvas mais frequentes e intensas), órgãos fiscalizadores (IBAMA e PATRAM); poluição das águas derivada do despejo de resíduos domésticos, industriais e da agricultura (que não se restringe ao âmbito local, mas que afeta a Lagoa dos Patos como um todo); obra de ampliação dos Molhes da Barra<sup>33</sup>; o caso de derramamento de ácido sulfúrico do Navio Bahamas, em 1998; e impactos causados pela empresa FERTISUL (empresa antecedente à Quip S/A na localidade).

Os últimos três fatores representados pelos entrevistados como obstaculizadores da pesca artesanal envolvem especificamente o setor portuário do Município. Diante disso ressalta-se que essas contradições envolvendo a pesca configuram uma realidade *sui generis* do Município riograndino. A pesca não é vista de forma isolada, pois o exercício de sua atividade está sempre atravessado por fatores percebidos como obstaculizadores, considerados os causadores dos danos e impactos ao ambiente, aos recursos pesqueiros e conseqüentemente à atividade pesqueira. Esse ponto demonstra

<sup>33</sup>Os molhes da Barra da cidade do Rio Grande são duas muralhas de pedras, construídas junto à desembocadura da Lagoa dos Patos (laguna), que adentram o Oceano Atlântico, por cerca de 4 Km. Podem ser divididos em Molhe Leste que se encontra no município de São José do Norte (RS) e possui atualmente uma extensão de 4,2 quilômetros e em Molhe Oeste, que se encontra no município do Rio Grande (RS) e possui uma extensão de 3,5 quilômetros. [...] Com o objetivo de aprofundar o canal de acesso ao Porto do Rio Grande, possibilitando, assim, a passagem de navios de maior porte, em maio de 2001 foi iniciada a ampliação dos Molhes da Barra (MOURA, 2009), que finalizou em fevereiro de 2011.

que as representações expressam as contradições contidas no espaço, ou seja, que este último é produzido por distintos interesses e práticas que acabam por entrar em choque.

Diante disso, como nos aponta Moscovici (2012), as percepções dos entrevistados se apresentam como respostas a estímulos do ambiente físico em que estão inseridos, mas que são constituídas por definições comuns do grupo social. A visibilidade ou invisibilidade de certos fatores não é fruto de falta de informação presente na visão dos sujeitos (mesmo que esse seja um aspecto que possa ser também pensado), “mas a uma fragmentação preestabelecida da realidade, uma classificação das pessoas e coisas que a compreendem, que faz algumas delas visíveis e outras invisíveis” (MOSCOVICI, 2012, p, 21). Logo, o olhar para a realidade não se dá de forma neutra. Nele está implicada toda a bagagem de representações sociais dos sujeitos.

Chega-se, portanto, ao terceiro elemento formador das representações sociais da pesca, referente à precariedade contemporânea da atividade. Primeiramente, as invocações que demonstram essa decadência da pesca estão relacionadas de forma direta à diminuição do pescado e conseqüentemente pescadores. Todos os entrevistados, sejam pescadores ou não, visualizam a pesca na Lagoa dos Patos dessa forma. Diante disso, ressalta-se que as representações são formuladas a partir de condições históricas particulares (ALMEIDA, 2011).

É a partir dessa constatação de modificações no ambiente natural que se chega às implicações disso na percepção dos pescadores do Santa Tereza da atividade pesqueira. Nesse sentido, mostra-se recorrente a comparação com o passado, percebido como época de abundância. Assim, constatar a diminuição é abordar as modificações ocorridas ao longo do tempo, a partir da percepção das contradições consolidadas historicamente no espaço. A fala dos sujeitos demonstra que a atividade pesqueira artesanal se apresenta de forma frágil, com pouca estabilidade.

Percebe-se que os três elementos constituintes da representação da pesca estabelecem uma direta associação: os impactos decorrentes das outras formas de uso e apropriação do espaço trazem como consequência esse cenário de insuficiência da pesca que, dentre outras coisas, expressa as modificações do caráter familiar da profissão. Assim, no espaço vivido se manifestam as contradições do espaço. A poluição causada

por empresas (algumas que atualmente nem existem mais) e os demais conflitos e impactos revelam-se na medida em que transformam o vivido, modificando a produção e reprodução da vida de seus usuários e emergindo nas suas representações. É diante desse cenário que se consolida o conflito entre os pescadores do bairro Santa Tereza e a empresa Quip S/A. Sua insurgência é atravessada por esses acontecimentos e representações e seus possíveis impactos causados só ganham demasiada atenção devido ao contexto em que estão inseridos.

Mais precisamente, o conflito entre a empresa Quip S/A e os pescadores do bairro Santa Tereza se deu a partir da execução de uma obra de ampliação do cais da empresa, realizada no primeiro semestre do ano de 2012. As modificações realizadas acabaram por impactar a pesca no canal Rio Grande, local de concentração dos pescadores do bairro. A partir disso, os 12 pescadores se mobilizaram e se organizaram para reivindicar a compensação ou reparação dos danos a eles causados. Atualmente, os pescadores esperam o recebimento de indenização (de cento e cinquenta mil reais, para ser dividida entre doze pescadores), acordada através de um advogado contratado pela empresa Quip S/A.

No entanto, perante isso, a posição da empresa é de abstenção de responsabilidade dos danos verificados na pesca no canal, como demonstra a fala do advogado mediador do acordo:

Em princípio eles querem fechar um acordo conosco, pra pagar, indenizar os pescadores, mas não por isso. [...] Eles querem fazer um outro cais ali daí impossibilitando total a pesca. [...] pescar. Todos eles até admitem isso desde que sejam ressarcidos da forma correta. Então esse impacto da primeira construção da Quip eles não têm interesse em indenizar. [...] Em relação a esses primeiros impactos aí que eles dizem “não, eu tenho todos os laudos, tenho tudo certo”. Só que o que eles pensam, eles pensam na construção deles, então o problema não é deles (*sic*).

Contrapondo a posição da empresa, diversas consequências são descritas pelos pescadores atingidos e também pelo advogado mediador do conflito. Primeiramente, ressalta-se que só os ruídos causados pela construção já se mostram impactantes em relação à diminuição de peixes na localidade, assim “Mesmo que não tenha o impacto

direto, só o barulho da construção da plataforma afugentava o peixe, então eles teriam que ir mais adiante pra fazer a pescaria deles” (Advogado) (*sic*). Verifica-se também a recorrente reclamação sobre a redução de peixes e crustáceos.

Na visão dos pescadores, foram causados pela empresa. Logo, o conflito aparece como intensificador das contradições do espaço (SOTO, 2012), da situação de precariedade da atividade pesqueira. A emergência de um conflito a partir da execução da obra da empresa Quip S/A só pode ser entendida vinculada a observação da produção desse espaço como um todo. Foram as distintas formas de apropriação e reprodução do espaço que se chocaram, intensificando as contradições já existentes na localidade.

Diante disso, o referido acontecimento passa a existir dentro de um modelo preestabelecido, ou seja, localizado enquanto fator obstaculizador da pesca a partir de todo o arcabouço de representações criado nesse sentido pelos pescadores. Esse processo das representações também pode ser caracterizado pelo processo de convenção, pois as representações “convencionalizam objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram, [...] as localizam em uma determinada categoria. [...] Todos os novos elementos se juntam a esse modelo e se sintetizam nele.” (MOSCOVICI, 2012, p. 34).

Também se destaca que o decréscimo de “recursos pesqueiros” na área resulta numa modificação da atividade que se mantinha da mesma forma desde quando fora iniciada na localidade, tendo em vista a necessidade de pescar em lugares mais longínquos. Uma modificação mais drástica encontrada na fala dos pescadores envolvidos no conflito com a empresa é a da migração de muitos pescadores para outras atividades profissionais. Ela, de fato, é a expressão do rompimento da reprodução desse modo de vida. Também se identifica a existência de moradores que continuam pescando, mas realizam simultaneamente outras atividades.

Esses elementos já apontam para as modificações ocasionadas no espaço vivido, tendo em vista que se referem a modificações que ao atingirem o espaço físico estão também afetando as práticas sociais e o cotidiano dos sujeitos. Logo, o que configura o espaço físico não pode ser concebido desconectado das demais dimensões que formam a totalidade do espaço (LEFEBVRE, 2006). Os bairros do entorno do Porto - o espaço

vivido - se criaram e se consolidaram em vinculação com as práticas engendradas no espaço e também em função dos elementos e características que permeiam o espaço concebido.

#### **4. Considerações Finais**

Nota-se, portanto que, além dos problemas identificados generalizadamente na pesca no estuário da Lagoa dos Patos, em Rio Grande encontra-se mais um elemento intensificador de tal cenário: o desenvolvimento do setor portuário no Município. Por isso a necessidade de entender como essas duas atividades (portuária e pesqueira) produzem o espaço e geram contradições.

A partir das entrevistas foi possível notar que os próprios pescadores apresentam a trajetória que aponta para o passado de fartura e autossuficiência da atividade pesqueira até chegar aos dias atuais representados por uma pesca marginalizada, precária e em declínio. Nesse sentido, o conflito com a empresa Quip vem para reforçar esse cenário, é uma nova contradição do espaço que se une às demais e às que historicamente marcaram e se acumularam no espaço. Estas contradições manifestadas no vivido apontam para a sua própria modificação, pois o embate entre as diferentes formas de apropriação do espaço resultou na subordinação da pesca tradicional a outros interesses e práticas.

Destaca-se que a presente pesquisa buscou analisar o conflito socioambiental de uma forma diferenciada, para além da constatação de que os atores da ordem hegemônica têm seus interesses alcançados e acabam impactando os sujeitos mais vulneráveis, nesse caso, os que realizam uma atividade tradicional, como os pescadores. A intenção foi considerar a dimensão histórica envolvida nessa problemática, articulando esta com o momento presente para entender a emergência do conflito.

Assim, o conflito socioambiental entre os pescadores do Bairro Santa Tereza e a empresa Quip S/A demonstra que, ao gerar novas contradições do espaço, está também reforçando antigas contradições, como as que ao longo do tempo vêm afetando a reprodução do espaço vivido ao limitar a pesca, atividade que expressa não só a

profissão, mas o modo de vida desses moradores; ou as contradições entre as formas de apropriação do espaço, tendo em vista, por um lado, o espaço a serviço dos interesses da ordem hegemônica - onde se reproduzem as relações de produção e expansão portuária - e, por outro, o espaço enquanto espaço dos habitantes, dos moradores, espaço de reprodução das relações sociais.

As contradições expressas no presente são dotadas de historicidade, ou seja, são constituídas historicamente e transformadas, reforçadas ou atenuadas por novas contradições. Esse fundamento lefebvriano, portanto, se apresenta no conflito travado entre a empresa Quip S/A e os pescadores do Bairro Santa Tereza diante da intensificação (ou significância) deste a partir do momento em que se considera seu contexto de emergência.

Percebe-se também que a ameaça de futuros impactos e conflitos também passa a existir e a fortalecer a situação de vulnerabilidade dos pescadores. Os interesses de ampliação e dinamização da área portuária onde está instalado o Polo Naval do Rio Grande colocam em risco a permanência de moradores – incluindo pescadores – nesse bairro e o conflito configura uma problemática potencial para a extinção dessa modalidade de pesca, pois agrava problemas já existentes e que historicamente vêm afetando essa atividade no local.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Andressa Colvara; FLORES, João Batista Teixeira; SILVA, Susana Veleda. Trabalho e moradia: o caso das áreas de expansão portuária do Rio Grande-RS. In: RA'EGA, 26, 2012, pp. 194-217

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições70, 2004.

CAPELLESSO, Adinor José; CAZELLA, Ademir Antonio. Os sistemas de financiamento na pesca artesanal: um estudo de caso no litoral Centro-Sul Catarinense. **Rev. Econ. Sociol. Rural** [online]. 2013, vol.51, n.2. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2011000200003&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2011000200003&script=sci_arttext&tlng=pt)> Acesso em: 07 fev 2015

CHAMY, Paula. Reservas Extrativistas Marinhas como Instrumento de Reconhecimento do Direito Consuetudinário de Pescadores Artesanais Brasileiros sobre Territórios de Uso Comum. In: **Digital Library of the Commons**. Indiana University, 2004

COELHO-DE-SOUZA, Carolina. **Leituras de Henri Lefebvre para os estudos iniciais sobre o conflito ambiental na Serra do Gandarela: o espaço da resistência?** In: Anais – Encontros Nacionais da Anpur. 2013, v. 15, p. 1-17. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4631/4500>> Acesso em: 28 abril 2014

DIEGUES, Antônio Carlos. A Sócio-Antropologia das Comunidades de Pescadores Marítimos no Brasil.. In: **Revista Etnográfica**, Vol. III (2), 1999, pp. 361-375.  
GARCEZ, Daniella; SANCHEZ-BOTERO, Jorge. Comunidades de pescadores artesanais no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. In: **Atlântica**. Rio Grande, 27 (1), 2005, pp. 17-29.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (Org.) PIRES, Roberto; GOMIDE, Alexandre; AMARAL, Lucas. **A ver navios? A revitalização da indústria naval no Brasil democrático**. Rio de Janeiro: Ipea, 2013.

KALIKOSKI, Daniela; VASCONCELLOS, Marcelo. Estudo das condições técnicas, econômicas e ambientais da pesca de pequena escala no estuário da Lagoa dos Patos, Brasil: uma metodologia de avaliação. In: **FAO, Circular de Pesca e Aquicultura**. No 1075, Roma, FAO, 2013, 200 pp.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 2006.

\_\_\_\_\_. **La presencia y la ausencia. Contribucion a la teoria de las representaciones**. Fondo de cultura económica: México, 1983.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais – Investigações em psicologia social**.ged, Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PEREIRA, Gislene. **A natureza (dos) nos fatos urbanos: produção do espaço e degradação ambiental**. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 3, p. 33-51, 2001.

SANTOS, Caio Floriano. Megaempreendimentos e conflitos socioambientais: o caso da habitação popular em rio grande/rs. In: **3º Workshop Internacional de História do Ambiente**, 2013, Florianópolis. Anais do 3º Workshop Internacional de História do Ambiente. Florianópolis: NEA, 2013. v. 1. p. 26-36.

SANTOS, Caio; MACHADO, Carlos. Extremo Sul do Brasil: Uma Grande “Zona de Sacrifício” ou “Paraíso de Poluição”. In: MACHADO, Carlos; SANTOS, Caio; ARAÚJO,

Claudionor; PASSOS, Wagner (Orgs). **Conflito Ambientais e Urbanos – Debates, Lutas e Desafios**. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

SCHMID, Christian. A Teoria da Produção do Espaço de Henri Lefebvre: Em direção a uma dialética tridimensional. Tradução: Marta Medeiros Marques; Marcelo Barreto. In: **GEOUSP – Espaço e Tempo**. São Paulo, n° 32, p. 89-109, 2012.

SOTO, William. Os conflitos ambientais e as contradições do espaço social: uma introdução à perspectiva lefebvriana. In: MACHADO, Carlos; SANTOS, Caio; ARAÚJO, Claudionor; PASSOS, Wagner (Orgs). **Conflito Ambientais e Urbanos – Debates, Lutas e Desafios**. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

# Divulgação Científica em Museus e Centros de Ciência: a construção social de uma ciência-espetáculo

Daniel Maurício Viana de Souza<sup>34</sup>

## 1. Introdução

A ideia da promoção de canais de representação e discussão democrática e integradora acerca da ciência e sua produção, deve passar pelo entendimento de que tais fenômenos se inserem numa relação de dependência e reciprocidade com demais elementos que compõem o tecido social. Contudo, há uma série de indícios que dão conta de que essas práticas de comunicação pública não possibilitariam um diálogo capaz de identificar com clareza que a ciência é, em última instância, socialmente construída.

Assim considerando, sobretudo no que tange ao horizonte específico dos museus e centros de ciência interativos (MCCI's), seria possível tecer ponderações no sentido de uma crítica que percebe na insistência da adoção de linguagens pautadas em uma historicidade progressivamente retilínea, associada a um superestímulo visual massificador de 'imagens/aparência', a afirmação de uma ideia de ciência universal e homogênea, a-processual e produtora de conhecimentos irrefutavelmente verdadeiros. Neste contexto, estariam implicados os parâmetros que definem a categoria do 'espetáculo', tal como teorizada pelo pensador radical francês Guy Debord.

Trata-se, assim, de refletir sobre os termos em que se estrutura a divulgação científica implementada através de exposições em MCCI's, atentando, em última instância, à própria construção daquilo que se pode denominar como "aparecer social" da ciência, condicionada aos parâmetros ideológicos da 'sociedade do espetáculo'. Com o intuito de subsidiar a reflexão, eminentemente teórica, da forma como apresentada aqui, evocamos alguns dados oriundos da investigação de campo operada no escopo de

<sup>34</sup>Doutorando em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre; e-mail: danielmvsouza@gmail.com

desenvolvimento de nossa tese de doutorado – sob a qual, vale acentuar, se encontra baseado fundamentalmente o presente artigo.

## **2. Divulgar ciência na linguagem interativa de exposições museológicas**

O caráter atual das propostas de divulgação científica começa a se delinear, segundo Reis (2005, p. 1), com o advento da cooperação entre ciência e técnica resultante da Revolução Industrial. Desde então, à medida que a ciência e tecnologia vão se tornando cada vez mais estratégicas para as estruturas econômicas, políticas e culturais, cresce ao mesmo tempo o interesse por assuntos referentes aos, assim considerados, avanços científicos e suas possibilidades de melhorar a vida cotidiana dos diversos extratos sociais. No Brasil, especificamente, somente a partir de finais da década de 1800 surgiram os primeiros empreendimentos neste sentido<sup>35</sup>. Praticamente dois séculos depois, e apesar do impulso tecnológico e conceitual presenciados desde a década de 1980, entretanto, ainda é possível observar múltiplas e significativas lacunas no que se refere concretização das expectativas quanto à promoção, por meio da divulgação científica, de um debate público acerca da ciência e tecnologia, que permita uma postura crítico-reflexiva do público diante de questões fundamentais e pertinentes à sociedade.

Do ponto de vista conceitual, há uma reconhecida multiplicidade de termos para designar tais práticas, que longe de evidenciar apenas uma confusão léxica, é de fato, representativa da miríade teórica das quais partem seus operadores, bem como dos seus diferentes objetivos. Operando um esquadramento mais cuidadoso é possível delinear particularidades, expressáveis em “modelos” analíticos diferenciados, que são ao menos quatro: ‘alfabetização científica’, ‘compreensão pública da ciência’, ‘ciência na sociedade’ e ‘cultura científica’. Os dois primeiros sustentam-se na ideia de que há um déficit de conhecimento por parte de grande parcela da sociedade acerca da ciência, seus

<sup>35</sup>Vale ressaltar aqui quetais experiências brasileiras, desde as mais embrionárias e fragmentárias, até as recentes e melhor estruturadas, foram fundamentais para a consolidação de uma tradição de pesquisa no país, e para o estabelecimento de uma mentalidade na qual se pregava a importância e a necessidade da ciência para o progresso da nação. Perspectiva que tem influenciado decisivamente não só as políticas públicas, como também, diversos setores e organizações da sociedade civil que, de alguma maneira, vislumbram nas ações de divulgação uma das mais poderosas ferramentas para o fortalecimento da democracia, inclusão social, dentre outras demandas de caráter coletivo no país.

significados, potencialidades e implicações e que, portanto, isto é um problema social que precisa ser sanado. Ao passo em que, nos demais, o objetivo é estimular o potencial crítico-reflexivo do sujeito não iniciado na ciência, através de uma perspectiva integral, na qual se evita o ajuizamento de valores entre “tipos” de saberes, mais ou menos válidos<sup>36</sup>.

Os quatro modelos de divulgação científica ora mencionados podem ser, portanto, reunidos em duas categorias mais globais, a do ‘déficit cognitivo’ e a ‘contextual’. De acordo com Baumgarten (2012, p. 87), o primeiro enquadramento reúne as concepções que partem da ideia de uma sociedade segmentada entre leigos e especialistas, e é imperativo que os conhecimentos científicos sejam transmitidos – com toda conotação determinista e assimétrica que este termo pode encerrar – aos não privilegiados. Já no esquema contextual, as ações de divulgação da informação científica são veiculadas circunstancialmente, levando-se em conta o cenário social particular ao desenvolvimento da produção de conhecimento e geração de tecnologias.

Seja como for, ou a partir de que modelo teórico esteja fundamentada, o fato é que nos dias atuais todo e qualquer projeto ou ação prática de divulgação científica objetiva, em última instância, cumprir um papel social de reforço da cidadania, promovendo um debate público e democrático acerca da ciência que vá além do simples difusionismo raso e instrumental. Para tanto, são empregadas técnicas e métodos de recodificação da informação científica visando alcançar uma linguagem amplamente compreensível, através da utilização de meios variados de comunicação. A este respeito, é importante a fala de Bueno (2009, p. 11), ao afirmar que “a ciência e a tecnologia, no mundo moderno, constituem-se em mercadorias, produzidas e apropriadas pelos grandes interesses”, e tanto suas fontes discursivas quanto a formatação linguística dos conteúdos difundidos, “podem estar absolutamente contaminadas por vínculos de toda ordem”.

<sup>36</sup>Não cabe aqui um aprofundamento acerca das características de cada um dos referidos modelos. De maneira que, para uma maior imersão neste debate, ver, por exemplo: BAUER, Martin, W. The evolution of public understanding of science – discourse and comparative evidence. In: **Science, Technology and Society**, England, v. 14, p. 221-240, 2009; e, VOGT, Carlos (org.) **Cultura Científica: Desafios**. São Paulo: Edusp, 2006.

As atividades concernentes à divulgação científica se projetam em diversas direções, que compõe, sobretudo, o universo discursivo dos meios massivos de comunicação, perpassando desde os canais mais amplamente consagrados, tais como, jornais, revistas, televisão e rádio, até instâncias formais de educação, centros interativos de ciência e tecnologia, chegando à criação de espaços informais de interlocução, como no exemplo dos museus e centros de ciência. Ocorre que neste cenário a ciência, como um produto a ser vendido, concorre com os demais disponíveis no mercado *mass media*, e para que isso seja possível, a adequação linguística necessária segue padrões e fórmulas comerciais marcadas pelo apelo imediato ao consumo, em outras palavras, de tipo espetacular.

Até mesmo como fruto das novas perspectivas de inserção da ciência e tecnologia no cotidiano do homem comum, os MCCI's caracterizam-se por lançar mão de variados meios de comunicação e de exposição de caráter autotensionado interativo, com vistas à aproximação e motivação, através da própria experiência. Embora essa tendência venha sendo cada vez mais abarcada, ainda há calorosas discussões quanto às reais possibilidades participativas e de acercamento da interatividade, levando em conta, principalmente, como se entende tal conceito e suas metodologias de aplicação em exposições. Nesta perspectiva, nos parece fundamental conceber a noção de interatividade encaixada no debate mais amplo proposto por Piaget, sobre como se processa a construção de conhecimento e suas implicações na própria forma como nos relacionamos com a realidade, em nível social.

Segundo o autor (1996, p. 39), em tais processos não se pode enfatizar nem sujeito, nem objeto, considerando se tratar de uma interação relacional entre estes dois elementos, atravessada por uma dialética de múltiplos sentidos possíveis. Logo, é exigida aqui uma premissa de reciprocidade na qual o sujeito age sobre o objeto ao mesmo tempo em que sofre sua ação. Interatividade, portanto, como “cooperação”, lógica de inter-relação social isenta da intervenção de qualquer elemento de autoridade ou de prestígio (ibid., p. 90). Tendo em vista justamente esta premissa, entende-se a fragilidade da defesa da interatividade, tal como enunciada na divulgação científica praticada em MCCI's, como norte da linguagem comunicacional basilar de toda

iniciativa expositiva em tais instituições. Há muitas críticas neste sentido, sendo as mais consistentes baseadas nos argumentos de que, por um lado, o que se postula como interação, não chega a passar de simples “reatividade”, em que o visitante se limita a apertar um botão e ver o que acontece; e por outro lado, ainda que se ultrapasse a mera reatividade mecânica, ainda se enfatiza em um número considerável de exemplos a exposição de produtos e resultados da ciência, desconectados de uma contextualização capaz de evidenciar seu caráter processual.

Seja como for, em MCCI's expor implica sempre em recontextualização do discurso científico, e isso ocorre desde a sua produção propriamente dita até o momento de apropriação e interpretação por parte do público. Neste sentido, estão implícitos, conforme Marandino (2005, p. 178-179) processos de adequação do saber especializado, por ela denominados de ‘transposições expositivas’. Esta perspectiva descreve algumas das principais características e consequências desta referida recontextualização, a saber: descontemporalização: o saber divulgado é retirado de seu tempo de origem e separado de seu contexto histórico; naturalização: o saber é recoberto com *status* de evidência incontestável; descontextualização: mais que uma retirada do contexto original, o saber sofre recontextualizações de acordo com as pretensões do discurso expositivo; despersonalização: o saber desvincula-se do agente produtor, ligando-se a novos horizontes de intenção (ibid., p. 171).

Ainda de acordo com a mesma autora (ibid., p.163), a questão problemática imposta a partir desta realidade é que em tais instituições a tendência percebida é a de uma representação acrítica da ciência, carente de maiores considerações acerca das implicações ideológicas presentes em suas construções e relações com a sociedade. As exposições em MCCI's, portanto, entendidas como unidades nas quais ocorrem processos de recontextualização do discurso científico, não deixam de implicar muitas vezes no erro da “espetacularização”, da construção de imagens “a-históricas”, “a-políticas” e descontextualizadas da ciência, tecnologia e seus produtos (ibid., p. 178).

Em exposições de museus – sobretudo nas de ciência – estariam, desta forma, presentes as categorias ideológicas de representação da “sociedade do espetáculo”. Hipótese reforçada por Huyssen (1996, p. 224), ao atestar que “o museu se tornou o

paradigma-chave das atividades culturais contemporâneas, ao ser exaltado como um local da cultura de massa, expressa através da *mise-en-scène* e do espetáculo<sup>37</sup>. Contudo, tal massificação, conforme adverte Lara Filho (2006, p. 95), “se assenta num caráter reducionista imposto pela comunicação”, resultante ideológico da inserção destas instituições na esfera da cultura de massa. Por esta razão, é preciso considerar que a lógica que rege as atividades expositivas operadas com vistas a divulgar ciência e tecnologia, é a do mercado, e portanto, assim como em “qualquer outro empreendimento comercial ou financeiro” os critérios de valor associados ao êxito desta comunicação com a sociedade são estabelecidos em termos de resultados numéricos e quantitativos, fundamentalmente.

A esta inserção dos MCCI's – e por consequência, da divulgação operada em suas exposições – no universo dos *mass media*, é importante acrescentar a reflexão de Morin (1990) acerca da produção e difusão de informação nestes espaços. De acordo com o autor, tais ações alimentam um imaginário universalista da ciência, criado em função, e de acordo, com as demandas e especificidades de uma relação comunicativa na qual o público é tomado como consumidor. Neste sentido, a informação divulgada assume, segundo Pechula (2007, p. 217), caráter ideológico, que “remete o receptor a uma visão ingênua e encantada acerca da ciência”. A divulgação científica, assim, “transforma esse conhecimento em espetáculo”.

### **3. A (in)ação ‘espetacular’ enquanto imagem do imediato**

O conceito de ‘sociedade do espetáculo’ é o fundamento de uma teoria radical que abrange diversos níveis de ações sociais, elaborada por Guy Debord, e desenvolvida com o auxílio dos seus colegas da Internacional Situacionista<sup>38</sup>. Ocupava-se com a problematização crítica da experiência social, como um todo, no contexto do

<sup>37</sup>Até mesmo o grande “boom” destas instituições nos últimos anos tem relação direta com ações, respaldadas, por exemplo, por políticas de marketing cultural advindas de empresas, estatais ou privadas, pertencentes a diferentes segmentos.

<sup>38</sup>Surgida no horizonte intelectual francês do final dos anos de 1950, a I.S. foi um movimento abrangente de caráter cultural, político, econômico, artístico e social, caracterizado pela forte tendência de contestação aos padrões europeus e às novas perspectivas advindas do processo de estabelecimento hegemônico norte-americano que avançava rapidamente em escala global naquele período.

capitalismo tardio, porém com ênfase nos usos e atribuições das linguagens e diferentes formas de comunicação. A própria palavra ‘espetáculo’ – do latim, *spectare* – remete, desde suas raízes etimológicas, às noções de contemplação e observação passiva, de maneira que, na concepção debordiana está atrelada à fragilidade da intervenção dos sujeitos na realidade social, que os qualificariam, em última instância, como “espectadores” de suas próprias vidas.

A natureza contemplativa inerente a tal conceito seria representativa da própria forma de se relacionar socialmente, em um momento histórico no qual a lógica mercantil (forma-mercadoria) teria atingido a ocupação total da vida social – em outras palavras, uma sociedade fundamentada no domínio da mercadoria como condição própria da existência social<sup>39</sup>. Ao considerarmos, nos termos propostos por Debord, a sociedade atual definida pelos contornos espetaculares, admitimos, aomesmo tempo – e como já havia feito Marx (1983, p. 125) – um caráter ‘fantasmagórico’ e ‘fetichista’ da mercadoria, que embora seja produto de determinações históricas e sociais, se mostra (aparece) objetivamente de forma ‘reificada’ através do recorte exclusivo sobre sua natureza física e como produto de “relações materiais” (“coisas entre coisas”), que seriam naturalmente dotadas de valores e significados próprios, independentes de uma exterioridade.

É importante observar que a instituição e, sobretudo, a extensão do espetáculo em sua forma integral<sup>40</sup> se deve em grande medida ao poder e abrangência das linguagens informacionais presentes nos diversos meios de comunicação de massa. A influência destas diferentes mídias – dentre as quais podemos incluir os MCCI’s – na formação da opinião pública, cumpriria o papel decisivo de “desinformar”, no sentido de alienar com vistas a potencializar a condição passiva dos indivíduos. A lógica do

<sup>39</sup>Devemos, entretanto, entender a ideia de mercadoria em sentido amplo, não só em sua natureza concreta, mas necessariamente simbólica, na medida em que, “para o ser social e sujeito histórico, o concreto e material só adquirem valor e sentido em função da carga afetiva, subjetiva, mítica e/ou ideológica neles investida” (EL HAJJI; OLIVEIRA, 2010, p. 49).

<sup>40</sup>Ao longo de sua obra Debord identifica três vertentes do ‘espetáculo’ que se sobrepõe sequencialmente. Na ordem, são elas: “concentrada”, em que se destaca uma ideologia centralizada em torno de uma personalidade; “difusa”, na qual, em virtude do movimento de globalização, há uma grande campanha ideológica a favor do consumo das novidades mercadológicas; e, “integrada”, na qual tanto a forma concentrada quanto a difusa do espetáculo se apresentam – ainda que de maneira diferente das originais – aumentando de tal maneira o alcance do poder espetacular, que “nada no mundo atual poderia existir fora dele”(1997, p. 173).

espetáculo integrado reside, assim, conforme afirmam Negrini e Augusti (2013, p. 8), na forma de integração da sociedade através da alienação, expressa no compartilhamento dos valores da passividade que são impostos pela mídia.

Nesse sentido, aponta Aquino (2006, p. 40), a apreensão crítica de Debord acerca do pressuposto marxiano do fetichismo mercantil, na sociedade do espetáculo, tem sua especificidade na questão da linguagem no horizonte comunicativo. O teórico situacionista centra, neste contexto, a crítica naquilo que identifica como uma “*ratio* mercantil anticomunicativa”, que expropriaria a potencialidade comunicativa por meio da supressão do diálogo e da instrumentação reificada da linguagem. Ao denunciar a natureza anticomunicativa do capitalismo contemporâneo em sua forma alienada de “pseudo-comunicação”, o autor (1994, p. 35), de certa forma, está amparado pela reflexão hegeliana acerca da experiência comunicativa operada por meios que permitem apenas uma espécie de contemplação reverencial, semelhante ao que ocorre no universo religioso. Nesta perspectiva, se encontra da mesma maneira influenciado pela concepção de espetáculo de Walter Benjamin na qual a própria comunicabilidade está em declínio em função da ‘fantasmagoria’ de sua experiência<sup>41</sup>.

Como instituições que contribuem ativamente na própria construção da realidade, os *mass media* definem, com efeito, o que seria “socialmente visível”. Os consensos acerca da agenda pública de discussões, ao se basearem, na grande maioria dos casos, na necessidade de fácil identificação e aproximação imediata com os temas/objetos da ação comunicativa, de acordo com Correia (2003, p. 8), acabam por privilegiar o espetáculo em detrimento de abordagens mais complexas, porém muitas vezes, forçosamente mais criteriosas. O efeito ideológico das linguagens comunicacionais baseadas em tais pressupostos se dá justamente pela deslegitimação de enfoques que poderiam ser considerados “difíceis” e ao mesmo tempo problematizantes. Trata-se, portanto, de uma ideologia da conformidade, pautada no

<sup>41</sup>Benjamin (1985) propõe tal conceito como alternativa às noções de fetichismo da mercadoria em Marx e ideologia em Lukács, consideradas por ele, como deficientes para a apreensão e análise dos fenômenos culturais no capitalismo moderno. De fato, a argumentação debordiana acerca do papel espetacular que cumpre as linguagens comunicativas na sociedade contemporânea, está inegavelmente influenciada, de maneira geral, pelo pensamento crítico da Escola de Frankfurt sobre a fragilidade da capacidade racional e reflexiva dos sujeitos sociais, que na condição de consumidores dos produtos da indústria cultural e da informação, refletem suas relações de apatia, conformismo e passividade.

princípio de que para se manter níveis desejados de consumo dos conteúdos comunicados (mercadorias) é preciso vulgarizar ao máximo a linguagem, não importando se isso implicará no “desarme” crítico e no esvaziamento da capacidade de imersão ativa dos sujeitos sociais que integram o público (consumidor) deste processo.

O quadro ora descrito corrobora a ideia de que os meios de comunicação de massa são, com efeito, um dos principais veículos de profusão ideológica<sup>42</sup>. E assumindo, tal como Debord (1997, p 137), que o espetáculo é a própria materialização da ideologia na contemporaneidade, entendemos que o condicionamento que exerce na representação social da ciência consequente da divulgação científica peculiar aos MCCI's, se alicerça primordialmente em dois vetores ideológicos: por um lado, a ‘imagem’ tomada como ‘aparência’; e por outro, a ‘(não)historicidade’ como supressão do tempo social<sup>43</sup>. Em ambos os casos há implicações e consequências diretas não só na maneira como são conduzidos os processos de difusão e debate público acerca da ciência, mas também, na forma como se apreende os produtos de tais empreitadas.

Imersa no cenário da sociedade do espetáculo, no qual predominariam as “categorias do ver” (ibid., p. 19), a imagem, é a própria “afirmação onipresente da escolha já feita na produção e sua consumação corolária” (ibid., p. 6). Com esta afirmação se procura ressaltar o fato de que tais imagens espetaculares submetem os sujeitos a vivências intersubjetivas que são imediatizadas na simples aparência, subsumindo os meios (linguagens mediadoras) através dos quais seria possível aprofundar a experiência, de modo a ultrapassar sua rasa superficialidade. Como consequência disto se constituem situações nas quais estariam sendo reforçadas posturas mais passivas/contemplativas (não comunicativas), do que propriamente ativas e participativas (ibid., p. 79).

Ao atribuir à questão da imagem papel de destaque em sua reflexão acerca da modernidade, Benjamin (1985) nos oferece algumas contribuições valiosas, sobretudo

42A este respeito ver, por exemplo: CARROL, N. **The Philosophy of Mass Art**. Oxford: Clarendon Press, 1997.; e, THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna** – Teoria crítica na era dos meios de comunicação de massa. São Paulo: Vozes, 1995.

43É importante acentuar que, muitas são as possibilidades de recorte no escopo da teoria do espetáculo, contudo, se identifica nas categorias ideológicas ora elencadas, em primeiro lugar, os fundamentos essenciais das sociedades nas quais imperam a lógica espetacular e, em segundo lugar, os conteúdos, práticas e processos mais caros às formas de linguagens comunicacionais próprias aos MCCI's

no que tange discussão da experiência comunicativa na cultura contemporânea do espetáculo. Segundo o autor, o superestímulo visual que caracteriza as sociedades sob o traço do capitalismo avançado tem provocado uma autêntica “censura no movimento do pensamento”, na medida em que, o intenso rol de imagens acumuladas permite iluminar apenas a aparência mecânica da representação visual. Os fenômenos e relações sociais, desta maneira, se tornam presentes tão somente em sua imediatividade perceptível, refletindo assim, a própria natureza efêmera e fugaz da experiência espetacular moderna (ibid., p. 32).

Dessa maneira, no espetáculo do mundo contemporâneo, em que as relações sociais são mediadas por um universo repleto de imagens imediatizadas, ocorre, segundo Debord (1997, p. 23) um ‘afastamento’ entre o sujeito social e sua produção, material e simbólica, considerando aqui tanto seu processo quanto seus produtos, de maneira que, o quantitativo acaba por subjugar o qualitativo. As possibilidades de viver experiências das mais diversas, de forma plena e reflexiva, se esvaziam na medida em que tais vivências são substituídas pelas imagens que as representam. É possível afirmar, neste sentido, que o vetor ideológico da imagem enquanto aparência propicia a produção e reprodução, na sociedade do espetáculo, de situações de alienação.

Deve-se compreender aqui o conceito de ‘alienação’ fundamentalmente como não participação e afastamento. Ainda de acordo com o autor situacionista (ibid., p. 24), a alienação do espectador se expressa da seguinte forma: “quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo”. À esta forma de alienação contemporânea na qual a ação social estaria condicionada à mediação imagética, a crítica de autores como Zizek (1991, p. 150), por exemplo, se volta especialmente às “ilusões da experiência”. Com efeito, a experiência do consumo de mercadorias fundamentadas na sua representatividade imediata e, ao mesmo tempo reificada, implicaria, dentre outras coisas, na supressão das suas “propriedades nocivas” (id.), não deixando, assim, margem para uma percepção mais reflexiva e “autêntica” da própria experiência em si, e nem tampouco acerca do fenômeno/produto experenciado/consumido.

Importante ressaltar aqui que este tipo de (não)experiência alienada é mais uma dentre as consequências de um quadro social em que a forma-mercadoria se estabelece de maneira integral, sustentada numa lógica de consumo espetacular na qual o valor do produto consumido está baseado nas possibilidades aparentes (ilusórias) de satisfação dos desejos, mais intimamente ligados ao que Debord (1997, p. 33) chama de “sobrevivência ampliada”. Devemos considerar, neste sentido, que no escopo das atividades info-comunicativas, as “necessidades de consumo” estão, da mesma forma, forjadas por estes mesmos parâmetros, além de incidirem ainda, no próprio modo como se constituirão as linguagens através das quais se alcançarão tais audiências alienadas. Nesta perspectiva, Agamben (2002, p. 75) acentua que a teoria do espetáculo assume como um dos seus principais pilares críticos a reflexão sobre a natureza alienada da linguagem e da comunicação na esfera do capitalismo, tornada em última instância, mercadoria.

Tendo em vista, portanto, a onipresença da forma-mercadoria na sociedade do espetáculo, Debord (1997) resalta em diversas passagens ao longo de sua obra, a patente necessidade de sustentação da lógica consumista, que por sua vez, se encontra ancorada em múltiplas e numerosas práticas ideológicas destinadas à criação de estratégias que produzam uma identificação clara entre os sujeitos sociais e a extensa gama de “produtos” oferecidos. Da mesma maneira, o autor reconhece a ação fundamental dos *mass media* como potencializadores de tais formações ideológicas, que são em grande medida, alicerçadas na aparência imediata “do que é bom” e, portanto, desejável. O fato de o espetáculo sempre se apresentar como uma “enorme positividade” (ibid., p. 16), contribui para imprimir sua aceitação passiva, quase ou totalmente indiscutível. Assim, de acordo com o autor (ibid. p. 18), a transformação histórica caracterizada pela passagem do “ser” pré-moderno, ao “ter” capitalista, até chegar ao “parecer” do espetáculo, é o que consubstancia as sociedades contemporâneas, amplamente mediadas por representações imagéticas.

É importante destacar aqui que o conceito de “aparência” utilizado por Debord não se refere simplesmente às instâncias da percepção por meio da visualidade, mas sim, se respalda, tal como descreve Aquino (2007, p. 169-170), nos conceitos hegelianos de

‘aparência’ (*schein*) e ‘aparição’ (*erscheinung*), os quais o próprio Marx se apropriou, alertando para o seu caráter “fantasmagórico”, uma vez que, se apresenta objetivamente, como uma relação natural constitutiva das próprias coisas, embora seja resultado de relações sociais e históricas. Como uma das principais premissas do espetáculo é justamente a (re)produção massiva destas “imagens/aparência”, o que resultaria, na perspectiva debordiana, seria uma sociedade carente de postura crítica e passiva de aceitação, onde o que se tornaria termômetro de importância das coisas da vida, nada mais seria do que a rasa aparência.

O segundo vetor ideológico identificado na teoria do espetáculo que mais incide sobre os processos de produção da representação da ciência, através da divulgação operada em MCCI’s, é – conforme referido anteriormente – o da historicidade como supressão do tempo social. A discussão debordiana, neste sentido, propõe uma reflexão acerca da ação social definida pela forma como os sujeitos apreendem a passagem do tempo, em última instância, sua própria consciência diante da experiência histórica e o lugar que ocupam nela. De acordo com o situacionista francês (2004, p. 69), o “conteúdo principal do termo história” se fundamenta na noção de passagem irreversível do tempo, em contraposição às antigas formas de relações sociais que, ancoradas nos elementos da “tradição”, viviam sob o movimento do tempo cíclico. Em outras palavras, é um “tempo profundamente histórico”, conseqüente do desenvolvimento das forças produtivas e das novas condições técnico-industriais estabelecidas<sup>44</sup>.

É preciso destacar, contudo, que segundo Debord (1997, p. 99-100), a passagem de uma experiência histórico-temporal baseada em ciclos, para uma apreensão vetorial e contínua, não significou que os sujeitos tenham assumido de maneira integral a consciência dos processos sociais aí envolvidos, nem tampouco, seu pleno domínio e controle. Por estar imersa na lógica mercantil imposta pelos mecanismos do capitalismo avançado, a noção da passagem irreversível do tempo está atrelada à condição de um “tempo das coisas”, isto é, reificado, uma vez que ele próprio se torna mercadoria. Como

<sup>44</sup>A partir do momento em que se encontram superadas as formas sociais pré-modernas, baseadas na produção agrícola, e portanto, fundamentalmente dependentes das condições repetitivas da natureza, se quebram as formas temporais cíclicas, a partir das quais, os homens baseavam e estabeleciam suas relações diversas. Ultrapassar esse “antigo” modo de apreensão do tempo vivido, significou, para o autor, a possibilidade de compreendê-lo e experienciá-lo como efêmero e linear – em outras palavras, irreversível.

“principal produto do desenvolvimento econômico” moderno, a historicidade no espetáculo é definida por uma concepção de “história do movimento abstrato das coisas”, que presa à superfície dos fenômenos aparentes, nega a experiência profunda e a ação reflexiva, lhe recusando, assim, a utilização (id.).

Quando Debord atesta o “tempo abstrato” na sociedade do espetáculo, o faz mencionando a expropriação dos conteúdos qualitativos deste tempo, que uma vez arraigado a ciclos de produção e consumo submete, em última instância, suas propriedades significativas ao domínio unicamente do quantificável. Trata-se, assim, de um “tempo pseudocíclico”<sup>45</sup> (ibid., p. 104), no qual as repetições exigidas pela relação produção-consumo no âmbito do capitalismo se manifestam como um “retorno ampliado do mesmo” – ampliado justamente pelo desenvolvimento linear da produção e pelo incremento quantitativo cada vez maior do consumo (ibid., p. 107). Seguindo esta mesma lógica, o predomínio do consumo do tempo pseudocíclico na sociedade do espetáculo conformaria uma noção de historicidade na qual se nega ao sujeito a possibilidade de “fazer sua própria história pessoalmente” (id., 1961, p. 24). É importante notar que a esta recusa à “vida histórica”, Debord (ibid., p. 108) associa a expropriação das formas de linguagem que efetivamente possibilitem uma práxis comunicativa, livre da incidência objetiva do valor mercadológico.

Constituir-se-ia o espetáculo, neste sentido, como “organização social da paralisia da história e da memória” (id.), do abandono da história que se erige sobre a base do tempo social. A incidência de um tempo regulado pela lógica do mercado sobre a forma como os sujeitos apreendem e estruturam suas relações interpessoais, os tornariam ‘espectadores’ de suas próprias vidas. A imposição de tal condição é, além do mais, típica dos quadros da alienação, no tocante à passividade e conformidade com que se coloca diante dos processos info-comunicativos na atualidade. Uma vez vinculadas às representações do tempo pseudocíclico, as linguagens utilizadas não permitiriam ao indivíduo, segundo Debord (ibid., p. 107), acesso crítico a seus condicionamentos históricos. Neste sentido, ainda segundo o autor (ibid., p. 138), não há comunicação, mas

<sup>45</sup>Ainda que este tempo reencontre fundamentos do antigo movimento cíclico que caracterizava e organizava as sociedades pré-modernas, não se pode falar, na contemporaneidade, de uma experiência essencialmente cíclica, já que se baseia na economia industrial moderna e, portanto, histórica.

sim, um bloqueio do acesso à vida histórica, estabelecido pelo “espetáculo imobilizado da não-história”.

Importante deixar claro que a imobilidade da historicidade espetacular se sustenta numa perspectiva de temporalidade como um contínuo, no qual os acontecimentos seguiriam um curso lógico-sequencial e ininterrupto. Tal noção é rechaçada, dentre outros, por Foucault (2005, p. 6), ao admitir a dinâmica medular dos fatos de interrupção nos processos históricos. Neste sentido, o tempo deve ser compreendido como uma sucessão de descontinuidades, repleto de conflitos e perturbações, em outras palavras, um ‘processo’, suscetível a “mudanças de rota”, idiosincrasias e reinterpretções de diferentes ordens. Ainda de acordo com esta lógica, a historicidade deve ser reconhecida como um nexos linguístico-narrativo composto por múltiplos e heterogêneos traçados argumentativos. Esta plurilogia que desafia a coação monológica do espetáculo possibilita evidenciar, enfim, a história em seu caráter processual, “vivo”, e ao mesmo tempo, indicar que os imaginários produzidos por representações de diferentes tipos, podem ser “cultivados” em conformidade com relações de forças, poderes e interesses específicos e contextuais. Reconhecer que existe esta interconexão direta entre representação e poder implica, assim, na desnaturalização das articulações simbólicas inerentes à ideologia na historicidade espetacular.

Segundo a percepção de Debord (1997, p. 92), o legítimo fundamento da historicidade, pautado na experiência concreta e qualitativa da passagem de um tempo irreversível, é diretamente dependente da ação dialógica inerente à práxis comunicativa. O estabelecimento de uma “linguagem geral da comunicação histórica” é o que torna possível, segundo o autor, revelar o caráter processual dos nexos sócio-históricos dos conteúdos abordados. Neste sentido haveria uma espécie de reapropriação por parte dos sujeitos sociais de seu topos na “arena” da história, considerando que as “batalhas” nela travadas acontecem no próprio dia-a-dia do presente vivido. A “história consciente” é indissociável da linguagem dialogal, e primordialmente, ativa/participativa, na qual estaria garantida a oportunidade de se colocar crítica e reflexivamente diante dos conteúdos comunicados, retornando aos indivíduos, em última análise, o poder de decisão e transformação do real.

Tendo em conta a própria constatação de Debord acerca da abrangência das formulações de cunho ideológico na contemporaneidade, materializadas na figura do espetáculo integrado, é plausível afirmar que é na mesma medida amplo e diversificado o conjunto de manifestações que reproduzem os signos de diferentes relações hegemônicas de interesse e poder na sociedade. Compondo o rol de fenômenos intrinsecamente envolvidos na produção e difusão de tais narrativas, encontramos a divulgação científica desempenhada a partir das exposições em MCCI's. Operando no âmbito específico das práticas culturais, estas atividades se valem do seu potencial comunicativo para produzirem e difundirem massivamente representações capazes de forjarem a “fisionomia” da ciência, isto é, seu próprio aparecer social.

#### **4. O “aparecer” social da ciência**

Nesta seção introduzimos elementos para uma análise empírica que objetiva rascunhar um cenário contextual concreto para debater a representação social da ciência fundamentada nas perspectivas info-comunicativas pertinentes às ações de divulgação científica operada em MCCI's, sob o crivo da, assim denominada, sociedade do espetáculo. Não pretendemos apresentar resultados definitivos, tratando-se, dessa forma, de apontar, em caráter não conclusivo, indícios das relações entre os fenômenos sociais ora problematizados, com base num esboço de construção crítico-analítica. Do ponto de vista prático, portanto, optamos por analisar exposições em duas instituições museológicas brasileiras, nas quais se implementou técnicas de coleta de dados tais como, observações, entrevistas e pesquisa de recepção. Importante assinalar, que o que apresentamos aqui integra parcialmente – ainda na qualidade de resultados parciais – minha pesquisa de doutorado, que embora esteja em curso, encontra-se atualmente em fase avançada de execução.

As exposições elencadas foram “Energia - aprender hoje para sustentar o amanhã”, do Museu de Ciências e Tecnologia da PUCRS (MCT-PUCRS); e “Parque da Ciência”, do Museu da Vida (MV). Tais eventos – em suas respectivas instituições – foram escolhidos para compor a análise, tendo em vista os seguintes critérios: a)

possuem alcance abrangente de público; b) têm como objetivo primordial promoverem a divulgação científica, tanto em âmbito nacional como internacional; c) primam pela adoção de métodos e técnicas expositivas diversas, que privilegiam linguagens interativas por meio de demonstrações e experimentos; d) intentam promover a democratização do conhecimento científico e tecnológico a um público amplo e heterogêneo.

Uma característica comum entre as exposições é o grande número e variedade de objetos e experimentos interativos. Em “Energia”, grande parte dos módulos era do tipo *push-bottom*, quase sempre, contudo, compondo juntamente com outro tipo de recurso, seja na forma de textos explicativos, ou induzindo o visitante a se tornar, por assim dizer, peça propulsora para o funcionamento de algum tipo de máquina ou engenhoca, além de outras estratégias de indução à participação. Em “Parque da Ciência”, se por um lado, o recurso ao *push-bottom* inexistia, por outro, é farta a presença de equipamentos e dispositivos construídos exclusivamente com a intenção de comporem o repertório recursivo da mostra.

Seja como for, e apesar dos diversos pontos de distinção entre tais exposições, era possível notar determinadas posturas dos visitantes que se repetiam, de forma a criar quase que um padrão de comportamento. Pouca ou quase nenhuma leitura de textos e legendas; rápida e quase sempre insuficiente análise prévia acerca do funcionamento e do objetivo dos experimentos; pouco tempo dispensado em cada módulo, quase sempre em função de uma certa ânsia para se dirigir em direção aos demais experimentos; pouquíssimas reações, corporais e emocionais, mais incisivas, predominando de fato a apatia como marca da experiência de visita – contrastando com os altos níveis de excitação, não raramente demonstrados, diante da eminência da interação proposta em diversos momentos das mostras – foram algumas das mais recorrentes atitudes. Posturas que, de maneira geral, denotam a insipidez da reação do público ante à interatividade proposta como recurso linguístico fundante da interlocução.

O fato de uma exposição não contar com itens componentes de um acervo de valor histórico não deveria implicar numa ausência de historicidade, que deveria ser alcançada justamente através de estruturação linguística capaz de contextualizar a

narrativa, numa lógica de interconexão discursiva entre os diferentes módulos e experimentos interativos. Nexos absolutamente possíveis, considerando que, embora tais dispositivos interativos sejam quase sempre desprovidos de semântica histórica, em uma composição info-comunicacional como as exposições museológicas, representam sempre um certo tipo de princípio e/ou conceito, pleno de valores científicos que podem, se assim se objetivar, estar arranjados em um alinhamento de significações pertinentes, por sua vez, a um determinado contexto de interesse específico.

Não seria este, assim, o fator que determinaria a fragilidade reflexiva de uma proposta expositiva pautada no recurso prático da interatividade. Tal pressuposto da (in)ação inócua representa muito mais uma postura ideológica do que uma vulnerabilidade inerente, própria da técnica de interlocução. E considerando que a ideologia se materializa no espetáculo, que por seu turno, é o momento de fastígio da lógica mercantil, é coerente afirmar que a palidez com que é tomado o pressuposto da interatividade em contraposição a enquadramentos comprometidos com a constituição de uma imagem da ciência substancializada na participação crítica, é sintomático do próprio papel que podem cumprir os MCCI's num arcabouço mais abrangente de interesses do capitalismo na contemporaneidade.

Não resta dúvida que em todo MCCI o caráter da visualidade é um requisito ontológico<sup>46</sup>. É importante reafirmar, por outro lado, que um dos fundamentos essenciais da sociedade do espetáculo é justamente a predominância das “categorias do ver”, que se impõem diametralmente aos diferentes tipos de vivências intersubjetivas mediadas por uma massificação de imagens que dão acesso ao que representam somente pela imediaticidade da rasa aparência. De maneira que, atenção especial deveria ser dada ao aparelhamento linguístico que, em exposições, é inevitavelmente consubstanciado pelo potencial altamente atrativo e frutífero da locução imagética, procurando assim, evitar uma espécie de superestímulo que, levado a cabo de forma estaque ou não-relacional aos contextos socioculturais, políticos, dentre outros de interesses diversos, inibe a imersão aos conteúdos da proposta comunicativa.

<sup>46</sup>Uma vez que se trata de espaços nos quais a “fala” não se dá sustentada no *logos*, mas no simbolismo erigido na instância concreta do objeto, agregando-se, ainda, numa perspectiva compassada com a realidade tecnológica contemporânea, a inesgotável gama de recursos imagéticos disponíveis.

Em associação com este referido poder de sedução que detém a imagem, níveis imoderados de acumulação e reprodutibilidade insistente conformam uma urgência intempestiva de consumo – neste caso, de conteúdos informacionais tocantes ao universo da ciência – que censura, em termos benjaminianos, movimentos do pensamento que são, em última medida, fundamento e suporte de uma experiência de divulgação científica ativamente empoderadora, em contraposição à fugacidade imobilizadora do espetáculo moderno. Contudo, Para além da fisicalidade da imagem é preciso considerar também e, fundamentalmente, os aspectos simbólicos contidos nas representações imagéticas enquanto instantes de um real complexo que se oferece narrativamente na imediaticidade de sua aparência.

Exposições como as estudadas aqui são sintomáticas, tanto deste quadro de relações que se estabelecem mediadas por um acúmulo de recursos de forte apelo visual, quanto da exploração de recortes arbitrários de vivências triviais. Propostas “interativas” da maneira como colocadas, isoladas em sua instantaneidade fenomênica e estéril de relações contextuais mais abrangentes, oferecem uma imagem da relação entre ciência, tecnologia e o sujeito comum, difundida sob parâmetros ao mesmo tempo restritos e restringentes, considerando que, iluminam os aspectos mais possivelmente banais sem sugerirem qualquer tipo de hiperligação com situações de ampla relevância social – nas quais se envolvem questões econômicas, políticas, culturais, só pra citar algumas – e delimitam de forma redutora os termos desta referida relação, de modo que, ao visitante, não iniciado em ciência, se atribui o papel de consumidor passivo – porém, beneficiário – de produtos do conhecimento científico, sem qualquer agência de caráter mais extensivo e decisório.

Dentre a inúmera possibilidade de exemplos possíveis, citamos aqui somente um em cada exposição, a saber: “Tubos musicais” (Parque da Ciência), módulo no qual o tema “ondas sonoras” se encontra restrito a questão musical, negligenciando-se, assim, discussões virtualmente relevantes como, sua presença em tecnologias com aplicações diversas na medicina, indústria farmacêutica e até na indústria de óleo e gás, dentre outras; e, “Marés” (Energia), sobre o movimento dos mares e seu aproveitamento energético, contudo, sem qualquer referência que possa refletir o caráter estratégico de

tal tecnologia, do ponto de vista da competitividade econômico-comercial, por um lado, ou as controvérsias envolvidas do ponto de vista dos riscos ambientais encerrados nas formas de implantação de seus mecanismos de exploração, por outro lado.

Os fatores até aqui destacados denotam a imposição alienante do ‘espetáculo’, enquanto afastamento e esmaecimento da experiência ativa e criadora, presente no vetor ideológico da ‘imagem/aparência’. E com base no que se analisa das “imagens” oferecidas acerca dos fenômenos abordados nestas exposições, se percebe, também, a ilusão de autonomia instituída por arranjos narrativos nos quais princípios científicos aparecem internalizados em si próprios, autossuficientes enquanto hermenêutica impoluta do real. O caráter ‘fantasmagórico’ deste aparecer objetivamente naturalizado como coisa-em-si assume contornos ‘espetaculares’ justamente pela sua massificação, operada como fundamento info-comunicacional de uma divulgação que evoca a ciência, menos como um “lugar” de fala circunscrito por idiosincrasias sócio-históricas e culturais, do que como produto ideologicamente consumido de forma passiva e injulgada.

Assim como acontece na questão da imagem, nenhum museu, independente de sua tipologia temática e/ou conceitual, escapa ao traço da historicidade em suas formulações linguístico-narrativas, necessários à contextualização dos assuntos abordados em suas exposições. Importante ter clareza quanto ao fato de que historicidade não remete unicamente a um tempo pretérito, mas também, a construções das quais todos nós fazemos parte, seja com nossas ações diárias no tempo presente, seja por nossas reminiscências, herdeiras da elaboração coletiva à qual todos em sociedade estão implicados. Em outras palavras, refere-se ao tempo social, uma temporalidade fundamentada no caráter processual e descontínuo.

Desvirtuar tais propriedades ou mesmo obliterá-las por completo, significaria também incorrer no reforço de premissas ideológicas de afastamento do sujeito de sua própria ação social, no caso aqui, especificamente em relação à ciência enquanto parte inerente da sociedade. O que poderia ser afirmado quando, por exemplo, em “Parque da Ciência” ao se “contar” a história da escrita e da matemática – no módulo intitulado, “Jardim dos Códigos” – se faz de forma evolutivo-linear, muitas vezes reafirmando um “gênio” individualizado, em seu “momento *eureka*”, de plena e solitária inspiração. Bem

como ocorre em “Energia”, onde os mesmos comentários são cabíveis ao módulo “Curie”, que acaba por suprimir a percepção do quão as “descobertas”, “inventos” e tecnologias ligadas ao fenômeno da radioatividade, resultam de relações múltiplas de interesse e poder – em sua acepção mais ampla – que por sua vez, dizem respeito a conformações muito bem localizadas no emaranhado tecido social.

## 5. Considerações finais

A seção anterior deste texto, em que se esboça uma análise de alguns aspectos fundamentais de exposições museológicas como momento de concretização da comunicação entre museu e sociedade, procura ilustrar com alguma fundamentação empírica, a construção social da ciência na atual sociedade espetacular a partir das ações de divulgação científica peculiares a tais instituições. Com efeito, e ainda que em tons impressionistas, acreditamos, ser possível, com base neste esforço – aliado à formulação teórica mais densamente estruturada – empreender algumas considerações já com certo nível de consistência.

São múltiplos e variados os argumentos que sustentam o discurso de que, nos dias atuais, é fundamental fomentar uma espécie de cultura científica capaz de promover a aproximação entre ciência e sociedade. Concomitantemente, se percebe na contemporaneidade uma extrema abrangência de formulações de cunho ideológico materializadas na figura do espetáculo, dentre as quais, a própria divulgação científica desempenhada a partir das exposições em MCCI's. As ações de representação do universo científico operadas sob tal lógica acabariam por privilegiar, neste contexto, o “espetacular em detrimento do conhecimento aprofundado e crítico” (BAUMGARTEN, 2012, p. 90).

Percebe-se no caso das exposições abarcadas neste estudo, certo “padrão” de resposta do público que nos parece sintomático de um tipo de linguagem infocomunicacional “*tutti-frutti*” (YAHYA, 1996, p. 125), baseada no melhor estilo “parque de diversões”, altamente carregada de estímulos – sobretudo visuais – que vem sendo amplamente assumida pela grande maioria dos espaços museológicos em todo o globo.

A crítica de Fleck (2010, p. 166) aponta para esta direção, ao atestar que as principais características da apresentação da ciência aos círculos amplos de não especializados, são a “ausência de detalhes e principalmente de polêmicas”, o que resultaria numa “simplificação artificial”, incorporada numa execução esteticamente agradável, viva e ilustrativa. Estes traços peculiares repercutiriam de maneira decisiva no “saber exotérico” (saber popular resultante do diálogo com o saber especializado, “esotérico”) delineando a opinião pública e a própria visão de mundo das pessoas – em termos específicos, a representação social da ciência.

O mesmo autor (ibid., p. 170), neste sentido, chama a atenção para o papel atribuído à plasticidade imagética em tais processos de comunicação com o público, devendo ser compreendido para além da simples função de mediação, uma vez que, “ganha o significado de um objetivo do conhecimento”, assumindo valor de prova e atestando a veracidade do conteúdo divulgado. É preciso destacar ainda que para Fleck (ibid., p. 169), este tipo de exposição pública da ciência transforma a “verdade” numa qualidade objetiva, como se não existisse nenhuma relação de reciprocidade entre “descoberta” e “conceituação”.

Conduzidas a partir destes parâmetros as linguagens comunicacionais da divulgação científica acabariam, na percepção crítica de diversos autores, tais como Roqueplo (1983, p. 126), dentre outros, por contribuir para a construção de um tipo de representação do conhecimento que reforça o caráter dogmático da ciência como único saber possível, detentor da “verdade com V maiúsculo”. O autor aponta para a proposta de apresentação de uma narrativa “definitiva” acerca do saber científico, a partir de um “discurso/espetáculo” que reivindica uma “intenção de veracidade”.

Um dos efeitos fulcrais do espetáculo é fazer esquecer a história no âmbito da cultura. Inserida neste contexto a divulgação científica desempenhada em exposições museológicas através de meios espetaculares, operaria uma representação da ciência que reforça o esquecimento acerca de sua inserção como prática sócio-histórica. A supressão do tempo social em nome de uma pseudo-homogeneidade histórica tornaria estas ações, por força de sua abrangência, espaços para propagação do mito de uma ciência independente, seguindo em suas ideias e práticas, uma trajetória evolutiva autônoma

em relação ao seu contexto sócio-histórico. Em última análise, promoveria uma comunicação com o público na qual se permitiria uma apropriação no mínimo imprecisa da relação reciprocamente condicionada entre ciência e sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Glosas marginais aos Comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Trad. João Gabriel. In: RIZOMA.NET. Potlatch, 2002. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/46876553/Potlatch-Rizoma-net>>. Acesso em: 04 set. 2015.

AQUINO, João Emiliano F. **Reificação e linguagem em Guy Debord**. Fortaleza: EdUECE/Unifor, 2006.

\_\_\_\_\_. Espetáculo, Comunicação e Comunismo em Guy Debord. **Kriterion**, Belo Horizonte, n. 115, Jun/2007, p. 167-182.

BAUMGARTEN, Maíra. O Debate Público de Ciência e Tecnologia. Divulgação, Difusão e Popularização. In: KERBAUY, M. T.; ANDRADE, T. H.; HAYASHI, C. (Org.). **Ciência, Tecnologia e Sociedade no Brasil**. São Carlos: Editora Alinea, 2012, v. 1, p. 85-96.

BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. **Walter Benjamin**, v. 2, p. 30-43, 1985.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo Científico a Distância**. Disponível em: <[http://comtexto.com.br/jcaulas\\_1.htm](http://comtexto.com.br/jcaulas_1.htm)>. Acesso em: 08 ago. 2015.

CORREIA, João Carlos. Os administradores de ilusões: espectáculo, subjectividade e ideologia na cultura mediática contemporânea. **Media & Jornalismo**, v. 2, n. 2, 2003.

DEBORD, Guy. **Oeuvres cinématographiques complètes 1952-1978**. Paris: Gallimard, 1994.

\_\_\_\_\_. **A sociedade do espetáculo** – Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

\_\_\_\_\_. **Correspondance**. Paris: Fayard, 2004.

EL HAJJI, Mohammed; OLIVEIRA, Israel de. Sociedade do espetáculo, consumo e prática museológica. In: MAST Colloquia 12. **O Caráter Político dos Museus**, Rio de Janeiro: MAST, 2010.

FLECK, Ludwik. **Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
- HUYSEN, Andreas. **Memórias do Modernismo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- LARA FILHO, Durval de. **Museu: de espelho do mundo a espaço relacional**. 2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2006.
- MARANDIDO, Martha. A pesquisa e a produção de saberes nos museus de ciência. **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**. v. 1, n. 1 (jul-ago 1994). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2005.
- MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MORIN, Edgar. **Cultura de massa no século XX**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- NEGRINI, Michele; AUGUSTI, Alexandre Rossato. **O legado de Guy Debord: reflexões sobre o espetáculo a partir de sua obra**. Biblioteca on-line de ciências da comunicação. 2013.
- PECHULA, Márcia R. A Ciência nos Meios de Comunicação de Massa: divulgação de conhecimento ou reforço do imaginário social? **Ciência & Educação**, v. 13, n. 2, p. 211-222, 2007.
- PIAGET, Jean. **Biologia e conhecimento**. São Paulo: Vozes, 1996.
- REIS, José. **O que é Divulgação Científica?** Núcleo José Reis de Divulgação Científica, São Paulo, Seção Divulgação Científica. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/nucleos/njr/>. Acesso em: 04 ago. 2015.
- ROQUEPLO, Philippe. **El Reparto del Saber: ciência, cultura, divulgación**. Buenos Aires: Gedisa, 1983.
- YAHYA, Ibrahim. Mindful play or mindless learning? Modes of exploring science in museum. In: **Exploring science in museum**. Londres: The Athlon, 1996.
- ZIZEK, Slavoj. **O mais sublime dos histéricos: Hegel com Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

# Uma análise da experiência escolar de jovens do Ensino Médio Politécnico

Laurence Sanzi Aquino<sup>47</sup>

## 1. Introdução

Esse artigo tem o objetivo de problematizar a experiência dos jovens estudantes em uma escolarização politécnica. O Ensino Médio Politécnico foi implementado em 2012 ainda no Governo Tarso Genro (2011-2014). Essa reforma curricular abrange todas as escolas de rede estadual do Rio Grande do Sul que oferecem matrículas no Ensino Médio.

Nesse trabalho, fizemos a escolha por tomar como unidade de análise a experiência dos jovens no politécnico. Essa escolha tem como pano de fundo a ideia de que a discussão sobre a finalidade do Ensino Médio deve estar atrelada à experiência dos jovens dentro do sistema de ensino. Nesse sentido, projetamos essa pesquisa com o objetivo de contribuir para o debate das políticas públicas na Educação sob a ótica dos estudantes.

Ademais, esse artigo contém cinco partes. Na primeira parte, é apresentada a evolução da organização do Ensino Médio, demonstrando que a construção da identidade do Ensino Médio é permeada por disputas políticas e acadêmicas e que a reforma curricular politécnica que se deu no Rio Grande do Sul é fruto dessas disputas. Na segunda parte, discute-se a implementação do Politécnico no Rio Grande do sul. Para realizar essa discussão, descrevemos quais foram os princípios que orientaram a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul para estabelecer a reforma, assim exploramos quais mudanças aconteceram, na prática, no currículo das escolas Estaduais de Ensino Médio. Segue-se o texto com os pressupostos teóricos e metodológicos que orientam o olhar desse trabalho. A seguir, a discussão se encaminha para a descrição dos

<sup>47</sup>Mestrando em sociologia- PPG-sociologia UFRGS - Porto Alegre; e-mail: laurenceaquino@hotmail.com

dados produzidos. Por fim, nas considerações finais, é realizado um balanço da experiência escolar dos jovens no Ensino Médio Politécnico.

## **2. Embates na construção da identidade do Ensino Médio**

O caso do Ensino Médio tem sido objeto de disputas há muitas décadas, permeadas em torno da profissionalização ou não e da identidade desta etapa da educação. Nesse sentido, é importante recuperar as disputas políticas e acadêmicas quanto a identidade do Ensino Médio, cujos desdobramentos se revelam na reestruturação curricular do Ensino Médio Politécnico no Rio Grande do Sul

Lembrando sumariamente os embates na sua construção, no início do século XX a Educação propedêutica no Brasil era reservada às elites, ficando para as classes populares alguns cursos nos quais aprendiam ofícios básicos. Começa aí o que alguns autores de estudos da área da educação chamam do fenômeno do “dualismo estrutural” na educação (KUENZER, 2011) (CIAVATTA; RAMOS, 2011).

A primeira LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de 1961 tornou equivalente o secundário (propedêutico) e o ensino profissionalizante. A ditadura militar instituiu o ensino primário de oito anos e o secundário obrigatoriamente virou profissionalizante. A abertura política foi o momento que apresentou uma grande mobilização e disputas políticas em torno da constituição e, anos depois, da nova LDB de 1996. Foi aí que os educadores mais progressistas firmaram posição em torno de uma escola unitária, pública e extensiva a todos, incluindo o Ensino Médio como etapa final da educação básica. Pela nova LDB, esse nível de ensino até pode oferecer formação profissionalizante, contanto que tenha atendido à formação geral, propedêutica, do educando.

O Art. 35 da LDB tem as seguintes finalidades para essa etapa de ensino: consolidação dos conhecimentos do ensino fundamental; possibilitando prosseguir os estudos; preparação básica para o trabalho e para a cidadania; aprimoramento como pessoa humana; a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos, relacionando-os com a prática. Representou, portanto, um grande

alento contra o dualismo estrutural, a nova LDB. Pois, a forma com que se organizara as etapas escolares até então sempre previa percursos diferentes para as elites e para aqueles que vivem do trabalho. Estes, com uma formação aligeirada, tendo em vista a preparação imediata para o mercado de trabalho, e às elites uma formação geral, propedêutica, voltada à continuação dos estudos e à distinção social.

No entanto, na virada para o século XXI, esse debate sobre a finalidade desta etapa de ensino não se esgotou, permanecendo a necessidade de se construir um projeto de Ensino Médio que realmente supere a dualidade entre formação específica, técnica, e formação geral, e que desloque o foco dos seus objetivos do mercado de trabalho para a formação humana, laboral, cultural, técnico-científica e social (CIAVATTA; RAMOS, 2011). E também que não fomente a separação dos percursos escolares, diferenciando os caminhos para cada cidadão de acordo com a sua condição social.

Acácia Kuenzer retoma o assunto sob uma forma inédita de reflexão, que é a hipótese de que vem ocorrendo a inversão da escola dual. Ou seja, até a década de 1990 a escola média de educação geral era reservada à burguesia e a escola profissional aos trabalhadores. Agora, dadas as condições de precarização das escolas públicas que atendem os que vivem do trabalho, ela argumenta que a educação média, propedêutica, quando disponibilizada aos trabalhadores, banalizou-se e desqualificou-se.

A inversão da dualidade, portanto, é a nova realidade da escola média para os trabalhadores, que têm como alternativa a modalidade de educação geral. A educação tecnológica de qualidade, ofertada pela rede pública, de modo geral, é frequentada pelos jovens da classe média, que nela veem uma alternativa de inclusão no mundo do trabalho, de continuidade dos estudos em nível superior e de ascensão social. (KUENZER, 2011)

Nesse cenário, o Ensino Médio é frequentemente visto pela mídia como o grande gargalo do sistema educacional brasileiro (CIAVATTA, RAMOS; 2011). Essa mensagem da mídia é baseada no argumento coerente de que alguns alunos não conseguem relacionar a permanência numa escola, propedêutica e precária, com o futuro profissional. Na esteira dessa constatação, no entanto, vêm os discursos economicistas e

pragmáticos que defendem a profissionalização dos jovens (pobres) para um possível ingresso imediato no mercado de trabalho.

Há uma luta na Educação, portanto, defendida por alguns autores como Gaudêncio Frigotto, Dermeval Saviani, Maria Ciavatta e Marise Ramos, entre outros, que é a de implementar uma concepção politécnica de educação. Segundo Saviani:

Ao contrário de processos formativos duais, pragmáticos, tecnicistas e adestradores, formação politécnica diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno (SAVIANI, 2003).

Essa noção, portanto, segundo seus defensores, encaminha-se na direção da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral. Tem como base epistemológica os conceitos de formação marxistas que concebem o trabalho como princípio fundamental na constituição do ser humano. É no bojo dessa discussão que podemos compreender a implementação do Ensino Médio Politécnico no Rio Grande do Sul.

### **3. Reestruturação do Ensino Médio Politécnico**

Em 2012, o governo do Rio Grande do Sul implementou um projeto de reestruturação no Ensino Médio, denominado ensino politécnico. Dentre as justificativas para as mudanças, estava a urgência em conter as elevadas taxas de reprovação e evasão escolar<sup>48</sup>, números esses revelados em um diagnóstico elaborado pela própria Secretaria da Educação Rio Grande do Sul (SEDUC) quando da elaboração do documento “proposta pedagógica para o Ensino Médio politécnico”. A partir desse diagnóstico, a SEDUC aponta a grade curricular como a responsável pelo atual quadro. Em sua avaliação trata-se de um “currículo fragmentado, dissociado da realidade sócio-histórica e, portanto, do tempo social, cultural, econômico e dos avanços tecnológicos da informação e da comunicação” (SEDUC, 2011, p-5).

<sup>48</sup>Taxa repetência (21,7%). Taxa de abandono (13%). Defasagem idade série (30,5%). Fração dos jovens entre 15 a 17 anos que estão no Ensino Médio (53,1%). (SEDUC, 2011, p 5-6)

Seguindo a leitura do documento elaborado pela SEDUC que propõe a reestruturação curricular, vemos que o tema mais debatido diz respeito às novas transformações no mundo do trabalho. Parte-se do pressuposto de que são as mudanças no mundo do trabalho que estão gerando novas demandas para Educação. Ou seja, entende-se que é preciso construir uma escola que acompanhe a queda dos paradigmas no mundo do trabalho cristalizados no século passado e que atualmente se encontrariam transfigurados, como as concepções organizacionais fordista/taylorista. “Estas demandavam uma pedagogia fundada na memorização, pela repetição, de conhecimentos fragmentados, tanto na educação geral, quanto na profissional” (SEDUC, 2011 P.13).

A proposta de um Ensino Médio Politécnico na rede estadual do Rio Grande do Sul, segundo o documento que o institui, tem como objetivo fazer essa travessia até uma escola que atenda a atual “organização produtiva”. Primeiro, articulando o currículo com a “realidade do aluno” (SEDUC 2011), com um conhecimento que seja “originado pela prática social” (SEDUC 2011). O segundo passo seria tratar o conceito de trabalho como princípio educativo. Nesse ponto é que entra o conceito de politecnia, apresentado como princípio organizador dessa proposta de Ensino Médio. Esse conceito é entendido como aquilo que confere unidade entre educação e trabalho. O documento que propõe a reestruturação do Ensino Médio define o conceito através da seguinte citação: “*A noção de politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno*” (SAVIANI *apud* SEDUC 2011 P.15). Com essa noção, portanto, defendem ser possível superar a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, ou seja, no campo da educação, entre instrução profissional e formação geral. É dessa maneira que o projeto de ensino politécnico pretende fazer a travessia da escola que responde ao paradigma fordista/taylorista para um novo princípio educativo do advento da microeletrônica e das relações flexíveis no mundo produtivo: através de um “currículo integrado”, onde a dimensão da formação humana e propedêutica não esteja separada da formação técnica, profissional.

A implantação do Ensino Médio Politécnico ocorreu de forma gradativa: com as turmas de primeiro ano do Ensino Médio em 2012, seguindo com as turmas de segundo

ano em 2013 e, finalmente, com os alunos do terceiro ano em 2014. A mudança abrange todas as escolas de rede estadual do Rio Grande do Sul que oferecem matrículas no Ensino Médio. A tabela abaixo nos permite visualizar a extensão dessa reestruturação curricular, apresentando o número de matrículas que a rede pública do Estado oferece em relação às demais Dependências Administrativas. No total, 84,5% das matrículas de Ensino Médio no Rio Grande do Sul são oferecidas pela rede pública estadual.

**Tabela 1: Número de estabelecimentos e de matrícula do Ensino Médio no Rio Grande do Sul por dependência administrativa.**

Dependência administrativa	Número de estabelecimentos	Número de Matrículas
Estadual	1089	334829
Federal	34	11138
Municipal	24	5563
Particular	348	44802
Total	1495	396332

Fonte: Elaboração própria com dados do MEC/INEP – Censo Escolar da Educação Básica 2014

Entre as mudanças implementadas, o currículo foi dividido em dois grandes blocos, um de *formação geral* (corresponde às disciplinas que compõem as áreas do conhecimento, Matemática, Física, Química, Biologia, Português...) e uma *parte diversificada* (articulação das áreas do conhecimento, “a partir de experiências e vivências, com o mundo do trabalho” (SEDUC, 2011).

Para articular as duas partes do currículo (formação geral e parte diversificada), a SEDUC-RS criou os Seminários Integrados (SI). Na prática, o Seminário Integrado é o espaço no qual os estudantes desenvolvem projetos de pesquisa sob a orientação dos professores, sobre temas transversais como Meio Ambiente, Direitos Humanos, Cultura e Artes, Prevenção e Promoção da Saúde, entre outros. Estes “constituem-se em espaços planejados, integrados por professores e alunos, a serem realizados desde o primeiro ano e em complexidade crescente” (SEDUC-RS).

O diretor pedagógico da SEDUC-RS, Silvo Rocha, em uma formação<sup>49</sup> com os professores da rede estadual, refere-se ao Seminário Integrado como tendo duas características principais: primeiro, “possibilita aglutinar diversos saberes integrando-os no mundo concreto. Por ser um currículo aberto e não linear, o espaço educativo deixa de ser somente a sala de aula, podendo ser a escola, a propriedade familiar, espaços do bairro ou da cidade”. Segundo, o Seminário Integrado “tem a característica de produzir conhecimento junto com os estudantes por meio de uma postura de investigação, aproximando dos alunos práticas como a elaboração de projetos de pesquisas, relatórios analíticos.” Portanto, considerando os tempos e os espaços educativos tradicionais das escolas de Ensino Médio, que se limitam muitas vezes a sala de aula e a cinco períodos de 50 minutos, o (SI) inova ao ampliar e dinamizar os tempos e os espaços educativos, pois não existem horários e lugares pré-determinados para professores e alunos fazê-lo acontecer. Segundo o documento que propõe a reforma, “o desenvolvimento de projetos que se traduzirem por práticas, visitas, estágios e vivências poderão também ocorrer fora do espaço escolar e fora do turno que o aluno frequenta” SEDUC, 2011).

A realização do Seminário Integrado compreende a carga horária da *parte diversificada do currículo*. É importante salientar que para realizar tal reestruturação foram acrescentadas 600 horas no currículo do Ensino Médio. O aumento da carga horária foi de 2400 para 3000 horas englobando os três anos dessa etapa de ensino. Inicialmente a proposta da SEDUC-RS era distribuir a metade dessa carga horária para as áreas do conhecimento (formação geral) e outra metade para o Seminário Integrado (parte diversificada). A divisão ocorreria da seguinte maneira: para as turmas de primeiro ano do Ensino Médio a carga horária seria de 75% de formação geral e 25% de parte diversificada. No segundo ano do Ensino Médio 50% para cada e no terceiro ano a relação se inverte, sendo reservadas 75% da carga horária para a parte diversificada e 25% para a parte de formação geral. Ou seja, no terceiro ano do Ensino Médio, os alunos teriam um quarto do seu tempo para disciplinas como Matemática, Português e Biologia. Essa proposta encontrou forte resistência frente à comunidade escolar (pais,

<sup>49</sup>Essa formação foi oferecida pela Secretária de Educação do RS a 100 representantes das coordenadorias regionais de educação (CREs).

alunos e professores) fazendo com que a SEDUC-RS flexibilizasse essa distribuição da carga horária.

No que toca as problematizações dessa pesquisa, observamos tal contexto posto em tela, e começamos a fazer os questionamentos. A primeira questão observada é pensar se aí está a possibilidade de uma quebra de paradigmas na Educação, ou se está mais para a perspectiva de adaptação e integração ao mundo do trabalho. Ou seja, os propositores do politécnico reconhecem as transformações no mundo trabalho, agora flexível, e propõem uma escola para formar os trabalhadores desse novo mundo produtivo, quase como uma atualização de uma escola que reproduz as estruturas sociais. Lembrando que o pressuposto que sustenta a reestruturação de Ensino Médio empreendida pela SEDUC-RS é a necessidade de acompanhar a decadência de um ultrapassado mundo do trabalho fordista/taylorista para um novo princípio educativo do advento da microeletrônica e das relações flexíveis no mundo produtivo.

Com o advento da microeletrônica, tanto o trabalho quanto a vida social se modificam, passando a ser regidos pela dinamicidade e pela instabilidade a partir da produção em ciência e tecnologia. A capacidade de fazer passa a ser substituída pela intelectualização das competências, que demanda raciocínio lógico formal, domínio das formas de comunicação, flexibilidade para mudar, capacidade de aprender permanentemente e resistência ao estresse (SEDUC-RS, 2011 p.13).

Recuperando o histórico do Ensino Médio no Brasil, sabemos que a construção da identidade dessa etapa de ensino sempre foi alvo de disputas acadêmicas e políticas. Dito de outra maneira, existem diferentes sujeitos políticos e ideias pedagógicas em disputa pela definição dos sentidos e dos propósitos desse grau de escolaridade (RAMOS, 2005). Esses sentidos e propósitos nos levaram, nessa pesquisa, a uma reflexão pouco discutida pelos formuladores do politécnico, que se restringiram a pensar as relações macro econômicas, mudanças estruturais da sociedade. Assim, procuramos pensar qual é o perfil dos jovens que frequentam o Ensino Médio Público. Quais são as demandas desses jovens? Quais são as suas expectativas, projetos, em relação ao futuro? E como eles articulam as suas experiências no Ensino Médio Politécnico com todas essas questões?

#### 4. Pressupostos teóricos

Enquanto discussão sociológica, buscamos evidenciar uma nova sensibilidade na Sociologia da Educação. A partir dos anos 1960, começaram a ganhar espaço na área da Sociologia da Educação pesquisas que demonstravam que o sucesso escolar tem relação com a conformidade dos alunos com os modelos culturais dominantes (QUIVY, 2008). Tem-se nesse domínio as teorias da educação como reprodução das estruturas sociais, tendo como expoente a Sociologia francesa na figura de Pierre Bourdieu. Nesse contexto, a sensibilidade dos sociólogos é a de contrapor a ideia de que, com a crescente universalização do acesso à educação, a escola teria um papel de selecionar de forma justa os jovens de acordo com o seu mérito, pois todos teriam as mesmas oportunidades. O objetivo dessas pesquisas, portanto, é demonstrar que essa seleção não é neutra e que a escola contribui para reprodução das desigualdades sociais e dos privilégios das classes dominantes (BOURIDEU, 1964) (BOURDIEU e PASSERON, 1970). Essa etapa do pensamento sociológico sobre a educação assinalou uma fase decisiva na exploração das funções escolares de reprodução cultural e de conservação social (NOGUEIRA e CATANI, 1998).

Ainda que, por motivos justos, a abordagem da reprodução sobre as questões do ensino escolar não tenha sido abandonada pela Sociologia da Educação, existe uma nova tendência na disciplina que lança o olhar para o jogo dos atores dentro dessa estrutura (LAHIRE 1995) (DUBET, 1994) (DUBET e MARTUCELLI, 1996). Parte-se de dois pressupostos. O primeiro é o reconhecimento de que a escola tem um caráter dinâmico, heterogêneo, e que não é somente uma instituição operadora da reprodução das desigualdades sociais. O outro pressuposto é consequência do primeiro, entende que os alunos mantêm uma margem de liberdade em relação ao sistema escolar no qual articulam suas estratégias e os seus projetos pessoais. A sensibilidade aqui é a de resgatar a experiência dos alunos dentro desse sistema escolar.

## 5. Procedimentos Metodológicos

O primeiro passo metodológico diz respeito à implementação do Ensino Médio Politécnico. Nessa pesquisa, foi tomado como Ensino Médio Politécnico a experiência concreta e cotidiana de uma escola em específico. O documento pelo qual a Secretaria de Educação do RS (SEDUC-RS) estabeleceu as propostas pedagógicas da reestruturação do EMP previa uma série de mudanças estruturais. Entre essas mudanças, destacam-se: a diminuição da carga horária das disciplinas comuns e a inclusão de uma parte diversificada no currículo cujo papel é “a articulação entre as áreas do conhecimento e o mundo do trabalho” (SEDUC, 2011), o já referido Seminário Integrado; a interdisciplinaridade; a pesquisa como princípio pedagógico; a avaliação emancipatória e a gestão democrática. Avaliando tal contexto, essa pesquisa tem a preocupação de reconhecer o fato de que cada escola implementou o EMP de maneira singular, adaptando-o ao seu contexto, a depender de fatores como o engajamento dos atores da escola com a reforma. O trabalho de campo exploratório para problematizar essa pesquisa nos permitiu afirmar que é significativa a discrepância entre o que foi proposto e o que de fato foi implementado, assim como tornou possível afirmar que são significativas as diferentes apropriações dos elementos da reforma a depender de cada escola.

Portanto, fez-se necessário definir uma escola e realizar uma investigação para entender como o Ensino Médio Politécnico está sendo implementado nessa escola. Privilegiar somente uma escola foi uma escolha metodológica, pois para fazer comparações é necessário que os jovens sujeitos dessa pesquisa tenham passado pela mesma experiência em uma escola de Ensino Médio Politécnico. Portanto, essa pesquisa foi realizada no Instituto Estadual Rio Branco (IERB). A justificativa dessa escolha se faz primeiro pela minha entrada enquanto pesquisador na instituição e, segundo, pela reconhecida heterogeneidade do perfil socioeconômico dos seus alunos.

Ademais, essa pesquisa parte de um pressuposto teórico e metodológico de que cada aluno constitui sua experiência escolar como tal e atribui um sentido a esse trabalho (DUBET, 1994). Portanto, foram entrevistados jovens com trajetórias e

vivências distintas dentro da escola. Nesse sentido, buscou-se uma variação de perfis de alunos. Para reconhecer essa variabilidade, em dezembro de 2014 foi aplicado um questionário com os alunos das quatro turmas de terceiro ano do Ensino Médio Politécnico do Instituto Estadual Rio Branco (IERB). Esses alunos foram escolhidos para essa pesquisa como os sujeitos a serem entrevistados. Eles são das primeiras turmas cuja totalidade do Ensino Médio foi no currículo do Politécnico. (2012: 1º ano do Ensino Médio; 2013: 2º ano do Ensino Médio; 2014: 3º ano do Ensino Médio). Atualmente, eles são egressos do Ensino Médio.

## **6. A experiência escolar dos jovens no Ensino Médio Politécnico**

Esse questionário também possibilitou reconhecer o perfil geral dos estudantes da escola. No total, das quatro turmas de terceiro ano do IERB, foram 72 respondentes dos questionários, em média 18 alunos por turma. É importante ressaltar que, como os questionários foram aplicados em Dezembro, muitos alunos que iniciaram o ano letivo já tinha evadido, em média 40%<sup>50</sup>.

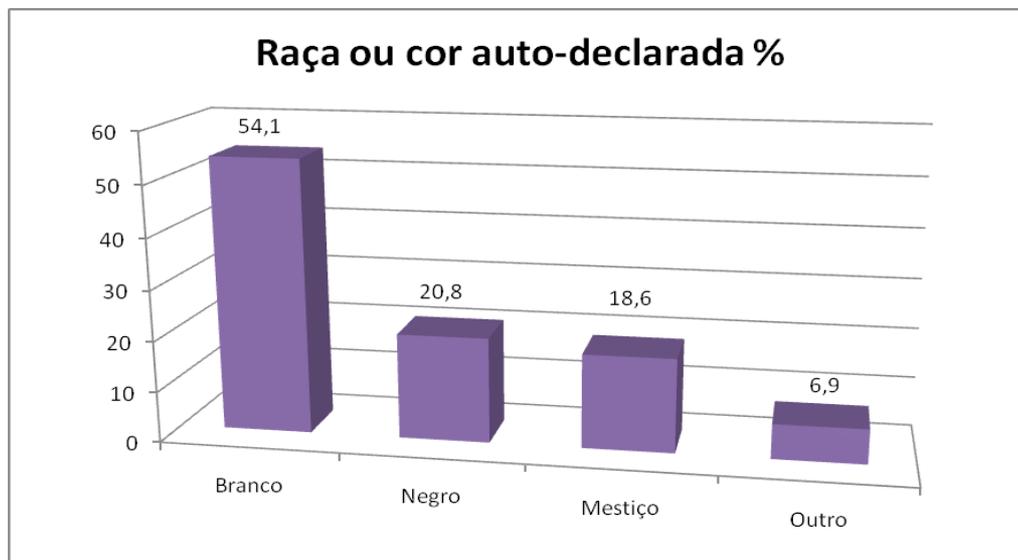
Apresento agora os dados construídos através desse questionário<sup>51</sup>. Comecei explorando aspectos para reconhecer quem são os estudantes da escola Instituto Estadual Rio Branco, a partir de indicadores sociais como cor/raça, e capital cultural familiar<sup>52</sup>.

<sup>50</sup>Segundo os professores da escola, cada turma iniciou o ano letivo com uma média de 30 alunos.

<sup>51</sup>Os dados foram sistematizados no Software PSPP, similar ao SPSS, porém é um software livre.

<sup>52</sup>Nessa pesquisa se entende por Capital Cultural a conceituação de Pierre Bourdieu (1998). O autor explica que podemos identificar a existência de capital cultural em três estados: o incorporado, que é herdado do ambiente familiar, por exemplo, o domínio de um idioma estrangeiro, o hábito de leitura, de ir ao teatro, museus; o estado objetivado, que é a partir da posse de bens culturais materiais; e o institucionalizado, através de diplomas, qualificações e credenciais. Sobre essa questão, está sendo melhor discutido nos referenciais teóricos dessa pesquisa.

**Gráfico 1 – Raça ou cor autodeclarada pelos estudantes do Ensino Médio Politécnico da Escola Estadual Instituto Rio Branco em Dezembro de 2014**



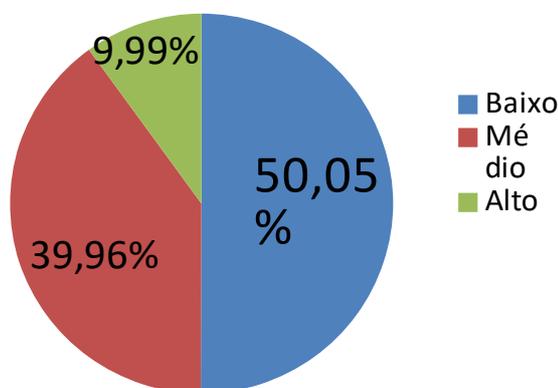
Fonte: elaboração própria

Nessa questão também havia as opções para o respondente se auto-declarar como Indígena e Asiático. No entanto, nenhuma dessas alternativas foi assinalada pelos estudantes. Percebe-se que a escola é dividida entre brancos 54% e não brancos 46%.

O próximo gráfico abaixo demonstra a classificação do capital cultural das famílias dos estudantes. Esses dados foram construídos através das perguntas abertas dos questionários, nas quais os respondentes relataram a frequência dos seus familiares em hábitos como leitura de livros, ir ao cinema, ao teatro, a shows e viajar. Outro indicador para definir capital cultural familiar foi a escolaridade do pai e da mãe. Definiu-se alto capital cultural familiar para os casos de concomitância do indicador de alta escolaridade do pai e da mãe e do indicador de frequência em hábitos culturais mencionados acima. Médio capital cultural familiar para aqueles respondentes que apresentaram pelo menos um dos dois indicadores, e baixo capital cultural para os respondentes que não relataram hábitos culturais e o pai e mãe tem baixa escolaridade.

**Gráfico 2 Capital Cultural familiar dos estudantes do terceiro ano do Ensino Médio Politécnico da escola Instituto Estadual Rio Branco em dezembro de 2015**

### Capital cultural familiar



Fonte: Elaboração própria

Os dados de perfil dos estudantes apresentados a partir desses indicadores sociais ratificam a ideia de que se tem uma heterogeneidade de perfil de estudantes nessa escola. Quanto à escolaridade dos pais, por exemplo, predomina índices de baixa escolaridade, no entanto é significativo também a presença de pais e mães com ensino superior completo, 9% e 12%.

Passemos agora a apresentar a variação de perfil desses estudantes a partir dos dados individuais. Há uma discrepância quanto à questão do sexo dos respondentes, dos 72 respondentes, 45 (63%) são do sexo feminino e 27 (37%) são do sexo masculino. São jovens de 17 a 19 anos (36 alunos com 17 anos, 27 alunos com 18 anos somente 9 alunos com 19 anos). Dos 72 alunos respondentes desse questionário, 26 (35%) alunos declararam ter reprovado ou evadido da escola pelo menos uma vez.

É representativo o número de alunos que já estão inseridos no mercado de trabalho, como é possível visualizar no gráfico abaixo.

**Gráfico 3 – Distribuição dos estudantes do terceiro ano do Ensino Médio Politécnico da escola Instituto Estadual Rio Branco em Dezembro de 2015 de acordo com a entrada no mercado de trabalho**



Fonte: Elaboração própria.

A pesquisa também levantou que os jovens que ingressam no mercado de trabalho tem como vínculo principal o estágio (66,67%), seguido de carteira assinada (16,6%), 14% dos jovens declararam ter trabalhado de maneira informal.

Outro dado levantando pelo questionário e que foi importante para o reconhecimento do perfil dos alunos e para a escolha daqueles que seriam entrevistados individualmente, assim como para a construção do roteiro da entrevista, é a expectativa que esses alunos têm em relação ao que fazer após terem concluído o Ensino Médio.

**Gráfico 4 Distribuição dos estudantes do Ensino Médio Politécnico na escola Instituto Estadual Rio Branco em dezembro de 2014 de acordo a expectativa pós Ensino Médio**

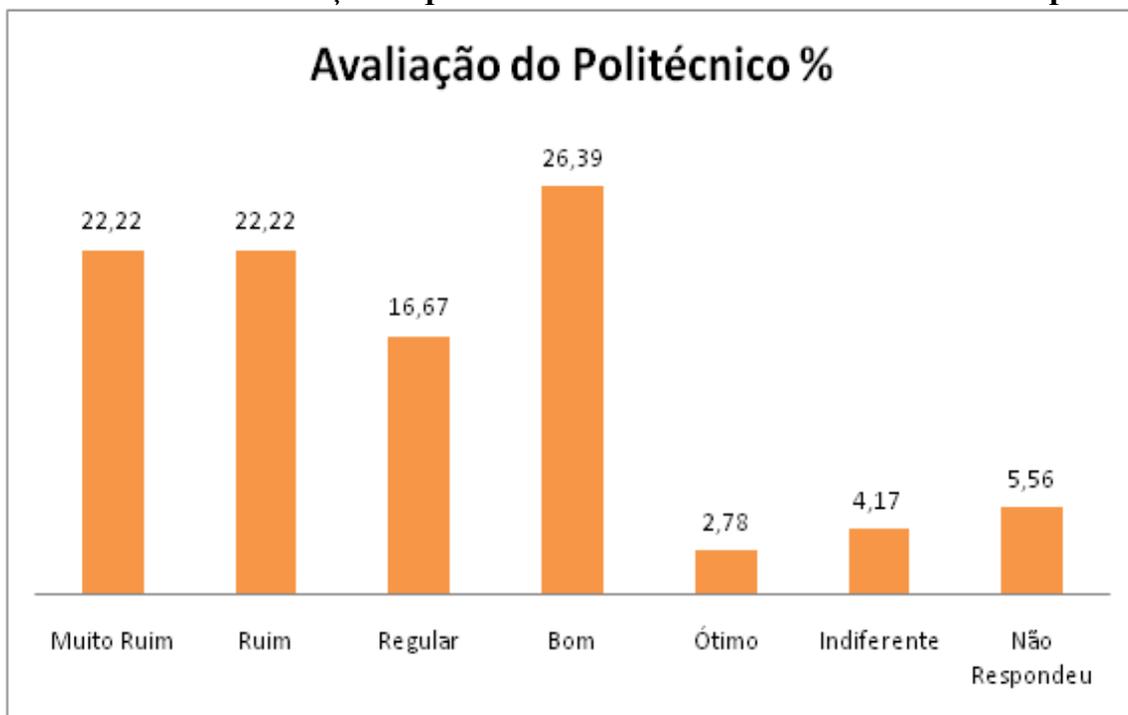


Fonte: elaboração própria

Como era esperado, predominou a expectativa que os jovens têm de que irão acessar o ensino superior após o Ensino Médio. No entanto, também é significativo o número de alunos que declaram que tem como expectativa pós Ensino Médio fazer um curso de qualificação ou profissionalizante (26%). Outro dado importante que podemos tirar do gráfico é que 85% dos estudantes pretendem dar continuidade aos estudos.

Para a preparação das entrevistas, também foi importante saber qual é a avaliação que esses estudantes fazem do currículo Politécnico. Isso pode ser verificado a partir do gráfico abaixo:

**Gráfico 5: Distribuição dos estudantes do terceiro ano do Ensino Médio Politécnico da escola Instituto Estadual Rio Branco em dezembro de 2014 de acordo com avaliação que eles fazem do currículo do politécnico**



Fonte: elaboração própria.

Nessa questão também existe uma alta variedade de opiniões. Conforme demonstra o gráfico, podemos verificar que menos da metade dos respondentes avaliaram de forma positiva o ensino politécnico, 30% dos respondentes. Por outro lado, 44% dos respondentes avaliaram de forma negativa.

## **7.Considerações Finais**

Foram selecionados e agrupados, em diferentes dimensões, alguns casos exemplares das avaliações feitas pelos jovens acerca do Ensino Médio Politécnico:

1 - Responsabilização dos professores;

“A proposta em si é boa, mas os professores não sabiam aplicar.”  
(estudante egresso do Ensino Médio Politécnico)

“O seminário integrado nunca teve uma definição exata para todos os professores em minha escola. Cada professor de

seminário realiza suas aulas do modo que interpretou o funcionamento.” (estudante egresso do Ensino Médio Politécnico)  
“Bom, mas os professores na sua maioria são desqualificados.” (estudante egresso do Ensino Médio Politécnico)

2 – Percepção de que o politécnico inseriu novas dinâmicas no contexto escolar.

“Eu avalio como uma experiência boa, eu trabalhei em cima do tema que eu escolhi.” (estudante egresso do Ensino Médio Politécnico)

“Muito bom, podemos conhecer novos métodos de aprendizagem.” (estudante egresso do Ensino Médio Politécnico)

“É bom, mas é muito cansativo porque quando há trabalho da área é enorme e quem trabalha o tempo é curto.” (estudante egresso do Ensino Médio Politécnico)

3 - Percepção de que o politécnico prejudicou as disciplinas tradicionais e a preparação para o vestibular.

“Foram períodos que não foram bem utilizados e tomaram tempo e conteúdo que poderiam ser utilizados para o vestibular.” (estudante egresso do Ensino Médio Politécnico)

“Uma matéria desnecessária que atrapalha as essenciais.” (estudante egresso do Ensino Médio Politécnico)

“Confuso. Acredito que o seminário Integrado não acrescenta muito e ainda tirou os espaços de outras matérias.” (estudante egresso do Ensino Médio Politécnico)

Ao analisar esses dados, temos como conclusões parciais que a implementação do Ensino Médio Politécnico por um lado possibilitou aos jovens contato com experiências, aprendizados e dinâmicas distintas do Ensino Médio “tradicional”, valorizando o protagonismo dos estudantes na construção do conhecimento. Por outro lado, os estudantes relatam que o politécnico prejudicou as disciplinas tradicionais e a preparação para o vestibular.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Vozes, 2008.

Clavatta, Maria; Ramos, Marise. **Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação**. Retratos da Escola, v. 5, n. 8, 2012.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. Revista Brasileira da Educação. Revista da Anped, São Paulo. 2003

DUBET, François. **Sociologie de l'expérience**. Paris: Seuil, 2006

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa Qualitativa**. 2.ed. Porto Alegre:Bookman, 2004.

FRIGOTTO, G. e CIAVATTA, M. (org.) **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.11-27.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida**.

KUENZER, AcaciaZeneida. **EM e EP na produção flexível: a dualidade invertida**. Retratos da Escola, v. 5, n. 8,2012.

QUIVY, Raymond. **Manual de investigação em ciências sociais**. 5. ed. Lisboa :Gradiva, 2008

RIO GRANDE DO SUL. **PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA O ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO - 2011-2014**. Disponível em: [http://www.educacao.rs.gov.br/dados/ens\\_med\\_proposta.pdf](http://www.educacao.rs.gov.br/dados/ens_med_proposta.pdf). Acesso em 05 de Outubro de 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação,v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007.

SPOSITO, Marília Pontes: **Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil**. In Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/ Fundação Perseu Abramo, 2005.

# A felicidade dá trabalho: Anotações de um campo de pesquisa sobre a prática do *coaching*

Bruno Casalotti<sup>53</sup>

## 1. Introdução

O *coaching* é uma ferramenta de capacitação profissional e desenvolvimento pessoal que vem ocupando cada vez mais espaço no mundo do trabalho e no campo gerencial. Sua prática, grosso modo, envolve o diálogo entre o *coach* (treinador) e o *coachee* (treinando) para o estabelecimento de metas de diversas naturezas. Também envolve uma série de variações: o *coach* pode ser um consultor especializado, ou pode ser até o chefe do *coachee* – o que implica numa relação de autoridade empresarial muito característico dos modelos gerenciais contemporâneos. Este artigo tem como objetivo expor brevemente alguns elementos característicos do conceito de *coaching* nos termos da sociologia. Para tal, exporemos algumas anotações do campo de pesquisa sobre o tema realizado entre 2014 e 2015. A nossa pesquisa, que tem como objeto de análise o próprio *coaching*, teve como recorte de investigação a trajetória dos *coaches* e a variabilidade dos preceitos que são difundidos pela literatura especializada no tema.

Neste artigo, expomos alguns relatos que foram narrados em quatro cenas do campo. Trata-se de diferentes materiais empíricos que foram reunidos na pesquisa, e que têm em comum o tema da felicidade – ou seja, como e porque esse tema se associa à prática profissional dos *coaches*. Por fim, esboçamos considerações sobre o assunto exposto no texto a partir de alguns referenciais teóricos da sociologia.

<sup>53</sup>Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), Mestrando em sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), **E-mail:** brunocasalotti@yahoo.com.br

## 2. *Coaching*: premissas para uma definição conceitual sociológica

Falar sobre o *coaching* é algo que possui uma dramaticidade própria. Afinal, estamos lidando com modelos de treinamento empresarial e muitas vezes esses tipos de fenômeno são tratados como “modismos gerenciais”. Isso é típico de uma época em que diversas novidades associadas à ideologia do *management* contemporâneo são constantemente lançadas no mercado. Não sabemos, portanto, se daqui alguns anos o *coaching* irá continuar existindo. Mas nem por isso ele se torna menos importante para uma pesquisa sociológica. Afinal, se o capitalismo segue existindo e renovando suas forças, a gênese em que “tudo o que é sólido se desmancha pelo ar” – para utilizar a velha expressão de Marx – é, por assim dizer, factível. Nada de novo no front, portanto. O *coaching*, no entanto, parece ser simbólico de uma peculiaridade de nossa época, nos termos que são colocados por Laval e Dardot(2013): a modelização das subjetividades a partir de um *ethos* de autovalorização e uma nova “cultura de empresa” que se difunde pelas diversas esferas da vida dos sujeitos, não somente àquelas que podem ser vinculadas diretamente – e exclusivamente – ao mundo do trabalho.

Explicamos: o *coaching* é, em última instância, um tipo de educação corporativa. Mas classificá-lo somente assim é algo que não resolve nenhuma questão. Há aqui algumas particularidades que precisam ser levadas em consideração. A primeira delas é que ele envolve o atendimento personalizado do *coach* ao seu *coachee*. Esse atendimento se dá num cenário de atuação que se assemelha muito a terapias e à psicanálise: acontece num espaço muito similar a um consultório, possui um contrato de sigilo (muito similar a um contrato terapêutico), etc. Há, no entanto, um insistente esforço, por parte dos *coaches* e da literatura especializada no assunto, em diferenciar o *coaching* de terapia. Isso é algo que será registrado ao longo desse artigo. A segunda particularidade, e uma das mais intrigantes, é que além das modalidades de *coaching* executivo e empresarial (que são as molas mestras da prática) há também alguns tipos de *coaching* genericamente classificadas como *life coaching* (ou *coaching* de vida). Nesses casos, contrata-se o *coaching* para se atingir metas na vida pessoal, familiar, doméstica e afetiva. E o mais interessante de se observar aqui é que o *coaching* sai do

universo corporativo para se dirigir explicitamente à vida privada dos indivíduos sem, no entanto, perder a essência de treinamento empresarial.

Dito isso, é preciso levar em consideração o projeto político-pedagógico do *coaching*. O público alvo do *coaching* é, em princípio, composto por executivos e dirigentes empresariais de diversos ramos do mercado e níveis hierárquicos. Mas o seu projeto se estende para além do dirigente em si, e pretende atingir a todos os que estão em sua volta: tanto os seus pares quanto os seus subordinados. Esse projeto justifica abordar o *coaching* a partir da perspectiva da sociologia do trabalho. Afinal, levando-se em consideração esse alcance, é possível deduzir que a prática tem um importante impacto nos processos de trabalho, uma vez que busca envolver, de alguma forma, os diversos atores que nele estão envolvidos. Como o dirigente (ou “líder”) busca atingir metas e objetivos que o remetem à sua equipe de trabalho, o que está em jogo num processo de *coaching* não é apenas o desenvolvimento pessoal dos seus domínios exclusivamente intra-subjetivos. Entra na órbita do processo também os seus domínios relacionais, ou seja, a forma como ele se relaciona com sua equipe, bem como fazer com que os membros do grupo se relacionem melhor entre si. Não à toa, na literatura especializada em *coaching* fala-se muito no “líder coach” que, nesse caso, é o próprio dirigente que detém conhecimentos de *coaching* e os utiliza para incrementar a coesão interna de sua equipe.

Assim como na psicologia industrial associada ao taylorismo e ao fordismo, o *coaching* também é respaldado por visões normativas com pretensões científicas. Mas, no lugar do estudo dos tempos e dos movimentos do processo fabril, entra em cena o estudo sistemático de emoções, sentimentos, afetividade e capacidades comunicativas. O cenário também é diferente: ao invés do ambiente fabril, da linha de produção com suas máquinas e operários, temos o ambiente gerencial, telefones e computadores por todos os lados e indivíduos engravatados – ou para utilizar a expressão de Mills (1951), o grupo dos trabalhadores de “colarinho branco”. A empresa, portanto, é o embrião do cosmos onde o *coaching* está inserido. Nesse cosmos faz-se sempre alusão a uma conjuntura caótica, onde as rápidas transformações do mundo moderno e globalizado exigem dos indivíduos que estes sejam auto-centrados e auto-controlados. Aqui o

*coaching* entra como promessa de ajudar os sujeitos a terem um melhor domínio de si, se tornando uma ferramenta que possibilita que se atinja suas metas e objetivos (seja da empresa, seja da vida pessoal).

### **3. O conceito de “felicidade” na estrutura de legitimação do *coaching***

A questão da ajuda (ou do apoio) é central no *coaching*. “Ajudar pessoas”, portanto, é uma constante que recorrentemente é problematizada em discursos públicos e privados. Essa constante é transmitida continuamente tanto pelos *coaches*, quanto pelos manuais e livros destinados aos profissionais da área. Assim, argumenta-se que o profissional do *coaching* ajuda as pessoas a atingir suas metas, a ter uma carreira de sucesso, a melhorar suas qualidades de auto-consciência e auto-reflexão, e a viver uma vida harmoniosa e sustentável. Por serem discursos performáticos, as pessoas que se procura convencer são quantitativamente numerosas e qualitativamente variadas. Decorre disso que a modulação sobre alguns temas fundamentais é algo importante para a eficácia da transmissão de uma mensagem, a qual só pode ser devidamente propagandeada metamorfoseando-se constantemente. Esse processo de efusiva modulação de mensagens codificadas se insere no bojo maior de uma “gênese e difusão”<sup>54</sup> do *coaching*. É dessa transmutação de códigos que se revela um processo que tende a fundar um “sistema de pensamento” mais ou menos estável – ou, no mínimo, com pretensões de se tornar estável.

Unem-se nesse “sistema de pensamento” conhecimentos específicos dos esportes e da educação física, das ciências psicológicas e da administração de empresas. O peso dado a cada uma dessas formas de conhecimento depende da situação onde o conceito de *coaching* está sendo aplicado. Ocorre também a incorporação pragmática de

<sup>54</sup>O termo “gênese e difusão” é inspirado no texto clássico da sociologia do trabalho brasileira de Vargas (1985), *Gênese e difusão do taylorismo no Brasil*. Nesse texto, o autor discorre sobre as razões morais e políticas da disseminação das idéias de Taylor no país. O *coaching*, no entanto, não possui o estatuto abrangente e paradigmático tal qual possui o taylorismo. Mas o termo é invocado no sentido de argumentar que existe uma série de variáveis importantes de serem consideradas quando se fala da profusão de uma metodologia gerencial – por mais específica que ela possa parecer – pelo campo gerencial e pelo mundo do trabalho. Uma compreensão mais geral do fenômeno não pode ocorrer sem que se considere esse conjunto de fatores. Isso nos facilita a pensar na totalidade de um processo, e não somente de um objeto.

métodos pedagógicos e teorias educacionais. Periféricamente, acontece a incorporação de conhecimento de escolas não científicas e elementos heterodoxos que soam pouco convencionais para quem vê de fora. Variantes de conhecimentos provenientes da meditação (baseada nas religiões orientais) da própria religiosidade popular, da astrologia, etc., apareceram recorrentemente no campo de pesquisa. Observa-se aqui um movimento acumulativo de conhecimentos, ou seja, que busca reunir grande número de formas para se legitimar e ser legitimado.

O “sistema de pensamento” do *coaching* pode ser lido em duas arenas distintas. Nele se percebe, sem dúvida, a imponência de diferentes métodos para se delinear e atingir metas, definir prioridades (na vida e no trabalho), ser mais produtivo e eficiente, etc. Mas esse universo não é puramente técnico. Não é feito apenas de um receituário prático que visa melhorar o rendimento dos indivíduos tal como se aumenta o desempenho de uma máquina. Ele possui também um forte tom moral, ou aquilo que Boltanski e Chiapello (2009) chamam de “princípios de legitimação” (ou, ainda, de “justificação”). Quer dizer, na medida em que o *coaching* se propõe a ser uma prática de desenvolvimento pessoal, ele não apenas deve dizer **o que é** (e **como**) “desenvolver pessoas”, mas também **porque** “desenvolver pessoas”. Nesse “porque” residem alguns elementos que são, em nosso juízo, alguns dos mais interessantes de serem explorados pela sociologia. É nesse “porque” que está a imagem que os *coaches* fazem do mundo, das relações de poder na empresa, da competitividade e dos sentidos do trabalho. Igualmente, entendemos que é aqui que se encontra o tema da felicidade.

Nos moldes dos livros de auto-ajuda (daí sua associação sempre recorrente com este campo literário), o “sistema de pensamento” do *coaching* exalta os exemplos e seleciona os *cases de sucesso* segundo seu vigor exemplar e incentivador. Mas é precisamente por constituírem um dos principais veículos de difusão e vulgarização de modelos normativos no campo gerencial que eles podem nos interessar aqui. Isso porque são inscrições públicas (ainda que dirigidos a um público específico), destinadas a conseguir adesão aos preceitos expostos. Além disso, a estrutura discursiva do *coaching* não pode ser unicamente remetida à busca de uma “carreira de sucesso”. Deve também explicar o que é sucesso, justificar porque ele é possível e dar argumentos

estratégicos para que os envolvidos digam que estão no “topo” porque merecem estar lá. O “sucesso” não é o ponto final da lógica de raciocínio dos *coaches*. Ele deve ser justificado como algo espiritualoso, transformador, holístico – de forma que não se reserve apenas aos motivos econômicos.

Assim, o “sistema de pensamento” do *coaching* é amparado por padrões normativos que levam em consideração não só as cobiças pessoais para se atingir metas, autonomia no trabalho, independência financeira, etc. Mas, também, como essas cobiças podem ser conectadas a uma aspiração para o enobrecimento da alma e para a felicidade. Decorre disso que a ideia de desenvolvimento pessoal, em certos *coaches*, é aludida com um sabor professoral e sábio, apoiada por referências de “espírito elevado”, tais como as religiões orientais, filósofos e líderes políticos (como Dalai Lama, Gandhi, Mandela). Há aqui também um elenco próprio do sucesso empresarial, como Steve Jobs, Bill Gates, Walt Disney, etc., cabendo também Abílio Diniz, Eike Batista e Silvio Santos como inspirações para as versões brasileiras. Isso tudo conecta o *coaching* a um mercado editorial de auto-ajuda (para os negócios e para a vida), muito conhecido. Picanço (2013) faz um relato importante de como se processa esse mercado no Brasil. Na pesquisa feita pela autora, chama atenção o texto de apresentação da editora Sextante (desde 2011, especializada em livros de auto-ajuda) onde consta:

Numa época em que o homem só dispunha do céu e das estrelas para se orientar, o Sextante era uma ferramenta fundamental para se atingir o destino desejado. Observando através do sextante, o navegador se norteava, medindo a distância entre os astros e o horizonte. Foi por essa razão que escolhemos o nome Sextante para a nossa editora. **Vivemos, nesse início do terceiro milênio, um momento de inquietação e ansiedade, em que a aparente perda de valores essenciais convive com uma intensa busca pela felicidade.** Conscientes dessa realidade, investimos para que cada produto da Sextante seja um instrumento precioso para alcançar a paz interior, a espiritualidade e o crescimento pessoal, tratando sempre de temas importantes para a plena realização humana”. (Sextante *apud* Picanço, 2013)

A editora Sextante, por sinal, possui algumas publicações de autores que oferecem a prática do *coaching*<sup>55</sup>. Conforme expresso, a convivência (aparentemente

<sup>55</sup>Como por exemplo o livro *101 dicas práticas de liderança* (Baldoni, 2014), escrito pelo *coach* executivo

contraditória) da “perda de valores” com uma “intensa busca pela felicidade” demarca o compasso da linha editorial em questão. É de se questionar aqui se essa busca pela felicidade não fornece indicativos de novos valores que substituem os antigos – posto que se tem a impressão subjacente de uma aparente “perda de valores”. O *coaching*, no entanto, não deve ser visto como um subproduto do mercado editorial de auto-ajuda, como se sugere através de uma leitura superficial do problema. Nem todos os livros de *coaching* se enquadram especificamente na idéia da auto-ajuda, a despeito da familiaridade no estilo da escrita. O *coaching* oferece leituras pragmáticas e diretas, com foco na ação (especialmente comunicativa e prospectiva) dos indivíduos perante determinados âmbitos da sua vida. Assim podemos falar em modalidades específicas de *coaching*, como *coaching* executivo e empresarial, *coaching* de carreiras, *coaching* de equipes, etc. A aproximação com esse nicho de mercado depende do referencial do próprio *coach*, que nem sempre se dá com base nas mesmas fontes da literatura de auto-ajuda<sup>56</sup>.

Outra associação bastante recorrente é do *coaching* com o fenômeno dos gurus empresariais, muitos dos quais são simultaneamente gurus, autores de livros de auto-ajuda e *coaches*. De fato, alguns *coaches* assumem para si a roupagem de personalidades do *mainstream* motivacional, realizam palestras desse cunho, e fazem aparições públicas performáticas – algo que se evidenciará na *Cena 3* do campo de pesquisa, descrita mais adiante. Igualmente, há gurus históricos que, observando o crescimento do *coaching* no mercado, passaram a investir também nesse filão. Mas estes genes em comum não devem servir para generalizações precipitadas. Nem todos os gurus são *coaches*, e nem todos os *coaches* são gurus. No decorrer do campo de pesquisa, alguns profissionais da área chegaram mesmo a repudiar esse tipo de associação, reivindicando para o *coaching* o estatuto de uma seriedade que, segundo acreditam, as palestras motivacionais não possuem.

John Baldoni que também assume o cartão de visitas típico de um guru empresarial.

<sup>56</sup>Para exemplificar: há livros de *coaching* como *Felicidade 360°* (Wunderlich, 2013) que poderiam explicitamente ser enquadrados na categoria da auto-ajuda. Há outros como *O Manual Do Coaching Executivo: princípios e diretrizes para um parceria de Coaching bem sucedida* (TECF, 2008) que se caracterizam por um estilo mais técnico e diretivo. É certo que esses elementos são muito híbridos, e não podem ser absolutizados em suas diferenças. Mas as distinções são importantes para que se visualize as particularidades do *coaching* no mercado de capacitação profissional.

Feitas essas ressalvas, retomamos: a partir de alguns dos dados empíricos recolhidos no campo de pesquisa, entendemos ser possível sugerir que o tema da felicidade é algo que se inscreve como razão estratégica que orienta discursos e ações no “sistema de pensamento” do *coaching*. Ressalte-se que a preocupação com a felicidade não é algo que fica só no plano discursivo. Implica também na busca por teorias e métodos que visem afirmar categoricamente como ser feliz. Assim, muitas escolas de pensamento, científicas ou não, são utilizadas pelos *coaches* para essa finalidade. No campo de pesquisa, percebemos que uma dessas escolas é a psicologia positiva. Este não é o único tipo teórico utilizado pelos *coaches*. Há muitas menções às neurociências, à neurolinguística, e até a elementos esotéricos (coisas como antroposofia, astrologia e xamanismo apareceram muitas vezes no campo). Para todos os efeitos, exporemos a psicologia positiva pelo fato de reunir elementos que apareceram de forma mais ou menos dispersa nas outras referências.

A psicologia positiva é um movimento dentro das ciências psicológicas fundada nos anos 2000 por Martin Seligman, ex-presidente da Associação Americana de Psicologia. Quando ocupou esse cargo, ele buscou revisitar o que ele chamava de “missões da psicologia”. Segundo Seligman (2004), a psicologia, nos últimos 100 anos, havia se preocupado exaustivamente com a cura de psicopatologias e com as causas do sofrimento humano. A partir disso, ele passou a defender que a psicologia deveria se preocupar também com a promoção da felicidade e das virtudes das pessoas. Para Seligman (2004), a felicidade é definida por uma série de virtudes, como a resiliência, a gratidão, a coragem, o otimismo, a esperança, o amor e a sabedoria. Além disso, seria possível promover essas qualidades através de intervenções sistemáticas na subjetividade dos indivíduos através do exercício da comunicação e do auto-controle. A psicologia positiva tem parentesco com a psicologia humanista de Abraham Maslow<sup>57</sup>, podendo ser tomada em princípio como uma evolução desta. Está em jogo aqui uma

<sup>57</sup>Maslow é famoso por sua “teoria das necessidades” que postula uma hierarquia das necessidades humanas. Segundo essa teoria, não é possível satisfazer determinadas necessidades se outras, de nível mais baixo, não estiverem satisfeitas. A essência dessa teoria invoca a crença de que as necessidades profissionais são naturalmente fundamentais, e se situam na base da pirâmide (no nível da segurança do emprego e da necessidade), logo acima das necessidades fisiológicas (como comer ou dormir). No topo está a nobreza da auto-realização, da moralidade, da criatividade, da espontaneidade, da solução de problemas e da aceitação dos fatos.

corrente teórica que se mune de definições categóricas e com promessas de validação científica sobre a felicidade.

Muitos dos *coaches* entrevistados disseram usar a psicologia positiva como fundamento teórico de seus serviços. Observamos também a grande recorrência de referências a Martin Seligman nos manuais e nos livros sobre *coaching* que foram analisados – tanto em suas variantes mais técnicas quanto naquelas mais próximas à linguagem da auto-ajuda. Todavia, o intuito deste artigo não é buscar um questionamento da legitimidade científica desse tipo de conhecimento. O que nos interessa observar aqui é em que medida esse tipo teórico serve de veículo para a disseminação de modelos normativos no mundo corporativo. Para ilustrar esse processo de disseminação, selecionamos três cenas do campo de pesquisa que passamos a descrever. Os dados parciais sobre os *coaches* entrevistados, sobre os manuais analisados e sobre as instituições que foram citadas encontram-se no apêndice deste texto.

### **Cena 1: A roda da vida**

O relato que se segue é decorrência da observação de um workshop de *coaching* em janeiro de 2015, na cidade São Paulo (SP). O evento foi promovido por uma instituição de formação de *coaches* (que podemos tipificar como uma “escola de *coaching*”), que aqui chamaremos de *Instituição 1*. Trata-se de uma empresa que atua no ramo desde 2007, emitindo certificações em *coaching* de diversos tipos e níveis, para empresas e indivíduos. Não temos dados oficiais da *Instituição 1*, mas no seu site afirma-se – em caráter de propaganda – que por ela passaram 20.000 *coaches*. Depois do workshop, foram enviados por e-mail aos participantes alguns *e-books* (livros virtuais) produzidos pela sua editora<sup>58</sup>. Esse tipo de material tem uma dupla função: promover a instituição panfletariamente e apresentar um pouco do seu entendimento sobre os objetivos do *coaching*. Um destes *e-books* tem como título “O sucesso não tira férias”. Chamaremos este livro de *Manual 1*. Trata-se de um texto de trinta e cinco páginas, de

<sup>58</sup>Por razões éticas, não exporemos aqui o nome da instituição e os dados técnicos sobre os e-books. Soma-se a isso o fato de serem livros sem ficha catalográfica e códigos de registro. Nos limitaremos a expor algumas passagens de seu conteúdo para exemplificar a nossa argumentação.

leitura fácil. Assim como os outros livros, a linha que separa este manual de um panfleto de propaganda não é muito clara. Isso é algo que fica muito evidente pelo estilo simples da sua escrita - cuja autoria é supostamente atribuída ao presidente e fundador da *Instituição 1*.

O *Manual 1* é remetido tanto às pessoas que fizeram alguma das formações oferecidas pela instituição, quanto aqueles que em dado momento tiveram contato com alguma atividade sua (palestras, workshops, etc.) – sendo, portanto, seus potenciais clientes. O livro sugere às pessoas a instrumentalização das férias para organizar suas vidas. Em outras palavras: abrir mão de viajar e de gastos excessivos para usar o tempo de descanso no planejamento da vida pessoal e profissional. O sucesso, como diz o título, não tira férias.

Depois de um ano inteiro de trabalho finalmente você chega ao seu momento de descanso tão aclamado. Férias, diversão, descontração, alegria... Nessa época não tem espaço para trabalho, estudo ou preocupações. Será mesmo? Todo mundo precisa de tempo para relaxar e aliviar um pouco a mente, se desprender das obrigações do dia-a-dia, porém, se esse desprendimento for muito grande com certeza você perderá o seu foco, esquecendo-se do que deveria ter feito para realizar aquilo que tinha estipulado.[...] Claro que você deve aproveitar esse mês de descanso, mas isso não precisa ser sinônimo de “desistência das suas metas”. Será que não seria melhor continuar guardando o dinheiro e encontrar outra forma de aproveitar os trinta dias? Na verdade, esse tempo pode ser bastante útil para você consolidar os seus objetivos, afinal, é nessa época que estamos com a mente mais calma e livre das preocupações. Assim como o planejamento a reflexão é outra forma de auxílio para a realização daquilo que necessitamos em qualquer âmbito da vida. E nada como aproveitar esse momento em que não há preocupações profissionais para fazer esse exercício. (Trecho do *Manual 1*)

O seu conteúdo consiste na breve apresentação de alguns métodos de organização da vida que são muito utilizados em sessões de *coaching*. Uma delas é a Roda da Vida: uma ferramenta<sup>59</sup> muito utilizada pelos *coaches*, e que é aplicada para se

<sup>59</sup>Aliás, é muito interessante a recorrência dessa idéia de “ferramentas” de *coaching*. Desde os primórdios dos processos de reengenharia nas empresas, a palavra “ferramenta” passou a ser usada em Recursos Humanos como metáfora de trabalhos concretos que se realizam através de um instrumento. E são tantas as “ferramentas” oferecidas para o *coaching* quantas formas de atuação acontecem nesta área. Além da Roda da Vida, há o já consagrado feedback (ou seja, a capacidade comunicativa de dar e receber críticas no ambiente de trabalho), o rapport (afinidade afetiva), etc. Há milhares de opções. O que se evidencia de

fazer uma espécie de mapeamento dos níveis de satisfação dos *coachees* em cada uma das esferas de sua vida.



Figura 1: modelo de Roda da Vida, reproduzido do material analisado.

Muitos dos *coaches* que foram entrevistados no nosso campo de pesquisa, afirmaram utilizar a Roda da Vida ou ferramentas com funções similares. Quando um sujeito vai fazer *coaching*, o *coach* solicita que ele preencha as fatias do círculo de acordo com o nível de satisfação que ele tem em cada um dos elementos. Assim, se ele tem, por exemplo, muita satisfação no quesito “relacionamento íntimo”, ele preenche todo o espaço destinado a este elemento. Se ele tem pouca satisfação no quesito “finanças”, ele preenche apenas uma pequena parte do espaço. Geralmente esse preenchimento é feito com lápis de cor ou caneta. Assim diz o livro sobre a Roda da Vida:

Para se ter sucesso na vida acomodação deve ser uma palavra excluída do seu dicionário. Sim, com empenho, foco e organização você pode alcançar o nível máximo de equilíbrio nos diferentes âmbitos da sua vida, tornando-a plenamente realizada. Não há como escolher apenas alguns dos campos para dar mais atenção em detrimento dos demais. Pelo contrário, todos são importantes e requerem cuidados e atenção. Não é porque você possui um bom relacionamento com as pessoas mais próximas e constantemente faz check-ups que deve deixar de lado aquela melhoria salarial que você sonha há muito tempo. Com certeza você é feliz estando bem

comum entre todas é que elas se dão em cima de variáveis que “medem” valores que, apesar de todos os esforços, dificilmente deixarão de ser aqueles que são moralmente exigidos pelo campo gerencial. Há, no entanto, um movimento tácito para se ressignificar estes valores, fazendo com que eles evitem serem vistos apenas como valores empresariais. Assim, há uma estrutura discursiva muito latente para se fazer com que estes valores sejam dispostos de uma forma que sejam direcionados para o bem comum, para a “vida”, para o “bem-estar”, e por aí vai.

nesses campos, mas um dia ou outro é bastante possível que esse problema financeiro gere um problema maior pra você (uma desmotivação com o emprego, por exemplo), atingindo, assim, as outras áreas como um tsunami destrói uma cidade. O ser humano necessita do equilíbrio no conjunto formado pelo corpo, mente e espírito, **um resumo das oito esferas apontadas**. Não há maneira de destruir os desafios que a vida lhe impõe se não existir um equilíbrio pleno no conjunto como um todo. **A chave da felicidade está justamente na união de todos esses pontos.** (Trecho do *Manual 1*)

A chave da felicidade, portanto, deve ser precedida pela categorização o sistemática e cartesiana da vida dos indivíduos. Mais do que isso. Argumenta-se aqui que a “chave da felicidade” (entre aspas) consiste na instrumentalização de cada uma dessas categorias para se atingir metas e objetivos que, apesar de todos os esforços, dificilmente deixarão de ter alguma relação com o problema da carreira e do trabalho. É preciso avaliar, no entanto, qual o impacto desse tipo de procedimento em cada uma das diferentes esferas da vida dos indivíduos. O livro argumenta que a desarmonia desses elementos acaba por afetar diretamente a sensação de felicidade das pessoas.

**Vivemos em um mundo onde a palavra-chave é o tempo.** Corremos de casa para o trabalho; do trabalho para as reuniões; delas para um almoço rápido e às vezes nem tão saudável; do almoço para o escritório; de lá para a sede do nosso cliente; da sede do nosso cliente para casa; de casa para o trabalho e por aí vai. Ufa! É estressante, mas é assim mesmo, hoje em dia a palavra de ordem é essa, tempo. E nessa loucura desenfreada terminamos deixando de lado algumas coisas que são importantes para nós, mas que nem sempre demonstramos a sua intensidade. Alguma vez você já ouviu alguma cobrança sobre a sua preferência pelo trabalho à diversão com os amigos e familiares, por exemplo? É bem provável, em algum momento da vida, infelizmente, sempre negligenciamos algo em preferência de outro aspecto que para nós, naquele momento é muito importante. Entretanto, **quando isso se torna uma constância, é sinal de problema. É sinal de que a sua Roda da Vida está em desarmonia, o que está inteiramente ligado à sua sensação de felicidade.** (Trecho do *Manual 1*)

A construção dessa narrativa insere o cálculo no cotidiano dos indivíduos, eliminando qualquer possibilidade de espontaneidade no decurso da vida. Tudo deve ser planejado, tudo deve ser previsto. Os problemas que aparecem na vida, e tornam as

peessoas infelizes, devem ser pré-dimensionados. A previsão de um problema é característica marcante na literatura sobre *coaching*. Temos aqui um esboço de como se engendra um pensamento prospectivo, que visa eliminar no presente as dificuldades do futuro. A imagem característica de todos os problemas é a falta de tempo. Essa imagem é suscitada, uma vez que parece exprimir algo de comum entre diversas formas de sofrimento no mundo atual. O requisito para a felicidade é, portanto, pôr fim a essa “loucura desenfreada” que se alude pela falta de tempo.

### **Cena 2: As rotas neurológicas da felicidade**

O trecho a seguir é parte de uma entrevista fornecida por uma *coach* (à qual chamaremos de *Coach 1*) que atua na grande Porto Alegre (RS), com foco em pequenos e médios empreendedores de cidades da região. *Coach 1* é associada a uma entidade internacional (à qual chamaremos de *Instituição 2*) que certifica e acredita *coaches* por todo o território nacional. Formada em marketing por uma universidade norte-americana, a *coach* em questão ostenta no currículo experiências profissionais no exterior, além de uma especialização em terapia sistêmica e uma formação em *coaching* por uma escola canadense de inspiração ericksoniana. Além disso, possui formação em Programação Neuro-linguística (popularmente conhecida como PNL<sup>60</sup>). O repertório de experiências profissionais e acadêmicas da *Coach 1* lhe fornece o arcabouço conceitual que é sustentado nas suas falas sobre o *coaching* e sobre a ideia de realização pessoal.

Em outras entrevistas realizadas antes dessa, anotamos a recorrência de um método de provocação que os *coaches* chamam de “perguntas poderosas”. Trata-se de perguntas enunciadas em tom provocativo que buscam fazer com que o *coachee* pense “fora da caixa” (conforme expressão usual no mundo corporativo), sentindo-se compelido a buscar seus objetivos. Num dado momento da entrevista, indagamos por que as “perguntas poderosas” tinham esse efeito. Segundo *Coach 1*:

<sup>60</sup>Teoria criada pelos norte-americanos Richard Bandler e John Grinder nos anos 1970. Possui forte apelo à lingüística e à hipnose, defendendo haver uma integração entre cérebro, mente, corpo e linguagem, de forma que seria possível intervir nesse conjunto através de exercícios sistemáticos. A PNL foi muito questionada cientificamente na segunda metade do século XX, a ponto de ter sido mesmo considerada como pseudo-científica. Por possuir apelo à hipnose, a PNL é recorrentemente associada à psicologia ericksoniana – como no caso da trajetória educacional da *Coach 1*.

O objetivo do *coaching* é uma mudança de hábito, de comportamento, **que vai levar a pessoa a um patamar mais feliz, mais realizado em alguma situação da vida dela.** Pra uma pessoa construir uma mudança permanente na vida, ela precisa mudar a forma do pensamento (que vai influenciar a forma como ela percebe as coisas, as crenças, a realidade dela). E pra pessoa mudar isso, **ela tem que criar caminhos neurológicos diferentes dentro do cérebro.** E isso tem que forçar, de certa forma, a pessoa pensar e criar esses caminhos por si. Se eu dou uma resposta pronta, quem tá criando a resposta pra pessoa sou eu. A pergunta faz com que a pessoa crie aquela sinapse diferente pra buscar uma forma diferente de encarar aquela situação. E aí vai criando outros caminhos, outras possibilidades, e vai deixando de usar o caminho que não serve, que não lhe faz bem. (Trecho de entrevista com *Coach 1*)

A mudança de hábitos, de comportamentos e de crenças constitui pauta central no *coaching*. Isso implica na procura de teorias e métodos ofereçam respostas sobre como operar pragmaticamente essa mudança. O intenso pragmatismo sugere uma neutralidade moral e política dos *coaches*. Por essa razão, muitos dos *coaches* entrevistados salientam que o bom *coach* deve abster-se de emitir juízos numa sessão de *coaching*<sup>61</sup>. Nesse aspecto, adentram na estrutura argumentativa noções orientadoras como a auto-realização e a própria felicidade. Através dessas noções, globaliza-se o método, uma vez que se acredita que a busca pela auto-realização e pela felicidade constituem uma comum entre todas as pessoas.

O sentido de universalidade também está presente na alusão ao cérebro. Todos nós temos cérebro, afinal. Decorre disso a busca por princípios de legitimação nas neurociências e nas ciências psicológicas, conforme dito anteriormente. Não raro, deparamo-nos no campo de pesquisa com conceitos como *neurocoaching*. Parece haver aqui uma espécie de crença numa fisiologia cerebral da felicidade e da auto-realização. Ter sucesso é ter as conexões neurológicas mais apropriadas dentro do cérebro. O corpo é aludido como um aparelho que pode ser programado, e, portanto, é preciso instalar o

<sup>61</sup>A esse respeito, dirá *Coach 1*: “eu defino o *coaching*, assim, na forma oficial, como uma relação entre um cliente e um *coach*, onde o *coach* possibilita um espaço pro cliente trazer suas metas e então desenvolver suas metas. Ele atinge resultados dentro de um foco específico. É naquilo que o cliente está buscando. O *coach* não interfere no resultado desejado pela pessoa. Não emite julgamentos. E o trabalho dele é principalmente criar esse espaço e trazer ferramentas pra que a pessoa desenvolva aquela visão. Pra que ela faça com que o sonho se torne uma meta, um objetivo atingível dentro de um prazo. Buscando os recursos necessários, e envolvendo os que já existem”.

programa correto, com os “caminhos neurológicos” mais eficientes. Assim, abre-se a possibilidade de o humano-aparelho sentir-se feliz e realizado. Essa cosmologia se reflete na metáfora do GPS, relatado por *Coach 1* para explicar como ela define o conceito de *coaching*:

Muitas vezes, pra mim, o *coaching* é como se fosse um GPS, onde a gente vai buscar o lugar em que a pessoa quer chegar, né. Qual é o destino... Se ela quer ir pra praia, quer ir pra montanha, quer ir pra outro país. E aí vai se definindo aquele destino. Se olha onde que ela ta no mapa hoje. **E aí a partir disso se criam várias rotas pra que ela possa experimentar qual que é a melhor pra que ela chegue lá naquele destino que ela quer.** (Trecho de entrevista com *Coach 1*)

A exemplo do relato feito na *Cena 1*, observamos aqui também a instrumentalização das esferas reprodutivas da vida dos sujeitos com o intento utilitarista de se buscar metas e objetivos prescritos para o futuro. Nesse caso, no entanto, evidencia-se como as linguagens do corpo e do aparelho (GPS) são unificadas, tornando-se princípio de legitimação. A felicidade e a auto-realização são o destino final de uma rota que é traçada – como num aparelho de GPS – no cérebro dos indivíduos. Além disso, exprime-se aqui um sentido de imparcialidade, posto que a objetividade das neurociências e das ciências psicológicas dão o tempero de credibilidade científica – a propósito de a própria *Coach 1* não possuir qualquer experiência com pesquisa científica no campo que é reinvidicado como anteparo legitimador.

### **Cena 3: A felicidade dá trabalho**

O trecho a seguir foi captado numa palestra assistida em Porto Alegre em 2014. Essa palestra merece um registro por diversos dados importantes. O primeiro deles, ter sido realizada no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, tendo como público alvo os gerentes de uma grande rede bancária. O segundo deles é que ela fazia parte de uma semana temática sobre o bem-estar no trabalho, organizada pela CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) da empresa. O local do evento sugere, ao menos indiretamente, o beneplácito do próprio sindicato. Esses dados demonstram um pouco a complexidade e a abrangência de determinados discursos provenientes da educação corporativa. É equivocado achar que eles estão restritos ao nível das altas hierarquias

empresariais. Na verdade, evidencia-se aqui que ele tem adesão em diversos níveis, a ponto de encontrar meios de reprodução em espaços onde presume-se que poderia encontrar alguma resistência (como é o caso de um sindicato).

Essa palestra foi dada por um famoso *coach* de Porto Alegre, ao qual chamaremos de *Coach 2* – um caso de *coach* que assume também o papel de guru motivacional. O tema do evento era *A vida que encanta: como fazer algo de extraordinário na sua vida*. Trata-se de uma palestra tipicamente motivacional e performática. No decorrer da fala, *Coach 2* brincava com os espectadores, discorrendo sobre situações embaraçosas na vida e, especialmente, no trabalho. O tom da fala proporcionava o vislumbre de saídas pacíficas e construtivas para problemas como a dificuldade de se equilibrar a vida pessoal com a vida profissional, e também os conflitos no ambiente de trabalho. *Coach 2* parece valorizar aquilo que a psicologia positiva entende como resiliência. Anota-se aqui que, segundo Yunes (2003), a definição de “resiliência” que mais orienta pesquisadores das ciências psicológicas é a de “invulnerabilidade” ou, ainda, “resistência às adversidades”.

Outro dado registrado foi aparição do tema do tempo, a exemplo do que foi observado na *Cena 1* também. Segundo *Coach 2*, o sujeito não deve se importar com o tempo para se “fazer algo de extraordinário” na vida. Quanto menos nos importarmos com o tempo para se atingir um objetivo, mais fácil será o processo. *Coach 2* defende que é preciso aprender a “curtir” o processo como um todo, curtir as dificuldades e as recaídas, aprendendo a tirar lições dela. Para ilustrar essa ideia, ele recorre à seguinte cena:

Vocês devem imaginar. Quando uma criança está indo para a praia o que ela fala durante a viagem?... [‘falta muito tempo para chegar?’ responde alguém da platéia]... Isso! Aí eu fico lembrando quando eu ia pra praia com os meus avós. Eles passavam lá em casa, me pegavam. E no meio da viagem eu falava [fazendo voz de criança]: ‘falta muito tempo pra chegar?’. E minha vó respondia: ‘falta menos do que quando a gente saiu’. Aí dali a meia hora eu perguntava de novo: ‘falta muito tempo pra chegar?’. E minha vó respondia de novo: ‘falta menos do que quando a gente saiu’... [risadas da platéia]... A minha vó faleceu e eu nunca tive a oportunidade de falar pra ela que aquilo que ela dizia (falta menos

do que quando a gente saiu) tem tudo a ver com o meu trabalho hoje. (Trecho de palestra proferida por *Coach 2*)

Ou seja, assim como na *Cena 2*, a imagem da estrada também aparece aqui. O que se defende de novo, no entanto, é que uma vez alcançado o destino, ele deixa de existir. Novos desafios surgem para nossa vida, e somos obrigados a nos colocar novamente dentro de um processo de mudança. A vida que *Coach 2* expressa para a plateia é uma longa “estrada das mudanças”, com obstáculos, recaídas, dificuldades, as quais temos que aprender a “curtir” para sempre fazer algo “extraordinário”. Vemos aqui um sentido de efemeridade no “fazer algo extraordinário” é um objetivo efêmero. Uma vez que essa meta é atingida, logo em seguida deveremos nos colocar outro objetivo extraordinário novamente. O sentido da vida, para o *Coach2*, é expressa na idéia permanente de busca pelo extraordinário. A felicidade consiste em não ficar parado. Quem não tem esse sentido para a sua vida é alguém que se acomodou, “murchou”:

Quando a gente se propõe a fazer algo extraordinário, sempre vão surgir obstáculos. E é muito comum que esses obstáculos sejam pessoas que estão do nosso lado. Imagina assim, no primeiro dia de trabalho. Como que você se sente no primeiro dia de trabalho numa empresa nova? Todo empolgado, com vontade de crescer, de se desenvolver. Mas daí vem aquele funcionário mais antigo e te diz: “olha, vem cá que eu vou te explicar como as coisas são aqui”. Daí já viu né... É aí que o sinal amarelo tem que acender, gente! É muito comum encontrar esse tipo de pessoa no trabalho. **A gente olha pra ela, parece que o cara murchou. São pessoas murchas, que abriam mão da felicidade.**

[...]

Eu costumo usar muito esse lema: “Go Hard, or Go Home”. Se você não quer ser “go hard”, não tem problema. A porta tá aberta, e você pode ir pra casa. E eu queria finalizar dizendo isso, gente. **É todo mundo que consegue ser “go hard”? Não. A felicidade dá trabalho. E são poucos que conseguem entender isso.** [...] No Brasil o trabalho ainda é visto como uma coisa ruim. Precisamos mudar isso. Não podemos temer o trabalho, pois ele é uma coisa necessária. Mais do que isso, ele é uma coisa que deve nos fazer bem. (Trecho de palestra proferida por *Coach 2*)

Alude-se aqui a uma idéia subjacente de divisão das pessoas entre aqueles que são felizes e aqueles que abriam mão da felicidade. A metáfora com o mundo do trabalho e da empresa não é fortuito. Trata-se de um lócus privilegiado para materializar a imagem de pessoas que são um “sucesso”, e aquelas que são um “fracasso”. A felicidade,

no entanto, dá trabalho. E para tê-la é necessário esforçar-se (ser “go hard”). Nesse ponto, associa-se a idéia do ser feliz com a noção de “merecer ser feliz”, posto que quem se esforça por uma coisa, merece ela. Evidencia-se aqui uma espécie de verbalização implícita da noção de meritocracia, o que é justaposto pela imagem de alguém que se esforça no seu ambiente de trabalho e esquivava das “pessoas que murcharam”. A meritocracia não é algo que apenas remunera diferencialmente aqueles que supostamente possuem um talento diferencial. Ela também dá aos indivíduos uma recompensa que vem em forma de uma “mais-valia” de felicidade.

Nessa narrativa, a meritocracia torna-se axiomática, uma vez que se alinha a um princípio de legitimação moral com alto poder de imunidade perante questionamentos: a felicidade. Talvez fosse possível de perguntar: quem ousa dizer ser contra a felicidade? Esse mesmo questionamento é possível de ser feito em todos os casos em que o tema da felicidade é aludido como princípio legitimador no “sistema de pensamento” do *coaching*. Isso também implica em uma forma de ver-se a si na relação com os outros. A busca pela felicidade, da forma que é expressa nesses casos, parece dar novo sentido à responsabilidade que se tem com o outro. Afinal, a dimensão relacional da existência passa a ser ela também instrumentalizada no processo de “não murchar” e ser “go hard”. Aqui, o debate que está colocado é saber se estamos de uma nova forma dessa dimensão, e o que ela pode iluminar em termos dos valores e juízos que estão presentes no jogo do campo gerencial.

## 5. Apontamentos teóricos

Castel (1984) possui uma importante contribuição sobre as mudanças no campo das ciências psicológicas desde os anos 1970. Segundo o autor, desde esse período observa-se uma guinada importante nas práticas terapêuticas, que desde Freud possuíam como principal atributo a cura de deficiências e patologias psíquicas. No período em questão, generalizam-se propostas extraterapêuticas (dentre as quais, compreendemos que está a prática do *coaching*<sup>62</sup>). Nas palavras do autor, estas seriam

<sup>62</sup>Essa classificação é problemática. A literatura sobre *coaching* e os próprios *coaches* buscam afirmar distância da terapia. As próprias cartas de princípios da *Instituição 2* salientam com muita ênfase que

“terapias para os normais”, ou seja, terapias para sujeitos que não necessariamente possuem algum tipo de patologia, mas que anseiam pela ajuda de um profissional especializado para poder alcançar determinados objetivos na vida (como a felicidade, a prosperidade, o sucesso no trabalho, etc.). Dirá o autor a esse respeito:

Se tomarmos ao pé da letra esta metáfora [da ‘terapia para os normais’], o que se supõe, de início, é que a normalidade funciona como um sintoma. De fato, estes enfoques partem (ou partiam em nos seus primórdios) de uma visão crítica da vida social como espaço em que se exercem absurdas limitações, exigências de disciplina e de rendimento incompatíveis com a expansão pessoal e as relações espontâneas entre os seres humanos. (idem, 1984, p.179. Tradução nossa)

A partir de uma leitura típica da sociologia do trabalho, compreendemos que é no alvorecer dos sistemas de trabalho pós-fordistas que repousa esse contexto. Ou, ao menos, poder-se-ia dizer que são fenômenos paralelos e mutuamente causais. Conforme dito anteriormente, com o surgimento da flexibilização, a rigidez das burocracias empresariais e do sistema produtivo passam a ser criticadas. Essa crítica, por sua vez, ganha eco no discurso do *mainstream* gerencial e na literatura de gestão empresarial. Decorre disso que a “terapia para os normais” passa a ter espaço como ferramenta para aqueles que, diante de um processo em que a distinção torna-se via de regra, querem atingir seus objetivos. A patologia aqui é o “normal”, e a cura é ser “distinto”. A “doença” é ser um indivíduo apático e conformado com o seu posto de trabalho ou seu cargo no aparato burocrático. A cura para isso é encontrar meios que lhe permitam superar as “absurdas limitações, exigências de disciplina e de rendimento”, que nivelam e uniformizam os sujeitos.

Entram em cena modalidades terapêuticas que se preocupam com a realização pessoal e a felicidade, tomando-as como “tarefas infinitas” (Castel, *ibidem*, 1984), onde o terapeuta sempre pode intervir em algo mais. É o caso, por exemplo, da noção de Psicologia Positiva, que sugere a instrumentalização da subjetividade e da intersubjetividade através de intervenções sistemáticas, promovendo uma visão do ser humano como possuidor de uma espécie de capital (o seu “potencial”) e que pode ser qualquer de seus associados pode ser descredenciado se não informar aos *coachees* que o seu procedimento não é uma terapia. No entanto o termo parece ser o mais adequado. Trata-se de uma proposta extraterapêutica, e não terapêutica em si. Além do que, a recorrente busca de respaldo nas ciências psicológicas impede a diferenciação absoluta do *coaching* com a terapia.

gerido para se obter uma “mais-valia de prazer e de capacidades relacionais” (Castel, 1984, p.180). Em resumo, haveria indivíduos subdesenvolvidos e os em via de desenvolvimento. No mundo do trabalho, os subdesenvolvidos são aqueles que, a despeito de possuírem formação técnica adequada para ocupar determinados postos de trabalho, não foram capazes de gerir seu próprio “eu interior” de forma a liberar todo o seu potencial. Os em via de desenvolvimento (e desenvolvidos) são aqueles que descobriram como mobilizar esse potencial, voltando-o especialmente ao universo do labor, encontrando o caminho da construção de uma trajetória de sucesso e felicidade. Dirá Castel a esse respeito:

Assim se abre a possibilidade de irromper as esferas da vida privada, da intimidade e da intersubjetividade que escapavam das antigas empresas de racionalização segmentária. Globaliza-se tudo aquilo que Taylor, ou a psicologia industrial, ou a psicofísica, promoviam como possibilidade de controle e de manipulação de uma dimensão do homem [...]. Tais enfoques podem ser qualificados como humanistas, ao menos no sentido de que levam em conta a totalidade do homem, ainda que seja somente para instrumentalizá-la. A audiência alcançada pelas novas terapias nasce em parte do fato de que funcionam sobre este duplo registro, mantendo uma referência cada vez mais mítica à crítica social e aos prestígios revolucionários dos grandes rechaços, ao mesmo tempo em que difundem uma concepção perfeitamente pragmática do sujeito. (Castel, 1984, p.180. Tradução nossa).

As “antigas empresas de racionalização segmentária” são aqueles conglomerados burocráticos recorrentes no seio do paradigma taylorista/fordista. Nestas, o desenvolvimento do potencial humano restringe-se à dimensão intra-empresarial, mantendo-se dentro dos limites do exercício laboral, variando de acordo com o segmento que é ocupado pelo sujeito na hierarquia da organização. No alvorecer dos sistemas flexíveis, o rechaço a essa forma de empresa (tida como autoritária, rígida e sufocante) tem ares de crítica social e até mesmo um sentido revolucionário, como bem salientado por Boltanski e Chiapello (2009). Entretanto, na medida em que se desenvolvem e ganham espaço cada vez maior no campo da administração, tornam-se regra, fazendo com que a crítica se torne algo cada vez mais distante e mítico. Concomitantemente, a noção de “potencial” torna-se generalizada e passa a independe

do nível hierárquico que é ocupado pelo sujeito: todos devem desenvolver seu potencial, seja ele um dirigente ou um subordinado. Igualmente, todos devem instrumentalizar sua vida privada e sua intimidade de acordo com os imperativos do “sucesso”.

Segundo Boltanski e Chiapello (2009), é aqui que o *coach* aparece como novidade. Seu espaço é aberto pela necessidade de as empresas promoverem permanentemente a capacitação profissional, especialmente dos líderes. Assim, segundo os autores:

Graças a esse *sentido* compartilhado, ao qual todos aderem, cada um sabe aquilo que deve fazer sem que ninguém precise mandar. Imprime-se com firmeza uma direção, sem ser preciso recorrer a ordens, e o pessoal pode continuar a autogerir-se. Nada lhe é imposto, pois ele adere ao projeto. O ponto fundamental desse dispositivo é o *líder*, precisamente aquele que sabe ter uma *visão*, transmiti-la e obter adesão dos outros. Provavelmente esse é o ponto mais fraco dos novos dispositivos, pois tudo recai nos ombros de um ser excepcional que nem sempre sabemos formar ou mesmo recrutar, sobretudo em quantidades suficientes, pois todas as empresas precisam dele. De modo mais geral, a nova gestão empresarial está povoada de seres excepcionais: competentes para numerosas tarefas, aperfeiçoando-se continuamente, adaptáveis, capazes de autogerir-se e de trabalhar com pessoas muito diferentes, E, no final, nos dizem pouca coisa sobre a contribuição das empresas para o desenvolvimento dessa categoria de trabalhadores: as organizações vão tornar-se "capacitantes", a organização das competências vai tornar-se ponto essencial, e novas profissões são criadas, como a do *coach*, cujo papel é propiciar acompanhamento personalizado, que possibilite a cada um o desenvolvimento de todo o seu potencial. (Boltanski e Chiapello, 2009, p.105)

Ainda segundo os autores, o imperativo de se diminuir as hierarquias empresariais coloca o tema da mobilização integral dos recursos humanos ao domínio dos interesses das organizações. Nesse aspecto, o *coach* cumpre papel destacado. Conforme demonstrado ao longo desse artigo, a eminente fundamentação do *coaching* a partir das ciências psicológicas é uma sinalização de um movimento que pretende colocar na órbita dos interesses empresariais as diferentes esferas e qualidades individuais dos sujeitos. Interessa, para as empresas, portanto, qualidades que não são somente aquelas propriamente (e exclusivamente) de caráter técnico; mas também

aquelas que indicam adesão emocional, afetiva e psicológica à política da organização. No entendimento de Boltanski e Chiapello (2009), isso faz parte do que eles denominam como “novo espírito do capitalismo” o qual se reflete em novidades organizacionais em uma escala abrangente. As novas formas administrativas são denominadas pelos autores como “organização por projetos” (ou, ainda, “organização matricial”). A saber:

Os textos de gestão empresarial dos anos 90 nos passam a imagem de um mundo amplamente reorganizado em relação ao mundo dos anos 60. O movimento foi desenhando-se aos poucos, à medida que ocorriam inovações organizacionais, invenções técnicas e modalidades administrativas que se sucederam a partir dos anos 80. Uns após outros, todos os dispositivos oriundos do segundo espírito do capitalismo foram questionados, modificados, transformados, suprimidos, substituídos, de tal modo que a necessidade de dotar-se de nova representação geral do mundo econômico manifestou-se com insistência. [...] Optamos por dar ao novo aparato justificativo que nos parece atualmente em formação a denominação “cidade por projetos” por algumas razões que convém explicitar, pois a expressão pode parecer difícil de manejar e pouco clara. Na verdade, foi calcada numa denominação frequente em literatura de gestão empresarial: a *organisation par projet* (organização matricial). Esta alude a uma empresa cuja estrutura é constituída por grande número de projetos que associam pessoas variadas, algumas das quais participam de vários projetos. (Boltanski e Chiapello, 2009, p. 136)

A “organização por projetos” é germinal num sistema maior, a que os autores chamam de “cidade por projetos”. Cidade, nesse caso não é somente o conjunto de aparelhos urbanos como se convém dizer. A noção aqui alude à organização da comunidade como um todo, a partir de uma observação dos processos de justificação de sua existência. Esses processos de justificação refletem mudanças de concepção sobre o regime de propriedade das coisas, inclusive do próprio corpo – algo que é sugerido a partir de alguns dos nossos relatos sobre o campo de pesquisa. Assim, anota-se que:

O aparecimento da cidade por projetos é, assim, concomitante a outra característica marcante, associada à mudança atual das concepções da propriedade e, especialmente, da propriedade que temos sobre o corpo, o nosso ou o alheio (por exemplo, no caso dos transplantes de órgãos): grande crescimento das indústrias que cuidam da autoimagem, desde a moda, a saúde, a dietética e a cosmética até a indústria do *desenvolvimento pessoal* em plena

expansão, que, como vimos, acompanhou a reorganização das empresas com o aparecimento de novas profissões, como a do *coach*. Nessa lógica, a propriedade está dissociada da responsabilidade em relação a outrem (que também constituía uma injunção no caso do poder burocrático, sem falar da propriedade patrimonial tradicional), para ser inteiramente definida como uma responsabilidade em relação a si mesmo: cada um, sendo produtor de si mesmo, é responsável por seu corpo, sua imagem, seu sucesso, seu destino. (Boltanski e Chiapello, 2009, p. 192)

Nessa argumentação, o *coaching* é evidência de uma nova relação de si com a propriedade das coisas e do próprio corpo. Nessa relação observa-se uma estratégia permanente de se remeter todas as responsabilidades do cenário organizacional à interioridade dos indivíduos – inclusive o de suas próprias carreiras. O efeito indireto disso é, por vezes, o enfraquecimento do tema da responsabilidade ética sobre o outro que convive no mesmo espaço. Isso tem algo a revelar sobre o processo de difusão de uma ideologia que justifica e legitima o compromisso das pessoas com o capitalismo. Apesar de concordarem com muitos dos aspectos da contribuição e Boltanski e Chiapello (2009), Laval e Dardot (2013) vêm como limitadas algumas das associações que fazem os autores:

Ao tomar como objeto a ideologia que, de acordo com a sua definição, “justifica o compromisso no capitalismo”, [Boltanski e Chiapello] tendem a tomar ao pé da letra o que o novo capitalismo diz sobre si mesmo na literatura “managerial” dos anos 1990. Sem dúvida, não carece de importância destacar o modo como esta literatura recuperou certo tipo de crítica à burocracia, da organização e da hierarquia para desacreditar o antigo modelo baseado na gestão dos diplomas, estatutos e carreiras. Tampouco carece de importância evidenciar até que ponto certa apologia da incerteza, da reatividade, da flexibilidade, da criatividade e da rede constitui uma representação coerente, carregada de promessas, que favorece a adesão dos assalariados ao modelo “conexionista” do capitalismo. Mas assim se destaca somente a face sedutora e estritamente retórica das novas formas de poder. Assim se esquece que seu efeito é a constituição, mediante técnicas específicas, de uma subjetividade particular. Dito de outra maneira: eles subestimam o aspecto propriamente disciplinador do discurso gerencial, ao tomar demasiadamente ao pé da letra a sua argumentação. (Laval e Dardot, 2013, p.334. Tradução nossa)

A existência desse aspecto disciplinador do discurso gerencial expõe algumas das contradições mais gerais de um mundo do trabalho calcado na absolutização da competitividade individual. Temos aqui as veias abertas daquilo que Laval e Dardot (2013) denominam como uma nova “cultura de empresa”, demandando do mundo do trabalho uma nova subjetividade afeita à “empresa de si mesmo” e a um *ethos* de autovalorização. Decorre disso, na nova gestão empresarial, o fenômeno da governança corporativa (ou governabilidade empresarial), ou seja, o conjunto de uma racionalidade “cuja força reside no seu próprio caráter englobante, já que permite descrever as novas aspirações e comportamentos dos sujeitos” e, igualmente, “prescrever formas de controle e influência que devem exercer-se sobre eles em suas formas de atuar” (Laval e Dardot, 2013, p.332). Nesse cenário, as metodologias transportadas do mundo do esporte para o mundo do trabalho se encaixam perfeitamente com a “ascese do rendimento” que é próprio da escalada desse tipo de racionalidade (que os autores chamam de “nova razão do mundo”). Assim:

O novo sujeito é o homem da competição e do rendimento. O empresário de si mesmo é um ser feito para “triunfar” e para “ganhar”. O esporte de competição, mais ainda do que as figuras idealizadas dos dirigentes empresariais, é o grande teatro social que exhibe os deuses, semideuses e heróis modernos. Ainda que o culto ao esporte provenha do começo do século XX e, ainda que tenha sido demonstrado ser perfeitamente compatível com o fascismo e o soviétismo, assim como com o fordismo, experimentou uma grande inflexão ao penetrar nas práticas mais diversas, não somente tomando emprestado um léxico, mas também – e mais decisivamente, pela lógica do rendimento que significa sua significação subjetiva. [...] O *coaching* é ao mesmo tempo símbolo e meio desta constante analogia entre esporte, sexualidade e trabalho. Este modelo, quiçá mais que o discurso econômico sobre a competitividade, é o que tem permitido “naturalizar” o dever do rendimento e que tem difundido entre as massas certa normatividade centrada na competência generalizada. No dispositivo em questão, a empresa se identifica frequentemente com os campeões que patrocinam e de cuja imagem fazem uso, enquanto que o mundo do esporte, como se sabe, se converte no laboratório de um business sem complexos. (Laval e Dardot, 2013, p.359. Tradução nossa)

As contribuições de Boltanski e Chiapello, e de Laval e Dardot são, em nossa opinião, complementares nesse aspecto. Uma comparação de como o conceito de

*coaching* aparece para os autores fornece interpretações inter-relacionadas sobre como uma metodologia proveniente do mundo dos esportes se torna insidiosa no mundo do trabalho e no campo gerencial. O debate teórico, no entanto, ainda está por ser feito. Na medida em que nossa pesquisa está sendo realizada sobre a “gênese e difusão” do *coaching* no Brasil, acreditamos que é preciso interpretar o fenômeno a partir de bons referenciais nacionais contemporâneos. Segue-se a isso que uma das próximas etapas dessa pesquisa consistirão em dialogar com autores e pesquisadores da sociologia brasileira, colocando para apreciação e debate algumas das observações anotadas no campo de pesquisa.

## 6. Conclusão

De acordo com os elementos que foram brevemente expostos nesse texto, entendemos que há uma relevância em se trazer a prática do *coaching* para a luz do conhecimento sociológico. Conforme levantado no começo do texto, entendemos que realizar uma interpretação sociológica sobre o fenômeno significa, em primeiro lugar, saber encontrar o seu espaço na esteira da reestruturação produtiva neoliberal. E, em segundo lugar, o modo como ele pode ser relacionado a um entendimento mais geral sobre os sistemas integrados de gestão pós-fordistas. Desde os anos 1990, a nova gestão empresarial segue promovendo mudanças importantes no mundo do trabalho. Nesse escopo, coloca-se um papel preponderante na figura do dirigente empresarial (o “líder”) que, graças às suas qualidades “extraordinárias” seria o responsável por garantir a adesão de todos aos objetivos. Assim, metas e objetivos (e o próprio método em si) são referenciados através de princípios de legitimação – dentre os quais está o tema da felicidade. A felicidade fornece um sentido compartilhado a determinadas razões, como aquelas que se situam no “sistema de pensamento” do *coaching*.

Contudo é preciso discorrer sobre as conexões particulares do conceito na realidade brasileira, primeiramente levando em conta as novas demandas do mercado de trabalho no Brasil. Em segundo lugar, as novas configurações da idéia que se faz de um “chefe ideal”, ou seja, de um líder empresarial competente. E em terceiro lugar, como

essas configurações se associam à distribuição desigual de acessos a determinadas posições no mundo do trabalho no Brasil hoje. O *coaching* não é o único – nem o mais fundamental – processo de educação corporativa e/ou subjetivação de formas de controle social que decorrem da fase avançada da reestruturação produtiva. Mas, pelo seu caráter e pelos valores que são mobilizados, ele acaba por explicitar quais disposições são valorizadas para que se ocupe determinadas posições estratégicas no mundo do trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALDONI, John. **101 práticas de liderança**. São Paulo: Sextante, 2014.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

CASTEL, Robert. **La gestion de los riesgos: de la anti-psiquiatria al post-analisis**. México: Anagrama, 1984.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **La nueva razón del mundo: Ensayo sobre la sociedad neoliberal**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2013.

MILLS, Charles Wright. **White Collar**. New York: Oxford University Press, 1951.

PICANÇO, Monise Fernandes. **O poder da solução: a construção do mercado de literatura de autoajuda (voltada a negócios)**. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2013.

SELIGMAN, Martin. **Felicidade Autêntica: usando a Psicologia Positiva para a realização permanente**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

TECF. **O Manual Do Coaching Executivo: princípios e diretrizes para um parceria de Coaching bem sucedida**. Fórum de Coaching Executivo (The Executive Coaching Forum). Obtido através do site: <http://www.theexecutivecoachingforum.com/docs/default-document-library/executive-coaching-manual-brasilian.pdf?sfvrsn=0>

WUNDERLICH, Marcos. **Felicidade 360º**. São Paulo: SerMais, 2013.

YUNES, Maria Angela Mattar. **Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família**. Psicologia em Estudo, 8(especial), 75-84, 2003.

# A observação em audiências trabalhistas na cidade de Pelotas/RS: um olhar sobre os sentidos de justiça e direito nos conflitos do trabalho

Marciele Agosta de Vasconcellos<sup>63</sup>

## 1. Introdução

No âmbito do judiciário brasileiro, os conflitos individuais oriundos das relações de trabalho são apreciados pelos órgãos da Justiça do Trabalho, e suas resoluções embasam-se no Direito por ela operado. Para além dos procedimentos jurídicos necessários a sua condução nas instâncias judiciais – ou em outras palavras, para além da sua “tradução” para a linguagem jurídica –, o litígio trabalhista constitui-se na dinâmica das interações entre os atores sociais que compõe esta situação de disputa em determinada configuração social. Nesse sentido, a partir de um diálogo com a sociologia da crítica desenvolvida por Luc Boltanski e colaboradores, o litígio trabalhista pode ser caracterizado como um objeto empírico privilegiado na apreensão dos sentidos de (in)justo e das distintas noções de direito que emergem em contextos locais. Ao longo do presente artigo busca-se apresentar algumas reflexões auferidas na pesquisa de mestrado que, tendo como objeto empírico o litígio trabalhista, buscou observar o modo como os atores sociais envolvidos nessa situação de disputa específica *coordenam*<sup>64</sup> suas ações, seja na busca pela realização de um acordo ou na defesa de seus interesses e pontos de vista no intento de obterem uma sentença favorável.

Na referida pesquisa, o litígio trabalhista foi apreendido enquanto uma *situação* de disputa jurídica abrangente que, decorrente dos conflitos das relações de trabalho, é constituída pelas (e *nas*) interações entre os distintos atores que a compõe. Neste ponto, evidencia-se o diálogo com as proposições da etnometodologia e do interacionismo (que

63Graduada em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel); Mestre em Sociologia pela UFPel e Doutoranda pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). [cielevasconcellos@hotmail.com](mailto:cielevasconcellos@hotmail.com)

64Relacionada à perspectiva da sociologia pragmática francesa, a acepção utilizada do conceito de coordenação (*coordination*) se relaciona à ideia segundo a qual, cotidianamente, as pessoas atuam conforme distintas lógicas ou registros de ação e, a fim de coordenarem seus julgamentos e suas ações, devem ser capazes de reconhecer a natureza da situação e mobilizar distintas competências em função das mesmas.

se encontram na esteira do pragmatismo filosófico norte-americano), mas principalmente com a sociologia pragmática francesa, que enfatizam o papel da “situação” como recurso heurístico na apreensão do social. Apesar da centralidade conferida à *situação* na corrente da etnometodologia, a chamada “sociologia da crítica” desenvolvida por Luc Boltanski e colaboradores – que se inscreve no quadro da sociologia pragmática francesa – permitiu religá-la à dimensão moral da ação por meio de um interessante ferramental conceitual. Essa sociologia coloca no centro da análise as diversas situações de disputa que, sem recurso a atos de violência, se desenrolam nas arenas públicas e demandam dos atores sociais nela envolvidos a externalização de “críticas” e de “justificações” na sustentação normativa de seus argumentos e/ou pretensões, ao reclamar aquilo que consideram a ordem do (in)justo. Convém ressaltar que essas perspectivas teóricas foram mobilizadas como “conceitos sensibilizantes”<sup>65</sup> (BLUMER, 1969) que forneceram um “ponto de partida” na elaboração das questões iniciais que foram buscadas no universo empírico.

Com base na problemática e nos objetivos de pesquisa, optou-se por empreender a técnica da observação nas audiências trabalhistas realizadas nas quatro Varas do Trabalho na cidade de Pelotas, localizada no Estado do Rio Grande do Sul. Para cada uma das Varas, dedicou-se uma semana de observação, perfazendo o total de 155 audiências observadas, dentre as quais 35 foram realizadas na primeira semana; 49 na segunda semana; 30 na terceira semana e, por fim, 41 na última semana. Ainda que se caracterize como uma das inúmeras etapas do litígio trabalhista – assim como a observação é um dos seus múltiplos métodos aplicáveis – a audiência é um dos mais importantes momentos processuais, pois é durante a sua realização que o julgador tem a oportunidade de conhecer melhor os fatos que originaram a controvérsia, assim como os autores e réus da ação podem exteriorizar de maneira oficial – em momento e local apropriados – a situação de conflitualidade que vivenciam.

No presente artigo, aborda-se inicialmente o percurso teórico-metodológico trilhado ao longo da pesquisa, especialmente no que tange à técnica da observação

<sup>65</sup>Conforme Charmaz (2009, p. 34), “os interesses orientadores, os conceitos sensibilizantes e as perspectivas disciplinares muitas vezes oferecem pontos de partida para o desenvolvimento e não para limitação de nossas ideias”.

quando aplicada às audiências trabalhistas. Ressalta-se que as particularidades intrínsecas aos ritos e procedimentos do judiciário trabalhista impõem questões de ordem metodológica que não se restringem aos objetivos e a problemática da pesquisa desenvolvida, mas podem igualmente beneficiar os pesquisadores que se debruçam sobre temas e objetos – direta ou indiretamente – relacionados à Justiça do Trabalho. Posteriormente, enfocam-se dois dos “casos”<sup>66</sup> que compõem o universo empírico da pesquisa e que permitem ilustrar o processo de desenvolvimento das duas principais categorias elaboradas na investigação – a “condução” e a “construção” nos litígios trabalhistas –, que se encontram intimamente articuladas às subcategorias denominadas “negociando o acordo” e “construindo o local de trabalho”, que estão vinculadas ao problema e a hipótese de pesquisa.

## **2. A observação nas audiências das Varas do Trabalho de Pelotas**

A observação compreende o método no qual o pesquisador se dedica a observar, durante um período, as situações e/ou os comportamentos que lhe interessam e que servem aos objetivos de sua investigação (JACCOUD; MAYER, 2010, GIL, 2008). Usualmente, esse método encontra-se dividido em observação não participante ou simples e observação participante<sup>67</sup>. Conforme destaca Gil (2008, p. 101), na observação não participante o pesquisador “permanece alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar e observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem”. Flick (2009, p. 204) acrescenta que nesse tipo de observação o pesquisador “abstém-se das intervenções no campo – em contraste com as entrevistas e as observações participantes”. Em contrapartida, na observação participante deve-se “mergulhar de cabeça” no campo, que será observado na perspectiva do “interior” ou, na medida do possível, como um “membro” do grupo (FLICK, 2009, p. 207). Entretanto, a escolha dos tipos de observação não ocorre somente com base nas preferências do pesquisador e/ou nos objetivos da pesquisa, tendo em vista que em determinados grupos, locais ou

66A noção de “caso” remete aos trabalhos desenvolvidos por Boltanski e colaboradores (1984; 2000) sobre as denúncias públicas.

67Como ressaltam Jaccoud e Mayer (2010, p. 270), para alguns pesquisadores a observação participante é mais uma abordagem de pesquisa do que um método de coleta de dados.

instituições podem haver algumas restrições às formas de participação e inserção no campo.

Em sua definição mais básica, a audiência constitui um ato público e solene, que se pauta pelo princípio da publicidade e se desenvolve orientada por uma série de procedimentos e normas que devem ser seguidos para garantir a sua efetividade (TEIXEIRA FILHO, 2010). Dessa forma, esse conjunto de procedimentos e normas, que são intrínsecos ao Direito e à própria Justiça do Trabalho, também norteou minha inserção no ambiente investigado. No decorrer da pesquisa, me inseri nas audiências como alguém de fora do “campo”, nos termos de Bourdieu (2011), e não como um “membro” daquela instituição e, nessa posição, além dos constrangimentos objetivos, também vivenciei alguns dos constrangimentos simbólicos que pesam nessa situação.

Durante quatro semanas acompanhei as audiências trabalhistas que ocorreram no Fórum Trabalhista de Pelotas, dedicando uma semana de observação para cada uma das quatro Varas do Trabalho. No decorrer da pesquisa de campo, pode-se dizer que realizei uma observação “quase-participante” (GOODE; HATT, 1979), pois ainda que me mantivesse em silêncio nas audiências, vendo, ouvindo e redigindo minhas percepções no caderno de notas, não poderia intervir ou perturbar os trabalhos que ali se realizavam<sup>68</sup>; em outros momentos, como nos intervalos entre as audiências e no saguão do Fórum, pude conversar com os juízes das Varas, com os secretários de audiência e com alguns advogados sobre as audiências que haviam terminado (o que geralmente ocorria quando essas envolviam alguns fatos considerados mais “polêmicos”), sobre algumas questões jurídicas ou ainda sobre o funcionamento da Justiça do Trabalho. Entretanto, nem todos os juízes e advogados se mostraram receptivos e abertos ao diálogo. Notei que minha presença despertou certa curiosidade nos reclamantes e reclamados, mas especialmente nos atores mais habituados com a rotina da arena jurídico-trabalhista ou, nos termos de Bourdieu (2011), nos agentes pertencentes ao campo jurídico.

<sup>68</sup>Conforme Teixeira Filho (2010, p. 70), qualquer pessoa pode acompanhar as audiências desde que não se comporte de maneira inconveniente, intervenha e/ou perturbe os trabalhos que ali se realizam, sendo cabível ao juiz fazer uso do seu poder de polícia para pedir a retirada da sala caso isso ocorra (CLT, art. 816 e CPC, art. 445).

Ressalta-se que o próprio ato de observar também influencia a dinâmica da situação observada, tendo em vista que as pessoas podem assumir uma postura mais “reflexiva” ou avaliativa com relação as suas condutas<sup>69</sup>. Durante a realização da pesquisa, nos momentos em que percebia alguns olhares curiosos ou até mesmo quando era questionada sobre os objetivos da pesquisa – ou “o que eu queria descobrir”, como me perguntou um dos secretários das audiências – lembrava-me da frase de Valladares (2007, p.154) a propósito das “lições” da observação participante, constantes no consagrado trabalho<sup>70</sup> de Whyte (2005): “o pesquisador é um observador que está sendo o tempo todo observado”.

Apesar das audiências trabalhistas, via de regra<sup>71</sup>, serem públicas, a fim de explicar minha presença enquanto pesquisadora (WHYTE, 2005, p. 301), entrei em contato com os servidores das secretarias das quatro Varas que me informaram que não haveria impedimento<sup>72</sup> para a realização do acompanhamento das audiências para fins acadêmicos e, em alguns casos, também me concederam o acesso às pautas das audiências que ocorreriam nas semanas pesquisadas.

As salas de audiência apresentam uma disposição espacial padronizada na qual a mesa do juiz se encontra centralizada e ao seu lado (esquerdo ou direito) se localiza a mesa do secretário das audiências, que além de assessorar o juiz é responsável por redigir as atas, sendo um lugar destinado ao representante do Ministério Público do

69Somente o fato de me apresentar como aluna de um Programa de Pós-graduação em Sociologia trazia implicações, por vezes, curiosas. Em uma das Varas, a juíza responsável pelas audiências em algumas ocasiões fazia referência a minha presença especialmente em alguns casos mais polêmicos, tecendo comentários como “ela que é da sociologia sabe que as coisas nas relações de trabalho não são tão simples assim”. Ao conversar com a juíza descobri que antes de ingressar no curso de Direito ela chegou a cursar Ciências Sociais.

70Trata-se do livro *Street Corner Society: The Social Structure of an Italian Slum* (1943) que foi publicado no Brasil com o título *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*, em 2005.

71De acordo com Teixeira Filho (2010, p. 54), a audiência trabalhista compreende um ato público não somente pela referência ao art. 813, *caput*, da CLT, mas igualmente porque “sendo a sentença um ato processual, está rigidamente submetido ao requisito constitucional da publicidade (CF, art. 92, inciso IX)”. Entretanto, em algumas situações extraordinárias a audiência poderá ser realizada sob sigilo de justiça (CPC, art. 155), ocasião na qual a publicidade do ato ficará restrita, podendo participar da audiência apenas o magistrado, o serventuário, as partes, os advogados, as testemunhas e o perito (TEXEIRA FILHO, 2010).

72Utilizei um caderno de notas para registrar as falas, os gestos e expressões dos atores sociais de modo imediato ao momento de observação das audiências. Posteriormente, inspirada nos procedimentos da etnografia, optei por “passar a limpo” as anotações em um diário de campo no qual também relatava as minhas impressões sobre a experiência de campo.

Trabalho quando sua presença se faz necessária. Sentam-se à direita do juiz, o reclamado e seu advogado e à esquerda o reclamante e seu advogado. Como destaca Teixeira Filho (2010), não existe nenhuma determinação legal quanto à posição das partes na mesa, tratando-se mais de uma *praxe* herdada da época em que havia a representação classista na qual as partes e os advogados, ao ingressarem na sala de audiências, acabavam sentando-se ao lado dos respectivos representantes classistas (os vogais). Na etapa da oitiva das partes e testemunhas, estas se posicionam a frente do juiz. Não raro, os reclamantes e reclamados mostravam-se confusos na hora de tomar o seu lugar, apesar desse ser sinalizado com placas que ficam em cima da mesa. Em outras ocasiões, especialmente os prepostos<sup>73</sup> das reclamadas mostravam certa desenvoltura e familiaridade com os procedimentos a serem seguidos na ocasião, o que pode refletir a recorrente incidência de ações trabalhistas contra a empresa reclamada.

Atualmente, as Varas do Trabalho de Pelotas contam com o total de seis juízes, sendo quatro titulares e dois substitutos. Em todas as Varas, as audiências ocorrem das segundas às quintas-feiras nos turnos da manhã e da tarde e estão marcadas para iniciar, respectivamente, às 8:30 e às 13:30 horas<sup>74</sup>. A duração das audiências nos turnos observados variava de acordo com as particularidades das ações e, principalmente, com relação à fase processual e o tipo de rito. Assim, cheguei a acompanhar algumas audiências que duraram de 3 a 4 minutos e outras com mais de uma hora de duração. No início da pesquisa, me fugia à compreensão o tempo de duração das audiências – algo habitual para os advogados que comentavam entre si “essa aí vai demorar” –, mas que com o passar do tempo foi se tornando um elemento mais perceptível para mim que também passei a arriscar quais audiências seriam mais “rápidas” ou mais “demoradas”.

<sup>73</sup>O preposto, que deve ser empregado do preponente (CLT, art. 843, §1º; TST, Súmula n. 377), está apto a representar o empregador, seja ele constituído por pessoa jurídica ou mesmo sendo pessoa física (TEIXEIRA FILHO, 2010, p. 47). Trata-se de uma *representação* e não uma *substituição* processual porque o preposto não se torna parte da relação jurídica processual e sua atuação nos dissídios individuais se restringe a prática de alguns atos: realizar transação, formular defesa e submeter-se ao interrogatório (TEIXEIRA FILHO, 2010, p. 47). Além disso, a participação do preposto na audiência fica condicionada a apresentação da “carta de preposto” que constitui uma espécie de procuração ou mandato formal assinado pelo preponente. Caso o advogado do reclamado não apresente a “carta de preposto” na audiência, o juiz poderá fixar um prazo para esta ser juntada aos autos.

<sup>74</sup>Conforme o *caput* do art. 813 da CLT, as audiências devem ocorrer entre 8 h e 18 h, na sede do Fórum “não podendo ultrapassar 5 (cinco) horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente”.

Dediquei uma semana para acompanhar as audiências de cada Vara, o que foi essencial para o processo de codificação do material empírico, tendo em vista o grande volume de dados obtidos em campo. Ao final de cada dia de acompanhamento das audiências, retornava para as minhas anotações para refletir de modo mais detido sobre os relatos das ações que ali constavam a fim de elaborar meu diário de campo. A partir desse material foi possível realizar o trabalho de codificação inicial com os tópicos de informações que considerava mais pertinentes ou relevantes. No dia seguinte, esses códigos iniciais eram confrontados ou acrescidos com novas informações obtidas em campo e, caso se mostrasse necessário, ao final do dia eram elaborados novos códigos. No final da primeira semana de observação, com um panorama mais amplo da experiência de campo, retornei aos códigos iniciais elaborados a fim de refiná-los com a codificação focalizada para, na semana seguinte, confrontá-los e/ou aprofundá-los com novas informações. Na terceira e na quarta semanas busquei delinear as propriedades das categorias analíticas desenvolvidas nas semanas anteriores e seus possíveis significados teóricos. Na quarta semana, constatei que havia atingido o ponto de “suficiência teórica<sup>75</sup>” na pesquisa de campo, pois as audiências não acrescentavam mais nenhum *insight* analítico substancial para as categorias desenvolvidas.

As percepções vivenciadas em meu contato inicial com o campo foram essenciais na compreensão do fenômeno estudado, especialmente o sentimento de “estranhamento”, pois enquanto pesquisadora me inseria nas audiências como alguém de fora do “campo”, nos termos de Bourdieu (2011). Entretanto, o fato de não ter a formação acadêmica na área do Direito me auxiliou no processo de observação e na análise do material produzido no trabalho de campo, tendo em vista que minha atenção e percepção estavam mais aguçadas para determinados detalhes ou interações que são consideradas rotineiras ou habituais para os “iniciados” no campo (BOURDIEU, 2011). Da mesma forma, os sentimentos de estranhamento e de desconforto vivenciados também despertaram minha sensibilidade e empatia na percepção de determinadas ações não verbalizadas que podem ser consideradas “sutis”, mas que são igualmente

<sup>75</sup>Como aponta Dey (1999, p. 257), os pesquisadores que trabalham com a metodologia da *grounded theory* trabalham com a codificação parcial e não exaustiva, sendo preferível trabalhar com a noção de “suficiência” em detrimento da “saturação”. Charmaz (2009, p. 158) acrescenta que “em vez de estabelecer categorias saturadas pelos dados [...] precisamos ter categorias *sugeridas* pelos dados”.

férteis de significado sociológico. Trata-se de pensar que, para além dos constrangimentos materiais, também devem ser considerados os constrangimentos de ordem simbólica que se expressam de modo situacional e que podem variar de acordo com as competências dos atores sociais que compõe a cena.

No que tange às questões éticas vinculadas à pesquisa qualitativa, os nomes das pessoas envolvidas nos litígios como os reclamantes, os reclamados, as testemunhas e os advogados foram alterados, tendo em vista que, dada a grande quantidade de audiências observadas, não haveria como realizar uma consulta individual a fim de solicitar a permissão para expor os detalhes das ações trabalhistas. Apesar do conteúdo da ação e dos depoimentos das partes e das testemunhas constarem nas atas de audiência, que estão disponíveis para consulta pública através do número do processo, com a confidencialidade se pretendeu evitar o desconforto dos participantes da pesquisa, pois muitos processos envolvem questões e impressões pessoais que não se restringem a reprodução documental constante nos autos de um processo.

Na seção seguinte, apresentam-se dois casos observados que, mesmo de modo breve, ilustram a riqueza do universo empírico da pesquisa. Posteriormente, adentra-se no processo de desenvolvimento das categorias elaboradas. Convém destacar que as audiências acompanhadas abarcam um conjunto de ações trabalhistas muito distintas entre si, tanto no que tange ao objeto processual, quanto à composição dos reclamantes, dos reclamados e de seus procuradores. Assim, poderia surgir o seguinte questionamento: o que liga esses casos tão diversos entre si? Conforme ressaltado, a ênfase desse estudo recai na própria dinâmica da ação dos atores sociais, o que constitui um fio condutor que liga os distintos casos. A partir de *corpus* de casos tão heterogêneos entre si, buscou-se observar o modo como os atores sociais envolvidos nessa situação de disputa *coordenam* suas ações.

### **3. Das relações de personalidade às práticas motivacionais no trabalho: os casos da empregada doméstica e do “colaborador” do supermercado**

Na presente seção, apresentam-se dois casos que – apesar de serem muito distintos com relação a composição das causas e das atividades exercidas pelos

reclamantes – permitem ilustrar os distintos intercruzamentos existentes entre a dimensão moral do trabalho e as noções de direito que se encontram presentes em um litígio trabalhista. O primeiro caso a ser abordado (caso 08)<sup>76</sup>, envolvia uma senhora chamada Josefa como reclamante e Andrea, que era empregada doméstica. A conciliação inicial foi rejeitada por ambas as partes. A advogada da reclamada, se dirigindo à juíza, alegou que os valores da rescisão contratual foram pagos por Josefa à Andrea, mas havia ocorrido uma fatalidade, “esses recibos, doutora, estavam no porta-luvas do carro da Dona Josefa” e foram extraviados quando o carro foi furtado. A juíza disse que sem o valor probante dos recibos restava apenas a “palavra” da reclamada.

O valor proposto por Andrea foi rejeitado pela advogada de Josefa, que começou a falar dos problemas pessoais e dos gastos da sua cliente com uma doença contraída por sua irmã. A juíza sugeriu um valor para o acordo, e Josefa começou a conversar com a juíza sobre o “momento ruim” pelo qual vinha passando. Contou que sua irmã estava doente, com câncer nos pulmões e no linfoma, e que tinha muitos gastos com ela. Também contou que estava se mudando da cidade, e que por isso não precisaria mais dos serviços de Andrea. Josefa não sabia dizer o que aconteceu: “eu achei que estava tudo bem”, “ela ainda ficou em Pelotas, encaixotando as coisas da mudança”.

Percebi que durante a audiência, a reclamante e a reclamada evitavam se olhar. A advogada da reclamada tentou negociar de novo o valor e nesse momento Josefa olhou para Andrea e disse: “Tu me conheces Andrea”. A juíza sugeriu novamente que era melhor a Josefa pegar um empréstimo do que pagar as multas relativas ao não cumprimento de uma sentença que lhe fosse desfavorável. Nesse momento, dona Josefa mostrou-se desconfortável com o comentário e disse que nunca teve que pegar um empréstimo na vida. Por fim, foi feito o acordo. No final da audiência, Josefa foi ao encontro de Andrea, lhe abraçou e disse em um tom de voz emocionado: “Tu sabes que era só me pedir Andrea, não precisava fazer isso”.

A audiência de Andrea e Josefa permitiu observar os primeiros indícios de uma dinâmica que seria muito recorrente ao longo da pesquisa: a negociação do valor do acordo que, posteriormente, resultou na categoria analítica denominada “negociando o acordo”. A solução negociada do conflito constitui um dos princípios basilares da Justiça

<sup>76</sup>Conforme numeração adotada no texto da dissertação.

do Trabalho, desde sua formação. Entretanto, a dinâmica dessa negociação traz em si implicações muito mais amplas do que em princípio se poderia imaginar, como se ressaltará posteriormente. Além disso, nas audiências observadas que envolviam o trabalho doméstico foi possível observar que, como observa Noronha (2003), no cotidiano de trabalho se estabelecem acordos informais entre os empregados e empregadores que são considerados aceitáveis por ambas as partes. Assim, poderia se cogitar que o ato de buscar o amparo legal para essa relação, além dos “prejuízos financeiros”, é visto como uma quebra dos “laços de confiança” ou dos acordos firmados no cotidiano. Apesar do ressentimento entre Josefa e Andrea, no final da audiência, o abraço dado entre as partes poderia simbolizar que, mais do que uma transação financeira entre “patroa” e empregada, o acordo instaurara a possibilidade de apaziguar os ânimos e amenizar a ruptura nas relações que essas mantinham.

O caso 32 envolvia danos morais, pagamento de horas extras e acúmulo de funções. O reclamante chamava-se Ricardo e a empresa, que se fez representar por uma preposta, era uma famosa rede de supermercados. Quando indagado pela juíza contou sobre as funções que exercia no supermercado, Ricardo disse que trabalhava inicialmente como repositor de estoque, mas também auxiliava no açougue e na compra de perecíveis e que nessa função tinha que participar de reuniões diárias nas quais era obrigado a cantar o hino da empresa. A juíza perguntou como era esse hino. “Não me lembro muito bem”, disse Ricardo em um tom de voz baixo. Além disso, disse que os funcionários que chegassem atrasados eram obrigados a “fazer uma dancinha”. Juíza perguntou se havia um tipo de constrangimento ou punição pra quem se recusava a fazer a dança. Ricardo disse que não, mas estes eram mal vistos pelos colegas e pelos supervisores.

Em seguida, chegou à vez de a preposta sentar-se na cadeira das testemunhas. A juíza lhe perguntou sobre o horário das refeições que eram oferecidas aos funcionários e depois perguntou sobre o hino da empresa. A preposta confirmou que havia reuniões nas quais se cantava o hino da empresa. A juíza perguntou se essas reuniões eram obrigatórias: “Sim” e que determinados “associados” eram obrigados a participar, exceto aqueles que estivessem ocupados trabalhando na reposição de mercadorias. Na

realidade, enquanto cantavam o hino dançavam e faziam com as mãos as letras que eram cantadas. A juíza lhe perguntou sobre o que acontecia com quem chegava atrasado: Quando chegavam atrasados, os associados pagavam uma “prenda” que, geralmente, era dançar a “dança do siri”. A juíza perguntou sobre o que acontecia com quem se negava a fazer isso, se era advertido ou corria risco de demissão: Disse que não eram demitidos, mas que o “líder da equipe” chamava para uma conversa, tendo em vista que esse era o “papel do líder” e que este poderia advertir verbalmente o “associado”.

Ao ser perguntada se era comum os funcionários exercerem várias funções, disse quem sim, pois na empresa, especialmente “na falta de um associado, um deve ajudar o outro”. Após o encerramento, os advogados e a juíza começaram a conversar em tom descontraído sobre a “dança” que seria do “Programa Pânico” e não uma música de axé, como havia dito a juíza na hora de colher o depoimento da preposta. Percebi que apesar das risadas e brincadeiras na sala de audiências, Ricardo permaneceu sério. Na sentença, a decisão da juíza a respeito da indenização por danos morais que fora pleiteada por Ricardo foi considerada procedente:

[...] O reclamante alega ter sido obrigado a cantar o hino da empresa nas reuniões realizadas, ocasiões em que era forçado a rebolar e a executar coreografias, tais como a “dança do siri”, popularizada pelo programa “Pânico na TV”, perante os demais colegas, ficando exposto a situações vexatórias e constrangedoras, razões pelas quais postula indenização pelos danos morais decorrente do assédio moral, em valor a ser arbitrado pelo Juízo. [...] Tudo aquilo que fere os valores fundamentais inerentes à personalidade humana, causando dor, tristeza, sofrimento, desprestígio social, descrédito à reputação, humilhação, enfim, transtorno à alma, pode ensejar constrangimento moral. Neste passo, em qualquer relação, as pessoas podem, voluntariamente ou não, causar prejuízos às outras, razão pela qual, é plenamente admissível que tais danos também decorram da relação de emprego, principalmente diante do estado de sujeição do empregado ao empregador, o qual por força do poder de comando tem a faculdade de exigir do obreiro a execução de variadas tarefas. [...] (Sentença do processo de nº 0001114-29.2014.5.04.0104, disponível para consulta no site do TRT-4)

Na sentença, segue um trecho do depoimento da preposta do supermercado que percebe as práticas motivacionais da empresa como um “momento de descontração”.

Entretanto, na sentença confrontam-se essas práticas de descontração com o “poder diretivo” da empresa e as possíveis represálias sofridas ao empregado, parte mais fraca dessa relação, caso se recuse a “dançar” ou “rebolar”:

Na hipótese em apreço, a preposta da reclamada confessa em depoimento que “... todos os empregados eram obrigados a participar das reuniões diárias; que nessas reuniões era entoado o hino da empresa; que quando o funcionário chegava atrasado na reunião, havia a necessidade de ele imitar a coreografia “dança do siri”, tal como no programa Pânico; (...) que “se acaso o funcionário chegasse atrasado e não quisesse dançar, não dançava, mas poderia ser advertido;” (fl. 6o), comprovando que, embora a contestação afirme tratar-se de prática motivacional e de “um grande momento de descontração no trabalho”, v. fl. 82, é óbvio que uma eventual negativa da reclamante em participar seria certamente interpretada como ausência de comprometimento com os objetivos patronais, colocando em risco sua perspectiva de ascensão profissional e a própria manutenção do emprego. A sujeição exagerada do reclamante à figura do empregador, bem como a excessiva exposição à avaliação alheia e desconfiança acerca do julgamento social da conduta a ele imposta, caracterizam ofensa à moral objetiva e subjetiva do empregado que merece ser reparada pelo empregador-ofensor. Não entendo como inofensivas as práticas “motivacionais” acima referidas, na medida em que muitas pessoas apresentam dificuldades em se expressar em público, tendo outras restrições morais, físicas, sexuais ou mesmo religiosas à realização de “danças” e “rebolados”. Nesse contexto, a atitude constrangedora e vexatória adotada pela reclamada, **significa exercício abusivo do poder diretivo** em relação ao trabalho realizado pelo reclamante, com consequências ainda mais nefastas ao reclamante como homem-trabalhador, incidindo a hipótese do artigo 186, cumulado com o artigo 927, ambos do Código Civil. (Sentença do processo de nº 000114-29.2014.5.04.0104, disponível para consulta no site do TRT-4, grifos da peça)

Na sentença, a juíza expressa seu entendimento em não considerar inofensivas as práticas “motivacionais” (que se encontra em aspas no trecho destacado) que se chocam com a individualidade de cada “homem-trabalhador” que está sujeito ao poder diretivo do empregador.

Na audiência de Ricardo, entram em confronto duas formas distintas de construção do ambiente de trabalho. Enquanto o reclamante, por meio de seu pleito,

confronta a instituição com as críticas sobre as práticas motivacionais no ambiente de trabalho, a reclamada se justifica alegando que essas possuem o caráter de descontração. Em seu depoimento, o reclamante se empenha em demonstrar a obrigatoriedade da entonação dos hinos e da realização de “prendas”, como punição, caso os funcionários chegassem atrasados. Segundo a preposta, se o associado se recusasse a fazer a “dança do siri” não sofreria advertência, mas seria chamado para conversar com o líder que, executando o seu papel, questionaria sua recusa – que, provavelmente, seria vista como falta de engajamento.

Na realidade, as “práticas motivacionais” – recorrentemente utilizadas pelas empresas – situam-se em um terreno polêmico no qual se confrontam duas formas de justificação mais gerais na esfera do trabalho e, de modo mais abrangente, nas atividades capitalistas. As transformações do capitalismo – as mudanças na esfera organizacional das empresas, nas formas de contrato (com a disseminação dos chamados contratos “atípicos”), de avaliação, remuneração, e de tantas outras condições de trabalho que são problematizados na sociologia do trabalho, acompanham as mudanças nos apoios normativos, mais especificamente, nas representações que fornecem os elementos simbólicos de engajamento das pessoas nas atividades capitalistas.

Portanto, observa-se que a lógica do “mundo conexcionista” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009) se encontra dispersa no imaginário social, sendo apropriada pelos atores sociais de modos distintos e de acordo com os contextos locais nos quais se insere e são postos em prática. No “mundo conexcionista”, as grandezas valorizadas são a criatividade e iniciativa individual, a capacidade de se adaptar às situações, ser flexível e polivalente, saber estabelecer relações em esferas sociais e culturais diversas, ser carismático, inspirador, confiante. Além disso, a grandeza atribuída a uma pessoa orienta-se também pela sua capacidade de engajar seus parceiros e adquirir o *status* de “mediador”, “líder”, “gerente de projeto”, “especialista técnico”, figuras que (em tese) recusam o estabelecimento de hierarquias verticalizadas ou posturas autoritárias. Os seres que povoam este mundo são o especialista, o manager, o *coach*, o cliente, o fornecedor, o líder, os parceiros, o colaborador (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

No discurso gerencial, as danças e os hinos no ambiente laboral são justificados em um horizonte de valoração positiva dos ideais de trabalho “flexível”, “dinâmico”, de uma “equipe motivada” e integrada pela “descontração”. Conforme foi dito, são representações que são apropriadas e ressignificadas – no sentido de que não são passivamente incorporadas nas estruturas cognitivas, mas passam por um processo avaliativo constante – na ação cotidiana das pessoas. As críticas a essas práticas põem à prova o seu caráter (in)justo e denunciam a arbitrariedade, especialmente em uma relação na qual a subordinação se faz presente. Isso significa trazer à tona o descompasso entre um estado de coisas e as representações simbólicas que se lhe associam (BOLTANSKI; 2009).

Na sentença proferida, a juíza enfatizou o seu entendimento sobre o caráter abusivo das práticas motivacionais desenvolvidas pela reclamada, diante da obrigatoriedade de “cantar o hino da empresa nas reuniões realizadas, ocasiões em que era forçado a rebolar e executar coreografias [...] perante os demais colegas, ficando exposto a situações vexatórias e constrangedoras [...]”. Continuou afirmando que “embora a contestação afirme tratar-se de prática motivacional e de ‘um grande momento de descontração no trabalho’ [...] “não entendo como inofensivas as práticas motivacionais acima referidas”. Entretanto, na JT as práticas motivacionais não são objeto de entendimentos pacíficos, mas se encontram sujeitas ao que Geertz (1997) chama de distintas “sensibilidades jurídicas” locais.

Conforme notícia publicada no site do Conselho Superior da Justiça do Trabalho<sup>77</sup>, a 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (TRT/AL) condenou, por unanimidade, o supermercado Bompreço a pagar uma indenização por danos morais no valor de R\$ 10 mil a uma ex-empregada que alegou ter sido obrigada a dançar “xaxado”, bater palmas e rebolar em reuniões da empresa. Essa decisão reformou a sentença que foi proferida na primeira instância, tendo em vista que o juiz da Vara não havia deferido o pagamento de indenização por entender que a referida prática se tratava de um ato motivacional. De acordo com a notícia, a empresa alegou em sua contestação que:

<sup>77</sup>Disponível em: <http://www.trt19.jus.br/siteTRT19/porta1/porta1Noticias.jsp?codigoArt=8955>. Na notícia consta o número do referido processo.

[...] a questão se refere, na verdade, a uma sistemática comumente realizada por grupos multinacionais com a finalidade de motivar e integrar as equipes, que eram convidados a se reunir na loja, de maneira voluntária, descontraída e não obrigatória, para participar de um momento de conagração entre eles - os chamados *cheers*<sup>78</sup>.

Foi ressaltado na notícia o papel preponderante dos depoimentos prestados pela testemunha da reclamante e pelo preposto da empresa para a revisão da sentença pelo juiz relator da 1ª Turma. Além disso, destacou o entendimento do magistrado sobre a existência do dano moral e da obrigatoriedade das referidas práticas, conforme o trecho a seguir:

Na audiência de instrução, a reclamante, sua testemunha, o preposto da reclamada e a testemunha desta, confirmaram que nas reuniões de piso, que eram feitas no salão da loja e na presença dos clientes, havia dança de xaxado, palmas e gritos de guerra, com possibilidade de punição para aqueles que não participavam', observou o desembargador Catão. O magistrado ainda reforçou seu entendimento quanto à ocorrência do dano. 'O dano moral é aquele decorrente de ato capaz de provocar dor, sofrimento ou constrangimento no ofendido, fatores tais que, nem sempre, são visíveis externamente', considerou. Por fim, o relator enfatizou que, de acordo com a prova oral colhida nos autos, ficou comprovado que a participação da trabalhadora nas danças ou nos 'cheers' não era voluntária ou espontânea, mas sim obrigatória, o que demonstrou claro abuso de poder por parte da empresa, submetendo a reclamante à situação constrangedora, vexatória e humilhante<sup>79</sup>.

A comparação entre os casos evidencia a incerteza contida em uma audiência trabalhista e o trabalho de qualificação operado pelos distintos atores em um litígio. Com relação à divergência de posicionamento dos magistrados em casos envolvendo o mesmo objeto, deve-se levar em consideração que, para além das competências postas em prática nas audiências pelas partes e testemunhas na construção dos casos, a sentença também é indicativa do senso de justiça do magistrado, que pode ser informado pelas suas *disposições* (BOURDIEU, 2011).

<sup>78</sup>*Ibid.*

<sup>79</sup>*Ibid.*

As construções divergentes do ambiente de trabalho por parte do reclamante e da preposta colocam em confronto qualificações distintas sobre o mesmo objeto, local ou relação estabelecida no ambiente. Não se ignora que essa divergência põe em ação uma relação de forças (da natureza de uma violência simbólica, nos termos de Bourdieu (2011) que buscam validar os interesses e pretensões das partes. Apesar dos mecanismos institucionais – que visam garantir “a justiça de uma prova” ao “formalizá-la e verificar sua execução, para prevenir que ela seja parasitada por forças exteriores” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 66) – a construção do local de trabalho possui essa dinâmica complexa contida na ação humana.

#### **4. Entre a *condução* e a *construção*: breves apontamentos sobre uma teoria substantiva dos litígios trabalhistas**

A partir da análise dos dados produzidos em campo, foram elaboradas duas subcategorias denominadas “negociando o acordo” e “construindo o local de trabalho”, as quais foram relacionadas com as duas categorias centrais que se encontram no título desse trabalho: a condução e a construção do litígio trabalhista. Com relação à categoria “negociando o acordo”, destaca-se que sua elaboração resulta da identificação de algumas constantes formais que surgiram na observação daquelas audiências em que se prolongou o debate sobre os termos do acordo pelos distintos atores de um caso (juízes, advogados, reclamantes, reclamados). A tabela abaixo contém alguns argumentos que nortearam a elaboração da categoria “negociando o acordo”. Na criação dessa tabela, aproximaram-se os argumentos que serviram para apoiar ou refutar os acordos nas audiências observadas e que auxiliaram na realização da análise.

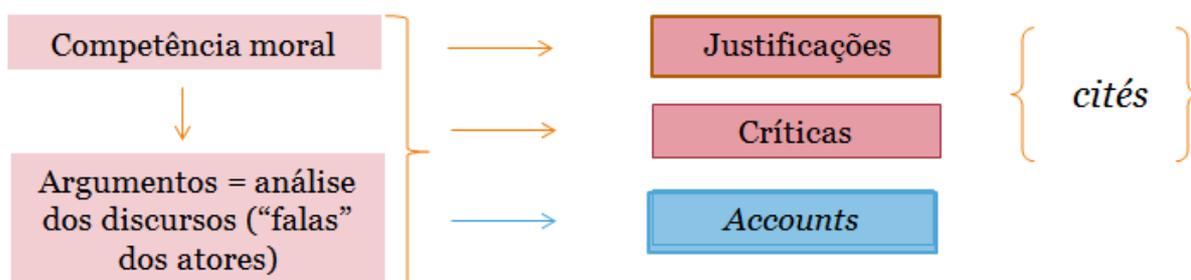
Juiz	Advogado do Reclamado	Advogado do Reclamante	Reclamado	Reclamante
Acordo bom é aquele que nenhuma das partes quer	A empresa é séria, quer pagar, mas...	Valor x, mais os honorários	Eu não vou levar dinheiro na casa de ninguém	Estou desempregada
O acordo é para o senhor(a) não se incomodar mais	A empresa se encontra sob sérias dificuldades financeiras	O cliente que decide	Além de não trabalhar, mentiu pra mim	Como vou honrar meus compromissos?
É melhor pegar um empréstimo por fora	Passando por problemas familiares	Menos que isso, eu considero um acordo vil	Sou capaz de pagar pra ele não passar na minha calçada	Teria que ser um valor justo, mas...
Não adianta só ficar com uma sentença muito bonita	Estabelecimento pequeno	Produção da prova	Momento ruim para os negócios	Vamos adiante!
A proposta de acordo é para evitar o julgamento	Empresa está sem receita		Possui outras despesas (doença, estudo dos filhos)	
Aqui tudo é dinheiro	A empresa não faz acordos		Tu me conheces	
	A empresa não faz acordos		Não precisava fazer isso	
			Eu tô chocada com isso	

**Tabela 1** – Principais argumentos mobilizados na negociação do acordo.

Por meio da aproximação dos argumentos mais recorrentemente utilizados pelos atores, foi possível observar que, na grande maioria dos casos, não foram mobilizados princípios de validação mais gerais (como, por exemplo, os princípios humanitários, a justiça em geral, os direitos humanos), a menção as instituições, a associação da causa com exemplos históricos e políticos, uso de jargões jurídicos, etc. No âmbito da sociologia da crítica, esses princípios são denominados de “princípios de equivalência” a cada qual corresponde uma forma de justificação que embasa a construção de uma *cité* específica (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991). O modelo das *cités* elaborado por Boltanski e Thévenot (1991) caracteriza-se como um “tipo ideal” que remete a um sentimento de

justiça comumente reconhecido, mesmo que esse não seja considerado válido em uma determinada situação. Com base nas pesquisas realizadas no contexto francês, os autores puderam investigar o conjunto de argumentos e princípios de equivalência utilizados comumente pelas pessoas em ocasiões diversas, o que lhes permitiu elaborar sete *cités*: inspirada, doméstica, cívica, da opinião, mercantil e industrial. Posteriormente, Boltanski e Chiapello (2009) identificaram o surgimento de uma sétima *cité* denominada por projetos, que emerge na transição das décadas de 1960-1970 e se dissemina de modo mais amplo na década de 1990, no contexto francês.

Destaca-se que as *cités* propostas por Boltanski e Thévenot (1991) e Boltanski e Chiapello (2009) serviram como um “referencial geral” ou um tipo ideal na análise dos argumentos mobilizados nas audiências trabalhistas. Trata-se de um recurso heurístico na observação dos diversos sentidos de (in)justo nas formas de avaliação dos trabalhadores, nas relações estabelecidas no cotidiano do trabalho – entre os “chefes” ou “líderes” com seus “empregados” ou “colaboradores”, por exemplo –, do modo como são estabelecidas convenções que se incorporam nos objetos, etc. Neste sentido, ao observar nos litígios trabalhistas de que maneira os atores mobilizam essas justificações em seus argumentos implicou em problematizar as formas de apropriação e a produção de significado pelos sujeitos situados no mundo social, que é igualmente permeado por relações de força, violência simbólica, interesses econômicos, etc. Nos limites do presente trabalho, não se pretende adentrar nas especificidades das referidas *cités*, apenas apontar para o modo como estas se relacionam com os códigos elaborados a partir do no plano empírico investigado, conforme ilustra a seguinte figura:



**Figura 2:** Desenho da operacionalização dos “conceitos de sensibilização” no plano empírico.

O argumento do “estar passando por dificuldades” (de ordem econômica e/ou pessoal), que foi recorrentemente utilizado pelos advogados dos reclamados e pela própria parte, caracteriza-se como uma espécie de *account* que transita entre uma lógica mercantil (da *cité* mercantil) – ao evocar os problemas da *empresa* ou do *estabelecimento* – e um “bem de si” (WERNECK, 2009) quando traz à tona problemas de ordem pessoal do empregador.

Ressalta-se que esses dois argumentos se entrelaçaram especialmente nos casos nos quais o reclamado é o próprio empregador, ou o proprietário de um estabelecimento de pequeno porte – isto é, quando não é o preposto da empresa –, ou ainda quando o processo envolvia o trabalho doméstico. Acredita-se que esse fato se explica pela dinâmica das relações cotidianas de trabalho que, sendo mais próximas, tornariam mais difícil dissociar a figura do “empregador” de suas qualificações enquanto “indivíduo”. Nesse ínterim, as manifestações de ressentimento (e até mesmo tentativa de agressão, em um dos casos) entre as partes permitiram identificar a existência de fatores emocionais e das relações de proximidade que se estabelecem entre as partes nas relações de trabalho. Esse cenário difere com relação às empresas de maior porte como, por exemplo, as redes de supermercado, nas quais o relacionamento entre empregado e empregador torna-se mais impessoal.

Além disso, foi possível perceber que na mobilização dos sentidos de (in)justo nas relações de trabalho em uma audiência trabalhista pesam uma série de constrangimentos – subjetivos e objetivos – como, por exemplo, as questões do poder simbólico exercido pelos advogados e juízes por meio da posse de um saber específico e os próprios dispositivos institucionais, como o princípio da celeridade e a ênfase na conciliação, que acabam por demandar dos magistrados uma “condução” dos casos por vezes automatizada. Assim, o momento de condução – que se expressa sobremaneira nos acordos – constitui esse elemento da ação orientada por um regime de rotina. Na grande maioria dos casos nos quais foram realizados acordos, os magistrados e os advogados não se detiveram em um debate mais aprofundado sobre as questões de Direito. Ressalta-se que em algumas ocasiões, nas quais o acordo já fora acertado previamente e restava apenas a sua homologação em audiência, os magistrados

raramente questionavam os termos do acordo para as partes. Em uma das Varas observadas, os argumentos mobilizados pelo magistrado permitiram pensar na disseminação de uma sensibilidade jurídica que, ao pensar a realização dos acordos como sinônimo de celeridade, entende que ambas as partes têm que ceder um pouco. Essa sensibilidade jurídica encontra-se em sintonia com o próprio discurso institucional da Justiça do Trabalho, que corrobora esse entendimento ao enfatizar que “outra forma de estender a mão é conciliar”. Conforme ressaltam Cardoso e Lage (2007), em algumas ocasiões, ao proporem desde logo uma conciliação, os magistrados acabam desconsiderando que, muitas vezes, os trabalhadores são levados a abrir mão de direitos. Nesse contexto, o princípio da celeridade acaba por se sobrepor ao da irrenunciabilidade de direitos. Em outras palavras, a busca da agilidade na resolução dos casos impõe limite a um princípio jurídico que prevê que os trabalhadores não podem abrir mão das garantias decorrentes da relação de emprego. Portanto, por meio de uma aceitabilidade recorrente e sem ponderação das negociações de acordo que se baseiam no pretexto de “estar passando por dificuldades”, o judiciário trabalhista acaba reforçando uma sensibilidade jurídica que estimula a evasão de direitos por parte dos empregadores, tendo em vista a ampla possibilidade de barganha dos mesmos, e que ao invés de se basear em princípios de bem comum, é calcado em *accounts* de ordem pessoal.

Em contrapartida, em certos momentos das audiências foi possível identificar a existência da competência moral pelos distintos atores, confirmando uma hipótese previamente deduzida na pesquisa e resultando na categoria “construção do local de trabalho”. As etapas do depoimento das partes e da oitiva de testemunhas possibilitaram o acesso a essa competência que se desvelou nas críticas, justificações e *accounts* que embasaram os posicionamentos dos atores. Em distintos casos foi possível perceber uma postura crítica com relação a algumas formas de justificação, bem como a apropriação de lógicas de *cités* específicas na valoração de determinadas práticas ou relacionamento nas relações de trabalho. A partir de um diálogo com as proposições de Geertz (1997), foi possível observar que o momento de *construção do local de trabalho* pelas partes e testemunhas é perpassado pelos dispositivos jurídicos e pela própria condução dos magistrados e advogados que, no início da lide, efetuam a tradução das pretensões de

seus clientes para a linguagem jurídica. Da mesma forma, as sentenças proferidas pelos magistrados constituem esse momento no qual eles dão prova do seu sentido de justiça e cristalizam determinados “estados de coisas”, isto é, estabelecem uma declaração jurídica (que se impõe diretamente na relação entre os atores) em detrimento de outra, tendo em vista que são os representantes dessa instância de confirmação que compreende a Justiça do Trabalho.

Dessa forma, as categorias da condução e da construção poderiam ser representadas por um pêndulo, tendo em vista que constituem elementos indissociáveis e essenciais no desenvolvimento de uma reclamação trabalhista no âmbito judicial.

## **5. Considerações finais**

Ao longo do presente artigo, em um primeiro momento, buscou-se abordar algumas especificidades da técnica da observação nas audiências trabalhistas com a finalidade de apontar para o modo como os ritos e procedimentos próprios da arena jurídico-trabalhista devem ser devidamente problematizados nas inferências analíticas produzidas a partir do plano empírico. Ressalta-se que essas reflexões não se restringem à técnica da observação e tão somente aos objetivos (e ao objeto) da pesquisa desenvolvida, mas podem igualmente auxiliar os pesquisadores que – por meio de outras fontes, métodos e objetos de pesquisa – se dedicam a temas relacionados ao judiciário trabalhista brasileiro.

A partir do debate proposto, foi possível observar que nessa situação de disputa as normas e procedimentos jurídicos dividem espaço com os distintos entendimentos do que seja (in)justo nas relações de trabalho, que se expressam por meio da mobilização de críticas, justificações e outros *accounts* por parte de reclamantes, reclamados, prepostos, testemunhas, advogados e juízes. Entretanto, na análise dessa situação não se pode ignorar os constrangimentos mais gerais – objetivos e subjetivos – que se impõe na mobilização dessa competência moral. Além disso, ao observar os modos de coordenação da ação de todos os atores nas audiências em que a conciliação se efetivou ou quando houve uma aproximação de sua efetivação – o que culminou na elaboração da

categoria “negociando o acordo” – foi possível identificar de modo mais presente como se encontra institucionalizada uma espécie de “cultura do acordo”, na qual os atores do judiciário se orientam muito mais por um processo de condução das audiências.

Por fim, cabe ressaltar que a condução se liga a própria competência jurídica desses atores sociais e que, talvez, por uma espécie de rotinização desse ambiente e das causas, acaba implicando em um debate empobrecido (desprovido de conteúdo moral) no momento do acordo. Ainda que a Justiça do Trabalho seja pautada pelo princípio da celeridade, a fim de atender as demandas e necessidades dos trabalhadores – em geral, desempregados quando ingressam com as ações –, deve-se levar em conta que, assim como ressaltou o desembargador aposentado Viana (2013, p. 142), “um juiz rápido demais arrisca não só a qualidade de sua vida, como a de seu trabalho”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLUMER, Herbert. **Symbolic Interactionism: Perspective and Method**. Berkeley: University of California Press, 1969.

BOLTANSKI, Luc ; CHIAPELLO, Ève. O novo espírito do capitalismo. Tradução Ivone C. Benedetti; revisão técnica Brasília Sallum Jr. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BOLTANSKI, Luc. **De la critique** : Précis de sociologie de l'émancipation. Paris: Gallimard, 2009.

BOLTANSKI, Luc. **El Amor y la Justicia como competencias**: Tres ensayos d sociología de la acción. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2000.

BOLTANSKI, Luc; DARRE, Yann; SCHILTZ, Marie-Ange. La dénonciation. **Actes de la recherche en sciences sociales**. v. 51, mar, p. 3-40, 1984.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **De la justification**. Les économies de la grandeur. Paris: Gallimard, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CARDOSO, Adalberto; LAGE, Telma. **As normas e os fatos**: Desenho e efetividade das instituições de regulação do mercado de trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CHARMAZ, Kathy. **A construção da teoria fundamentada**: guia prático para análise qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

DEY, Ian. **Cronding Grounded Theory**: Guidelines for Qualitative Inquiry. San Diego: Academic Press, 1999.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed: 2009.

GEERTZ, Clifford. O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa. In: \_\_\_\_\_. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 249-356

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOODE, William J.; HATT, Paul K. **Métodos em pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

JACCOUD, Mylène; MAYER, Robert. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al (Orgs). **A pesquisa qualitativa**: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ : Vozes, 2010. p. 254-294

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. 33. ed. São Paulo: LTr, 2007.

NORONHA, Eduardo G. O modelo legislado de relações de trabalho no Brasil. **Dados** [online], 2003, v. 43, n. 2, p 00-00. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582000000200002>> Acesso em: 06 jun. 2014.

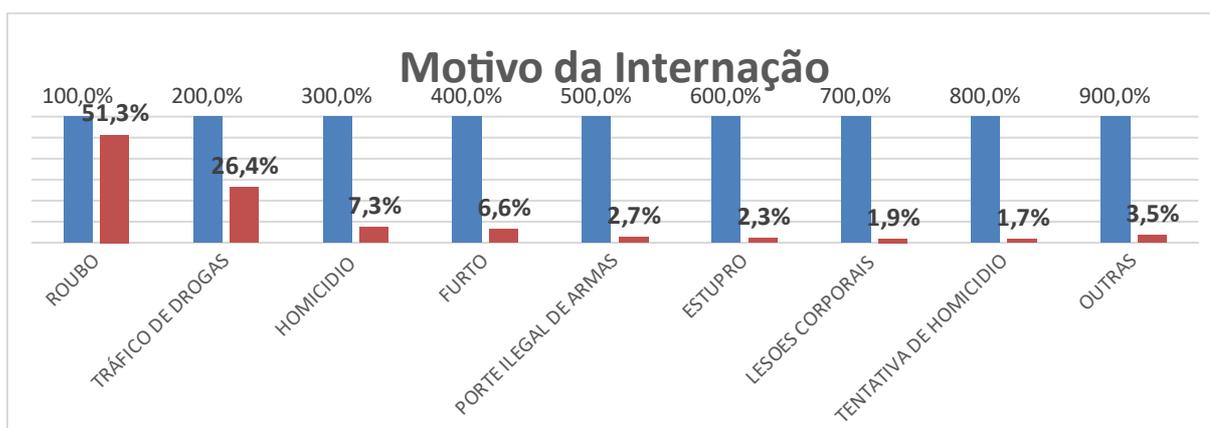
TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. **Manual da audiência na Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2010.

VALLARADES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante (Resenha). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 22, n. 63, p. 153-155, 2007.

VIANA, Márcio Túlio. **70 anos de CLT**: uma história de trabalhadores. Brasília: Tribunal Superior do Trabalho, 2013.

WERNECK, Alexandre. O invento de Adão: O papel do ato de dar uma desculpa na manutenção das relações sociais. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia). Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS. 2009

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.



## Gênero, número e grau: quem são os adolescentes privados de liberdade de 2002 a 2012 em Porto Alegre

Vinicius Mauat da Silva<sup>80</sup>

José Vicente Tavares dos Santos<sup>81</sup>

### 1. Introdução

No Brasil, uma das características da violência que ganha espaço crescente nos meios de comunicação e em nossa sociedade contemporânea é a relação entre criminalidade e juventude. Quando os adolescentes surgem na condição de protagonistas, suas ações merecem muito mais destaque que quando assumem o papel de vítimas. A defesa de punições severas frequentemente aponta atos gravíssimos praticados por adolescentes às vésperas de completar 18 anos, situações que constituem raras exceções. A análise da motivação de internação de atos infracionais aponta para um perfil eminentemente patrimonial.

<sup>80</sup>Bacharel em Direito, Especialista em Direito Público, Especialista em Direito Penal, Mestrando em Saúde da Criança e do Adolescente pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Oficial de Justiça da Infância e da Juventude-RS. Email: [vmauat@gmail.com](mailto:vmauat@gmail.com)

<sup>81</sup>Sociólogo (Ciências Sociais) /Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1971), Mestre Sociologia/ Universidade São Paulo (1977), Docteur d'Etat Sociologia / Université de Paris X, Nanterre (1987). Professor Titular Sociologia/ UFRGS. Membro: Conselho Universitário UFRGS. Pesquisador CNPq (nível I-A), Diretor ILEA - Instituto Latino-americano de Estudos Avançados / UFRGS, Coordenador G.P. Violência e Cidadania (desde 1995); Conselho Deliberativo da Editora da UFRGS e da FAURGS - Fundação de Apoio da UFRGS.

Inexistem elementos que indiquem um agravamento da violência cometida pelos adolescentes, à medida que predominantemente os delitos continuam tendo adultos como autores.

### **Gráfico 1: Motivo da Internação – 2002 a 2012 – Unidades da FASE-RS\Porto Alegre**

Fonte: Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sistema AMF/FASE-RS

Embora a opinião pública, de um modo geral, tenha a impressão de que um dos impulsionadores da criminalidade seja protagonizada pelos adolescentes, não é este o quadro que a realidade reflete. No campo da mídia, entre os anos de 1998 e 2003, o aumento da exploração do tema “criminalidade juvenil” cresceu 1.300% nos 50 maiores jornais do país, segundo estudo elaborado pela Agência de Notícias dos Direitos da Infâncias (ANDI).

## **2. Adolescência**

A visão da adolescência possui alguns aspectos em comum. Se observado dentre diferentes culturas e distintas épocas, notamos que seu marco inicial é a puberdade, ao fim da infância, que traz características universais e visíveis. Logo após, surge a adolescência, trazendo consigo um agrupamento de transformações que englobam fatores psíquicos, físicos, culturais e sociais. Não raramente tal etapa é acompanhada por riscos, crises e outros sentimentos conflituosos que intrinsecamente permeiam o amadurecimento nos seus campos físico e psicológico (FREITAS, 2002; ESTEVAM et al., 2009).

A palavra adolescência deriva do verbo latino *adolescere*, cujo significado pode ser compreendido como “crescer” ou ainda “crescer até a maturidade”. Compreende-se dentro do período da adolescência o lapso de vida do indivíduo entre a puberdade e a

virilidade (PFROMM NETTO, 1976). Do ponto de vista sociológico, seria a transição da dependência infantil para a auto-suficiência adulta. Cronologicamente, inicia por volta de 12 ou 13 anos e se prolonga até os 21 anos, período que costuma se encerrar mais cedo em sociedades mais primitivas (MUUSS, 1974).

Trata-se de um período de assimilação de regras e valores da vida em sociedade, aquisição de autonomia e surgimento de maturidade física e psíquica, assumindo um novo papel na vida adulta. De maneira geral, iniciará com as mudanças corporais da puberdade e termina com a inserção social, profissional e econômica na sociedade adulta (FORMIGLI et al., 2000). Não por acaso, no Brasil e no exterior, a adolescência e a infância são assuntos recorrentes desde o século XIX, sendo abordado por médicos, juristas, políticos, cronistas, jornalistas e escritores em geral, do que denominavam “questão social” (ALLVIM; VALLADARES, 1988).

Em condições normais, a adolescência já se trata de um período conturbado do desenvolvimento, onde cada um adquire uma nova visão de si mesmo, transição cercada por autoafirmação, rebeldias, contradições e ambivalências. Calligaris (2000) caracteriza a adolescência como uma “moratória mal justificada”, na medida em que há uma mescla entre confusão de papéis, reconhecimento da própria autonomia e a dificuldade natural em formar uma identidade própria.

Para Aberastury e Knobel (1981), a adolescência seria um “processo de luto”, onde há uma resistência à perda das condições infantis e, ao mesmo tempo, uma dificuldade em aceitar o mundo e a realidade adulta que surge, e com este contexto obviamente as modificações biológicas que acompanham o processo.

Não é tarefa fácil a delimitação exata deste período. Algumas tentativas de categorização já foram realizadas: A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Organização Mundial da Saúde (OMS) (1990), e Ministério da Saúde (1989) delimitam a adolescência entre os 10 e os 19 anos e a juventude dos 15 aos 24 anos. Já para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), classificação utilizada neste trabalho, a adolescência, abrange a fase dos 12 aos 18 anos de idade.

Sob o ponto de vista histórico, a adolescência parece estar mais ligada a questões relacionadas à democratização da educação e ao advento das leis trabalhistas, podendo

ser classificada como uma “invenção cultural”, somente possível em grupos ou sociedades mais desenvolvidas (RAPPAPORT, 1982).

Desta forma, como criação relativamente recente, e concebida como um período destinado à inserção do indivíduo em um estágio de autonomia e adaptação à sociedade, ela abrange conceituações teóricas que, em seu confronto com a realidade de cada adolescente irá produzir experiências e sentimentos únicos.

São justamente essas diferentes realidades que produzem vários grupos, com comportamentos e valores distintos, sendo possível afirmar que “há diversos mundos e diversas formas de ser adolescente” (SERRA, 1997). Esses diferentes mundos e seus elementos é que irão compor a trajetória social do adolescente. Trajetórias sociais são compostas por processos de estruturação ou desestruturação de referências e patrimônios, através de articulação ou desarticulação de relações sociais em tempo e espaço determinados, onde são produzidas mudanças nas formas de reprodução e identificação social (FALEIROS, 1999).

No caso do adolescente em conflito com a lei, em muitos casos, há um histórico de situações de risco pessoal e social, violência e sofrimento por trás da violência e infrações praticadas por jovens (AMARO, 2003). A fragilidade social possui papel significativo ao desenvolvimento infantil, à medida que impõe a precarização e deterioração das relações afetivas e parentais, através de espaços familiares exíguos, privacidade reduzida ou inexistente, falta de alimentos, e problemas de ordem econômica, todos elementos geradores de stress e danosas ao desenvolvimento infantil (AZEVEDO; GUERRA, 1993).

A vulnerabilidade social torna-se determinante para a exposição da criança ou adolescente à uma série de fatores de risco. Risco é “todo tipo de evento negativo de vida que, quando presente, aumenta a possibilidade de o indivíduo apresentar problemas físicos, sociais ou emocionais” (YUNES; ZSYMANSKI, 2001). Contudo, há consenso de que isoladamente a presença de um destes fatores não é capaz de justificar o cometimento do ato infracional. A busca por este nexos causal somente poderia ser explicada pela complexa cadeia de eventos que compõe a trajetória de cada adolescente

(CUNHA, 2000; GARBARINO, 1999; SHOEMAKER, 1996; SILVA; HUTZ, 2002), cujo ingrediente principal parece ser o sofrimento de violência (AMARO, 2003).

A vulnerabilidade social é tratada aqui como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores. (ABRAMOVAY et al., 2002, p. 13).

Sob esta ótica, e considerando a complexa teia de transformações que permeia a adolescência, é necessário considerar que os jovens inseridos neste processo e que pertencem aos estratos mais populares possuirão maiores dificuldades em interagir nas esferas convencionais de sociabilidade estabelecidas.

Zygmunt Bauman (2003) lança luzes sobre o tema de forma precisa, centrando a questão nas diferenças econômicas, e acentuando o abismo que existe entre as diferentes formas de ser adolescente. Afirma que, sociologicamente, o processo de exclusão não ocorrerá, necessariamente, por uma ótica racial, mas sim o fato de que “ser pobre em uma sociedade rica implica em ter o status de uma anomalia social e ser privado de controle sobre representação e identidade coletiva”.

É importante evitar uma visão reducionista, no sentido de associar pobreza e criminalidade, idéia já combatida por Campos (1978, 1980), Paixão (1984), Zaluar (1985, 1989), Campos (1987), Bordini e Adorno (1989), seja como rotulação ou ainda associação estatística, o que traz incertezas quanto à relação causa-efeito. Em diferentes momentos, Zaluar (1994, 1998, 1999 e 2001) já apontava as consequências das desigualdades históricas no Brasil e seus efeitos na vulnerabilidade dos jovens pobres.

### **3. Criminalidade e Formas de Controle**

A questão da criminalidade e suas formas de controle possui em seu enredo uma forte carga emocional. A cultura do medo generalizado é capaz de conferir legitimidade a debates com finalidade meramente vingativa, instrumentalizadas por propostas que se inserem no direito penal adulto e juvenil. Demandas estas que, simplificadas

inevitavelmente e encampadas pelos meios de comunicação, oferecem soluções ilusórias para problemas complexos, geralmente englobando mais encarceramento, da pena de morte e privatização das prisões.

Como resposta à violência, busca o Estado soluções de controle da criminalidade, utilizando como ferramenta as políticas públicas penais, que são:

Um conjunto de normas, meios e procedimentos técnicos adotados pelo Estado para prevenir a criminalidade, conter a delinquência, promover a reparação de um bem atingido pela ofensa criminal, custodiar cidadãos condenados pela Justiça, realizar a segurança da população (ADORNO, 1991, p. 66).

Quanto à sua natureza, teriam como foco a repressão<sup>82</sup> ou ainda os agentes<sup>83</sup>, sendo que as políticas públicas brasileiras desta área atuam primordialmente sobre o sistema de justiça criminal, as prisões e as instituições, como por exemplo as polícias (ADORNO, 1991).

Sabe-se que as políticas públicas de segurança hoje apresentam uma seletividade do sistema de justiça criminal e da administração pública, em relação à quais delitos devam ser prevenidos e/ou reprimidos, problematizando essa política que pode se caracterizar como controle social de uma população marginalizada. Essa perspectiva pode reforçar estigmas sociais de exclusão; ou ser uma via de inclusão a partir de programas que promovam a cidadania e a justiça social, em relação a uma população marginalizada.

Neste sentido, Adorno comenta sobre o a administração do sistema de justiça criminal:

[..]adquire a forma de um funil. Largo em sua base – as ocorrências criminais –, estreita-se em seu gargalo, ou seja, quando se consideram os indiciados e réus, condenados ou não, recolhidos às prisões. Esse funil decorre, em parte, do desequilíbrio entre o “potencial” da criminalidade no interior da população urbana e a efetiva capacidade de o sistema penitenciário recolher aqueles condenados à pena de privação de liberdade civil. Se, presentemente, o aparelho judiciário aumentasse suas taxas de condenação, enviando para a prisão todos aqueles que estivessem com responsabilidade criminal perfeitamente caracterizada; ou, ainda, se fossem cumpridos

82Enfatizando a repressão, através da definição legal de crime ou contravenção.

83Buscando uma intervenção em seu potencial “criminogênico”.

todos os mandados de prisão, o sistema penitenciário implodiria (Adorno, 1994, p. 314).

A área da segurança pública se torna uma arena de disputa política por um modelo hegemônico, podendo formar grupos políticos de pressão que influenciam no poder de decisão do Estado em esferas diferenciadas (Judiciário, Executivo e Legislativo) e na sociedade civil. Esses movimentos afetam o processo de promoção de cidadania e justiça social através da inclusão de populações marginalizadas de territórios com histórico de violência e estigmatizado pela criminalidade.<sup>84</sup>

Como apontam autores como Loïc Wacquant (2001, 2001, 2002), o ideal de recuperação, no âmbito das políticas criminais, passa a ser paulatinamente abandonado, em prol de um novo paradigma punitivo, voltado mais para a imobilização e neutralização dos criminosos do que para a correção e recuperação. Tal redirecionamento coincide com a onda conservadora que surgiu a partir da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos.

Garland (1999) também afirma que, se antes o sistema penal tinha a pretensão de reeducar o criminoso para a vida em liberdade, agora a perspectiva é de segregação, o sentido se direciona a punir e proibir o apenado de exercer o convívio social.

Nas condições atuais, as prisões dessocializam o condenado. O universo prisional rompe definitivamente os vínculos com as normas sociais (BITENCOURT, 199).

<sup>84</sup>O termo estigma, segundo os gregos, era usado para se referir a sinais corporais, cujo intuito era dar ênfase a algo de extraordinário ou mau acerca do status moral de determinada pessoa que o expunha, de acordo com Erving Goffman. Estes sinais eram produzidos através de cortes ou do fogo e indicavam que o indivíduo que o apresentava era um escravo, um criminoso ou mesmo traidor, com a qual o contato, principalmente, em público, deveria ser evitado. Séculos se passaram, e o sentido original não se perdeu. Ao contrário, o termo estigma foi ampliado, sendo associado mais diretamente a desgraça individual do que a corporal. (GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978). Ao ingressar no sistema carcerário brasileiro o preso inicia um processo de desaculturação e, conseqüentemente, de aculturação, segundo. Aquele compreende a desadaptação do detento as condições mínimas de vivência em liberdade, decorrente do ambiente carcerário que diminui a força de vontade do recluso e que mitiga seu senso de autorresponsabilidade. Enquanto que o processo de aculturação ou prisionização – alhures tratado – compreende a absorção dos modelos de comportamento (BARATTA, ALESSANDRO. *Criminologia e Crítica do Direito Penal*. Introdução a Sociologia do Direito Penal. 2ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos: Instituto Carioca de Criminologia, 1999.

#### 4. Hiperencarceramento e Seletividade Penal

Programas e planos de segurança pública se configuram como políticas de governo, e não de Estado, sendo sujeitos a alterações em sua continuidade por fatores políticos institucionais. Assim, essas políticas públicas de segurança podem se tornar fatos políticos, sendo capitalizado positivamente por governos que tenham sido considerados bem-sucedidos na implementação de seus programas, o que pode acabar por atender interesses privados. Muito já se sabe sobre as precárias condições de aprisionamento no país (LEMGRUBER, 1996; ZALUAR, 1994; RODLEY, 2000). A configuração atual do sistema prisional brasileiro abriga um amontoado de pessoas que vivem em condições sub-humanas. São expostos a todo o tipo de doenças, e passam os dias sendo tratados como animais. Neste cenário, onde impera a lei do mais forte, é compreensível que lá encontremos a vingança privada – executada pelos próprios detentos – tal como existia na sociedade primitiva.

Os egressos ganham a liberdade ainda mais próximos da criminalidade. Após terem sido privados de seus direitos mais básicos durante o cumprimento da pena, continuam sendo socialmente excluídos. Ao retornar ao convívio social, o condenado está disposto a retribuir à sociedade “seus anos de martírio”(HIRECHE, 2000). O preso confere a sua situação um cenário de vingança pública, “em um cenário medieval e com uma finalidade essencialmente retributiva, com um pouco de prevenção especial negativa” (BORGES, 2013).

São estudados por outros autores a constituição de coletivos de presos (DIAS, 2012; MARQUES, 2009; BIONDI, 2010; GODOI, 2011; MELO, 2012), a expansão e gestão do complexo sistema prisional (SALLA, 2006; SILVESTRE, 2012; MELO, 2012), a interiorização de novas unidades e a criação de novas modalidades de punição através do encarceramento (DIAS, 2012; MELO, 2012; GODOI, 2011; DIAS; SILVESTRE, 2009).

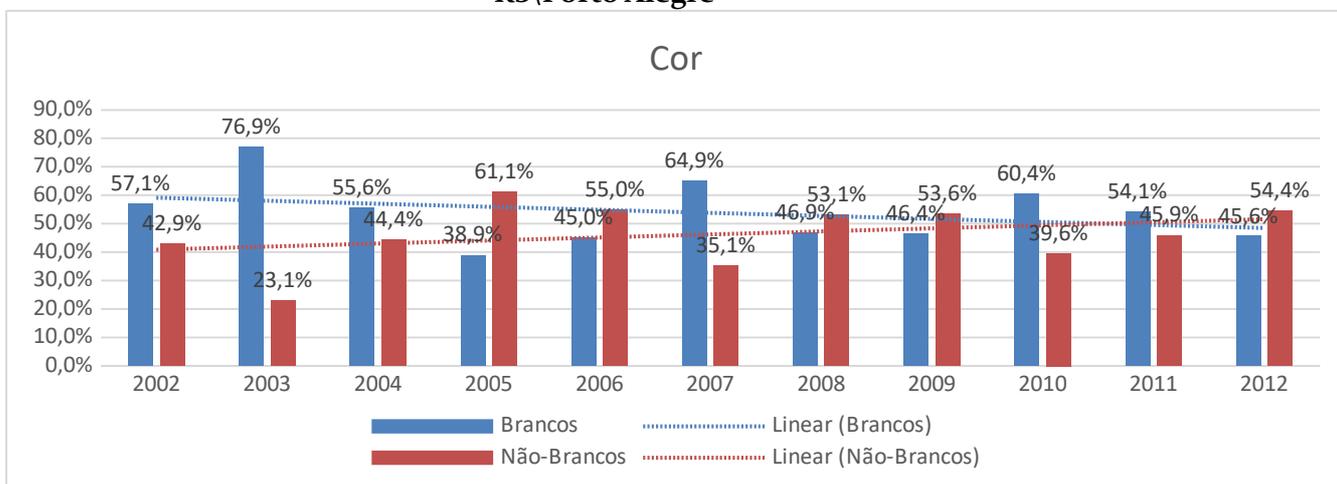
Outro ramo de abordagens foca as unidades de internação de adolescentes, sendo que o ponto de convergência dos estudos indica um caráter ideológico e procedimental bastante semelhante ao sistema prisional dos adultos (ADORNO, 1999; NERI, 2009; ALVAREZ et al, 2009; MALART, 2014).

O aspecto interessante é que apesar da heterogeneidade de autores e metodologias, as pesquisas mais recentes sobre o encarceramento de jovens e adultos no país apontam para a existência do fenômeno do hiperencarceramento<sup>85</sup> (GARLAND, 2001).

O fenômeno da seletividade penal ocorre quando o sistema de justiça penal, através de suas instituições, seleciona os protagonistas e direciona um maior ou menor punitivismo para cada grupo. O grupo privilegiado terá uma circulação facilitada pelo sistema de justiça penal, recebendo uma dose mínima de repressão.

Por outro lado, os integrantes dos segmentos sociais desfavorecidos são fortemente reprimidos por seus hábitos de viver, local onde moram, etc. (SINHORETTO, 2014). Diversas pesquisas apontam que o mecanismo de justiça penal abriga tanto o fenômeno do encarceramento em massa quanto a seletividade penal (GARLAND, 2001; WACQUANT, 2001; SINHORETTO; SILVESTRE; MELO, 2013; SILVESTRE et al. 2013).

**Gráfico 2: Categorização das interações por cor – 2002 a 2012 – Unidades da FASE-RS\Porto Alegre<sup>86</sup>**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sistema AMF/FASE-RS

<sup>85</sup>O hiperencarceramento apresenta características como a focalização das prisões sobre determinados grupos sociais ou a incidência de uma punição acentuada sobre tipos criminais específicos.

<sup>86</sup>Considerando que os critérios informativos da cor não possuem controles uniformes, e tendo em vista que a base de dados apresenta cores até mesmo inexistentes nos sistemas do IBGE, optou-se por uma classificação branco (quando a indicação da base de dados do Sistema AMF assim descrevia) e não-branco, categoria que abrigou todas as demais classificações.

O gráfico indica duas linhas de tendência consistentes. Cada vez temos menos adolescentes brancos privados de liberdade e mais adolescentes não brancos internados. Descartando teorias deterministas, há muito ultrapassadas, a explicação aponta justamente para o fenômeno da seletividade penal aplicada aos adolescentes que ingressam no sistema criminal juvenil.

O controle social exercido pelos mecanismos estatais identifica e busca indivíduos que se integrem a uma sociedade predominantemente consumidora:

A maneira como a sociedade atual molda seus membros é ditada primeiro e acima de tudo pelo dever de desempenhar o papel de consumidor. A norma que nossa sociedade coloca para seus membros é a da capacidade e vontade de desempenhar esse papel. (BAUMAM, 1999, p. 88).

Ineficiente nas tarefas de ressocializar e prevenir, o encarceramento atende ao único propósito de retirar o consumidor falho do convívio social e jogá-lo nas celas dos presídios brasileiros. A escolha destes indivíduos não é aleatória. O Sistema Penal atua como uma ferramenta de manutenção do poder. A figura do potencial criminoso é desenhada conforme sua condição social e a sua adaptabilidade à sociedade. O que existe não é propriamente uma natureza criminosa, mas jogos de força baseados na classe social dos indivíduos, e é isso que define se serão conduzidos ao poder ou às prisões (FOUCAULT, 2004).

Neste campo, os meios de comunicação exercem um papel determinante ao selecionar o que deve ser informado e agregar elementos que tornem a informação mais atrativa e de fácil assimilação.

Nesta dinâmica, o que é mostrado é uma idéia totalmente parcial e distorcida da realidade criminal, sem qualquer técnica ou fundamentação. Esta veiculação diária fomenta um punitivismo enraizado e de difícil desmistificação.

[...] são os meios de massa que desencadeiam as campanhas de 'lei e ordem' quando o poder das agências se encontra ameaçado. Estas campanhas realizam-se através da 'invenção da realidade' (distorção pelo aumento de espaço publicitário dedicado a fatos de sangue, invenção direta de fatos que não aconteceram), 'profecias que se auto realizam' (instigação pública para a prática de delitos mediante metamensagens de 'slogans' tais como 'a

impunidade é absoluta, os menores podem fazer qualquer coisa, os presos entram por uma porta e saem pela outra, etc.; publicidade de novos métodos para a prática de delitos, de facilidades, etc.). 'produção de indignação moral' (instigação à violência coletiva, à autodefesa, glorificação de 'justiceiros', apresentação de grupos de extermínio como 'justiceiros', etc.) (ZAFFARONI, 1991. p. 129)

Como resultado deste processo, é construído e vendido um estereótipo do criminoso, dando ao imaginário popular uma imagem de quem são os criminosos "perigosos para a sociedade".

Esta estigmatização acaba por manter afastados do sistema de justiça criminal aqueles indivíduos que, apesar de violarem as normas penais, não se enquadram nos estereótipos. Zaffaroni (2012) afirma que "na América Latina, o estereótipo sempre se alimenta das características de homens jovens das classes mais carentes..."

O Brasil ocupa hoje o quarto lugar em número de indivíduos encarcerados.<sup>87</sup> Se considerarmos os dados do Conselho Nacional de Justiça – que inclui os presos domiciliares – saltaríamos para a terceira posição. Todavia, esta comparação não é a mais adequada, pois não há informações sobre os presos em regime domiciliar nos demais países.

Todavia, nos últimos anos, Estados Unidos, China e Rússia desaceleraram o crescimento de sua população prisional entre 5% e 13%. O Brasil, ao contrário, aumentou o número de encarcerados em 33%.<sup>88</sup>

Os Estados Unidos, campeão em encarceramento adulto e juvenil, foi um dos países que não ratificaram a Convenção sobre os Direitos da Criança da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1989. Na maioria dos estados americanos, adolescentes maiores de 12 anos estão sujeitos aos mesmos procedimentos dos adultos, que podem incluir pena de morte e prisão perpétua. Os critérios que podem transferir o julgamento de uma vara da infância para uma corte comum são variáveis, mas de um modo geral incluem a autoria de um crime grave, como assassinato, assalto ou crimes sexuais. Após uma fracassada tentativa de endurecer o combate à criminalidade, alguns estados já pensam em elevar a maioridade penal para 18 anos.

<sup>87</sup>Atrás apenas dos Estados Unidos, China e Rússia, segundo o International Centre for Prison Studies.

<sup>88</sup>The International Centre for Prison Studies.

A motivação é a mesma que tem sido utilizada em outros países: altos custos de encarceramento, elevada reincidência criminal do sistema penal adulto, evidências científicas sobre o desenvolvimento cerebral, dentre outros.

A ONG americana Campaign for Youth Justice afirma que desde 2005, 29 Estados americanos - e também a capital Washington - tem produzido leis que dificultam a punição de adolescentes através de julgamento em varas comuns.<sup>89</sup>

Na China, a maioridade penal também ocorre somente aos 18 anos, sendo que adolescentes poderão ser responsabilizados a partir de 14 anos em caso de crimes violentos, como homicídios, tráfico de drogas, estupro, entre outros. E, delitos sem violência, a responsabilidade juvenil ocorrerá aos 16 anos.

Já a Rússia também utiliza como critério a gravidade do crime. A responsabilidade penal pode incidir a partir de 14 anos (para delitos graves) ou a partir de 16 anos de idade. Ocorre que o conceito de gravidade para o direito penal russo é bastante severo,<sup>90</sup> o que explica o fato de sua população juvenil privada de liberdade ser maior do que os demais países da Europa (MCAULEY, 2009).

O gênero é um conceito, e como tal resultado de uma determinada conjuntura em um tempo e espaço específicos (FACHINETTO, 2008). O gênero se refere ao saber construído sobre as diferenças sexuais, e este saber é resultado da cultura e das relações humanas e, conseqüentemente, relativizado por histórias individuais que envolvem dominação e subordinação (SCOTT, 1994). O gênero cria a distinção entre os sexos, na medida em que transforma “machos e fêmeas” em seres sociais: “homens e mulheres” (AMUSSEN, 1985).

Joan Scott (1990) afirma que a definição de gênero foi criada em oposição a um determinismo biológico entre sexos, imprimindo -lhe um caráter social. O gênero atua como uma marcação que organiza a sociedade através de diferenças sexuais, e estas diferenças são saberes construídos e voltados aos interesses dos seus protagonistas. Butler (2003) define gênero como efeito “substantivo performativamente fabricado e imposto por práticas reguladoras que se repetem e interpelam os corpos

<sup>89</sup>Fonte: <http://www.campaignforyouthjustice.org/research/cfyj-reports>

<sup>90</sup>Pequenos roubos, por exemplo, são considerados crimes graves. Isto ocorre porque não há um sistema legislativo voltado à infração penal juvenil. O Código Penal Russo é projetado para um criminoso adulto.

constantemente. Como categoria de análise, o gênero pretende identificar relações de poder e localizar assimetrias e hierarquias entre homens e mulheres, questionando naturalizações de comportamento e a subordinação das mulheres.

Em 2012, as mulheres encarceradas do sistema penal adulto representavam 15,9% da população prisional. A sua sub-representação a submete à condição de invisibilidade que reproduz as desigualdades de gênero que em geral encontramos na sociedade brasileira. Embora sejam escassas as informações sobre a população penitenciária feminina, em 2002, no estado de São Paulo, 54% eram negras ou pardas e 61% sequer haviam concluído o ensino fundamental.<sup>91</sup>

Para Loraine Gelsthorpe (2002) a negligência em relação à criminalidade feminina seria pelo fato de que a criminologia é um campo predominantemente masculino, no qual homens estudam homens. A presença da mulher, quando ocorre, traz elementos biológicos e estereótipos, como passividade e maternidade.

Baratta (1999) afirma que a cultura ocidental abriga naturalmente uma divisão entre masculino\feminino, público\privado, ativo\passivo, forte\fraco, viril\recatado, sendo resultado dessa divisão a criação de espaços e papéis femininos estereotipados, na medida em que o homem sempre foi associado à primeira categoria, hierarquicamente superior.

A população juvenil pesquisada apresenta números semelhantes, mantendo percentuais estáveis ao longo do período. Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), o tráfico de drogas atualmente é o crime que mais gera encarceramento. Desde 2006, início da vigência da nova lei de drogas<sup>92</sup>, até junho de 2013, os presos por tráfico passaram de 31 mil para 138 mil em todo o Brasil.<sup>93</sup>

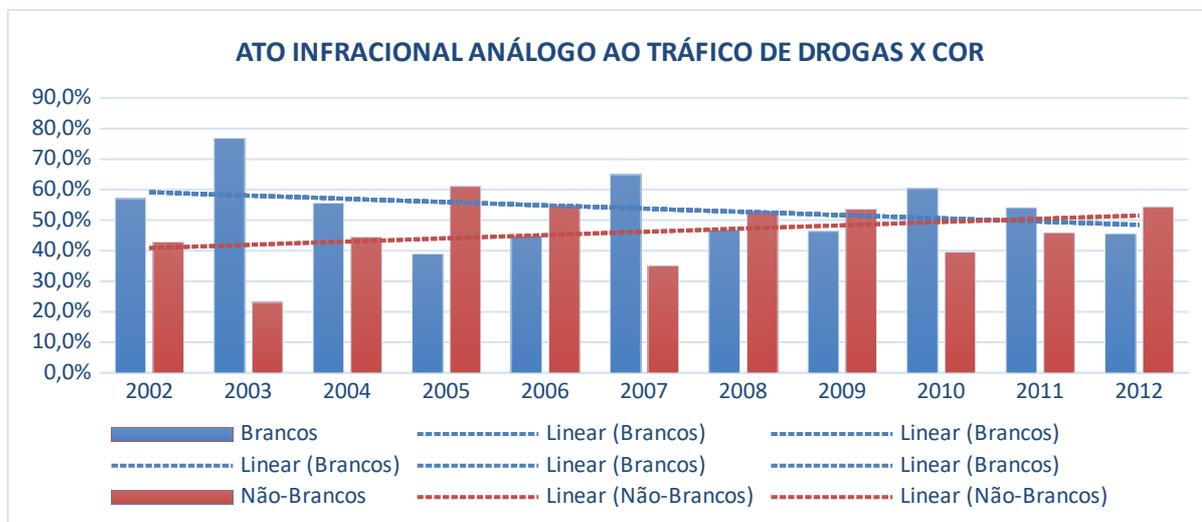
Entre os adolescentes pesquisados, 26% foram encaminhados para a FASE-RS por ato infracional análogo ao tráfico de drogas.

91FUNAP/SAP/SP, Censo Penitenciário do Estado de São Paulo, 2002. [www.sap.sp.gov.br](http://www.sap.sp.gov.br).

92Lei 11.343\2006.

93Fonte: [www.mj.gov.br/depem](http://www.mj.gov.br/depem)

Gráfico 4: Internações motivadas por ato infracional análogo ao tráfico de drogas – categorização por cor - Unidades da FASE-RS\Porto Alegre – Desligados entre 2002 a 2012.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sistema AMF/FASE-RS

Assim como a população encarcerada pelo tráfico de drogas aumentou vertiginosamente a partir de 2006, a população juvenil também passou a ser mais internada por este motivo nos últimos anos. Em especial os adolescentes de cor não-branca, tendo ocorrido uma inversão em 2011. Apesar do Rio Grande do Sul possuir uma população predominantemente branca, são os jovens de cor não branca que são cada vez mais internados pelo ato infracional análogo ao tráfico de drogas.

A ampla utilização da pena de prisão para crimes ligados às drogas tem sido reiteradamente utilizada pelo legislativo brasileiro. Como solução para o fracasso de políticas públicas de outras áreas, adota-se o modelo proibicionista norte americano, desprezando-se ótimas alternativas já implantadas em países europeus.

Embora a nova lei brasileira tenha direcionado para o viciado um modelo despenalizador, os critérios para a separação dos papéis entre traficantes e usuários são bastante subjetivos, o que facilita a reprodução de estigmas pelos agentes do sistema penal.

Como mecanismo que reiteradamente repete as práticas encontradas no sistema penal adulto, o sistema de justiça criminal juvenil também tem encarcerado ano a ano cada vez mais adolescentes não brancos e que pertencem à base da pirâmide socioeconômica.

## 5. Considerações Finais

Submetido a uma lógica que reforça o controle social excludente, os sistemas criminais acabam por subjugar a garantia de direitos fundamentais dos cidadãos que a eles estão submetidos a um clamor disseminado por mais ordem e punição.

Diversas áreas têm se debruçado sobre a questão do ato infracional na adolescência, percorrendo diferentes caminhos e buscando sua compreensão e combate eficaz.

Todavia, a multiplicidade de elementos sociais, familiares, econômicos e psicológicos envolvidos na sua composição desaconselham abordagens de caráter simplista e meramente repressivo, à medida que a prática infracional parece ser composta por uma complexa combinação de fatores de risco e protetivos (COSTA; ASSIS, 2006). De um modo geral, o que se tem notado é que a única esfera de políticas públicas voltadas aos adolescentes são as de cunho penal-repressivo. Assim, ataca-se as consequências sem que as mais básicas faces da cidadania sejam alcançadas, reproduzindo-se ciclicamente um modelo punitivista cruel e estigmatizante.

A televisão expõe um alto grau de periculosidade às esferas de produção cultural, à democracia e à vida política, na medida em que surge como o principal meio de disseminação de uma violência simbólica que protege os interesses de uma classe hegemônica, mas de forma sutil e invisível. Através da televisão e demais meios de comunicação de massa, atinge-se um grande público, mas o discurso é restrito e pouco aprofundado, subtraindo do expectador informações necessárias ao exercício de seus direitos democráticos (BOURDIEU, 1997).

A denominada violência simbólica é promovida partindo de um discurso midiático que reforça a sua representação como protagonistas da violência, concedendo espaço somente a assuntos relacionados à criminalidade e violência, negligenciando temas como esporte, cultura, etc. (RAMOS; PAIVA, 2007).

Os perigos que mais tememos são imediatos: compreensivelmente, também desejamos que os remédios o sejam – ‘doses rápidas’, oferecendo alívio imediato, como analgésicos prontos para o consumo. (BAUMAN, 2008, p. 149).

Assim, compreende-se o sentimento que norteia o imaginário popular acerca da dimensão exagerada de atos infracionais atribuída aos adolescentes. Vende-se o medo da criminalidade como se fosse a própria criminalidade. Como costuma ocorrer com o sistema repressivo dirigido aos adultos, a população clama e nossos legisladores buscam o Direito Penal como substituto de políticas públicas, no intuito de através dele corrigir discrepâncias históricas e estruturais da sociedade. Com isso, o Direito Penal passa a ter um cunho eminentemente político, desprezando a técnica e as informações estatísticas, e fomentando uma falsa sensação de segurança, formando aquilo que se denominou de politização do Direito Penal (CALLEGARIS; WERMUTH, 2010).

Como apoio a essas desesperadas utilizações do Direito Penal como solução para questões complexas, existe um grande segmento da sociedade indignada com o que denomina de impunidade. Frequentemente, a ansiedade pública e o verdadeiro pânico social que se instalam não são acompanhados de uma real elevação da criminalidade, mas criadas como uma oportunidade para que parlamentares e governo possam apresentar uma resposta célere e eficaz para aplacar a insatisfação pública (TONRY, 2006).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. ;**Adolescência normal: um enfoque psicanalítico**; porto alegre; artes médicas; 1981, p26

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na américa latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: unesco, 2002.

ADORNO, Sérgio. Cidadania e administração da justiça criminal. In: DINIZ, Eli; LOPES, José Sérgio Leite; PRANDI, Reginaldo (Org.). **O Brasil no rastro da crise**. São Paulo: ANPOCS: IPEA: Hucitec, 1994. P. 304 – 327.

ADORNO, Sérgio. Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem. Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 129-153, 1999;

ADORNO, Sérgio. Reincidência e reincidentes criminais em São Paulo: 1974 a 1985. **RBCS**, São Paulo, v.9, n. 3, p. 70 – 94, fev. 1989.

ADORNO, Sérgio. Sistema penitenciário no Brasil. Problemas e desafios. In: **Revista Usp**: São Paulo, março, abril, maio, 1991, pp. 65-78.

AGENCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA. **Balas perdidas**: um olhar sobre o comportamento da imprensa brasileira quando a criança e o adolescente estão na pauta da violência. Brasília: andi, 2001.

ALVAREZ, Marcos Cesar et al. Adolescentes em conflito com a lei: pastas e prontuários do “Complexo do Tatuapé” (São Paulo/SP, 1990–2006). **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, n. 1, 2009.

ALVIM; Maria r. B; VALLADARES, Lícia do p. Infância e adolescência no brasil: uma análise da literatura. **Bib – boletim informativo e bibliográfico de ciências sociais**, nº 26, p. 3

AMARO, Sarita. **Crianças vítimas de violência: das sombras do sofrimento à genealogia da resistência: uma nova teoria científica**. Editora age Ltda, 2003.

AZEVEDO, Maria Amélia, et al. "incesto ordinário: a vitimização sexual doméstica da mulher-criança e suas conseqüências psicológicas." **infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento** (1993): 195-209.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia e Crítica do Direito Penal**. Introdução a Sociologia do Direito Penal. 2ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos: Instituto Carioca de Criminologia, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de janeiro: jorge zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Tradução de carlos alberto medeiros. Rio de janeiro: zahar, 2008. P. 149.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado: uma etnografia do PCC**. 1. ed. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão – causas e alternativas**. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1993. 352 p.

BORGES, P. C. C., & de OLIVEIRA Guimarães, J. V. M. (2013). O Sistema Penitenciário Brasileiro como índice e medida do grau de civilização nacional. **Direito & Justiça**,39(1).

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução: maria lúcia machado. Rio de janeiro: jorge zahar, 1997.

BRASIL. **Constituição da república federativa do brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%03%a7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%03%a7ao.htm)>. Acesso em: 24 maio 2015.

BRASIL. **Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Institui o código penal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm)>. Acesso em: 24 maio 2015.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 24 maio 2015.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CALLEGARI, André Luís; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. **Sistema penal e política criminal**. Porto alegre: livraria do advogado, 2010.  
Campaign for Youth Justice. Disponível em: <http://www.campaignforyouthjustice.org/research/cfyj-reports>. Acesso em 25 out. 2015

CAMPOS Coelho, Edmundo. A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. In: **Revista de Administração Pública**. Rio de janeiro, 1978.

CUNHA, j. M. (2000). **A saúde do adolescente no contexto da ação socioeducativa**. In I. M. Brito (ed.), **jovens em conflito com a lei** (pp. 127-140). Rio de janeiro: eduerj.

DEPARTAMENTO Penitenciário Nacional. Disponível em: [http://www.justica.gov.br/Acesso/consultas-publicas/subpaginas\\_consultas-publicas/departamento-penitenciario-nacional-depen](http://www.justica.gov.br/Acesso/consultas-publicas/subpaginas_consultas-publicas/departamento-penitenciario-nacional-depen). Acesso em 12 out. 2015

DIAS, Camila Nunes. A política prisional paulista e a emergência do PCC: considerações sobre a formação de uma específica teia social. In: SOUZA, Luís Antonio Francisco de; DIAS, Camila Nunes; SILVESTRE, Giane. Situação carcerária no estado de São Paulo. In: SOUZA, Luís Antônio Francisco. (Org.). **Políticas de segurança pública no estado de São Paulo: situações e perspectivas a partir das pesquisas do Observatório de Segurança Pública da Unesp**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

ESTEVAM, Ionara Dantas; COUTINHO, Maria da Penha de Lima Coutinho; ARÁUJO, Ludgleydson Fernandes. **Os desafios da prática socioeducativa de privação de liberdade em adolescentes em conflito com a lei: ressocialização ou exclusão social?** Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1440>. Acesso em: 23 mar. 2016.

FACHINETTO, Rochele Fellini. **A “casa de bonecas”: um estudo de caso sobre a unidade de atendimento sócio-educativo feminino do rs.** 2008. 215 fls. 2008. Dissertação (mestrado em sociologia). Universidade federal do rio grande do sul, porto alegre.

FALEIROS, Vicente de Paula (coord.). **Estratégias em serviço social.** 2. Ed. São Paulo: cortez, 1999. P75

FORMIGLI, V.L.A.; COSTA, M.C.O.; PORTO, L.A. Avaliação de um serviço de atenção integral à saúde do adolescente. **Cad. Saúde Pública**, v.3, n.16, p.831-41, 2000

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramallete. 29ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

FREITAS, c. C. **As drogas na adolescência, formação de multiplicadores de informações preventivas sobre drogas.** Florianópolis (sc): ufsc/senad(2002). P. 95-113.

FUNAP/SAP/SP, **Censo Penitenciário do Estado de São Paulo, 2002.** Disponível em [www.sap.sp.gov.br](http://www.sap.sp.gov.br). Acesso em 03 out. 2015.

GARBARINO, James. Lost boys: Why our sons turn violent and how we can save them. **Smith College Studies in Social Work**, v. 71, n. 2, p. 167-181, 2001.

GARLAND, David. **As Contradições da “Sociedade Punitiva”: O Caso Britânico.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 13, p. 59-80, nov. 1999

GARLAND, David. **The culture of control: crime and social order in contemporary society.** Chicago: University of Chicago Press, 2001.

GELSTHORPE, Loraine. **Feminism and criminology.** 3 ed. Oxford: **The Oxford handbook of criminology**, 2002

GODOI, Rafael. Para uma reflexão sobre efeitos sociais do encarceramento. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 8, p. 138-154, 2011.

HIRECHE, Gamil Foppel El. **A falência da pena de prisão.** Recife, 2000.

LEMGRUBER, Julita. Pena alternativa: cortando a verba da pós-graduação no crime. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (Org.). **Cidadania e violência.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: Ed. FGV, 1996

MAGALHÃES, Bóris Ribeiro de; SABATINE, Thiago Teixeira (Org.). **Desafios à segurança pública: controle social, democracia e gênero**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 181-205

MALLART, Fábio. **Cadeias dominadas. A Fundação Casa, suas dinâmicas e a trajetória de jovens internos**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

MARQUES, Adalton. **Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico partir de relações entre ladrões**. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, 2009.

MCAULEY, Mary. **Children in Custody: Anglo-Russian Perspectives**, Bloomsbury Academic 2009

MUUSS, r. E. **Teorias da adolescência**. 4ª ed. Belo horizonte - mg: interlivros, 1974. P16

OLIVEIRA, c. S. (2001). **Sobrevivendo no inferno: a violência juvenil na contemporaneidade**. Porto alegre: sulina.

PAIXÃO, Antônio Luiz; CAMPOS Coelho, Edmundo. **Caracterização da população prisional em minas gerais e rio de janeiro**. Belo horizonte: fundação joão pinheiro, 1984.

PFROMM netto, s. **Psicologia da adolescência**. 5ª ed. São paulo. Instituto nacional do livro, 1976.

RAMOS, silvia e PAIVA, anabela. “**mídia e violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no brasil**”. Rio de janeiro: iuperj, 2007.

RAPPAPORT, c. R. (1982). **Psicologia do desenvolvimento: a idade escolar e a adolescência** (vol. 4). São paulo: e.p.u.

SALLA, Fernando. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência Brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 274-307, jul./dez. 2006.

SCOTT, J. **Prefácio a Gender and Politics of History**. Cadernos Pagu (3): 1994, p.11- 27

SERRA, e. (1997). Adolescência: perspectiva evolutiva. Em **anais do vii congresso infad** (pp. 24-28). Oviedo (espanha). Sifuentes, p29

SHOEMAKER, d. J. (1996). **Theories of delinquency**. An examination of explanations of delinquent behavior. New york: oxford university press.

SILVA, d. F. M. & HUTZ, c. S. (2002). Abuso infantil e comportamento delinquente na adolescência: prevenção e intervenção. In Cláudio Simon Hutz (org). **Situações de**

**risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção** (pp.151-185). São paulo: casa do psicólogo.

SILVESTRE, Giane. **Dias de visita: uma sociologia da punição e das prisões**. São Paulo: Alameda, 2012.

SILVESTRE, Giane; SCHLITTLER, Maria Carolina; SINHORETTTO, Jacqueline. Notas sobre as estratégias estatais de controle do crime em São Paulo. In **Anais do Encontro Anual Da Anpocs**, 37. Águas de Lindoia. . São Paulo, 2013.

SINHORETTO, Jacqueline. In: LIMA, Renato Sérgio; RATON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. **Seletividade penal e acesso à justiça**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 400-410.

SINHORETTO, Jacqueline; SILVESTRE, Giane; MELO, Felipe Athayde Lins. O encarceramento em massa em São Paulo. **Tempo Social Revista de sociologia da USP**, v. 25, n. 1, p. 84, 2013.

TEIXEIRA, m. L. (2005) considerações teóricas: até quando? In relatório final do projeto medidas sócioeducativas em meio aberto. **O adolescente e o futuro: nenhum a menos**. Conselho federal de psicologia e secretaria especial de direitos humanos, Brasília.

CIPS - The International Centre for Prison Studies. Disponível em: <http://www.prisonstudies.org>. Acesso em: 30 out. 2015

TONRY, Micheal h. **Thinking about crime: sense and sensibility in american penal culture**. Oxford: oxford university press, 2006

WACQUANT, Loïc **Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Revan, 2001a.

\_\_\_\_\_. A ascensão do Estado Penal nos EUA. **Discursos Sediciosos**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 11, p. 13-39, 1º sem. 2002.

\_\_\_\_\_. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001b.

YUNES, m. A. M. & SZYMANSKI, h. (2001). Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In j. Tavares (ed.). **Resiliência e educação** (pp. 13-42). São paulo: cortez. P24

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012. p. 129

ZALUAR, A. **Condomínio do diabo**. Rio de janeiro: ed. Da ufrj/revan, 1994.

ZALUAR, A. Para não dizer que não falei de samba. Os enigmas da violência no Brasil. In: Schwartz, I. (org.). **História da vida privada**, v.4. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

ZALUAR, A. Violência e criminalidade: saída para os excluídos ou desafio para a democracia? In Miceli, S. (org.). **O que ler para conhecer o Brasil**, v.1, São Paulo: Anpocs, 1999.

ZALUAR, A.; LEAL, M. C. Violência extra e intramuros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.16, n.45, 2001.

# **Percursos metodológicos: a construção da base de dados para análise das interpretações produzidas pelas mídias de Porto Alegre, sobre os confrontos deflagrados no curso das manifestações pelo transporte público em 2013**

Eduardo Georjão Fernandes<sup>94</sup>

## **1. Introdução**

O tema do presente trabalho consiste na produção, por veículos midiáticos, de interpretações sobre as dinâmicas de interação entre manifestantes e aparato policial, em atos de protesto. Quanto ao objeto, o estudo centra-se na análise dos protestos pelo transporte público ocorridos na cidade de Porto Alegre, no ano de 2013, e promovidos pelo “Bloco de Lutas Pelo Transporte Público”, um bloco formado por grupos de orientação de esquerda, com atuação em diversos eventos promovidos na cidade (MUHALE, 2014). Embora haja um desenvolvimento teórico em curso para que se sejam produzidas explicações sobre o processo político que desencadeou as manifestações de 2013 (MARICATO [et al.], 2013; CATTANI [org.], 2014), o presente estudo tem como foco específico os repertórios de confronto (TARROW, 2009; DELLA PORTA, 2008) deflagrados durante os atos de protestos.

Parte-se, nesse ponto, da ideia de que a definição de violência é conceitualmente ampla e imprecisa (WIEVIORKA, 2007; MICHAUD, 1989), de modo que a interpretação do confronto, pela atribuição de qualidades aos atores envolvidos nas manifestações (manifestantes e policiais) constitui ato político, o qual interfere no processo de (i)legitimação dos referidos atores perante a opinião pública. Assim, entende-se que os veículos midiáticos, ao atuarem como produtores e disseminadores de informações sobre esses fenômenos, não constroem narrativas imparciais, mas sim enquadramentos específicos, os quais operam sobre o campo de disputas pelas interpretações predominantes da realidade.

<sup>94</sup>Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: eduardo.g.fernandes@gmail.com

A partir de tais pressupostos, a problematização que guia a presente pesquisa é a seguinte: Quais os enquadramentos interpretativos mobilizados pelas mídias durante os protestos pelo transporte público, no ano de 2013, na cidade de Porto Alegre, no que se refere às interações entre manifestantes e policiais?

Metodologicamente, foram selecionados os materiais publicados pelos jornais Diário Gaúcho, Sul21 e Zero Hora no curso do ano de 2013, sobre as referidas manifestações. Este trabalho, especificamente, tem como objetivo demonstrar o percurso metodológico utilizado pelo autor para construção do *corpus* de dados da pesquisa e apresentar os resultados parciais obtidos.

## **2. O Percurso Metodológico**

### **2.1 Abordagem teórico-metodológica: uma perspectiva interacionista simbólica**

Pensar metodologicamente a produção deste trabalho envolve a explicitação da abordagem epistemológica subjacente à definição das técnicas de produção e de análise de dados. Em outros termos, trata-se de trazer à tona o(s) ângulo(s) sob o(s) qual(is) se pretende observar o objeto de análise, dado que o pesquisador entra em campo aparelhado por uma série de concepções prévias sobre os modos mais eficazes de se defrontar com o mundo. Estas, ao guiarem o olhar do pesquisador preferencialmente a determinadas situações (e em detrimento de outras), fundamentam as opções metodológicas presentes na pesquisa.

No caso deste estudo, dentre as perspectivas possíveis de se adotar, parte-se, como abordagem central para se pensar o objeto de análise, de uma compreensão interacionista simbólica<sup>95</sup> da realidade. Tendo em vista que a presença efetiva de atores humanos em relação, na vida cotidiana, assume centralidade nessa perspectiva (MARTINS, 2013), as dinâmicas de interação e de atribuição de significados às ações individuais são tomadas como elementos de referência para a produção e análise dos dados.

<sup>95</sup>A respeito do contexto de surgimento de abordagens interacionistas simbólicas, no âmbito da Escola de Chicago, ver: MARTINS, 2013.

Parte-se, assim, da noção de que, no mundo social, há um processo, desenvolvido em âmbito empírico, de constante criação e negociação de sentidos, por parte dos atores sociais. Embora não se exclua a ideia de que há estruturas sociais que estão em relação com a ação individual, busca-se o afastamento de teorias funcionalistas, que se debruçam sobre o modo como sólidas estruturas determinam a ação do sujeito (MARTINS, 2013).

Em uma tentativa de superação da clássica oposição ocidental entre estrutura social e agência individual, busca-se, nesta pesquisa, compreender que as dimensões culturais e de poder (GADEA, 2013) que atuam sobre a ação individual não se constituem como *a priori* estático e determinante (que, no limite, exclui o espaço de agência do sujeito). Entende-se que o mundo social está em constante produção e reatualização por meio da contínua realização de interações entre atores (nível microsociológico), ao mesmo tempo em que esta ação individual se dá de forma relacional com estruturas culturais e de poder.

A ênfase, portanto, reside sobre a possibilidade de o sujeito atribuir sentido à ação, mas esta atribuição de sentido não se dá de modo aleatório, desapegado de fundamentos sociais, e sim tendo como dimensão objetiva as estruturas sociais (instituições, valores, crenças, etc.), no jogo cotidiano de negociação de sentidos. Tais estruturas, ao mesmo tempo em que determinam, em alguma medida, a ação individual (enquanto dimensão objetiva), são reatualizadas pela continuidade das interações humanas (COOLEY, 1964).

No caso da pesquisa em mídia, uma perspectiva que atribui centralidade aos processos interativos de negociação de sentido traz consequências sobre os modos de produção e de análise de dados. O material publicado pelos veículos midiáticos constitui fonte central de análise, pois as interpretações da realidade formuladas no conteúdo jornalístico representam o resultado de um processo em que, dentre os vários enquadramentos possíveis da realidade, determinados recortes são estabelecidos e transmitidos em forma de narrativa jornalística. A publicação, como produto, é a materialização do resultado de um processo interativo anterior. Na rotina do veículo midiático, o jornalista, enquanto ator em interação com uma série de elementos da

realidade, negocia os sentidos possíveis a serem atribuídos a determinada situação, em uma complexa dinâmica que culmina na publicação jornalística.

Adotando-se esse pressuposto, optou-se, para operacionalização metodológica, por se realizar uma reflexão com base no conceito de enquadramento interpretativo da ação coletiva. Este tem como raiz teórica os estudos de Bateson (1972) e de Goffman (1986) e, embora as operacionalizações contemporâneas tenham expandido o sentido do conceito, tornando-o pouco preciso (MENDONÇA, SIMÕES, 2012), o enquadramento pode ser definido como o conjunto de princípios de organização que nos permite definir as situações de vida, de modo que, diante das múltiplas possibilidades de interpretação da realidade, respondamos à pergunta “o que está acontecendo aqui?” (GOFFMAN, 1986). Trata-se, assim, da formulação, por meio de uma série de mecanismos, de quadros que conformam os fenômenos vividos.

Embora a noção de enquadramento interpretativo seja frequentemente utilizada em estudos sobre a ação de movimentos sociais (KOENIG, 2004), bem como em pesquisas sobre comunicação e mídia (PORTO, 2002; MAIA; VIMIEIRO, 2011), não há uma metodologia sistematizada e estabelecida para se operar tal conceito (BENFORD, 1997). Tal circunstância, ainda que gere, como potência, um espaço aberto para experimentações de desenhos metodológicos, ocasiona algumas dificuldades. Ao mesmo tempo em que se observa a dificuldade de formalização de instrumentos de identificação e de mensuração dos enquadramentos, muitos estudos não explicitam o trajeto percorrido para a detecção desses recortes interpretativos da realidade (KOENIG, 2004).

Para que esses problemas sejam enfrentados, é necessário que os modelos de identificação e de análise enquadramentos sejam explicitados pelo(a) pesquisador(a), de modo que o(a) leitor(a) possa compreender os procedimentos metodológicos que culminaram nas conclusões do estudo. Assim, a ausência de uma sistematização prévia deve ser resolvida por meio da demonstração do modo como o(a) pesquisador(a), no seu estudo específico, construiu metodologicamente tal operacionalização (KOENIG, 2004). Nesse sentido, são apresentados, abaixo, os percursos adotados para produção da base de dados da presente pesquisa.

## 2.2. Critérios para a Identificação dos Enquadramentos Midiáticos

Para a seleção do material midiático que compõe o *corpus* da pesquisa, foram elencados critérios para a seleção documental. Dada a ampla cobertura midiática ocorrida durante as manifestações de 2013 no Brasil e se considerando que as dinâmicas de confronto entre manifestantes e aparatos policiais foram um dos temas centrais na disputa pela interpretação das manifestações, delimitou-se, espacial e temporalmente, o material empírico estudado. Ademais, estabeleceu-se um critério para a seleção dos veículos midiático a serem pesquisados. Para a busca dos materiais, utilizou-se a palavra-chave “protesto(s)”.

### a) *Critério espacial*

Diante do fato de que as manifestações ocorreram em diversas cidades do país durante o ano de 2013, optou-se por se delimitar a cidade de Porto Alegre, como espaço a ser estudado empiricamente. Assim, pretende-se que a cidade, explicitadas suas especificidades e as relações que podem ser feitas com os contextos nacional e global, seja tomada como exemplo paradigmático.

Tal opção deve-se ao fato de que Porto Alegre foi uma das cidades protagonistas das manifestações de 2013, no país. Embora, a partir do mês de junho, a imprensa brasileira tenha realizado, por exemplo, ampla cobertura dos acontecimentos de São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ (cidades política e economicamente mais centrais no país), Porto Alegre foi a primeira cidade do Brasil em que o aumento das tarifas de ônibus no ano de 2013 foi revogado,<sup>96</sup> sendo que desde o início do ano de 2013, o Bloco de Lutas realizou atos contrários ao aumento da passagem de ônibus na cidade.<sup>97</sup>

<sup>96</sup>No dia 04 de abril de 2013, foi acatado um pedido liminar que revogou o aumento do valor das passagens de ônibus em Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/apos-liminar-da-justica-protesto-contr-aumento-da-passagem-vira-festa-no-meio-da-chuva-1/>>. Acesso em: 20/04/2014.

<sup>97</sup>O primeiro ato do Bloco de Lutas no ano de 2013 foi realizado em 21 de janeiro. A respeito, ver: <<http://www.sul21.com.br/jornal/protesto-contr-aumento-da-passagem-mobiliza-centenas-de-pessoas-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 06/09/2015.

Como exemplo da centralidade de Porto Alegre no processo de mobilização que culminou nas manifestações de junho de 2013, é ilustrativa a seguinte imagem, resultante de protesto realizado em São Paulo, no dia 06 de junho de 2013:



Fonte: Zero Hora, 07 de junho de 2013. Fotografia: Gabriela Biló.

A expressão “Vamos repetir Porto Alegre!” faz referência à possibilidade de que, em São Paulo, assim como ocorrera no mês de abril, em Porto Alegre, fosse revogado o reajuste da tarifa de ônibus. A imagem explicita a utilização do caso da capital gaúcha como exemplo para o processo nacional que se desenvolveu posteriormente, ao longo dos meses de junho e julho. Igualmente, em Porto Alegre já havia se desenvolvido, no primeiro semestre de 2013, um processo de cobertura midiática dos protestos pelo transporte público e das tensões ocorridas entre manifestantes e a polícia.<sup>98</sup> No momento em que as manifestações atingiram outras capitais do país, os veículos

<sup>98</sup>O primeiro ato de 2013 em que o tema da violência assumiu centralidade nas interpretações midiáticas ocorreu em 27 de março, quando o secretário municipal de governança, César Busatto (PMDB), teve a roupa manchada por tinta vermelha. No mesmo protesto, foram utilizadas bombas de efeito moral pela polícia, e uma manifestante foi detida dentro da prefeitura. A respeito, ver: <<http://www.sul21.com.br/jornal/revolta-contr-aumento-da-passagem-gera-grande-protesto-na-noite-de-porto-alegre/>> Acesso em: 06/09/2015.

midiáticos de Porto Alegre já estavam produzindo interpretações acerca de situações conflituosas ocorridas nos atos promovidos pelo Bloco de Lutas na cidade. Vale ainda citar que a centralidade da discussão sobre interações entre polícia e manifestantes, na capital gaúcha, remonta a outubro de 2012, quando, em ato de protesto contra a privatização de espaços públicos, a repressão policial decorrente do esvaziamento de mascote da Copa do Mundo de 2014 teve como resultado cerca de vinte manifestantes feridos(as) e seis prisões.<sup>99</sup>

Nesse sentido, embora haja diferenças regionais nos modos como as polícias brasileiras enfrentam situações de protesto (TAVARES DOS SANTOS; TEIXEIRA, 2014), salienta-se: para que se explique a construção das interpretações midiáticas acerca de interações violentas nas manifestações de 2013, no Brasil, os processos de mobilização e de cobertura jornalística deflagrados em Porto Alegre assumem centralidade analítica.

*b) Critério temporal*

Temporalmente, estabeleceu-se como critério serem selecionadas publicações de cobertura aos eventos de protestos pelo transporte público ocorridos na cidade de Porto Alegre no ano de 2013. Metodologicamente, optou-se por serem delimitados três períodos temporais específicos, no curso dos eventos de protesto na cidade:

Janeiro a maio de 2013: o período compreende o momento inicial da realização de atos públicos contra o aumento da tarifa de transporte público em Porto Alegre, no ano.<sup>100</sup> Durante esse período, o número de manifestantes, que inicialmente girava em torno de duzentas a trezentas pessoas por ato, aumentou com o decorrer dos eventos de protesto. No mês de abril, foi revogado liminarmente o aumento da tarifa de ônibus na cidade, em decorrência de ação protocolada pelos vereadores Pedro Ruas e Fernanda Melchionna (PSOL). Igualmente, a partir de fatos ocorridos no protesto do dia 27 de março, foram produzidas interpretações midiáticas (ainda preliminares, em relação ao

<sup>99</sup>A respeito, ver: <<http://www.sul21.com.br/jornal/manifestacao-termina-em-batalha-campal-no-centro-de-porto-alegre/>> Acesso em: 06/09/2015.

<sup>100</sup>É importante referir que a luta pelo transporte público em Porto Alegre não se iniciou no ano de 2013. Mesmo antes deste ano, o “Bloco de Lutas Pelo Transporte Público de Porto Alegre” já realizava atos contra o aumento do custo da passagem de ônibus na cidade.

volume de discussões realizadas no mês de junho) a respeito das interações entre manifestantes e aparato policial.

Junho a julho de 2013: durante o mês de junho de 2013, com a disseminação da pauta em âmbito nacional, ocorreu o ápice das manifestações relativas ao transporte público na cidade (SECCO, 2013), tanto em função do elevado número de pessoas às ruas, com protestos que reuniam cerca de vinte mil pessoas por ato, em junho, em Porto Alegre, quanto em virtude da grande repercussão que as manifestações tiveram, em âmbito midiático. Nesses meses, os conflitos ocorridos nas manifestações, com a ação de manifestantes (depredações a bens públicos e privados, saques, etc.), na interação com a repressão policial, tornaram-se objeto central no debate público. Dentre as diversas pautas que foram pleiteadas nos protestos do mês de junho, estavam presentes os temas da segurança pública e da violência policial.<sup>101</sup> No mês de julho, deu-se continuidade aos eventos de protesto, embora o número de mobilizações e de manifestantes tenha diminuído em relação ao mês anterior. Na cidade de Porto Alegre, além dos repertórios de passeatas, em julho ocorreu a ocupação, pelo Bloco de Lutas, da Câmara de Vereadores.

Agosto a dezembro de 2013: durante esses meses, o número de eventos de protestos pelo transporte público na cidade e no país diminuiu, em relação ao conjunto de manifestações observado ao longo de junho e julho. Por esse motivo, o período de agosto a dezembro de 2013 é tido como um momento de arrefecimento dos protestos, tanto local quanto nacionalmente. De qualquer modo, foram promovidos protestos menores, e nestes ocorreram situações de interação entre manifestantes e policiais. Ademais, esse período abrange o desenvolvimento das repercussões dos fenômenos ocorridos entre junho e julho. O interesse de selecionar este lapso temporal como objeto de análise consiste na verificação do modo como se deu a continuidade de produção de interpretações dos protestos pelos veículos midiáticos da cidade, após as ocorrências e junho e julho.

<sup>101</sup>Pesquisa relativa às pautas predominantes durante as manifestações demonstra que a questão da “segurança” assumiu centralidade nas redes sociais, no dia 21 de junho de 2013 (TAVARES DOS SANTOS; TEIXEIRA, 2014).

c) *Critério para a escolha dos veículos midiáticos*

Para escolha dos veículos midiáticos pesquisados, optou-se por serem abrangidas narrativas jornalísticas potencialmente distintas. Assim, os veículos foram escolhidos com base na união entre dois critérios de diferenciação, quais sejam: o público-alvo e a linguagem utilizada. Isso porque a literatura aponta que há uma relação direta entre as interpretações produzidas por determinado jornal e as características acima mencionadas. As interpretações jornalísticas são construídas como produto direcionado a um público específico, de modo que tanto o conteúdo quanto a forma de construção das publicações são moldados, dentre outros fatores, conforme as demandas dos(as) leitores(as) aos(às) quais o veículo predominantemente se destina (MCCOMBS; SHAW, 1993). Foram selecionados, nesse sentido, três veículos que se caracterizam por terem distintas concepções de jornalismo:

Diário Gaúcho: é um jornal filiado ao Instituto Verificador de Circulação (IVC) e mantido pelo Grupo RBS, sendo este vinculado, em escala nacional, à Rede Globo de Comunicações. O Diário Gaúcho foi lançado em 2000 e é descrito como “o jornal da maioria”, pois é voltado para as classes B, C e D de Porto Alegre e das principais cidades do interior do Rio Grande do Sul. Em função do público a que se destina, o jornal é conhecido por possuir uma linguagem popular, simples e de fácil entendimento, com o uso constante de imagens, de textos curtos e de vocabulário informal.<sup>102</sup> O jornal, no ano de 2013, foi considerado o mais lido de Porto Alegre, com 1,2 milhão de leitores habituais.<sup>103</sup> Além da sua edição impressa, o Diário Gaúcho possui um *website* e está presente em redes sociais.

Zero Hora: é, assim como o Diário Gaúcho, um jornal mantido pelo Grupo RBS. Zero Hora é reconhecido por ser “o maior jornal do Rio Grande do Sul”, devido à sua estrutura e à sua longevidade (sua fundação é datada de 1964).<sup>104</sup> O jornal é

<sup>102</sup>Para um estudo aprofundado da linguagem utilizada no Diário Gaúcho, ver: BERTHIER; SILVA, 2012.

<sup>103</sup>Disponível em: <<http://www.gruporbs.com.br/atuacao/diario-gaucha/>>. Acesso em: 02/11/2014. Segundo estudo realizado em 2012, 55% dos leitores do Diário Gaúcho, na Grande Porto Alegre, situam-se na classe C.

<sup>104</sup>Disponível em: <<http://www.gruporbs.com.br/atuacao/zero-hora/>>. Acesso em: 31/07/2014.

predominantemente dirigido para as classes A e B de Porto Alegre e das principais cidades do interior do Rio Grande do Sul.<sup>105</sup> A linguagem do jornal pode ser caracterizada como convencional, por tratar de uma ampla gama de variedades (comércio, política, esportes, etc.), com um vocabulário relativamente acessível.<sup>106</sup> Além da edição impressa, Zero Hora possui um *website* e está presente em redes sociais.

Sul21: é um veículo midiático que se utiliza apenas da *Internet* para a disseminação de notícias. O jornal “é um veículo de comunicação baseado nas novas mídias colaborativas da Internet 2.0”, e seu objetivo é “informar e fomentar discussão sobre questões relevantes para o desenvolvimento da sociedade no Século 21, através de um olhar diferenciado sobre grandes temas e da ressignificação das mídias tradicionais”.<sup>107</sup> Tendo em vista sua abordagem crítica e sua disseminação por meio virtual, o Sul21 é destinado a sujeitos que possuem acesso à *Internet*, geralmente interessados em debates políticos, e que apresentam uma perspectiva contestatória em relação aos conteúdos divulgados em veículos de mídia “tradicional”, como refere seu *site*. Ademais, também devido ao seu teor, o Sul21 possui uma linguagem politizada, a qual envolve vocabulário específico e relativo às agendas políticas abordadas.

### 2.3. Quantificação da base de dados

Como resultado do processo de produção de dados, foi possível organizar quantitativamente o total de resultados obtidos, conforme será demonstrado a seguir.

#### a) *Números totais e distribuição mensal das publicações*

A Tabela 1 demonstra a quantificação do *corpus* de dados, em números totais:

#### **Tabela 1 – Quantidade de publicações que compõem o *corpus* da pesquisa – números totais**

105 Segundo estudo realizado em 2012, 72% dos leitores de Zero Hora, na Grande Porto Alegre, situam-se nas classes A e B (VIGEL, 2013).

106 Para uma análise ampla dos aspectos linguísticos de Zero Hora, ver: ROSA, 2009.

107 Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/quem-somos/>>. Acesso em: 31/07/2014. Por seu caráter contestatório, o Sul21 pode ser caracterizado como “jornalismo de resistência” (a respeito da distinção entre “jornalismo convencional” e “jornalismo de resistência”, ver: ROSA, 2009).

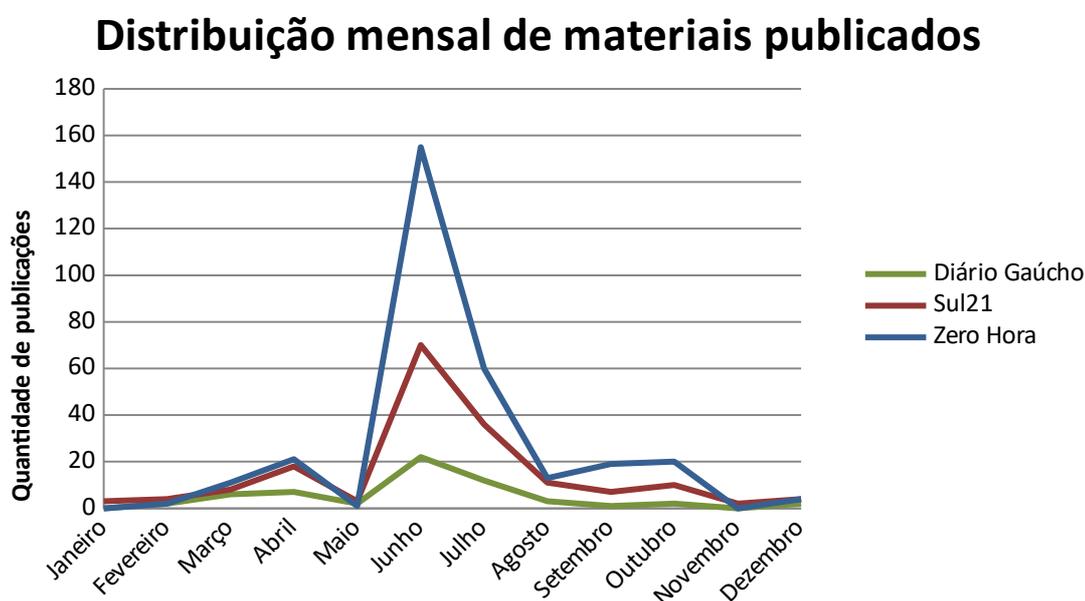
Quantidade de publicações – números totais	
Diário Gaúcho	58
Sul21	177
Zero Hora	306
<b>Total</b>	<b>542</b>

Fonte: autoria própria

Ao total, foram coletados 542 materiais publicados pelos veículos midiáticos selecionados, a respeito de protestos pelo transporte público. Este é o universo que compõe a base de dados da pesquisa. O jornal de maior publicação foi Zero Hora, com 306 resultados, seguido por Sul21, com 177 resultados, e Diário Gaúcho, com 58 resultados.

A seguir, é demonstrada a distribuição de materiais coletados por cada um dos jornais selecionados, conforme a evolução dos meses de 2013:

**Gráfico 1 – Distribuição dos materiais publicados por mês, no ano de 2013**



Fonte: autoria própria

Conforme demonstra o gráfico, há uma similaridade na evolução do número de publicações nos três jornais, apesar de o número total variar, conforme demonstrou a Tabela 1. Nos primeiros três meses do ano, a quantidade de publicações é baixa. Verifica-

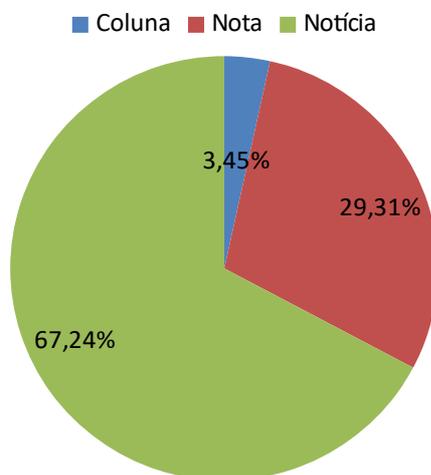
se, nos casos de Sul21 e Zero Hora, um evidente aumento na quantidade de material produzido no mês de abril, comparativamente aos meses anteriores. Em seguida, os três jornais apresentam um pico no número de publicações, no mês de junho. Embora seja verificada uma queda na quantidade de materiais produzidos em julho, este é o segundo mês com o maior número de publicações no ano, nos três jornais. Nos meses seguintes, apresenta-se, em todos os veículos, relativa estabilização e, por fim, queda no número de publicações, entre outubro e dezembro.

b) *Formato das publicações*

A seguir, são representados graficamente os formatos dos materiais publicados por cada um dos jornais, ao longo do ano:

**Gráfico 2 – Formatos de publicação verificados no jornal Diário Gaúcho – números proporcionais**

### **Formato da publicação - Diário Gaúcho**

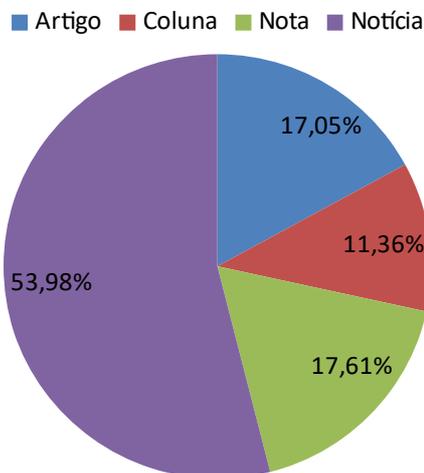


Fonte: autoria própria

No caso do Diário Gaúcho, o formato de publicação que predomina é a notícia (39 resultados ou 67%), seguida da nota (17 resultados ou 29%) e da coluna (02 resultados ou 4%).

**Gráfico 3 – Formatos de publicação verificados no jornal Sul21 – números proporcionais**

### Formato da publicação - Sul21

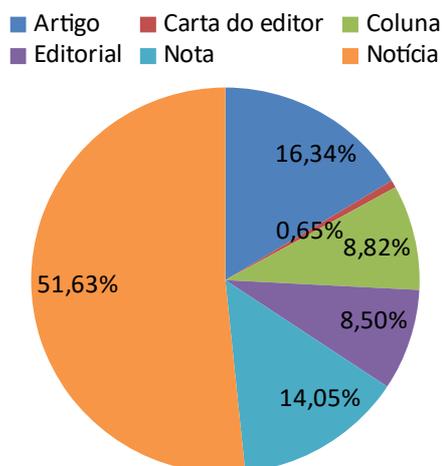


Fonte: autoria própria

Quanto à cobertura do jornal Sul21, o formato de publicação que predomina é a notícia (94 resultados ou 54%), seguida da nota (31 resultados ou 18%), do artigo (30 resultados ou 17%) e da coluna (20 resultados ou 11%).

**Gráfico 4 – Formatos de publicação verificados no jornal Zero Hora – números proporcionais**

### Formato da publicação - Zero Hora



Fonte: autoria própria

Em relação à cobertura de Zero Hora, o formato de publicação que predomina é, assim como nos demais jornais, a notícia (158 resultados ou 52%); em seguida, há artigos (50 resultados ou 16%), notas (43 resultados ou 14%), colunas (27 resultados ou 9%), editoriais (26 resultados ou 8%) e cartas do editor (02 resultados ou 1%).

c) *Valência das manchetes em relação aos(as) manifestantes*

Como forma de quantificar, preliminarmente, o conteúdo presente nas manchetes dos materiais da pesquisa, optou-se pela realização de análise de “valência” das manchetes. Tal análise consiste em identificar a valoração que é realizada pelo texto jornalístico a respeito de determinado tema, pela atribuição de características positivas, negativas ou “neutras” a atores, situações, instituições, etc. A variável “valência” também é utilizada na literatura por meio do termo “estimação” (MARINKOVA, STEIBEL; 2013).

A quantificação da “valência” do conteúdo jornalístico consiste em um método utilizando com frequência em estudos de mídia, com destaque para pesquisas em comunicação política (BUCY; HOLBERT, 2011) e para pesquisas de metodologia mista, por meio da combinação de métodos quantitativos e qualitativos de análise de dados. De qualquer modo, estudos demonstram que a quantificação da “valência” do conteúdo jornalístico apresentam importantes limitações, de modo que o uso desta técnica deve ser moderado e contextualizado (MARINKOVA, STEIBEL; 2013). Isso porque a determinação sobre quais conteúdos podem ser classificados como positivos, negativos ou “neutros” consiste em uma escolha do pesquisador, atrelada à subjetividade deste. Além disso, a quantificação de elementos textuais apenas fornece parâmetros iniciais de análise e não substitui a análise qualitativa dos dados.

A quantificação da “valência” das manchetes, no presente estudo, leva em consideração as referidas limitações, de modo que se adota a técnica com cautela. Por esse motivo, a quantificação restringe-se ao conteúdo das manchetes (e não ao conteúdo integral) das notas e notícias que compõem a base de dados. Além disso, essa técnica tem como objetivo oferecer um indicativo inicial sobre quais os enquadramentos preponderantes do tema e consistirá, portanto, em apenas um dos elementos a serem avaliados quando da análise qualitativa dos dados. Ainda, é importante ressaltar que

foram consultadas, como parâmetro, pesquisas que lançaram mão desse recurso, no estudo da cobertura jornalística às manifestações de 2013, no Brasil (INTERVOZES, 2014).

Na presente pesquisa, a escolha dos critérios para a delimitação da “valência” das manchetes operou-se por meio da exploração da base de dados. O conteúdo estipulado como referência, para que se verificasse a estimativa realizada a respeito dele, foi a “ação dos(as) manifestantes”, ou seja, é sobre esta que incide a variável “valência”. O interesse recai, portanto, sobre a interpretação produzida pelas manchetes acerca da ação dos(as) manifestantes.

Com base na exploração do *corpus* de dados, foram construídos os seguintes critérios, a respeito do modo como as manchetes qualificaram a ação dos(as) manifestantes:

Valoração positiva:

Tamanho da manifestação: o número de manifestantes e/ou de protestos é tido como alto e utilizado para demonstrar a grandiosidade do evento.

Adjetivação da manifestação: adjetivação dos(as) manifestantes ou do protesto ligada às ideias de festividade e de solidariedade.

Justificação da ação dos(as) manifestantes: manifestantes têm resultados concretos e tidos como positivos ou questionam a ação de outros atores; manifestantes são vítimas de violência.

Valoração negativa:

Tamanho da manifestação: relato de que a manifestação é pequena, ou de que estaria ocorrendo um arrefecimento nas manifestações.

Qualificação dos(as) manifestantes com adjetivos pejorativos ou referência à falta de vínculos de solidariedade.

Ligação da manifestação à realização de atos que causam transtornos à ordem da cidade: transtornos ao trânsito, atos de violência contra pessoa, atos de depredação, etc.

Valoração ambivalente, ambígua ou sem apreciação:<sup>108</sup>

Ambivalência: descrição de fatores positivos e negativos na ação dos(as) manifestantes.

Ambiguidade: descrição que poderia ser considerada tanto negativa, quanto positiva, em relação à ação dos(as) manifestantes, a depender do contexto.

Ocorrência de protesto, sem apreciação: descrição que se restringe a dizer que ocorre uma manifestação e/ou qual(is) era(m) a(s) pauta(s). Repercussão de protesto, sem apreciação: relato de que ocorreram repercussões e/ou foram feitas análises sobre os protestos, mas estes não são adjetivados.

Não aplicável:

Não é feita qualquer referência, mesmo que de forma indireta, à ação dos(as) manifestantes; os(as) manifestantes não são atores da manchete.

**Tabela 2 – “Valência” das manchetes em relação à ação dos(as) manifestantes – números totais e percentuais**

“Valência” da ação dos(as) manifestantes – números totais e percentuais								
	Positiva		Ambivalente, ambígua ou sem apreciação		Negativa		Total	
Diário Gaúcho	04	10%	14	34%	23	56%	<b>41</b>	<b>100%</b>
Sul21	25	26%	42	43%	30	31%	<b>97</b>	<b>100%</b>
Zero Hora	37	24%	42	27%	75	49%	<b>154</b>	<b>100%</b>

Fonte: autoria própria

Conforme se extrai da Tabela 2, o Diário Gaúcho teve a prevalência de manchetes consideradas negativas em relação à ação dos(as) manifestantes (23 resultados ou 56%); a seguir, verificam-se manchetes ambivalentes, ambíguas ou sem apreciação (14

<sup>108</sup>Embora estudos (MARINKOVA, STEIBEL; 2013) utilizem o termo “neutra” para manchetes que não são classificadas como positivas ou negativas, entende-se que a utilização dos termos “ambivalente, ambígua ou sem apreciação” é mais abrangente e tensiona a possibilidade de estabelecimento de pontos vista “neutros” sobre a realidade.

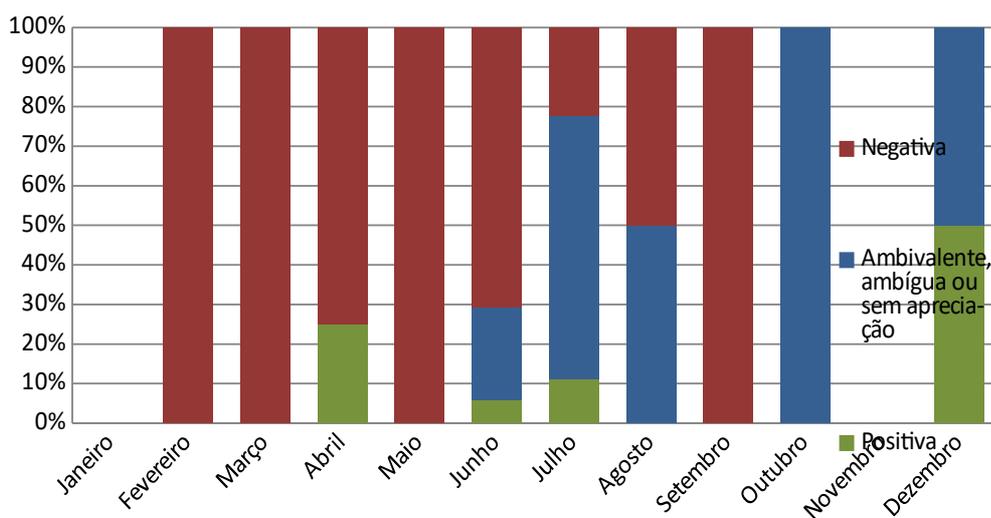
resultados ou 34%) e positivas (04 resultados ou 10%). No caso de Zero Hora, a prevalência também é de manchetes negativas (75 resultados ou 49%), seguidas de ambivalentes, ambíguas ou sem apreciação (42 resultados ou 27%) e de positivas (37 resultados ou 24%). Já na cobertura do Sul21, prevalece a presença de manchetes ambivalentes, ambíguas ou sem apreciação (42 resultados ou 43%) e posteriormente são identificadas manchetes negativas (30 resultados ou 31%) e positivas (25 resultados ou 26%).

A Tabela 2 permite a visualização da predominância, nas manchetes dos jornais Diário Gaúcho e Zero Hora, de uma interpretação negativa da ação dos(as) manifestantes, embora Zero Hora, comparativamente com o Diário Gaúcho, tenha produzido mais manchetes positivas. Por outro turno, identifica-se, no jornal Sul21, prevalência de interpretações ambivalentes, ambíguas ou sem apreciação valorativa da ação dos(as) manifestantes, bem como equilíbrio na proporção entre manchetes negativas e positivas.

Entre os Gráficos 5 e 7, são representadas as distribuições mensais das manchetes dos três jornais, no que se refere à valoração da ação dos(as) manifestantes:

**Gráfico 5 – Distribuição mensal da “valência” da ação dos(as) manifestantes – Diário Gaúcho – números proporcionais**

### "Valência" da ação dos(as) manifestantes - Diário Gaúcho



Fonte: autoria própria

Nas manchetes do jornal Diário Gaúcho, verifica-se alta predominância de interpretações negativas nos primeiros meses do ano, até maio. Entre os meses de junho e julho, identifica-se o crescimento na proporção de manchetes ambivalentes, ambíguas ou sem apreciação valorativa, embora interpretações negativas ainda predominem. A partir do mês de agosto, até dezembro, estabelece-se certo equilíbrio na proporção de manchetes negativas e ambivalentes, ambíguas ou sem apreciação. A proporção de interpretações positivas, ao longo do ano, é muito baixo, apesar de sua ocorrência estar concentrada no mês de abril e entre os meses de junho e dezembro.

**Gráfico 6 – Distribuição mensal da “valência” da ação dos(as) manifestantes – Sul21 – números proporcionais**



Fonte: autoria própria

No caso do Sul21, a distribuição mensal da “valência” das manchetes indica, de forma geral, a predominância, ao longo do ano, de conteúdos ambivalentes, ambíguas ou sem apreciação valorativa. Embora, considerando-se o ano inteiro, a proporção entre manchetes negativas e positivas seja equilibrada, identificam-se períodos em que interpretações positivas predominam sobre as negativas (de janeiro a maio; de outubro a dezembro), assim como um período em que interpretações negativas predominam sobre as positivas (de junho a setembro).

Nas manchetes do jornal Zero Hora, identifica-se, entre janeiro e maio, predominância de valoração negativa da ação dos(as) manifestantes, com exceção do mês de abril, em que há equilíbrio entre interpretações positivas e negativas. Entre os meses de junho e julho, verifica-se o crescimento na proporção de manchetes positivas e ambivalentes, ambíguas ou sem apreciação, em relação à quantidade de interpretações negativas. Entre os meses de agosto e dezembro, manchetes de valoração negativa voltam a prevalecer.

### **3. Conclusão**

Como resultado, pode-se identificar, a partir da sistematização do banco de dados, a existência de diferenças na cobertura realizada pelos três jornais. No caso do Diário Gaúcho, verifica-se um número baixo de publicações, em comparação com os demais veículos; além disso, há o predomínio de formatos de publicação que se caracterizam pelo conteúdo descritivo (notas e notícias) em detrimento de formatos com conteúdo opinativo e analítico dos fatos (colunas, artigos); por fim, há predominância de valoração negativa em relação à ação dos manifestantes, embora se verifique, a partir de junho e julho, o aumento da proporção de manchetes que valoram positivamente a ação dos manifestantes.

Na cobertura do Sul21, o número total de publicações aumenta, em relação ao Diário Gaúcho, e, apesar do predomínio de conteúdo descritivo dos fatos (notas e notícias), há presença significativa de material com conteúdo analítico e interpretativo (colunas e artigos); quanto à valoração da ação dos manifestantes, predomina a existência de manchetes ambivalentes, ambíguas ou sem apreciação, com o equilíbrio entre manchetes positivas e negativas em relação à ação dos manifestantes ao longo do ano.

No caso de Zero Hora, o número total de publicações é elevado, assim como se identifica a multiplicidade de formatos de publicação (notas, notícias, colunas, artigos, cartas do editor, editoriais); quanto à valência da ação dos manifestantes, predomina, assim, como ocorre com a cobertura do Diário Gaúcho, valoração negativa, embora, a

partir de junho e julho, haja aumento na proporção de manchetes positivas e ambivalentes, ambíguas ou sem apreciação.

Tais constatações, em conjunto, propiciam indícios preliminares para a identificação de formatos específicos de enquadramentos sobre as relações entre manifestantes e aparato policial. Para que se verifique, com precisão, a construção das interpretações dos jornais, serão selecionados, posteriormente, eventos de protesto específicos, ocorridos, em 2013, de modo que se possa proceder à análise do conteúdo (BARDIN, 2010) da cobertura a tais eventos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4a. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BATESON, Gregory. *Steps to an ecology of mind. Collected essays in Anthropology, Psychiatry, evolution, and epistemology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1972.

BENFORD, Robert. *An Insider's Critique of the Social Movement Framing Perspective*. *Sociological Inquiry*, v. 67, p. 409-430, 1997.

BERTHIER, Camilla Afonso; SILVA, Paola. Jornalismo popular: não necessariamente sensacionalista. *Revista Científica do ITPAC*, Araguaíra, v. 5, n. 2, abril 2012.

BUCY, E. P.; HOLBERT, R. L. *The sourcebook for political communication research*. London: Routledge, 2011.

CATTANI, Antonio David (org.). **#protestos: análises das ciências sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.

COOLEY, Charles Horton. *Human Nature and Social Order*. New York: Schocken Books, 1964.

DELLA PORTA, Donatella. *Research on Social Movements and Political Violence*. *Qualitative Sociology*, v. 31, p. 221-230, 2008.

INTERVOZES – COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Vozes Silenciadas: mídia e protestos: a cobertura das manifestações de junho de 2013 nos jornais o Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo**. São Paulo: Intervozes, 2014.

KOENIG, Thomas. *Reframing frame analysis: systematizing the empirical identification of frames using qualitative data analysis software*. In: **ASA Annual Meeting**, San Francisco, CA, 2004.

MAIA, Rousiley Celi Moreira; VIMIEIRO, Ana Carolina. Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de *frames* culturais. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**, v. 18, n. 1, p. 235-252, jan./abr. 2011.

MARICATO, Ermínia [et al.]. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARTINS, Carlos Benedito Campos. O legado do Departamento de Sociologia de Chicago (1920-1930) na constituição do interacionismo simbólico. **Revista Sociedade e Estado**, v. 28, n. 2, maio/ago. 2013.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, 2012.

MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. *The Evolution of Agenda-setting Research; Twenty Five Years In the Marketplace of Ideas*. **Journal of Communication**, v. 43, n.2, 1993.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MUHALE, Miguel Joaquim Justino. **Lutar, criar poder popular: uma perspectiva etnográfica do Bloco de Lutas pelo Transporte Público em Porto Alegre/RS**. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2014.

PORTO, Mauro P. Enquadramentos da Mídia e Política. In: **XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS**, Caxambu/MG, 2002.

ROSA, Rosane. “**Tribos da miséria**”: narrativas do jornal Zero Hora na construção de identidades dos excluídos. 2009. 374 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SECCO, Lincoln. As jornadas de junho. In: MARICATO, Ermínia [et al.]. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

STEIBEL, Fabro; MARINKOVA, Milena. Positivo, negativo ou neutro? Um olhar de métodos mistos sobre a variável “valência” em análises de conteúdo jornalístico. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – E-compós**, Brasília, v. 16, n. 2, maio/ago. 2013.

TARROW, Sidney. **Poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente; TEIXEIRA, Alex Niche. Atores sociais jovens nos protestos de 2013. In: CATTANI, Antonio David (org.). **#protestos**: análises das ciências sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.

VIGEL, Matheus Zarpelon. **Comportamento de consumo de jornais por jovens**: uma análise do meio impresso e *online*. 2013. 142 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

WIEVIORKA, Michel. Violência hoje. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 11. (Sup): p. 1147-1153, 2007.

# As UPPs e o processo de rotulação: relação entre crime e construção espacial da cidade do Rio De Janeiro

Lívio Silva de Oliveira<sup>109</sup>

## 1. Introdução

As explicações para o fenômeno da violência na sociedade são diversas. Elas passam de rodas de conversa em bares, jantares e reuniões familiares, baseados majoritariamente no senso comum e na pura experimentação a partir de pré-noções sociais, que não são exatamente reflexivas, por assim dizer; até os meios acadêmicos (esses, de certa forma, com uma aura de legitimação como se fora produtoras de verdades através de seus discursos de aparente neutralidade, o que é justamente o oposto da ciência), além das esferas institucionais do Estado e da grande mídia. Fato é que se verifica a violência como um fenômeno social universal e difuso que afeta a todos os indivíduos de uma sociedade.

No entanto, há nuances nessas interações sociais. Determinados tipos e grupos sociais historicamente são classificados como “*classes perigosas*”. A composição desse quadro apresenta fatores sociais, culturais, históricos, étnico-raciais, econômico, de gênero, filosóficos, religiosos, jurídicos e políticos, que podem ser justapostos em um indivíduo pertencente a determinado grupo social. Para compreender o processo de criminalização de determinados grupos é preciso analisar a reação ao desvio em uma sociedade. Nesse sentido, a teoria do desvio se articula com o conceito de rotulação. A definição de um problema sociológico faz com que mitos do senso comum sobre o fenômeno da violência sejam rompidos. Mitos que podem pautar as interações sociais e relações assimétricas de poder, aprofundando as desigualdades relacionais.

<sup>109</sup>Estudante de Doutorado em Sociologia, PPGS-UFRGS, E-mail: [liviosilvadeoliveira@yahoo.com.br](mailto:liviosilvadeoliveira@yahoo.com.br)

O objeto empírico para analisar e demonstrar como a teoria do desvio se aplica na realidade é a política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro do modelo de Unidades de Polícia Pacificadora, conhecida pela sigla UPP. O modelo implementado a partir de 2008 teve como um de seus objetivos a integração de áreas marginalizadas e criminalizadas ao tecido urbano da cidade do Rio de Janeiro. Porém, alguns conflitos emergem dessa interação, que se somam a um histórico de estigmatização e de violência. Estes fatores serão problematizados neste texto para identificar quais são as possíveis relações entre o crime e a divisão espacial da capital fluminense, além de compreender as nuances do processo de implementação das UPP neste contexto.

## **2. Desvio e rotulação: apontamentos teóricos para compreensão do crime violento**

A teoria do desvio indica outras situações relacionais que acarretam determinadas ações: aceitação e reação sociais aos desvios (TAYLOR, WALTON, YOUNG, 1990). A partir dessa valoração são desenvolvidos mecanismos de controle social dos desvios. No campo científico, a Criminologia e a Sociologia rechaçam as noções positivistas e explicações genéticas para a delinquência e o desvio (idem. P. 157). A reação social se dá mediante a aceitação pública ou não da ação. Não é o ato em si, mas como, porque e quem o pratica serão determinantes. Para analisar esse processo, os autores recorrem ao conceito de rotulação. Perguntas como “*desviado para quem?*” e “*desviado em relação a que?*” denotam a assimetria na relação de poder da rotulação. Portanto, o processo de categorização de quem é desviante ou não em determinada sociedade apresenta um viés político extremamente marcante, que indica também um processo com fortes conotações morais através de uma repressão normalizada pelas elites dominantes (P.186). Em síntese, o desvio é sintomático para compreender as relações de dominação de uma sociedade.

Os desvios são ações deliberadas de violação do código moral e/ou do código legal da sociedade por motivações variadas. Eles podem ser de ordem primária e secundária, como afirmam Taylor, Walton & Young. O desvio primário aponta para

variações de comportamento como resposta marginal à reação social em relação àqueles que praticam ou tenham vontade de desviar. O desvio secundário se caracteriza quando as causas originais do desvio retrocedem e dão lugar para reações de desdém, reprovação e rotulação da sociedade (TAYLOR, WALTON, YOUNG, 1990; p. 167-168). Para os autores, o desvio tem que ser público para que haja o processo de rotulação, já que esse só se caracteriza quando é empregado com sucesso, ou seja, quando é remetido como traço indissociável da identidade do indivíduo.

O desvio aponta para desigualdades sociais mais amplas entre poder e autoridade. Nesse sentido, a rotulação também pode indicar a agressividade como forma de defesa mediante a perdas materiais, simbólicas, legais e afetivas. Pessoas cometem atos desviantes por conta de acontecimentos e circunstâncias particulares de sua vida, independentemente dos rótulos que se põem nelas, mas nem todas são remetidas a valores depreciativos na sociedade, defendem Taylor, Walton & Young. É fato que os desviantes se colocam com frequência na oposição de determinados grupos da sociedade, o que faz com que eles se tornem atores sociais (p. 173) e, por isso, podem ser considerados infratores de duas formas para os autores: adquiridos e atribuídos. O primeiro caso refere-se àqueles indivíduos passíveis de controle social. O segundo caso refere-se àqueles que podem se organizar para mudar valores sociais de maneira estrutural e libertarem-se de estigmas sobre seus “*defeitos*”. Ou seja, o desviante não é um mero produto da sociedade, senão aquele que pode se rebelar contra ela, pelo fato da sociedade estar em constante mudança. Dessa forma, a complexidade no processo de controle social e rotulação aponta para que tipos de interesses políticos estão em jogo e quais conflitos sociais acarretam dessa dinâmica, estruturando um conjunto de leis e normas que intervém diretamente no processo de criminalização.

A delinquência, para Taylor, Walton & Young, é um dos estágios da conduta delitiva. Os desvios podem ser motivados por um sistema de crenças, sejam elas falsas ou verdadeiras, que acarretam os atos desviantes, não sendo, portanto, fenômenos distintos. Ademais, eles criticam as falsas dicotomias na teoria do desvio, como, por exemplo, a eliminação da distinção entre indivíduo e sociedade e o fim da propriedade privada teria como consequência o fim do roubo também (p.191). Eles sintetizam as

contradições sociais através da flexibilização moral dos delinquentes em uma sociedade para as condutas delitivas. O roubo de uma grande empresa não teria grandes consequências porque o seguro cobriria o prejuízo. O regime normativo de uma sociedade se caracteriza pela flexibilidade e o indivíduo pode evitar a culpabilidade moral de sua ação delitiva. Nesse sentido, a subcultura delitiva é uma imagem equivocada pela concepção de um sistema valorativo da classe média, pelo fato da sociedade não ser composta apenas por essa classe. O delinquente não é alguém estranho ao corpo da sociedade, tendo a possibilidade da conduta delitiva ser uma acentuação dos valores dominantes. A própria ideia de delinquentes transitórios ou não - diferenças entre a vida adulta e a fase juvenil da vida (p. 197) - é rechaçada pelos autores por se tratar de uma distinção artificial.

A partir dessa perspectiva, Taylor, Walton & Young afirmam que a sociedade não é apenas um conjunto de regras e que existe uma relação social entre os indivíduos. A internalização de regras sociais não faz com que o indivíduo se torne autômato porque são interpretativas. Ademais, as regras cotidianas não são imutáveis e se caracterizam pela sua ambiguidade, evidenciando a defesa dos autores que a sociedade é composta por constantes mudanças. Nesse sentido, não há como afirmar a existência de um desviante abstrato por este carecer de bases materiais para sua verificação na sociedade.

### **3. UPP: integração ou segregação?**

Em dezembro de 2008, o governo do Estado do Rio de Janeiro implantou sua primeira Unidade de Polícia Pacificadora, uma nova forma de policiamento e de segurança pública em territórios marginalizados e criminalizados da cidade do Rio de Janeiro, chamados pelo termo *favela*, que ficou mais conhecida pela sua sigla: UPP. A experiência piloto foi no Morro Santa Marta, na zona sul da capital fluminense. Apesar da ideia de novidade das UPPs, é válido observar que outras experiências foram tentadas neste sentido nas favelas cariocas, como os Postos de Policiamento Comunitário (PPC) e os Grupamentos de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE), que não conseguiram mudar a interação entre polícia e moradores, marcada historicamente pelos conflitos

(CUNHA & MELLO, 2011. P. 373). Outro ponto a ser ressaltado nas UPPs é a ideia de pacificação em oposição a noção de guerra.

Atualmente o Rio de Janeiro conta com 38 UPPs, nas quais há um efetivo de 9.543 policiais, segundo o sítio oficial da Secretaria de Segurança Pública do Estado (SESEG)<sup>110</sup>. As forças policiais fazem parte da ocupação, a princípio – em alguns casos até mesmo de forças federais –, e um comandante militar seria o gestor dessa entrada do Estado no vácuo deixado pelo crime, tendo em vista que seu objetivo principal é a retomada do território. Ademais, as UPPs vêm com uma proposta de policiais recém-formados para a composição de suas tropas para o patrulhamento comunitário, para que estivessem mais próximos dos moradores. Sobre a participação das forças federais no processo de implantação das UPPs, em especial as tropas de elite do Exército (paraquedistas e polícia do Exército) e da Marinha (fuzileiros navais), ela se deu em determinados pontos da cidade considerados pelas autoridades e pela opinião pública como os locais “mais críticos”, mais precisamente nos complexos de favelas da zona norte do Rio de Janeiro: Alemão (2010) e Maré (2013). À época do evento, a ocupação do Complexo de Favelas do Alemão (que abrange os bairros de Olaria, Penha, Ramos, Bonsucesso e Inhaúma) foram veiculados pela grande mídia com manchetes como “*dia histórico*”, “*O Estado venceu o crime*”, entre outras.

As UPPs também possuem projetos sociais dentro de seu programa, que ficam a cargo da prefeitura do Rio de Janeiro e são coordenados pelo Instituto Pereira Passos (IPP), que são chamadas de UPP Social: “*A UPP Social é a estratégia de promoção de integração urbana, social e econômica das áreas da cidade beneficiadas por Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)*”. Além disso, o programa da UPP Social tem um acordo de cooperação firmado entre a prefeitura da capital fluminense e a ONU-Habitat, programa da ONU para assentamentos humanos<sup>111</sup>. Outras parcerias para as UPPs são da iniciativa privada, como bancos e outros ramos empresariais. Uma observação a ser feita é que o programa UPP Social se encontra em 25 territórios (que podem ter mais de uma UPP),

<sup>110</sup>Sítio Oficial da SESEG-RJ. Verbete: histórico. <http://www.upprj.com/index.php/historico>

<sup>111</sup>Fonte: Sítio oficial do programa UPP Social. Verbete: programa. <http://uppsocial.org/programa/>

sem contabilizar as áreas que não tenham a política das UPPs implantada, segundo o sítio oficial do próprio programa<sup>112</sup>.

As UPPs apresentam um planejamento mais sistemático e definido, no que se refere ao crime violento. No entanto, o crime é um fenômeno mais complexo e abrangente. Problematizar, nesse sentido, o crime e compreender o porquê do foco da segurança pública na cidade do Rio de Janeiro ser os territórios marginalizados serve de recorte para analisar as desigualdades na sociedade. Essa descrição da realidade carioca será articulada com a teoria da reação social ao desvio através do conceito de rotulação, a partir da perspectiva da Criminologia Crítica, para tornar a política de segurança pública um problema sociológico.

O processo de construção histórica e social das favelas no Rio de Janeiro passou por diversas fases. O termo *favela* foi introduzido na capital fluminense pelos ex-combatentes da Guerra de Canudos. Em 1897, ao término do conflito, cerca de 10 mil veteranos foram cobrar a promessa feita pelo Governo Federal a eles: moradia. Os ex-combatentes permaneceram acampados nas cercanias do Ministério da Guerra<sup>113</sup>, na altura da Rua Barão de São Félix, centro da cidade. A promessa nunca foi cumprida, e os acampados se instalaram na localidade próxima ao Ministério, que ficou conhecida como Morro da Favela (SILVA DE OLIVEIRA, 2014. P. 56). O Morro da Favela começou a ser encarada pela elite local como problema social a época, além de incomodo estético pelos seus aglomerados de casas populares e cortiços. Esses valores depreciativos também remetem à ideia de criminalização. Atualmente, esse território chama-se Morro da Providência e possui uma UPP.

Outra fase das favelas no Rio de Janeiro são as remoções. Apesar da retirada forçada de conglomerados de habitações populares ser uma prática recorrente na história da cidade – o exemplo mais clássico dessa ação foi reforma urbanística promovida por Pereira Passos, prefeito nomeado<sup>114</sup> da então capital federal (1902 a 1906), que ficou conhecida como “*bota-abaixo*” por visar a retirada dos cortiços do centro da cidade, caracterizada pelos seus contornos higienistas envernizados em um discurso de

112Idem. Verbete: territórios. <http://uppsocial.org/territorios/>

113A atual sede do Comando Militar do Leste fica nessa região.

114Nomeado pelo Presidente da República, Rodrigues Alves.

modernização por parte das autoridades -, as remoções ganharam mais força na década de 1960, com a ascensão da ditadura civil-militar no Brasil. As favelas eram removidas para regiões distantes do centro e da zona sul da cidade, para valorizar essas últimas duas áreas. A violência empregada nas remoções se mostrou muito mais forte, o que aprofundou o conflito na relação entre Estado e população marginalizada, além do risco de ser removido ser constante nesse período (BRUM, 2013). Com a redemocratização do país, o risco das remoções foi diminuindo. Porém, a transição política não foi o único fator que surgiu como uma barreira para as remoções.

Outro fator foi o crescimento do crime organizado nas favelas cariocas. A cidade do Rio de Janeiro entre as décadas de 1970 e 1980 torna-se um polo consumidor das drogas, tendo destaque o consumo da cocaína. Esse fenômeno aumentou o poder de renda das gangues locais, a ponto de terem possibilidades de comprar armamentos para defender suas posições de venda e exercer o controle social informal e ilegal sobre a população marginalizada, competindo com o Estado (SILVA DE OLIVEIRA, 2014. P. 71). Os anos de 1983 e 1984 podem ser considerados o marco temporal da consolidação do mercado de cocaína na cidade, pela proximidade de grandes grupos do tráfico internacional de drogas com os narcotraficantes locais (SILVA et al, 2008, 2008. P. 20). Essa mudança foi traduzida materialmente pela passagem do paradigma “*maconha 38*” para “*cocaína AR-15*”, em referência ao armamento utilizado pelas gangues que exerciam o poder nos territórios marginalizados (SILVA et al, 2008). Com o aumento do potencial bélico dos narcotraficantes cariocas, a incursão das polícias nas favelas do Rio de Janeiro se tornou uma atividade arriscada, sendo difícil a entrada do Estado para efetuar as remoções. No entanto, os serviços de responsabilidade da Administração Pública, como saneamento, luz, entre outros, também eram dificultados e/ou feitos de maneira precária e insatisfatória.

A partir dos anos 1980 a violência se tornou mais visível nas favelas do Rio de Janeiro. As ações nessas áreas se caracterizaram pela descontinuidade. Além disso, a discrepância entre suas aplicações eram evidentes. O primeiro governo de Leonel Brizola (1983-1987) foi marcado pela tentativa de humanização do policiamento em áreas marginalizadas. O ideário de Direitos Humanos na polícia do Rio de Janeiro

seguiu nas políticas públicas de segurança no segundo governo de Leonel Brizola (1991-1994), ou seja, esta concepção foi a marca da administração estadual da segurança pública nos períodos citados (MIRANDA, 2015. P. 4). Brizola sofreu críticas por parte das elites e das classes médias da cidade por dispensar um tratamento “*brando aos bandidos*”, o que estimularia a ação criminosa (SILVA DE OLIVEIRA, 2014. P. 68), evidenciando os direitos civis como obstáculo para o controle social no imaginário social.

Em oposição à ideia de humanização, outro exemplo a ser utilizado para ilustrar o processo histórico de enfrentamento ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro foi a gratificação pecuniária para policiais por “*atos de bravura*”. Em 1995, o então governador Marcello Alencar (1995-1999) criou por decreto a referida gratificação para aqueles policiais que participassem de grandes operações. Porém, passados três anos dessa premiação os números de homicídios no Estado não diminuíram, evidenciam a controvérsia da gratificação, que ficou conhecida como *gratificação faroeste*<sup>15</sup>. A *gratificação faroeste* é um exemplo do recrudescimento e da militarização da segurança pública, haja vista que o Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro era o General do Exército Nilton Cerqueira; que teve como alvo preferencial de sua rigidez a população mais pobre e “*os efeitos desta política foram o incremento da mortalidade entre os policiais e a constatação de sua mira certa, pois em ‘confronto’ com os supostos ‘bandidos’, conseguem sempre atirar para matar*” (CANO, 2007 Apud, MIRANDA, 2015, p. 5.). Nesse sentido, não há uma base teórica que sustente a eficácia deste modelo reativo no sentido de reduzir a criminalidade, ainda que haja forte apoio da opinião pública.

O crime organizado foi um dos fatores de controle social de territórios marginalizados do Rio de Janeiro e a não remoção das comunidades de seus locais de origem. Com isso, a rotulação de lugares perigosos foi empregada pelas elites cariocas nas favelas da cidade a partir da década de 1980, não mais só como lugares de incivilidade, violência, falta de higiene, atraso, enfim, todo o tipo de adjetivo depreciativo dispensado aos moradores dos territórios; como se adicionou a ideia de

<sup>15</sup>Fonte: Jornal Extra. <http://extra.globo.com/emprego/servidor-publico/conheca-as-politicas-de-gratificacoes-para-policiais-criadas-pelos-ultimos-governos-3993611.html>

“guerra” no rótulo. O enfrentamento armado entre narcotraficantes e polícia foi causando sentimento difuso de medo e de insegurança na população e aprofundando o estigma social sobre os moradores. As UPPs apareceram como a permanência do Estado nas favelas aonde ele não chegava através de sua polícia, braço estatal que sempre teve acesso a esses territórios, depois de tentativas diversas. Nesse sentido, a “correção” dos desvios daquela população marginalizada e criminalizável por parte da presença coercitiva do Estado parece ter uma conotação messiânica, ou seja, as favelas poderiam fazer parte da cidade formal. Portanto, as UPPs apresentam outro caráter funcional: transformar a cidade real em cidade formal.

Os territórios de moradia e de convivência populares apresentam esse aspecto de cisão entre o urbano real e o formal de maneira global. No caso da cidade do Rio de Janeiro é materializado pela categoria *favela*. Essa categoria na sua perspectiva sociológica indica componentes depreciativos, por parte de uma elite dominante, que são somados aos que já apresentados no aspecto humano de suas populações. Preconceitos raciais (negros), de origem (em geral, os nordestinos) são peças da construção social do desvio das populações marginalizadas no Rio de Janeiro, além de fatores sociais, econômicos e políticos. Portanto, o processo de rotulação também apresenta sua estética física e simbólica, a partir de padrões sociais de beleza e de origem que fazem com determinados corpos sejam mais passíveis de aderir ao rótulo.

A expulsão e/ou invisibilidade dos narcotraficantes nas favelas do Rio de Janeiro por si só não seriam capazes de promover a pacificação desses territórios. O direito à moradia, consolidado na redemocratização do Brasil pela Constituição Federal de 1988, foi um dos fatores que tornaram as remoções mais difíceis. A implantação das UPPs teve como um dos aspectos positivos a possibilidade de regulamentação fundiária, ou seja, os moradores das favelas cariocas podiam dar legalidade às suas habitações, terrenos, etc. (CUNHA & MELO, 2011; OLIVEIRA & NUÑEZ, 2012). No entanto, a entrada do Estado por meio de cobrança de impostos aparece como uma novidade no cotidiano das favelas e o medo das populações locais de uma expulsão branca pela inviabilidade de arcar com esses novos custos (OLIVEIRA & NUÑEZ, 2012. p. 177). Portanto, há um modelo de formalização das cidades que atingem as favelas que recebem as UPPs, que passa por

questões de adequações socioeconômicas. Em outras palavras, os impactos sociais desse processo podem ser a gentrificação da população marginalizada, que pode se ver obrigada a migrar para outros terrenos periféricos considerados desqualificados pelas elites, mantendo-se, assim, dentro do espectro da rotulação pela falta de mobilidade social dessa população materializada no seu lugar de moradia e de convivência.

Dessa forma, as UPPs parecem fazer parte de um projeto mais amplo do que uma política de segurança pública. As formas distintas que essas unidades foram implantadas dão a dimensão da divisão da cidade do Rio de Janeiro e os objetivos mais imediatos. Enquanto nas favelas da Zona Sul, área nobre da cidade, o processo se deu da maneira mais discreta e pacífica possível, ou seja, sem troca de tiros, na zona norte, área suburbana e periférica, a violência visual e física – homens armados, carros blindados e forças federais – foi a tônica, com exceção do bairro da Tijuca, que é composto em sua maioria pela classe média e pela classe média alta.

Considera-se, então, o aspecto econômico e estratégico da cidade. A zona sul da cidade tem potencial imobiliário e turístico, dinamizado pelos megaeventos (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas 2016 – esse trajeto inclui a Tijuca pelo chamado corredor olímpico envolver a área do Maracanã) demanda um sentimento de segurança para dar mais conforto e que não seja agressivo. Enquanto as UPPs mais periféricas têm duas funções: aquelas próximas do porto (no centro do Rio de Janeiro) e no caminho do aeroporto internacional Tom Jobim (situado na Base Aérea do Galeão, na ilha do governador, zona norte da capital fluminense), que passa pelo complexo de favelas da Maré pela via expressa linha vermelha e pela Avenida Brasil, têm funções estratégicas de manter a segurança dos visitantes e dos negócios, as outras aparecem com a função simbólica por serem áreas consolidadas no imaginário popular como violentas e com consumo de entorpecentes considerável, como no caso do complexo de favelas do Jacaré, também na zona norte. A rotulação, portanto, está presente nas formas de implementação e de desenvolvimento das UPPs de maneira universal, apesar das distinções de seus objetivos para cada região da cidade.

A militarização dos territórios pelas UPPs é conflitante com a perspectiva dos Direitos Humanos. Apesar de o policiamento local garantir o acesso a algum grau de

serviços do Estado para as áreas que antes eram conflagradas, como saneamento, luz, etc., no sentido de trazer benefício material para as localidades, a garantia de direitos de cidadania e de participação social é questionável, pelos recorrentes relatos de abusos e de crimes cometidos pelos policiais (CANO, 2012; MOURÃO, 2013). O fato emblemático nesse sentido foi o desaparecimento do pedreiro Amarildo Gomes da Silva, na Rocinha, bairro que possui uma UPP, que serviu como catalisador de críticas ao modelo. Segundo testemunhos, Amarildo teria sido levado de casa por policiais e conduzido, sem ordem judicial, até a sede da UPP local e depois disso não foi mais visto. O caso Amarildo apontou para o crescimento do número de desaparecidos nas comunidades onde esse modelo de segurança pública foi implantado desde a inauguração<sup>116</sup>. A morte de Eduardo de Jesus, de apenas dez anos de idade, no Complexo do Alemão, em abril de 2015, também aponta para os possíveis desfechos da militarização da segurança pública, tendo em vista que o disparo que acertou a cabeça do menino foi disparado do fuzil de um policial que estava em operação na localidade<sup>117</sup>. A permanência da polícia indica a alteração morfológica das relações sociais, pode ser um progresso no sentido do Estado se tornar mais presente nos territórios marginalizados e, com isso, transformar a interpretação da população local sobre as polícias de sentimento de desconfiança ou aprofundar a relação já esgarçada entre esses dois atores. As nuances desse policiamento militarizado no que tange os Direitos Humanos apontam para o conflito histórico entre marginalizados e forças do Estado. No entanto, a reflexão sobre como se dá a intervenção estatal nessas áreas tem como componente a falta desses direitos, seja pela perda de relação de alteridade com a presença do *movimento* ou da corporação policial. A violência ilegal ou a institucional pode produzir o mesmo efeito.

A formalização da cidade real tem aspectos padronizadores, que remete ao não reconhecimento de fatores diferentes de sociabilidade. O tipo de organização social dentro das favelas cariocas é entendido por parte de autoridades e das elites como desordem. Porém, há um controle social do espaço, mesmo que tenha sido exercido de maneira ilegal pelas gangues de narcotraficantes, ou por outros atores internos, como a

<sup>116</sup>Fonte: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/08/03/desaparecimentos-aumentaram-em-favelas-do-rio-apos-inicio-das-upps.htm>

<sup>117</sup>Fonte: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/04/laudo-afirma-que-tiro-que-matou-eduardo-no-alemao-e-de-fuzil.html>

associação de moradores. Ou seja, outro tipo de sociedade dentro da cidade formal, a tal ponto da expressão *poder paralelo* ter se popularizado em referência aos narcotraficantes das favelas do Rio de Janeiro. Ora, se não houvesse uma mínima capacidade de organização nesses territórios por parte daqueles que vivem o local, a interação social seria improvável. Essa perspectiva aponta a permanência de um desprezo histórico e cultural por parte das elites políticas e econômicas do Rio de Janeiro em relação aos *favelados*, o que legitima ações de controle social através do emprego da força. Por outro lado, indica a linguagem pela qual se deu a gramática dos conflitos locais e suas resoluções ou não, e, com isso, a espécie de atos que são considerados desvios e crimes dentro desse microcosmo urbano. Ademais, o fato de não estar formalmente na cidade não quer dizer que faça parte da *urbes*, já que o trânsito entre a cidade formal e a cidade real se dá de várias formas: mercado de trabalho, meios de comunicação de massa, entre outros, que incidem em percepções de mundo, valores e ações dos indivíduos. Em outras palavras, não se trata apenas de uma divisão física da cidade, mas, também, de uma divisão no sentido simbólico.

Por fim, as UPPs carregam em si uma incógnita: elas incluem ou excluem? A pergunta é complexa por não se tratar de algo linear. Se por um lado, a necessidade de um policiamento diferenciado já reforça o estigma social dos marginalizados pela questão do crime violento, e a permanência desse modo de policiar específico nessas comunidades se estender ao longo do tempo pode demarcar, formal e legalmente, os limites da cidade, sendo ponto de críticas por não promover e garantir os direitos de cidadania de maneira universal, não apenas os direitos de consumo. Por outro, o Estado não pode ser negligente com territórios historicamente abandonados, que acabaram deflagrados em zonas de conflito armado.

A equação, nesse sentido, não é das mais fáceis, o que dá a dimensão da complexidade do crime. Não existe sociedade sem delito, assim como não existem barreiras sociais para que ele ocorra. O crime é um fenômeno extra e interclasses. O processo de rotulação através da reação social ao desvio é componente de um catálogo de suspeitos ideais por meio de um crime ideal a ser combatido, um crime público, por assim dizer; no caso: o narcotráfico. Apesar de esse delito ser de ordem patrimonial, as

proporções que ele ganhou no Rio de Janeiro são maiores, devido ao seu número de mortes violentas. Essa não é uma exclusividade da capital fluminense e do Brasil, é um fenômeno verificado em escala global. Portanto, as UPPs trazem questionamentos mais profundos do que algo fechado na segurança pública em si. Aliás, as UPPs nos dão mais perguntas do que respostas. Elas refletem as incertezas e os valores de uma sociedade desigual e suas relações de poder, e nesse sentido, com o processo de rotulação ainda podem produzir criminosos *culpados até que se prove o contrário*, invertendo o preceito jurídico da presunção da inocência, ou seja, aponta também para um quadro de injustiça.

#### **4. Conclusão**

A partir da utilização da teoria da reação social ao desvio e conceito de rotulação foram feitas análises sobre o desenvolvimento histórico das UPPs e o processo de criminalização. Verificou-se que esse modelo não é exatamente uma novidade no sentido de permanência das forças policiais em territórios marginalizados e criminalizáveis na cidade do Rio de Janeiro, mas sua forma e conteúdo se diferem de tentativas passadas. As UPPs ganharam contornos messiânicos através de discursos construídos pela mídia, pelas elites e pelas autoridades fluminenses. No entanto, elas apresentam sinais de desgaste em virtude de que algumas das localidades as quais foram implantadas as unidades voltaram a registrar conflito armado.

A construção social de classes perigosas foi intrínseca à construção espacial da cidade do Rio de Janeiro. A percepção sobre as favelas como símbolo do atraso, avesso à modernidade de matriz europeia, e seus habitantes eram incivilizados oportunizou comportamentos violentos contra essa população marginalizada. As remoções foram uma realidade constante, denotando a desigualdade social que se refletia o não reconhecimento da cidadania de grupos sociais considerados desviantes. Ademais, o abandono do Estado em relação aos territórios marginalizados contribuiu para formas locais de controle social. Nesse sentido, as gangues de narcotraficantes tiveram papel fundamental, ao ponto, a partir da década de 1980, esses grupos criminosos conseguiram

competir com o Estado através do seu fortalecimento bélico. Portanto, o comércio de drogas ilícitas se tornou um problema de Estado no Rio de Janeiro quando o poder de grupos criminosos atingiu um patamar capaz de subverter a ordem estatal.

Por fim, há um caráter de divisão entre a cidade real e a cidade formal que é um dos fatores determinantes para a UPP ser um modelo. A criminalização de territórios marginalizados legitima a ação do Estado nessas áreas e sua permanência. Evidenciou-se que a Administração Pública deve entrar em localidades que, historicamente, foram segregadas, mas a formalização dessas partes da cidade seguem padrões que muitas vezes podem aprofundar as desigualdades. A própria permanência por tempo indeterminado desse policiamento diferenciado caracteriza uma violência simbólica, podendo reforçar estigmas sociais em vez de promover e garantir direitos. Além disso, a violência policial e a violência dos narcotraficantes podem não ser distintas no seu produto final: a perda da alteridade. Nesse sentido, as UPPs parecem ser o mais do mesmo na relação cidadão e Estado, fazendo questionamentos sobre a própria dinâmica social e a relação assimétrica de poder entre aqueles que *andam na linha* e os *desviantes*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUM, Mario. Favelas e remocionismos ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. **O Social em Questão**, v. 29. Rio de Janeiro: 2013

CUNHA, Neiva; MELLO, Marco Antonio. Novos conflitos na cidade: a UPP e o processo de urbanização na favela. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 4. Rio de Janeiro: 2011.

CANO, Ignácio (org.). **“Os donos do Morro”: Uma avaliação exploratória das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública: 2012.

MIRANDA, Ana Paula. Militarização e direitos humanos: gramáticas em disputa nas políticas de segurança pública no Rio de Janeiro/ Brasil. **Fórum Sociológico**, n. 25/ 2014.

MOURÃO, Barbara. **UPPs: uma polícia de que gênero?** Rio de Janeiro: Cesec/UCAM, 2013.

OLIVEIRA, Fabiana; SADEK, Maria; ABRAMOVAY, Pedro; NUÑEZ, Izabel. **UPPs, Direitos e Justiça**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.

SILVA, Jailson; FERNANDES, Fernando; BRAGA, Raquel. Grupos criminosos armados com domínio de território: reflexões sobre a territorialidade do crime na região metropolitana do Rio de Janeiro. In: JUSTIÇA GLOBAL BRASIL. **Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2008.

SILVA DE OLIVEIRA, Lívio. **Limites e potencialidades da participação civil na segurança pública: um estudo de caso sobre as equipes técnicas do Território de Paz no Guajuviras**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Porto Alegre: PPGS-UFRGS, 2014.

TAYLOR, Ian.; WALTON, Paul.; YOUNG, Jock. **La Nueva Criminologia**. Buenos Aires: Amorrortu ed.; 1990.